

# PLANO DE AÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS VERDES E A BIODIVERSIDADE NO ALGARVE

Fase 5  
Plano de Ação

setembro 2023



**EQUIPA TÉCNICA:**

Jorge Cancela, Arquiteto Paisagista

Ana Neves Adelino, Engenheira Agrónoma

Paula Farrajota, Arquiteta Paisagista

Rosa Silvério, Arquiteta de Gestão Urbanística

Ana Jerónimo, Arquiteta Urbanista



# COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

## PLANO DE AÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS VERDES E A BIODIVERSIDADE NO ALGARVE

### Fase 5

### Plano de Ação

#### ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS	1
1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	10
2.1 FASE 1 – RELATÓRIO METODOLÓGICO	12
2.2 FASE 2 – 1.º RELATÓRIO INTERCALAR	14
2.3 FASE 3 – 2.º RELATÓRIO INTERCALAR	15
2.4 FASE 4 – PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO	16
2.5 FASE 5 – PLANO DE AÇÃO	16
3 QUADRO ESTRATÉGICO DO PLANO DE AÇÃO	17
3.1 ESTRATÉGIA ALINHADA ÀS ORIENTAÇÕES E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS EM RAZÃO DA MATÉRIA	17
3.2 ESTRATÉGIA ALINHADA AO FINANCIAMENTO	19
4 PLANO DE AÇÃO	24
4.1 QUADRO DO PLANO DE AÇÃO	24
4.2 ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA REGIONAL ALGARVE 2030 E NO POCTEP	31
4.3 OPERAÇÕES	34
4.3.1 Fichas de Operações que se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação	46
4.3.2 Fichas de Operações que não se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação	338
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	361
6 ANEXOS	363

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Âmbito territorial do Plano de Ação .....	8
Figura 2: Esquema Metodológico do Plano de Ação .....	11
Figura 3: Esquema do Enquadramento Estratégico do Plano de Ação.....	22
Figura 4: Esquema do Enquadramento Estratégico e Financeiro do Plano de Ação .....	23

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de Trabalhos e Cronograma .....	13
Quadro 2 – Quadro do Plano de Ação .....	25
Quadro 3 – Tipologias de intervenção (TI) no âmbito dos OE 2.4 e 2.7 a integrar no Plano de Ação.....	33
Quadro 4 - Lista de Operações por organização .....	34
Quadro 5 - Lista de Operações por organização que não se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação e respetiva Origem de Financiamento .....	338

## LISTA DE ACRÓNIMOS

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AC</b>	Áreas de Conservação
<b>ADENE</b>	Agência para a Energia
<b>ADL</b>	Associações de Desenvolvimento Local
<b>AECT</b>	Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial
<b>AG</b>	Autoridade de Gestão
<b>AGIF</b>	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>AIGP</b>	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
<b>ALMARGEM</b>	Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
<b>AMAL</b>	Comunidade Intermunicipal do Algarve
<b>AMN</b>	Autoridade Marítima Nacional
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ANMP</b>	Associação Nacional de Municípios de Portugal
<b>ANP WWF</b>	Associação Natureza Portugal
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>AREAL</b>	Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve
<b>ARH</b>	Administração da Região Hidrográfica
<b>ARS</b>	Administração Regional de Saúde
<b>ASAE</b>	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
<b>AT</b>	Autoridade Tributária
<b>ATA</b>	Associação de Turismo do Algarve
<b>ATBG</b>	Associação Terras do Baixo Guadiana
<b>AUI</b>	Ações Urbanas Inovadoras
<b>BARLAVENTO</b>	Agência de Desenvolvimento do Barlavento
<b>CCDR</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
<b>CCMAR</b>	Centro de Ciências do Mar
<b>CEP</b>	Convenção Europeia da Paisagem
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CN</b>	Cabeças Normais
<b>CNB</b>	Conservação da Natureza e Biodiversidade
<b>CNSF</b>	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
<b>CNCCD</b>	Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação
<b>CNUCD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
<b>CUA</b>	Ciclo Urbano da Água
<b>CUMEADAS</b>	Associação de Proprietários Florestais das Terras do Baixo Guadiana
<b>DAH</b>	Diretivas Aves e <i>Habitats</i>

<b>DGAE</b>	Direção-Geral de Administração Escolar
<b>DGAM</b>	Direção-Geral da Autoridade Marítima
<b>DGAV</b>	Direção-Geral da Alimentação Veterinária
<b>DGEG</b>	Direção-Geral da Energia e Geologia
<b>DGADR</b>	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>DGAL</b>	Direção-Geral das Autarquias Locais
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>DGS</b>	Direção-Geral de Saúde
<b>DGPM</b>	Direção-Geral da Política do Mar
<b>DGRM</b>	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
<b>DQA</b>	Diretiva-Quadro da Água
<b>DQEM</b>	Diretiva Quadro Estratégia Marinha
<b>DRAP</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas
<b>DRCAIlg</b>	Direção Regional de Cultura do Algarve
<b>DRCNF</b>	Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas
<b>EEA Grants</b>	<i>European Economic Area Financial Mechanism</i>
<b>EDM</b>	Empresa de Desenvolvimento Mineiro
<b>EEEF</b>	<i>European Energy Efficiency Fund</i>
<b>EGF</b>	Entidades de Gestão Florestal
<b>ELENA</b>	<i>European Local Energy Assistance</i>
<b>ENAAC</b>	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
<b>ENCNB2030</b>	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030
<b>ENF</b>	Estratégia Nacional para as Florestas
<b>ENGIZC</b>	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
<b>ENM</b>	Estratégia Nacional para o Mar
<b>EB-UE2030</b>	Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030
<b>ERTA</b>	Entidade Regional de Turismo do Algarve
<b>Algarve 2030</b>	Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030
<b>EU</b>	União Europeia
<b>EuroAAA</b>	Euro Região Alentejo, Algarve, Andaluzia
<b>ET 2027</b>	Estratégia Nacional Turismo 2027
<b>FA</b>	Fundo Ambiental
<b>FEADER</b>	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
<b>FEAMPA</b>	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
<b>FCT</b>	Fundação da Ciência e Tecnologia
<b>FEE</b>	Fundo de Eficiência Energética
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>FEPC</b>	Força Especial de Proteção Civil



<b>FEIE</b>	Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
<b>FFP</b>	Fundo Florestal Permanente
<b>Fórum Oceano</b>	Associação da Economia do Mar
<b>FSE</b>	Fundo Social Europeu
<b>FT</b>	Fundo de Turismo
<b>FSUE</b>	Fundo de Solidariedade da União Europeia
<b>GAL</b>	Grupos de Ação Local
<b>GEOTA</b>	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GPP</b>	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
<b>H2020</b>	<i>Horizon 2020</i>
<b>IBA</b>	<i>Important Bird Area</i>
<b>IGAMAOT</b>	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
<b>INEGI</b>	Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
<b>ICNF/ESF</b>	ICNF/Equipas de Sapadores Florestais
<b>IFAP</b>	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
<b>IFRRU</b>	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
<b>INIAV</b>	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.
<b>IN LOCO</b>	Associação In Loco, Desenvolvimento e Cidadania
<b>INTERREG</b>	Programa de Cooperação Inter-regional
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal
<b>IPDJ</b>	Instituto Português do Desporto e Juventude
<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>IRN</b>	Instituto dos Registos e Notariado, I. P.
<b>ITI</b>	Investimento Territorial Integrado
<b>LBOGEM</b>	Lei de Bases da Política de Ordenamento de Gestão do Espaço Marítimo Nacional
<b>LBPPSOTU</b>	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<b>LIFE</b>	<i>L'Instrument Financier pour l'Environment</i>
<b>LNEG</b>	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
<b>LPN</b>	Liga para a Proteção da Natureza
<b>MC</b>	Ministério da Cultura
<b>MCTES</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>MEM</b>	Ministério da Economia e do Mar
<b>MF</b>	Ministério das Finanças
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça

<b>MN</b>	Mata Nacional
<b>METD</b>	Ministério da Economia e da Transição Digital
<b>NERA</b>	Associação Empresarial da Região do Algarve
<b>ODIANA</b>	Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONGA</b>	Organização Não Governamental de Ambiente
<b>OPF</b>	Organizações de Produtores Florestais
<b>PAC</b>	Política Agrícola Comum da União Europeia
<b>PACS</b>	Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade
<b>PADRE II</b>	Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos II
<b>PALXXI</b>	Plano de Ação para o Litoral XXI
<b>PANCD</b>	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
<b>PCP</b>	Política Comum das Pescas da União Europeia
<b>PDR</b>	Programa de Desenvolvimento Rural
<b>PF</b>	Perímetro Florestal
<b>PIAAC-CI</b>	Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve
<b>Plano de Intervenção</b>	Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica
<b>PGRH</b>	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
<b>PGRI</b>	Plano de Gestão dos Riscos de Inundação
<b>PGRI</b>	Plano de Gestão de Riscos de Inundações
<b>PGRN 2000</b>	Planos de Gestão da Rede Natura 2000
<b>PGSE</b>	Planos de Gestão de Secas e Escassez
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PNRF</b>	Parque Natural da Ria Formosa
<b>PNSACV</b>	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
<b>PNTN</b>	Programa Nacional de Turismo de Natureza
<b>POCOV</b>	Programa da Orla Costeira Odeceixe-Vilamoura
<b>POCTEP</b>	Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal
<b>POOC</b>	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
<b>POOC SB</b>	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau
<b>POOCV RSA</b>	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António
<b>POP NRF</b>	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa
<b>POP NSACV</b>	Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
<b>PORN SCM RSA</b>	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
<b>POR</b>	Programa Operacional Regional

<b>POSEUR</b>	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
<b>PPEC</b>	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia
<b>PR 2030</b>	Programa Regional do Algarve 2030
<b>PRE</b>	Programa Regional de Ecoturismo
<b>PRGPSMS</b>	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves
<b>PRR</b>	Programa de Recuperação e Resiliência
<b>P-3AC</b>	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
<b>Programa COSMO</b>	Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental
<b>PSCMRF</b>	Plano de Salvaguarda dos Cavalos-Marinheiros da Ria Formosa
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>PTZPE</b>	Zona de Proteção Especial
<b>PTCON</b>	Sítio de Importância Comunitária
<b>PTP</b>	Programa de Transformação da Paisagem
<b>QSiGA</b>	Questões Significativas da Gestão da Água
<b>QAP 2021-2027</b>	Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000
<b>QUERCUS</b>	Associação Nacional de Conservação da Natureza
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>RJAAE</b>	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
<b>RJAAPP</b>	Regime jurídico a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente
<b>RJAIA</b>	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental
<b>RJCNB</b>	Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RJ</b>	Regime Jurídico
<b>RN2000</b>	Rede Natura 2000
<b>RNSCMVRS</b>	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
<b>ROTA VICENTINA</b>	Associação para a Promoção do Turismo de Natureza
<b>RTA</b>	Região de Turismo do Algarve
<b>RWSW</b>	<i>Rewilding</i> Sudoeste - Associação de Desenvolvimento da Natureza e Ambiente
<b>SAMA</b>	Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa
<b>SCIAENA</b>	Associação de Ciências Marinhas e Cooperação
<b>SEAAF</b>	Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais
<b>SECNFOT</b>	Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território
<b>SEJ</b>	Secretaria de Estado da Justiça

<b>SEPNA</b>	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (GNR)
<b>SEVI</b>	Secretaria de Estado da Valorização do Interior
<b>SGIFR</b>	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
<b>SIC</b>	Sítio de Importância Comunitária
<b>SNAC</b>	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
<b>SPGS</b>	Sistema de Previsão, Alerta e Comunicação
<b>SVARH</b>	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
<b>TdP</b>	Turismo de Portugal
<b>Ton C</b>	Toneladas de Carbono
<b>UALG</b>	Universidade do Algarve
<b>UGF</b>	Unidades de Gestão Florestal
<b>VICENTINA</b>	Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste
<b>VRSA</b>	Vila Real de Santo António
<b>ZEC</b>	Zona Especial de Conservação
<b>ZERO</b>	Associação Sistema Terrestre Sustentável
<b>ZIF</b>	Zona de Intervenção Florestal

# 1 INTRODUÇÃO

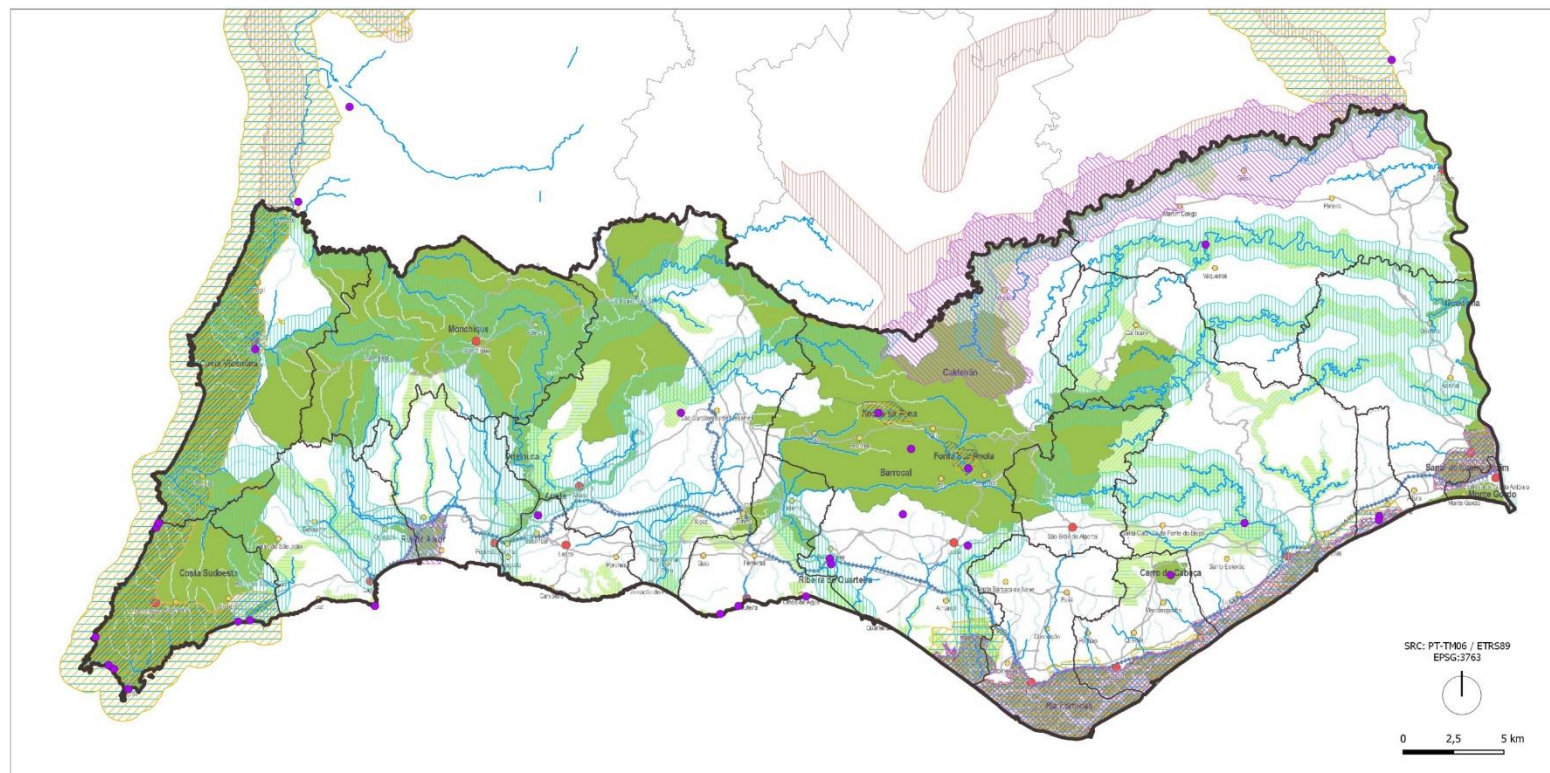
Conforme determinação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), foram desenvolvidos até final de 2022, os trabalhos relativos à elaboração do “Plano de Ação para as infraestruturas verdes e a biodiversidade no Algarve” (Plano de Ação), que incide na NUT II Algarve, abrangendo todo o território do Algarve e com maior incidência num conjunto de áreas relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, conforme Figura 1: Âmbito territorial do Plano de Ação.

A região do Algarve estende-se por cerca de 4.960,00 ha, abrangendo 16 municípios (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António) e encontra-se dividida em duas zonas territorialmente designadas por Barlavento (zona ocidental) e Sotavento (zona oriental).

Possui extensas áreas relevantes para a conservação da natureza e biodiversidade que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), como sejam as seis áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas/RNAP (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Ria Formosa, Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena, Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola e Área Protegida Privada do Vale das Amoreiras); as áreas da rede Natura 2000, as Zonas Especiais de Proteção (ZPE); os dez Sítios de Importância Comunitária (SIC), atualmente designados de Zonas Especiais de Conservação (ZEC) (ZEC Costa Sudoeste (PTCON0012), ZEC Ria Formosa/Sapal de Castro Marim (PTCON0013), ZEC Monchique (PTCON0037); ZEC Ribeira de Quarteira (PTCON0038), ZEC Barrocal (PTCON0049), ZEC Cerro da Cabeça (PTCON0050), ZEC Arade/Odelouca (PTCON0052), ZEC Caldeirão (PTCON0057) e ZEC Ria de Alvor (PTCON0058)) e vinte e oito Geosítios. Estas áreas classificadas correspondem a cerca de 37% do território do Algarve.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, através da Estrutura Regional de Proteção e Valorização, bem como o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve definiram corredores ecológicos e áreas nucleares, conforme figura seguinte, que asseguram uma função de conectividade com relevância para a conservação da natureza e biodiversidade.

O território do Algarve é marcado pela presença das Serras do Espinhaço de Cão, Monchique, com o seu pico na Foia e Caldeirão, assim como por zonas húmidas importantes, com destaque para a Ria de Alvor, Rio Arade, Ria Formosa e Rio Guadiana. Cerca de 40% da região do Algarve integra áreas da Reserva Ecológica Nacional.



#### ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

- Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)
- Zona de Proteção Especial (ZPE)
- Sítio RAMSAR
- Geossítio

#### RECURSOS HÍDRICOS

- Rede Hidrográfica

#### CORREDORES ECOLÓGICOS - PROF

- PROF Algarve
- PROF Alentejo

#### LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelho
- Região do Algarve

#### ESTRUTURA REGIONAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL - PROT ALGARVE

##### CORREDORES ECOLÓGICOS

- Costeiro
- Meridional
- Serrano
- Guadiana

##### ÁREAS NUCLEARES

- Áreas Protegidas
- Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000

##### REDE HIDROGRÁFICA

- REDE HIDROGRÁFICA
- REDE RODOVIÁRIA EXISTENTE
- REDE FERROVIÁRIA EXISTENTE
- SEDE DE CONCELHO
- SEDE DE FREGUESIA

Fontes da informação:

- Rede Nacional de Áreas Protegidas: 2018, ICNF
- Rede Natura 2000 - Zona de Proteção Especial: 2021, ICNF
- Sítios RAMSAR: 2014, ICNF
- Inventário Nacional de Geossítios: 2011, ICNF
- Rede Hidrográfica Geocodificada: 2006, APA
- Corredores Ecológicos: 2019, PROF Algarve e PROF Alentejo
- Limites administrativos: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), 2021, DGT
- Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve: 2007, CCDR Algarve

Figura 1: Âmbito territorial do Plano de Ação

Com o objetivo prioritário de contribuir para a proteção e valorização de espécies e habitats, bem como da qualidade da paisagem, e sustentar a perda de biodiversidade da Região do Algarve, nomeadamente no contexto das alterações climáticas, foi elaborado o presente Plano de Ação cujas ações reunidas foram organizadas, atendendo aos seguintes domínios:

- **Paisagem e Biodiversidade**, incluindo intervenções na qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural;
- **Floresta**, tendo em vista a valorização ambiental e a gestão polivalente da floresta mediterrânica, enquanto fatores relevantes para a biodiversidade;
- **Sistemas Litorais**, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais;
- **Pedreiras e Minas**, incidindo nas pedreiras e minas abandonadas e em situação crítica.

A elaboração do Plano de Ação visou igualmente contribuir para assegurar os compromissos assumidos nos instrumentos estratégicos europeus, nacionais e regionais destacando o Pacto Ecológico Europeu, as metas da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030), no seu alinhamento com a Estratégia da Biodiversidade da UE para 2030, a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, o Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve e os Instrumentos de Planeamento e Gestão Nacionais e Regionais com enfoque nos Planos Especiais de Áreas Protegidas, na Rede Natura 2000, entre outros.

Promoveu ainda o alinhamento e a articulação com as prioridades e com os objetivos específicos definidos no contexto do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), do Programa Regional do Algarve 2030 (PR Algarve 2030) e do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), criando sinergias com os investimentos apoiados pelos fundos da EU (2021-2027) designadamente, com os Fundos do Acordo de Parceria e com outros Documentos e Instrumentos de Financiamento de âmbito Europeu e Nacional.

A construção do Plano de Ação decorreu entre junho e dezembro de 2022 em cinco fases de elaboração, e foi suportada num processo de participação efetiva das partes interessadas, envolvendo ativamente entidades nacionais e regionais, as autarquias e outros atores em ações e reuniões que tiveram o objetivo de recolher informação, adensar conhecimento e esclarecer dúvidas, criando sinergias e articulando interesses e prioridades regionais de intervenção.

Em síntese, o Plano de Ação tem em vista dar resposta ao enquadramento das operações a executar no próximo período de programação dos fundos e instrumentos financeiros (2021-2027), mediante a identificação e densificação das tipologias de operação focadas na qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural, assegurando o alinhamento e a articulação regional das prioridades de intervenção e criando sinergias de investimento.

O Relatório do Plano de Ação apresenta a informação final sistematizada no Quadro do Plano de Ação onde se discriminam as Tipologias de Ação, as Tipologias de Intervenção, as Tipologias de Operação, as Operações, as Origens de Financiamento, as Prioridades das Operações e os Indicadores, atendendo à informação disponível.

O Relatório do Plano de Ação integra as seguintes componentes fundamentais:

- a **Metodologia** e o **Faseamento** (ponto 2);
- o **Quadro Estratégico**, incluindo a Estratégia Alinhada e Instrumentos Estratégicos em Razão da Matéria e a Estratégia Alinhada ao Financiamento (ponto 3);
- o **Plano de Ação**, incluindo o Quadro do Plano de Ação, a Lista das Operações e as respetivas Fichas (ponto 4);
- os **Anexos A, B e C** referentes, respetivamente, ao Processo Participativo, ao Enquadramento Financeiro e à Estratégia em Razão da Matéria.

## 2 METODOLOGIA

O Plano de Ação foi elaborado em cinco fases conforme se apresenta nos pontos seguintes e se sintetiza no Esquema Metodológico (Figura 2).



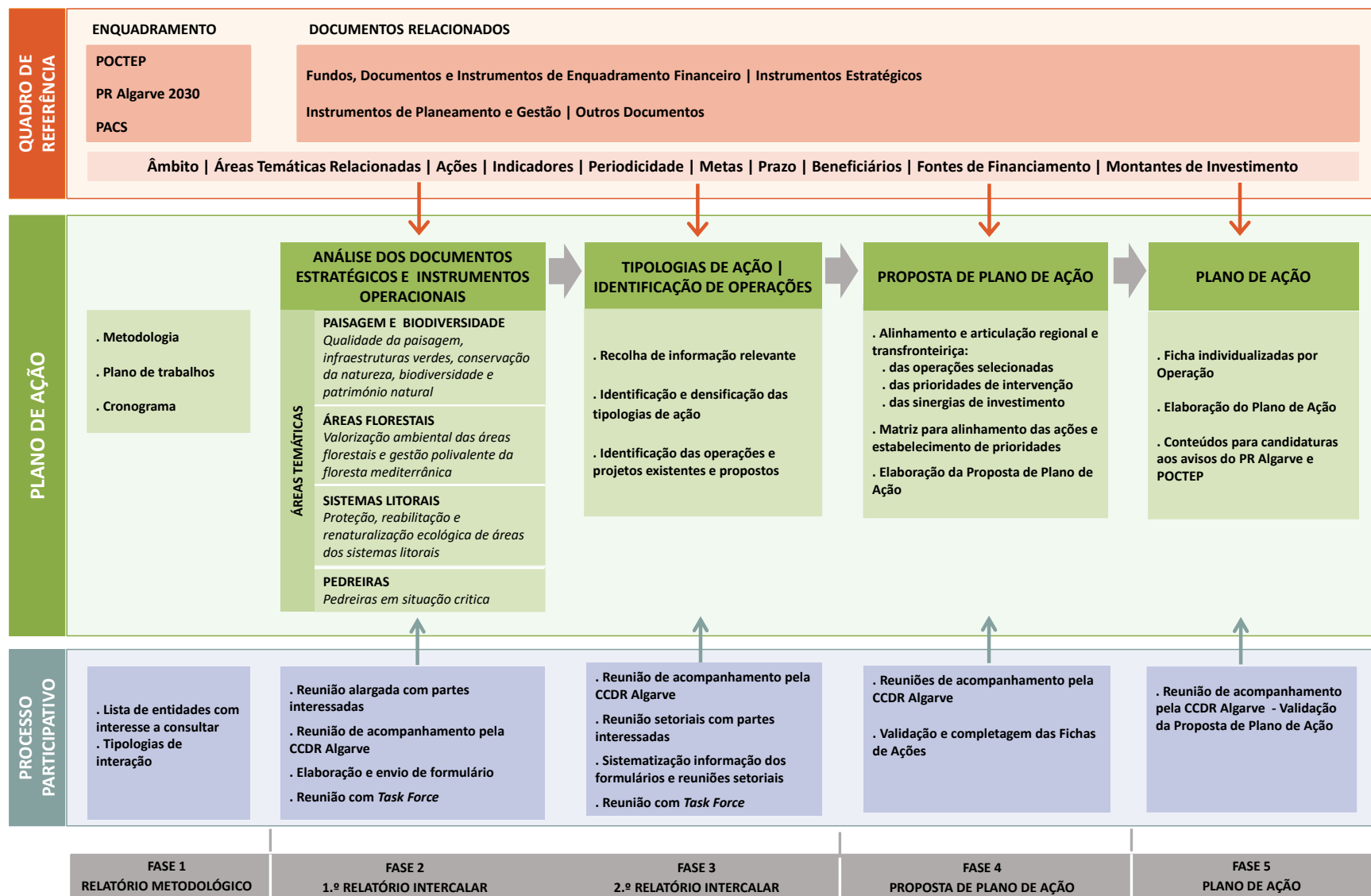


Figura 2: Esquema Metodológico do Plano de Ação

## 2.1 FASE 1 – RELATÓRIO METODOLÓGICO

A Fase 1 teve como objetivo detalhar a metodologia estabelecida em fase de proposta para a elaboração do Plano de Ação, consubstanciada num Esquema Metodológico e na descrição das tarefas inerentes a cada uma das fases.

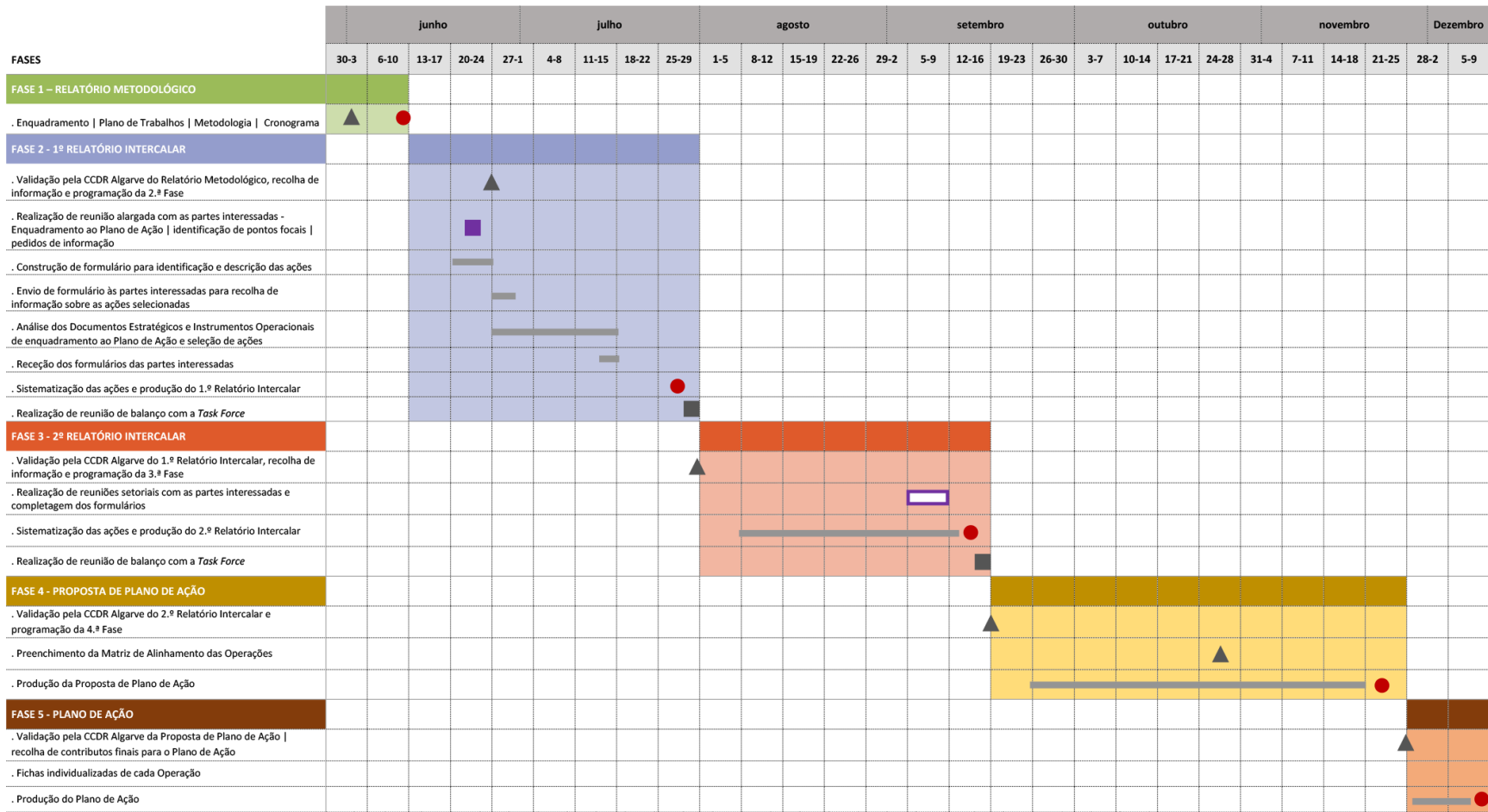
Nesta fase procedeu-se a uma primeira abordagem ao Quadro de Referência do Plano de Ação, tendo sido identificados os Instrumentos de Enquadramento Financeiro, os Instrumentos Estratégicos, os Instrumentos de Planeamento e Gestão e Outros Instrumentos.

Também nesta fase foi estabelecida a estratégia de envolvimento e de participação das partes interessadas e efetuada uma primeira identificação dos *stakeholders* a envolver, de nível nacional, regional, autárquico, entidades de ensino superior, organizações não governamentais de ambiente, associações empresariais, associações de desenvolvimento local, associações setoriais e outros representantes e gestores do território. Neste contexto, entendeu-se útil identificar as entidades com competência em razão das matérias em análise para integrar o que se designou por “Task Force”, e que de forma mais próxima contribuíram para a elaboração do Plano de Ação e definição de prioridades de execução.

A Lista de Interessados Envolvidos é apresentada no Anexo A.1.

Foram igualmente apresentados o Plano de Trabalhos e o Cronograma de Execução do Plano de Ação, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Plano de Trabalhos e Cronograma



Legenda:

- ▲ Reunião de acompanhamento pela CCDR Algarve
- Reunião com Task Force (CCDR Algarve, ICNF, APA/ARH Algarve, DRAP Algarve e AMAL)
- Reunião alargada com as partes interessadas
- Reunião setorial com as partes interessadas
- Entregáveis

Tendo em vista a recolha de contributos a integrar no Plano de Ação, durante a Fase 1 foi construído um formulário e enviado às partes interessadas pela CCDR Algarve, com o objetivo de ser preenchido e devolvido, contendo a informação relativa às ações que se encontrassem em curso ou outras que se pretendessem vir a implementar, contemplando intervenções enquadradas nas áreas das infraestruturas verdes e valorização da paisagem, conservação da natureza, biodiversidade e património natural.

No Anexo A.2 é apresentado o Modelo de Formulário de Participação.

No final da Fase 1 foi elaborado o Relatório Metodológico, contendo a seguinte informação:

- Metodologia proposta para as fases de elaboração do Plano de Ação;
- Estratégia do Processo Participativo;
- Plano de Trabalhos;
- Cronograma de Execução.

## 2.2 FASE 2 – 1.º RELATÓRIO INTERCALAR

A Fase 2 teve início com uma Reunião de acompanhamento pela CCDR Algarve tendo em vista a aferição e validação do Relatório Metodológico, disponibilização de informação adicional e programação das tarefas que iriam decorrer durante esta fase.

No dia 21 de junho de 2022, foi realizada uma reunião alargada, no Auditório da CCDR Algarve com as partes interessadas que foram convidadas, com os seguintes objetivos:

- enquadramento à elaboração e objetivos do Plano de Ação;
- apresentação do formulário que iria ser enviado às partes interessadas;
- identificação de informação complementar a recolher.

Com a continuação das interações, foi sendo atualizada e adensada a lista das partes interessadas e efetuou-se a análise dos Documentos Enquadradores que integram o Quadro de Referência do Plano de Ação e que são apresentados no ponto 3.2 do presente Relatório.

Foi produzido o 1.º Relatório Intercalar versão *draft*, que incluiu a seguinte informação:

- Quadro de Referência do Plano de Ação;
- lista das partes interessadas aferidas e respetivos pontos focais;
- formulários rececionados;
- 1.ª sistematização das tipologias de ação.

Teve lugar a primeira reunião presencial de balanço do andamento dos trabalhos com a *Task Force*, com os seguintes objetivos:

- ponto de situação da elaboração do Plano de Ação;
- análise da versão *draft* do 1º Relatório Intercalar, debate de ideias e sugestões para sua aferição;
- definição de próximos eventos participativos.

No final da Fase 2, e após ponderação dos contributos recebidos dos vários interlocutores envolvidos relativamente à versão *draft* do 1º Relatório Intercalar, este foi revisto e remetido a todos os interessados, solicitando-lhes que completassem o preenchimento das Fichas de Ação.

### **2.3 FASE 3 – 2.º RELATÓRIO INTERCALAR**

A Fase 3 teve início com uma Reunião de acompanhamento pela CCDR Algarve para validação do 1.º Relatório Intercalar, disponibilização de informação complementar relevante e programação das tarefas a executar, durante esta fase.

Conforme previsto, ao longo da presente fase foram sendo recebidas fichas de ações agregadas e outras fichas de ações individualizadas, que foram sendo integradas no documento.

Foram promovidas Reuniões setoriais presenciais pela CCDR Algarve com o ICNF, DRAP Algarve, AMAL e APA/ARH Algarve, com os seguintes objetivos:

- assegurar o alinhamento das ações recebidas com os diversos interesses setoriais;
- identificar temas relevantes que ainda não tinham sido incluídos em fichas de ação;
- definir critérios para o estabelecimento de prioridades das ações.

Foi produzido o 2.º Relatório Intercalar, que incluiu a seguinte informação:

- lista das partes interessadas completada e aferida;
- atualização e sistematização das fichas de ação recebidas e das alterações decorrentes das reuniões setoriais;
- construção da Matriz para alinhamento das ações e estabelecimento de prioridades.

No final da presente fase teve lugar uma reunião presencial com a *Task Force* para balanço do andamento dos trabalhos e obtenção de contributos das entidades com responsabilidades específicas (ICNF, APA/ARH Algarve, DRAP Algarve, DGT, Turismo de Portugal, e Universidade do Algarve) no preenchimento da Matriz, tendo em vista o alinhamento das ações e o estabelecimento de prioridades, em função dos seus interesses setoriais e das obrigações assumidas pelo Estado Português.

## 2.4 FASE 4 – PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

A Fase 4 teve início com uma Reunião de acompanhamento pela CCDR Algarve tendo em vista a aferição e validação do 2.º Relatório Intercalar e programação das futuras tarefas.

Durante a presente fase foi possível continuar o preenchimento da Matriz com vista ao alinhamento das ações e ao estabelecimento de prioridades.

Foi produzida a Proposta de Plano de Ação, que incluiu a seguinte informação:

- atualização e sistematização das fichas de ação recebidas e das alterações decorrentes da reunião com a *Task Force*;
- continuação do preenchimento da Matriz para alinhamento das ações e estabelecimento de prioridades.

## 2.5 FASE 5 – PLANO DE AÇÃO

Atendendo à estratégia de envolvimento das partes interessadas ao longo de todo o processo da elaboração do Plano de Ação, foram promovidos os seguintes tipos de interação:

- Reuniões de acompanhamento pela CCDR Algarve, que ocorreram no princípio e final de cada fase de elaboração do Plano de Ação, para validação dos conteúdos do relatório precedente e programação dos conteúdos da fase subsequente. A CCDR Algarve teve um papel fundamental no acompanhamento dos trabalhos, na agilização dos contatos e na obtenção de informação;
- Reuniões com *Task Force* que serviram para fazer o balanço do andamento dos trabalhos em momentos chave do processo e para operacionalizar os fluxos de trabalho. Este grupo reuniu representantes da CCDR Algarve, ICNF, APA/ARH Algarve, DRAP Algarve, AMAL e Universidade do Algarve;
- Reunião alargada com as partes interessadas que ocorreu no início do Plano de Ação e teve em vista o enquadramento e envolvimento dos *stakeholders* no processo;
- Reuniões setoriais com as partes interessadas que ocorrerem durante a Fase 3 e tiveram como objetivo assegurar o alinhamento das ações selecionadas com os diversos interesses setoriais, assim como com o enquadramento estratégico existente. Visaram ainda a recolha de informação adicional que permitiu completar o preenchimento dos formulários e incluir novas fichas de ação. Foram realizadas reuniões setoriais com o ICNF, APA/ARH Algarve, DRAP Algarve e AMAL;
- Contactos diretos com diversos interessados por parte da CCDR, conducentes à preparação e apresentação de fichas de ação que constam do Plano de Ação.

A Fase 5 teve início com uma Reunião de acompanhamento pela CCDR Algarve tendo em vista a aferição e validação do Relatório da Proposta de Plano de Ação e o estabelecimento de orientações a ter em conta nos conteúdos do Plano de Ação.

Na construção do Plano de Ação, os diferentes tipos de envolvimento das partes interessadas tiveram como propósito, ir recolhendo informação, esclarecendo dúvidas e adensando conhecimento de forma a permitir o alinhamento e a articulação regional de prioridades de intervenção, a identificação das potenciais fontes de financiamento e a criação de sinergias de investimento, cuja síntese desta informação foi apresentada nos quadros finais do Plano de Ação.

Durante esta fase, as fichas de ação foram convertidas em fichas individualizadas para cada operação, constantes do ponto 4.3 do presente Relatório. O Plano de Ação inclui assim uma ficha individualizada para cada operação (coincidente com fichas de ações individualizadas ou com conjuntos de fichas de ação agregadas), contendo obrigatoriamente os itens já anteriormente estabelecidos, nas fichas de ação.

O Relatório do Plano de Ação apresenta a informação final sistematizada no Quadro do Plano de Ação, contante do ponto 4.1, onde são discriminadas:

- as Tipologias de Ação (TA);
- as Tipologias de Intervenção (TI);
- as Tipologias de Operação (TO);
- as Operações (O);
- as Origens de Financiamento;
- as Prioridades das Operações;
- os Indicadores.

## **3 QUADRO ESTRATÉGICO DO PLANO DE AÇÃO**

### **3.1 ESTRATÉGIA ALINHADA ÀS ORIENTAÇÕES E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS EM RAZÃO DA MATÉRIA**

O Plano de Ação tem como objetivo identificar operações que contribuam para a proteção e valorização de espécies e habitats, bem como para a qualidade da paisagem, e sustentar a perda de biodiversidade da Região do Algarve, nomeadamente no contexto das alterações climáticas.

Simultaneamente, pretende responder às orientações estratégicas e aos compromissos assumidos nos instrumentos estratégicos europeus, nacionais e regionais, como o Pacto Ecológico Europeu, as metas da

Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030), no seu alinhamento com a Estratégia da Biodiversidade da UE para 2030, a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, o Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve e os Instrumentos de Planeamento e Gestão Nacionais e Regionais com enfoque nos Planos Especiais de Áreas Protegidas, na Rede Natura 2000, entre outros, bem como contribuir para os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em particular com os ODS 11, 13, 14 e 15.

Tendo como enquadramento os objetivos anteriormente enunciados, foram identificados, em razão da matéria, os principais documentos orientadores e os instrumentos estratégicos, europeus, nacionais e regionais, atendendo aos domínios relacionados, designadamente:

- a. **Paisagem e Biodiversidade** - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural;
- b. **Floresta** - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica, enquanto fatores relevantes para a biodiversidade;
- c. **Sistemas Litorais** - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais;
- d. **Pedreiras e Minas** - Pedreiras e minas abandonadas e em situação crítica.

No Anexo B, designado por “Estratégias em Razão da Matéria”, faz-se uma caracterização de cada documento orientador e instrumento estratégico identificado como relevante, e sempre que exista informação disponível e para auxiliar o enquadramento das operações nesses documentos, cumprindo a seguinte estrutura de informação: Periodicidade; Metas; Prazo; Beneficiários; Fontes de Financiamento e Montantes de Investimento.

Os Documentos selecionados encontram-se organizados em Instrumentos Estratégicos, Instrumentos de Planeamento e Gestão e Outros Instrumentos, conforme seguidamente se apresenta:

#### **1. Instrumentos Estratégicos (Anexo B.1)**

- Pacto Ecológico Europeu (PEU)
- Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 (EB-UE2030)
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030 (ENCNB2030)
- Convenção Europeia da Paisagem (CEP)
- Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF2030)
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
- Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) (em elaboração)
- Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL)
- Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
- Gestão Integrada de Fogos Rurais
  - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)



- Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
- Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (Plano de Intervenção)
- Plano Estratégico de Regularização de Pedreiras do Algarve
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 (Algarve 2030)
- Principais Prioridades e Projetos em Matéria de Cooperação Transfronteiriça da EuroRegiãoAAA (EuroAAA) - Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço
- Crescimento Azul para o Algarve – Projeto AtlaAzul (*em elaboração*)

## 2. **Instrumentos de Planeamento e Gestão (Anexo B,2)**

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)
- Planos Especiais das Áreas Protegidas
  - Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (PORNSCMVRSA)
  - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNR)
  - Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)
- Rede Natura 2000
  - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
  - Planos de Gestão da Rede Natura 2000 (PGRN 2000) (*em elaboração*)
  - Quadro de Ação Prioritária (QAP) para a Rede Natura 2000 em Portugal Continental e para o espaço marítimo adjacente 2021-2027 (QAP 2021-2027)
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica
  - Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Guadiana - RH7
  - Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) das Ribeiras do Algarve – RH8
- Programa de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)
- Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS)

## 3. **Outros Documentos (Anexo B.3)**

- Planos de Ação de Espécie do Algarve (*em elaboração*)
- Espécies Invasoras no Algarve: Habitats prioritários da Rede Natura 2000 afetados
- Plano de Salvaguarda dos Cavalos-Marinheiros na Ria Formosa (PSCMRF)

## 3.2 **ESTRATÉGIA ALINHADA AO FINANCIAMENTO**

Portugal definiu uma estratégia para o seu desenvolvimento num horizonte temporal até 2030, designada por Estratégia Portugal 2030, que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de

novembro e que visa contribuir para a concretização da visão de “recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a EU, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial”.

A Estratégia Portugal 2030 apresenta-se estruturada em torno de quatro agendas temáticas, designadamente: As pessoas primeiro - um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade (Agenda 1); Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento (Agenda 2); Transição climática e sustentabilidade dos recursos (Agenda 3) e Um país competitivo externamente e coeso internamente (Agenda 4).

Está igualmente alinhada com as prioridades da UE, estruturando-se em cinco objetivos estratégicos (OP): Portugal mais competitivo e inteligente (OP1), investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo; Portugal mais verde (OP2), que aplique o Acordo de Paris e invista na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas; Portugal mais conectado (OP3), com redes de transportes estratégicas; Portugal mais social e inclusivo (OP4), na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, o acesso à cultura, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde; Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos (OP5), através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável.

Para além de detalhar e precisar o caminho estratégico para o desenvolvimento do País na próxima década, a Estratégia Portugal 2030 constitui o elemento enquadrador e estruturador dos grandes programas de modernização que, com o financiamento dos fundos da EU, serão executados nos próximos anos – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Acordo de Parceria e os Programas Operacionais no âmbito dos Fundos da Política de Coesão e o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

De acordo com o Regulamento (UE) n.º 2021/1060, de 24 de junho, o Acordo de Parceria 2030 assume o alinhamento com a Estratégia Portugal 2030 e constitui o instrumento “que estabelece (para cada Estado Membro) a orientação estratégica da programação e as modalidades para uma utilização eficaz e eficiente do FEDER, do FSE+, do Fundo de Coesão, do FTJ e do FEAMPA durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2027.”

Para além dos Fundos do Acordo de Parceria referidos, outros Instrumentos de Financiamento irão ser considerados no apoio às ações que vierem a ser selecionadas no Plano de Ação nomeadamente, o Fundo Ambiental (FA), de âmbito nacional, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu de

Garantia Agrícola (FEAGA), o Horizonte Europa, o Programa *Life*, o Programa de Cooperação Territorial Europeia (URBACT), o *European Economic Area Agreement (EEA Grants)*, entre outros.

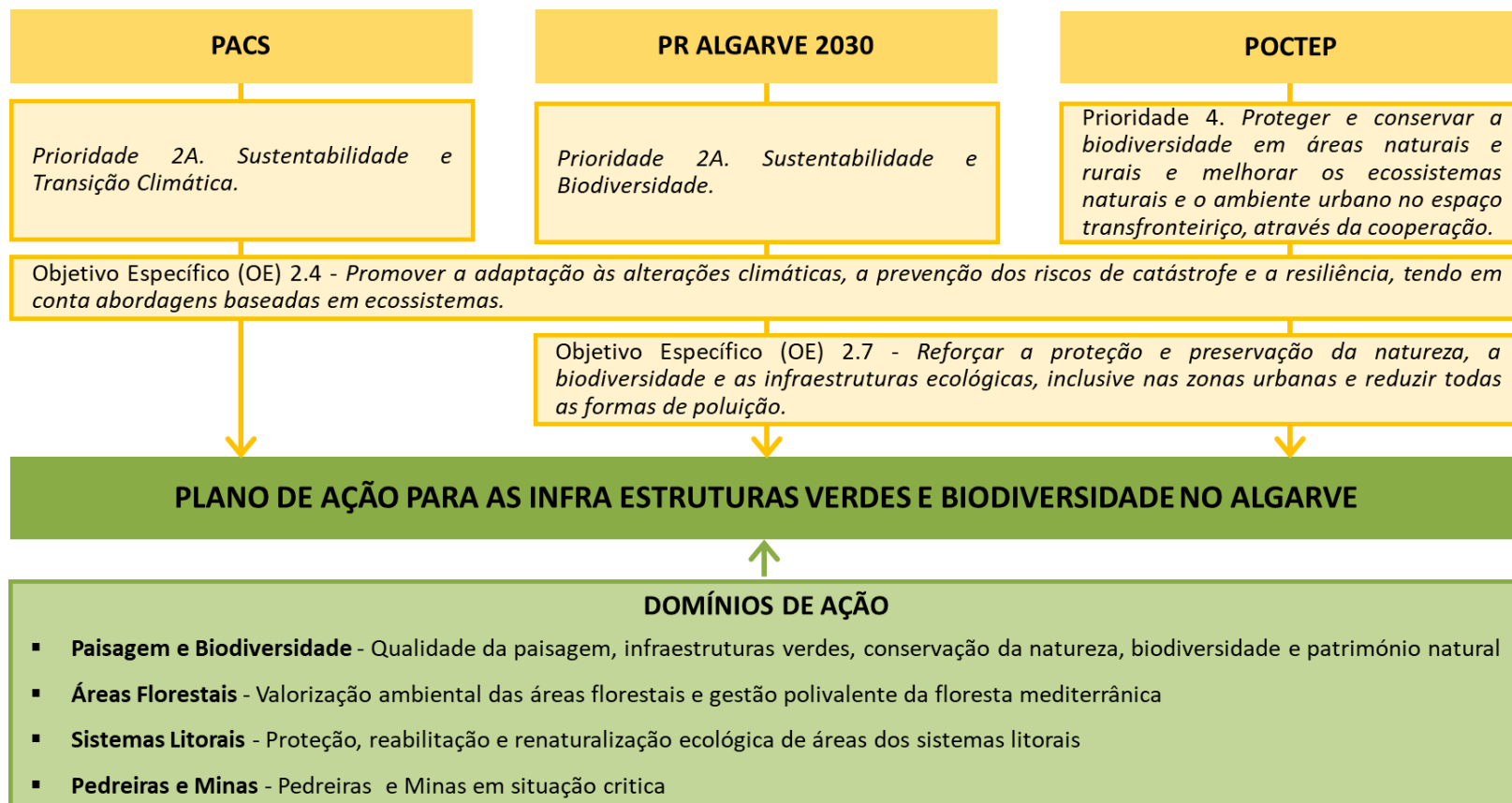
Atendendo à Estratégia Portugal 2030 e ao Acordo de Parceria referidos, o presente Plano de Ação encontra-se alinhado com a Agenda temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos e enquadrado no OP2 *Uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, através da promoção de uma transição energética limpa e equitativa, de investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável.*

Sendo a mobilização da totalidade dos fundos da política de coesão implementada através de Programas Operacionais (PO), o presente Plano de Ação tem sobretudo relevância para enquadramento no Programa Regional do Algarve 2030 (PR Algarve 2030), no Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) e também no Programa Operacional de Cooperação Territorial Europeia – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP).

Atendendo ao OP2 – Portugal mais verde, verifica-se que as ações que integram o Plano de Ação deverão dar resposta ao Objetivo Específico (OE) 2.4 - *Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas* e ao OE 2.7 - *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição* e deverão ainda estar *alinhadas* com as ações previstas nos documentos que integram o Quadro de Referência do Plano de Ação e contribuirão para atingir as metas neles contidas.

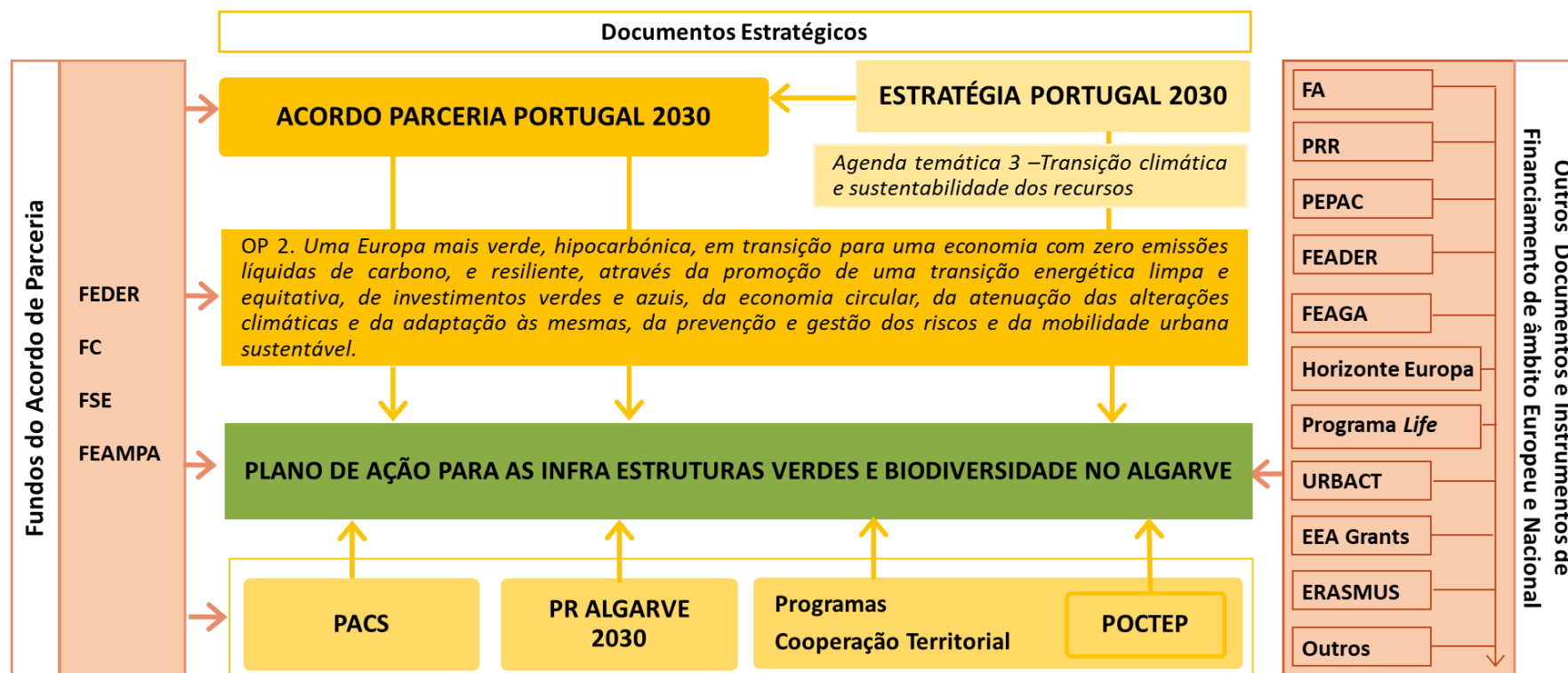
Os esquemas ilustrativos do enquadramento estratégico e financeiro do Plano de Ação são apresentados nas Figura 3 e 4.

No Anexo C encontram-se os Fundos, os Documentos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro.



PACS – Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade | POCTEP - Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2021-2027 | PR Algarve 2030 – Programa Regional do Algarve 2030

Figura 3: Esquema do Enquadramento Estratégico do Plano de Ação



EEA Grants – *European Economic Area (EEA) Agreement* | FA – Fundo Ambiental | FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAGA - Fundo Europeu de Garantia Agrícola | FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | FC – Fundo de Coesão | FSE - Fundo Social Europeu | FEAMPA - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura | PACS – Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade | PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum | POCTEP - Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2021-2027 | PR Algarve 2030 – Programa Regional do Algarve 2030 | PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

Figura 4: Esquema do Enquadramento Estratégico e Financeiro do Plano de Ação

## 4 PLANO DE AÇÃO

### 4.1 QUADRO DO PLANO DE AÇÃO

No Quadro 2 é apresentado o Quadro do Plano de Ação, com a seguinte organização da informação:

- Tipologias de Ação (TA);
- Tipologias de Intervenção (TI);
- Tipologias de Operação (TO);
- Operações (O);
- Origens de Financiamento;
- Prioridades das Operações;
- Indicadores.

Quadro 2 – Quadro do Plano de Ação

TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES			
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado		
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITI Água	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros					
<b>2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</b>																		
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações limíticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano	TO 1 - Infraestruturas Verdes Urbanas e Periurbanas Municipais e Intermunicipais	01 MAIbuFeira - Requalificação dos Parques verdes urbanos - Reduzindo o consumo de água e multiplicando espécies autóctones	5.1							✓				RCO 74*	---		
			01 MFaro - 2.ª Fase do Parque Ribeirinho de Faro	2.7								✓				---	RCR 95	
			02 MFaro - Parque Urbano do Alto de Santo António	5.1									✓				RCO 74*	---
			01 MLoulé - Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Loulé	5.1									✓				---	---
			02 MLoulé - Parque Urbano e Agrícola de Loulé	5.1									✓				RCO 74*	---
			03 MLoulé - (Re)arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano	5.1									✓				RCO 74*	---
			04 MLoulé - Expansão das Hortas Urbanas de Loulé	5.1									✓				RCO 74*	---
			02 MMonchique - Dotar os espaços públicos de árvores com menos necessidades hídricas	5.1									✓				---	---
			03 MMonchique - Dotar os espaços públicos de sistemas de rega mais eficientes	5.1									✓				---	---
			04 MMonchique - Requalificação do Parque de S. Sebastião	5.1									✓				RCO 74*	---
			08 MPortimão - Criação de Parque Ambiental do Bom Retiro	2.7									✓				RCO 36	RCR 95
			09 MPortimão - Criação de Corredor Ecológico / Parque Urbano na zona do Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo, preferencialmente com ligação à área adjacente a Norte e à zona do Vau	5.1									✓				RCO 74*	---
			04 MSilves - Requalificação de espaços verdes públicos	5.1									✓				RCO 74*	---
			05 MSilves - Criação de ilhas-sombra em meio urbano e periférico	2.7 e 5.1									✓				RCO 74*	RCR 95
			09 MSilves - Estudo de avaliação técnica e medidas de adaptação bioclimática do tecido urbano de Silves para promoção da segurança termal das comunidades e bens	5.1									✓				RCO 74*	---
			05 MTavira - Hortas Urbanas de Tavira (Consolidação e continuidade do Projeto) e Jardins Alimentares	5.1									✓				RCO 74*	---
			10 MTavira - Parque Verde do Séqua			2.7							✓				RCO 36	RCR 95
			07 MVRSA - Infraestrutura Verde Urbana	5.1									✓				RCO 74*	---
			05 UALG - Infraestrutura Verde ao longo da Estrada Nacional EN125	2.7									✓				---	RCR 95
			01 VICENTINA - Jardins Silvestres de Polinizadores	2.7									✓				RCO 36	RCR 95
			03 Associação Vita Nativa - Valorização da biodiversidade em meio urbano	2.7									✓				---	RCR 95
			06 Associação Vita Nativa - Reversão de espaços verdes públicos em jardins autóctones de sequeiro	2.7									✓				---	RCR 95
			03 CentroCiençiaViva - Jardim sensorial com base na Biodiversidade do Algarve	2.7									✓				RCO 36	RCR 95
			Ações de prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras	TO 2 - Infraestruturas de proteção e valorização nos sistemas dunares	01 ICNF - Plano de intervenção para a remoção/controlo de plantas invasoras em SNAC e regime florestal	2.7								✓				RCO 37
	05 APA - Valorização das infraestruturas dunares	2.7										✓				RCO 37	RCR 95	
	13 APA - Infraestruturas de apoio e valorização das interfaces de uso balnear	2.7											✓			---	RCR 95	
	04 MAIjezur - Fozes de ribeiras, Reforço dunar e desobstrução de cursos de água					2.4							✓			RCO 25	RCR 35	
	03 MFaro - Reconstrução Dunar da Praia de Faro	2.7			2.4								✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
	12 MLoulé - Regeneração de dunas	2.7			2.4								✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
	04 MPortimão - Conclusão da construção dos passadiços e seus acessos	2.7			2.4								✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
	02 MTavira - Combater as invasoras nas ilhas da Ria Formosa	2.7			2.7								✓			RCO 37	RCR 95	
	04 MTavira - Valorização ambiental dos acessos às praias de Tavira - ilhas barreiras da Ria Formosa				2.4								✓			RCO 25	RCR 35	
	03 MVRSA - Plano de Gestão da Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA	2.7											✓			RCO 37	---	
	05 MVRSA - Requalificação do Cordão Dunar / Praia				2.4								✓			RCO 25	RCR 35	
	Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença	TO 3 - Intervenções nos leitos e margens das linhas de água não navegáveis e flutuáveis			04 APA - Requalificação ambiental das áreas envolventes de albufeiras de águas públicas			2.4 e 2.7						✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95
			10 APA - Melhoria do regime hidrológico de cursos de água (RH8 - Ribeiras do Algarve) em processo de colimação dos troços terminais			2.4						✓			RCO 25	RCR 35		
			02 MAIbuFeira - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Quarteira			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			03 MAIbuFeira - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Albufeira			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			04 MAIbuFeira - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Espiche			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			05 MAIbuFeira - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Santa Eulália			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			06 MAIbuFeira - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Vale Navio			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			02 MAIjezur - Ribeiras - limpeza e valorização da galeria ripícola e projeto de educação para a água			2.7							✓			RCO 37	RCR 95	
			03 MAIjezur - Ribeira de Seixe - Projeto de valorização			2.7							✓			RCO 37	RCR 95	
			04 MFaro - Bacia de Retenção da Ribeira de Vale das Almas e melhoramento das passagens hidráulicas sob a EN125-10			2.4							✓			RCO 25	RCR 35	
			05 MFaro - Requalificação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar da Ria Formosa - Ribeira do Rio Seco			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
			07 MMonchique - Reabilitação do Troço Urbano da Ribeira de Monchique			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95	
01 MSilves - Requalificação e Valorização da Ribeira de Alcantarilha					2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95		
03 MSilves - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água na Ribeira de Odelouca em São Marcos da Serra					2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95		
08 MSilves - Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e reabilitação de estruturas de retenção de água na Ribeira do Falacho/Quinta Pedagógica			2.4 e 2.7							✓			RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95				

TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES						
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado					
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITI Água	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros								
<b>2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</b>																					
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença	TO 4 - Intervenções em linhas de água e leitos navegáveis e fluviáveis	06 APA - Requalificação e valorização de linhas de água e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação associadas			2,4 e 2,7					✓					RCO 25; RCO 37	RCR 35; RCR 95				
			02 MSilves - Acessibilidade fluvial, desassoreamento e requalificação ambiental do Rio Arade			2,7					✓						RCO 37	RCR 95			
			08 UALG - Plano integrado de valorização e requalificação de linhas de água no Algarve, com recurso a técnicas de Engenharia Natural			2,7						✓						RCO 37	RCR 95		
			06 ATBG - Melhoria dos Sistemas de gestão das margens das ribeiras			2,7						✓						RCO 37	RCR 95		
	Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença	TO 5 - Intervenções de zonas húmidas artificializadas	07 APA - Intervenções em estruturas hidráulicas obsoletas no interior dos sistemas estuarino-lagunares. Reabilitação e renaturalização de áreas artificializadas inativas nesses sistemas aquáticos	2,7							✓						RCO 38	RCR 52			
			06 UALG - Valorização do salgado de Castro Marim	2,7							✓						RCO 37	RCR 95			
			07 UALG - Valorização das áreas de salinas abandonadas na zona algarvia	2,7								✓					---	RCR 95			
			10 UALG - Identificação dos riscos ambientais à produção e expansão da aquacultura de bivalves no Algarve	2,7								✓		FEAMPA			---	---			
			02 SPEA - Recuperação de habitat e restauro de zonas húmidas	2,7								✓					RCO 37	RCR 95			
	Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactos severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade	TO 6 - Intervenções em matas, perímetros florestais e espaços rurais de utilização coletiva	09 MAIbeira - Valorização de Espécies Autóctones - Criar um Eco-Jardim na Encosta do Castelo de Paderne				2,7				✓						RCO 36	RCR 95			
			01 MAJezur - Projeto de reforestação e valorização das Florestas	2,7						✓	✓	✓					---	RCR 95			
			10 MPortimão - Valorização paisagística do sítio arqueológico da Abicada		5,1												RCO 74*	---			
			11 MPortimão - Valorização paisagística do sítio arqueológico de Alcalar		5,1												RCO 74*	---			
			01 MTavira - Plano de Ação para o Parque de Lazer da Mata da Conceição e implementação das medidas	2,7								✓			FFP		RCO 36	RCR 95			
			06 MTavira - Requalificação e valorização ambiental e paisagística do Pego do Inferno					2,7				✓					RCO 37	RCR 95			
	Promoção de retenção de água nas linhas de água afluentes, beneficiando as condições ambientais e contrariando a desertificação e criação de infraestruturas verdes de suporte à visitação e usufruto de espaços, com a recuperação/valorização de zonas notáveis do ponto de vista ambiental e cénico, incluindo a criação de condições para a mobilidade ciclável e garantindo exclusivamente usos compatíveis com a proteção dos valores naturais e da biodiversidade em presença	TO 7 - Percursos ambientais e centros de informação e sensibilização sobre a natureza e biodiversidade	02 UALG - Operação Montanha Verde (OMV)	2,7							✓					---	RCR 95				
			01 TurismoPortugal - Melhoria das condições de visitação das 3 áreas protegidas - Parque Natural da Ria Formosa, Parque Natural do Sudoeste Alentejano, Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de Santo António	2,7								✓					RCO 37	RCR 95			
			01 MLagoa - Centro Interpretativo do Litoral e Observatório Fotográfico das Paisagens de Lagoa		2,7							✓					---	RCR 95			
			15 MLoulé - Programa de Educação, Sensibilização e Informação sobre Alterações Climáticas do Município de Loulé		2,4 e 2,7							✓					---	---			
			19 MLoulé - Intervenções em percursos complementares à Via Algarviana, ao nível da qualificação da sinalética, equipamento de apoio, e promoção e dinamização					5,2				✓					RCO 74*	---			
			22 UALG - Centro Interpretativo do Ramalhete: Um ponto de referência em Faro para a comunicação do Parque Natural da Ria Formosa	2,7								✓					---	RCR 95			
			02 ODIANA - Rede de Percursos Pedestres do Baixo Guadiana					5,2				✓					RCO 74*	---			
			03 ODIANA - Projeto Mascotes do Baixo Guadiana					5,2				✓					RCO 74*	---			
			04 ODIANA - Dinamização dos Recursos Endógenos da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	2,7								✓					---	---			
			02 ATBG - Plano de educação para o Património Natural	2,7								✓					---	RCR 95			
			10 ATBG - Atividades de educação para a floresta, nas escolas e público em geral	2,7								✓					---	RCR 95			
			01 RVICENTINA - Rede de percursos de cycling da Costa Vicentina					5,2				✓					RCO 74*	---			
			03 ATBG - Rede de Observatórios e Centros de Interpretação do Património Natural	2,7								✓					---	RCR 95			
			07 ALMARGEM - Implementação de infraestruturas verdes de apoio à visitação da GR13 - Via Algarviana e rede de infraestruturas complementares					5,2				✓					RCO 74*	---			
			01 CentroCiênciaViva - Requalificação de Aquários. Conhecer e Proteger a Biodiversidade marinha	2,7													---	RCR 95			
			02 CentroCiênciaViva - Construção de uma ecocasa na árvore para a observação inclusiva e acessível da biodiversidade da avifauna da Ria Formosa e da baixa de Faro	2,7													---	RCR 95			
			Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e da população escolar em particular	TO 8 - Intervenções florestais de proteção da biodiversidade	06 ICNF - Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	2,7		2,4				✓	✓	✓					RCO 28	RCR 36	
					07 ICNF - Rede de Mosaicos - Constituição/manutenção de mosaicos de gestão de combustíveis, através do fomento de mosaicos de parcelas afetos a usos agrícolas ou silvo pastoris, que promovam descontinuidades em manchas arbóreas e arbustivas, incrementem a resiliência e facilitem o combate a incêndios rurais	2,7		2,4					✓	✓	✓					RCO 28	RCR 36
					08 ICNF - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	2,7		2,4					✓	✓	✓					RCO 28	RCR 36
	09 ICNF - Apoio às Áreas Agregadas de Gestão da Floresta	2,7				2,7					✓	✓	✓				---	---			
	16 ICNF - Controlo fitossanitário de povoamentos florestais	2,7				2,4					✓	✓	✓				RCO 28	RCR 36			
	04 ICNF - Valorização do regime florestal da região do Algarve	2,7				2,7					✓	✓	✓				---	---			
	01 DRAP Algarve - Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos				2,4						✓				FFP		RCO 28	RCR 36			
	02 DRAP Algarve - Multifuncionalidade dos espaços rurais	2,7				2,7					✓	✓					---	---			
	01 AGIF - Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural	2,7				2,4					✓	✓					RCO 28	RCR 36			
02 AGIF - Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas										✓	✓	✓		FFP		---	---				
04 AGIF - Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais	2,7				2,7					✓	✓	✓				---	---				
07 MLoulé - Implementação/Operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Loulé		2,4														RCO 28	RCR 36				
11 MLoulé - Criação de reservas estratégicas de água à superfície					2,4 e 2,7					✓	✓					RCO 28	RCR 36				
09 MMonchique - Criação de rede de depósitos de água para combate a incêndios		2,4										✓				RCO 28	RCR 36				
15 MPortimão - Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos		2,4									✓			FFP		RCO 28	RCR 36				
03 ANP WWF - Iniciativa de Restauro da Paisagem na Serra Algarvia					2,7					✓	✓	✓				---	---				
04 ANP WWF - Baldeirão Re-Montado: Reforestação e adensamento de sistemas agroflorestais mediterrânicos					2,7					✓	✓					---	---				
09 ATBG - Sistema de transição para a substituição do pinheiro com outras espécies	2,7										✓	✓				---	---				
01 CUMEADAS - Valorização ambiental das áreas florestais e gestão polivalente da floresta mediterrânica	2,7										✓	✓				---	---				



TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES					
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado				
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITÁgua	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros							
<b>2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</b>																				
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Ações dirigidas à recuperação e proteção de espécies ameaçadas inscritas no Cadastro Nacional de Valores Classificados, e/ou com estado de conservação desfavorável e habitats naturais com estado de conservação desfavorável	TO 9 - Intervenções de salvaguarda de ecossistemas, habitats e espécies em áreas protegidas, rede natura 2000 e zonas de interesse para a conservação da natureza e biodiversidade	02 ICNF - Levantamento e remoção de resíduos em SNAC	2.7							✓					RCO 37	RCR 95			
			03 ICNF - Requalificação do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	2.7								✓						RCO 37	RCR 95	
			04 ICNF - Estudo, construção, instalação, acompanhamento e monitorização de estruturas anti arrasto e de abrigos para cavalos-marinhos	2.7									✓						RCO 37	---
			05 ICNF - Identificação dos valores naturais nas zonas dos fundeadouros da Ria Formosa	2.7									✓						RCO 37	---
			19 ICNF - Estudo e Plano de Ação para identificação e monitorização de espécies autóctones com especial interesse para a conservação da natureza entre as quais: Linaria algarviana; Armenia velutina, Narcissus wilkommii, Tuberaria major, Thymus lotocephalus; ...	2.7									✓						RCO 37	---
			22 ICNF - Mapeamento das áreas de distribuição e avaliação do estado de conservação das três espécies de ervas-marinhas: Zostera marina; Zostera noltii e Cymodocea nodosa	2.7									✓						RCO 37	---
			23 ICNF - Estudos, avaliação do impacto ecológico, monitorização e ações de controlo das espécies exóticas invasoras que ocorrem em Área Costeira e Lagunar: Caulerpa prolifera; Spartina densiflora; Mnemiopsis leidyi; Callinectes sapidus; outras.	2.7									✓						RCO 37	---
			24 ICNF - Levantamento e monitorização das áreas de distribuição das espécies de cavalos-marinhos e sua monitorização em SNAC	2.7									✓						RCO 37	---
			25 ICNF - Mapeamento das áreas de distribuição e monitorização do estado de conservação de espécies de Holotúrias em áreas classificadas: Ria Formosa, Costa Sudoeste e Rio Arade	2.7									✓						RCO 37	---
			26 ICNF - Avaliação do impacto da pesca lúdica nos bancos naturais da Ria Formosa	2.7									✓						RCO 37	---
			31 ICNF - Impacto ecológico da ostreicultura (Crassostrea angulata e Crassostrea gigas) no habitat prioritário 1150 lagunas costeiras (Ria Formosa e Ria de Alvor)	2.7									✓						RCO 37	---
			32 ICNF - Atualização das cartas de habitat com levantamento da fauna e flora das áreas classificadas	2.7									✓						RCO 37	---
			33 ICNF - Estudos de ecologia e de repovoamento das espécies Ilex aquifolium, Myrica faya, Rhododendron ponticum, Quercus canariensis (ZEC Monchique)	2.7									✓						RCO 37	---
			35 ICNF - Avaliação da capacidade de carga em áreas classificadas para uso turístico	2.7									✓						RCO 37	---
			39 ICNF - Monitorização da avifauna nas Zonas de Proteção Especial ZPE(s) do Algarve	2.7									✓						RCO 37	---
			45 ICNF - Avaliação do estado de conservação do habitat 8310 - grutas não exploradas pelo turismo	2.7									✓						RCO 37	---
			46 ICNF - Renaturalização de espaços abandonados do Domínio Público	2.7									✓						RCO 37	RCR 95
			50 ICNF - Promoção de faixas de proteção de habitats litorais (ZEC Costa Sudoeste/ Ria Formosa)	2.7									✓						RCO 37	---
			56 ICNF - Estudo e Plano de Ação para a definição de procedimentos e metodologias para a redução de lixiviação de agroquímicos (ZEC Costa Sudoeste)				2.7						✓						RCO 37	---
			59 ICNF - Melhoria económica e ambiental de florestas e investimento não produtivo ou com produtividade muito marginal	2.7									✓						---	---
			60 ICNF - Conservação de galerias ripícolas e áreas sub-ripícolas e da fauna e vegetação ribeirinha e fluvial				2.7						✓						RCO 37	RCR 95
			61 ICNF - Promoção do medronhal extensivo (ZEC Monchique e ZEC Caldeirão)	2.7								✓	✓						RCO 37	---
			63 ICNF - Reabilitação do castanheiro (9260) na Serra de Monchique	2.7									✓						RCO 37	---
			65 ICNF - Criação de santuários de vida selvagem, zonas de não caça, e proibição da caça com controlo de predadores	2.7									✓						RCO 37	---
			66 ICNF - Reabilitação de floresta com espécies autóctones como fonte de sumidouro de carbono	2.7								✓	✓						RCO 37	---
			69 ICNF - Criação de refúgios estivals nas pequenas bacias costeiras intermitentes da RN2000	2.7									✓						RCO 37	---
			70 ICNF - Medidas de conservação ex situ no Viveiro de Monte Gordo	2.7									✓						RCO 37	---
			76 ICNF - Obrigação de faixas de compensação de espécies autóctones com função de proteção e para instalação e conservação das sebes arborizadas/criação de sebes arborizadas (decorrente de licenciamento)	2.7									✓						RCO 37	---
			80 ICNF - Implementação das medidas complementares decorrentes dos planos de gestão das ZEC do Algarve	2.7									✓						RCO 37	---
			81 ICNF - Reformulação da rede de acessos informais nas Áreas Protegidas (AP)	2.7									✓						RCO 37	RCR 95
			85 ICNF - Aquisição e/ou contratução de áreas para a conservação da natureza e criação de micro reservas	2.7									✓						RCO 37	---
			02APA - Dragagens no sistema lagunar da Ria Formosa										✓				PACS		---	---
			03 APA - Rede de infraestruturas de fundação e amarração na Ria Formosa	2.7									✓				FEAMPA		RCO 37	RCR 95
			08 APA - Estudo da importância da rede de pequenos reservatórios de águas na serra algarvia	2.7	2.4								✓						RCO 28	RCR 36
			11 APA - Intervenções que visem a interceção, detenção, retenção e infiltração de água na região do Algarve				2.4						✓						RCO 28	RCR 36
			12 APA - Monitorização e Controlo de espécies invasoras nos ecossistemas aquáticos				2.7						✓						RCO 37	RCR 95
			14 APA - Remuneração dos serviços de ecossistemas relativos às zonas de infiltração máxima (recarga de aquíferos)									✓	✓				FFP		---	---
05 DRAP - Promover o apoio às raças autóctones algarvias	2.7	2.4							✓					FFP		RCO 28	RCR 36			
02 DGT - Indicadores de conectividade ecológica que integram o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU) e avaliam e monitorizam o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	2.7									✓						---	---			
04 AMAL - Gestão de galerias ribeirinhas				2.5 e 2.7						✓						RCO 37	RCR 95			
07 MAIbufera - Proteção do habitat de Narcissus Wilkommii				2.7						✓						RCO 37	---			
09 MLoulé - Salvaguarda das Áreas Protegidas de Âmbito Local	2.7									✓						RCO 37	RCR 95			

TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES						
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado					
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITI Água	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros								
<b>2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</b>																					
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Ações dirigidas à recuperação e proteção de espécies ameaçadas inscritas no Cadastro Nacional de Valores Classificados, e/ou com estado de conservação desfavorável e habitats naturais com estado de conservação desfavorável	TO 9 - Intervenções de salvaguarda de ecossistemas, habitats e espécies em áreas protegidas, rede natura 2000 e zonas de interesse para a conservação da natureza e biodiversidade	10 MIoulé - Monitorização e controle de plantas exóticas invasoras			2.7					✓						RCO 37	---			
			13 MIoulé - Programa de Alimentação Regular de Praias do Município de Loulé									✓			PACS			---	---		
			06 MPortimão - Criação de Área Protegida local na Ria de Alvor	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			07 MPortimão - Corredor Ecológico Local / Paisagem Protegida de João D'Arens	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			04 MVRSA - Reabilitação da Ria Formosa	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			06 MVRSA - Requalificação da zona limítrofe da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			18 UALG - Programa de mapeamento de habitats marinhos do Algarve	2.7									✓						RCO 37	---	
			19 UALG - Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade do Parque Natural da Ria Formosa – SIMRIAFORMOSA	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			24 UALG - Olival como Infraestrutura Verde: Valorização do bagaço e caroço de azeitona	2.7							✓					FEAMPA			---	---	
			25 UALG - Valorização do resíduo da Alfarroba em economia circular	2.7							✓					FEAMPA			---	---	
			01 RIAS/ALDEIAS - Promover a recuperação e investigação de fauna selvagem	2.7									✓						---	---	
			01 Associação Vita Nativa - Criação de viveiro de flora autóctone	2.7									✓						---	---	
			02 Associação Vita Nativa - Ações de erradicação de espécies de fauna invasora	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			04 Associação Vita Nativa - Restauro de áreas prioritárias para a nidificação de espécies protegidas e vulneráveis	2.7									✓						RCO 37	---	
			05 Associação Vita Nativa - Restauro de ecossistemas e erradicação de espécies exóticas de flora	2.7									✓						RCO 37	RCR 95	
			01 SPEA - Proteção e monitorização das colónias nidificantes de aves marinhas ameaçadas	2.7									✓						RCO 37	---	
			06 SPEA - Extensão dos limites marinhos da ZPE Ria Formosa e implementação de medidas de gestão	2.7									✓			FEAMPA			RCO 37	---	
			06 ALMARGEM - Recuperação de habitat de Cágado-de-caraça-estriada – Praia do Garrão Nascente (Loulé)	2.7									✓						RCO 37	---	
			Concretização das ações dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios vulneráveis, complementando as intervenções a realizar no âmbito do PRR, quer ao nível das ações, quer em outros territórios enquanto projetos de interesse coletivo	TO 10 - Ações de recuperação de áreas ardidas com valor para a biodiversidade	12 ICNF - Gestão e recuperação da população de coelho bravo							✓					FFP			---	---
					13 ICNF - Constituição/manutenção de rede de pontos de água em ambiente florestal			2.4 e 2.7			✓	✓					FFP			RCO 28	RCR 36
					05 AMAL - Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas							✓	✓	✓			FFP			---	---
	03 AGIF - Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais									✓	✓	✓			FFP			---	---		
	05 AGIF - Implementação de ações no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGP SMS)					2.4 e 2.7			✓	✓	✓				FFP			RCO 28	RCR 36		
	01 DGT - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras de Monchique e Silves e da Serra do Caldeirão e Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)	2.7								✓	✓	✓			FFP			---	---		
	12 MMonchique - Execução do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves					2.4 e 2.7			✓	✓	✓				FFP			RCO 28	RCR 36		
	13 MMonchique - Implementação das OIGP da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) área Prioritária "Corredor Verde de Monchique"					2.4 e 2.7			✓	✓	✓				FFP			RCO 28	RCR 36		
	14 MMonchique - Remuneração dos serviços dos ecossistemas									✓					FFP			---	---		
	12 MPortimão - Criação de AIGP	2.7								✓	✓	✓			FFP			---	---		
	13 MPortimão - Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas									✓	✓	✓			FFP			---	---		
	14 MPortimão - Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha									✓	✓	✓			FFP			---	---		
	16 MPortimão - Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, onde se inclui o Condomínio da Aldeia				2.4					✓	✓	✓			FFP			RCO 28	RCR 36		
	01 ANP WWF - Plantar Água – Restauro Florestal e Ecológico na Serra do Caldeirão						2.7						✓						---	RCR 95	
	02 ANP WWF - Plantando Água, Semeando o Futuro						2.7						✓						---	RCR 95	
	02 GEOTA - Renature Monchique						2.7						✓						---	RCR 95	
	02 RVICENTINA - Observatório de morcegos em Vale da Telha	2.7											✓						RCO 37	RCR 95	
	01 BARLAVENTO - Constituição e Gestão das AIGP "Nova Serra", "Falacho-Enxerim" e "Odelouca"	2.7									✓	✓	✓			FFP			---	---	
	02 ALMARGEM - Reabilitação de habitats e remoção de invasores do Vale da Asseca (Tavira)						2.7						✓						RCO 37	---	
	03 ALMARGEM - Valorização do Vale da Asseca através da instalação de infraestruturas verdes de apoio à visitação								2.7				✓						RCO 37	RCR 95	

TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES						
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado					
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITI Água	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros								
2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição																					
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural  Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e da população escolar em particular	TO 11 - Ações de informação, sensibilização, modelos de gestão/co-gestão, planeamento, sinalética, estudos	71 ICNF - Capacitação fiscalizadora da autoridade nacionais em matérias ambientais												FSE		---	---			
			72 ICNF - Programa de formação específica para atividades de animação ambiental e marítimo-turísticas orientadas para a observação dos valores naturais														FSE		---	---	
			74 ICNF - Implementação e requalificação das infraestruturas de informação, interpretação e de acolhimento de uso público - modernização e orientação para áreas classificadas	2.7								✓								---	RCR 95
			82 ICNF - Estudo para a definição de procedimentos e metodologias para o controlo de exóticas	2.7								✓								---	---
			78 ICNF - Aquisição de equipamento de suporte à vigilância		2.4															RCO 28	RCR 36
			06 AGIF - Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais													2.4				RCO 28	RCR 36
			01 APA - Assinalamento marítimo dos canais de navegação da Ria Formosa	2.7									✓							---	---
			09 APA - Plataforma da mobilidade na Ria Formosa	2.7									✓							---	---
			02 TurismoPortugal - Gestão de embarcações turísticas em áreas sensíveis (Áreas Classificadas)	2.7									✓				FT			RCO 37	---
			04 TurismoPortugal - Monitorização da carga turística (Áreas Classificadas)	2.7									✓				FT			RCO 37	---
			05 TurismoPortugal - Capacitação dos profissionais do turismo na Região do Algarve nas áreas da Sustentabilidade e da Biodiversidade														FSE			---	---
			01 RTurismoAlgarve - Programa Regional de Ecoturismo (PRE)	2.7									✓				FT			---	---
			02 RTurismoAlgarve - MADAME - Models and tools for ADaptation to climate change in Mediterranean Economies in the tourism sector				2.4						✓							---	---
			01 AMAL - Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa	2.7																---	---
			02 AMAL - Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	2.7																---	---
			03 AMAL - PIAAC-AMAL- Setor da Biodiversidade		2.4 e 2.7		2.4 e 2.7													RCO 25; RCO 28	RCR 35; RCR 36
			06 MLoulé - Criação de equipas de agentes de extensão rural									✓								---	---
			08 MLoulé - Agenda de Sustentabilidade – Floresta, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural do Concelho de Loulé 2020-2025				2.4 e 2.7	2.4 e 2.7			✓	✓					FFP			---	---
			14 MLoulé - Monitorização dos impactes da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos estuários e lagoas costeiras	2.7								✓								RCO 37	---
			16 MLoulé - Vales Verdes – Programa de Ação e Desenvolvimento Rural				2.7				✓						FFP			---	---
			05 MMonchique - Recuperação de Espécies Autóctones e Erradicação de Espécies Invasoras	2.7							✓	✓								RCO 37	---
			08 MMonchique - Elaboração do Plano Municipal de Adaptação às alterações climáticas				2.4					✓								---	---
			10 MMonchique - Gestão da água (Ações de sensibilização e capacitação)				2.4					✓								---	---
			07 Msilves - Intervenção de valorização patrimonial e paisagística do Moinho do Rodete, criação de ecossistema natural e proteção da biodiversidade da área envolvente				2.7					✓								RCO 36	---
			03 MTavira - Elaboração do Plano Municipal de Ação Climática		2.4		2.4					✓								---	---
			08 MTavira - Implementação do Programa de Educação Ambiental para Tavira	2.7								✓								---	---
			01 MVRSA@Plano de sensibilização, comunicação e usufruto do património natural de VRSA e sua concretização	2.7								✓								---	---
			02 MVRSA - Estratégia para a biodiversidade e para as infraestruturas verdes do concelho. Plano de conciliação de interesses económicos com a preservação do equilíbrio ecológico.	2.7								✓								---	---
			08 MVRSA - Serra e Barrocal	2.7								✓								---	---
			09 MVRSA - Rio Guadiana	2.7								✓								---	---
			01 UALG - O Património Natural transformado em Recursos didáticos Digitais (PaNReD)	2.7								✓								---	---
			03 UALG - Atlazul - Promover a aliança litoral atlântica para o crescimento azul													2.7				---	---
			04 UALG - FOSTEAM@SouthPPRimpulsos Fomentando o STEAM e a aprendizagem ao longo da vida a Sul													2.7				---	---
			09 UALG - Mapeamento da biodiversidade das populações de bivalves na Costa do Algarve	2.7								✓								---	---
			11 UALG - Monitorizar a poluição sedimentar marinha utilizando pepinos do mar como bioindicadores													2.7				---	---
12 UALG - Criação de laboratório técnico para a sustentabilidade													2.7				---	---			
13 UALG - Centro de Excelência para a Biodiversidade Marinha													2.7				---	---			
14 UALG - Valorização, gestão e monitorização da futura Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário do Recife do Algarve - Pedra do Valado									✓				2.7				RCO 37	---			
15 UALG - ParticipESCA 2													2.7	FEAMPA			---	---			
16 UALG - Monitorização das comunidades e remoção de espécies invasoras nos ecossistemas de água doce do Algarve									✓				2.7				RCO 37	---			
17 UALG - Plano de Ordenamento do Espaço Marinho do Algarve - POEM Algarve													2.7	FEAMPA			---	---			
20 UALG - ValorMarTur: Avaliação do Impacto Socioeconómico do Turismo Marinho e definição da capacidade de carga no Algarve													2.7				---	---			
21 UALG - Algarve Natural: Rede de pontos de interesse e de sensibilização ambiental	2.7								✓								---	---			
23 UALG - Ambiente sobre rodas: Educação ambiental em todos os pontos do Algarve	2.7								✓								---	---			
02 VICENTINA - Conectividade Intermunicipal para Áreas Otimizadas	2.7								✓								---	---			
03 RVICENTINA - Centro de Acolhimento da Área Protegida Privada (APP) Vale das Amoreiras e ações de desenvolvimento de habitats	2.7								✓								---	---			

TIPOLOGIA DE AÇÃO (TA)	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO (TI)	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO (TO)	OPERAÇÃO (O)	ORIGENS DE FINANCIAMENTO										PRIORIDADE DA OPERAÇÃO	INDICADORES				
				OP2/OE Sem Instrumento	Instrumentos Territoriais do PR Algarve				Outras Origens de Financiamento						Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado			
					ITI AMAL	ITI Redes Urbanas	ITIAgua	PADRE II	FEADER	FA	PRR	INTERREG	Outros						
<b>2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</b>																			
TA A - Conservação da Natureza, Biodiversidade e Património Natural	Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural	TO 11 - Ações de informação, sensibilização, modelos de gestão/co-gestão, planeamento, sinalética, estudos ...	01 GEOTA - TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal	2.7			2.4				✓					---	---		
			01 ATBG - Plano de ação para a Biodiversidade	2.7						✓								---	---
			05 ATBG - Sinalética e sensibilização para a proteção da costa	2.7							✓							---	---
			03 SPEA - Redução das capturas acidentais de aves marinhas em artes de pesca	2.7							✓			FEAMPA				---	---
			04 SPEA - Gestão das populações de gatos assilvestrados/errantes nas ilhas do PNRF	2.7							✓							---	---
			05 SPEA - Redução do conflito entre humanos e gaivotas	2.7							✓							---	---
			01 ALMARGEM - Estudo de Caracterização Ambiental e Cultural do Vale da Asseca (Tavira)					5.2			✓							RCO 74*	---
			04 ALMARGEM - Renaturalização de áreas críticas da futura Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal	2.7							✓							RCO 37	---
			05 ALMARGEM - Caracterização da população de anfíbios no concelho de Loulé e implementação de medidas de proteção	2.7			2.7				✓							RCO 37	---
	04 CentroCiênciaViva - Sustentabilidade e reforço dos Postes de Ciência no litoral	2.7							✓							---	---		
	05 Centro Ciência Viva - Laboratório de Observação Virtual da Ria Formosa - LOVRia	2.7							✓							---	---		
	Ações dirigidas à conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais	TO 12 - Intervenções no Geoparque Algarvensis	08 MAIbufoeira - Criação de um Eco-Caminho – Percursos de Natureza no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufoeira					5.2			✓						RCO 74*	---	
			20MLoulé - Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufoeira	2.7							✓						---	---	
			21MLoulé - Geoparcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufoeira	5.1							✓						---	---	
			10 Msilves - Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufoeira	2.7							✓						---	---	
			11 Msilves - Geoparcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufoeira	5.1							✓						---	---	
	TA B - Passivos Ambientais (áreas de pedreiras e mineiras abandonadas e em situação crítica)	Recuperação ambiental e de passivos de pedreiras e minas (ex: caracterização das áreas, sinalização, vedação, intervenções de caráter estrutural, recuperação e requalificação ambiental)	TO 01 - Intervenções de minimização de risco em pedreiras	06 Mfaro - Recuperação do Areeiro do Areal Gordo e outros existentes no Concelho de Faro		2.7					✓						---	---	
				04 ATBG - Renaturalização das zonas afetadas pelas pedreiras		2.7						✓						---	---
01 EDM - Recuperação Ambiental das antigas áreas mineiras da Região do Algarve				2.7							✓						---	---	

\* Os indicadores dos OE 5.1 e 5.2 foram estabelecidos na Estratégia do PR Algarve 2030. Após aprovação dos Planos de Ação das intervenções territoriais, serão substituídos por indicadores de operação.

**Legenda**

01ICNF: 01- número da operação; ICNF - Proponente

Origens de Financiamento: FA - Fundo Ambiental | FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAMPA - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura | FFP - Fundo Florestal Permanente | FSE - Fundo Florestal Europeu | FT - Fundo de Turismo | INTERREG - Programa de Cooperação Inter-regional | ITI - Investimento Territorial Integrado  
PACS - Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade | PADRE II - Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos II | PR 2030 - Programa Regional do Algarve 2030 | PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

## 4.2 ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA REGIONAL ALGARVE 2030 E NO POCTEP

Atendendo ao OP2, e no âmbito do POCTEP 2021-2027, verifica-se que o Plano de Ação deverá dar resposta à Prioridade 4. *Proteger e conservar a biodiversidade em áreas naturais e rurais e melhorar os ecossistemas naturais e o ambiente urbano no espaço transfronteiriço, através da cooperação*, com os Objetivos Específicos (OE) 2.4 – *Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas* e (OE) 2.7 - *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas ecológicas, inclusive nas zonas urbanas e reduzir todas as formas de poluição*.

Conforme o Programa Regional Algarve 2030 (PR Algarve 2030), a mobilização do **OE 2.4** *visa aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território e das populações às alterações climáticas*.

*Pretende-se aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os efeitos das alterações climática e seus impactos no território, nas pessoas e nos diversos setores de atividade, nomeadamente por via de intervenções complementares de proteção e defesa do litoral que contribuam para a minimização do risco de erosão costeira, de capacitação de resposta da proteção civil e socorro, com o reforço de meios das Autoridades de Proteção Civil, ações de implementação do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).*

*Em todos os cenários de alterações climáticas a escassez dos recursos hídricos constitui um verdadeiro desafio, sendo expectável que tal fenómeno se acentue na próxima década, com o previsível aumento da intensidade e frequência de episódios climáticos extremos de cheias e secas.*

*Este facto impõe a realização da gestão integrada e otimizada da oferta e procura de água, bem como de promoção do bom estado das massas de água, nomeadamente através da reabilitação e valorização das linhas de água e com a otimização das infraestruturas.*

*Dado que as alterações climáticas implicam riscos acrescidos de cheias e inundações e de segurança de infraestruturas, pretende-se igualmente apoiar projetos que melhorem o conhecimento dos riscos envolvidos e a prevenção e proteção nas áreas potencialmente ameaçadas com base em sistemas eficientes de previsão, monitorização e alerta, fundamentais na previsão, monitorização e gestão de riscos e em situação de crise e/ou catástrofe.*

*Dada a multiplicidade de riscos, ter-se-á em consideração as recomendações e orientações presentes nos seguintes documentos: Programa de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) e outros instrumentos de âmbito nacional a aprovar como o Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100); Planos*

*Regionais de Ação Climática e outros instrumentos de âmbito regional a aprovar; Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC) e outros instrumentos de âmbito municipal a aprovar; Planos de Gestão de Região Hidrográfica; Planos de Gestão dos Riscos de Inundação e Programas de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais.*

Ainda de acordo com o PR Algarve 2030, o **OE 2.7** visa *intervir nas áreas da conservação da natureza, biodiversidade, património natural e infraestruturas verdes, num contexto preocupante motivado pelas alterações climáticas.*

*Os investimentos a apoiar alinham com o Pacto Ecológico Europeu, muito em particular com a Estratégia Europeia da Biodiversidade e com outros os documentos estratégicos nacionais e regionais, designadamente com o Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (QAP 2021-2027) e as medidas da ENCNB 2030, vertidas no Plano de Ação para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade XXI, e ainda com os Planos de Gestão da Rede Natura 2000, os Programas Especiais das Áreas Protegidas e os Planos de Ação de Espécies.*

*Serão apoiados investimentos não só dirigidos prioritariamente às áreas que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (Áreas Protegidas e áreas da Rede Natura 2000), em territórios pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza, mas integrando também corredores de conectividade ecológica entre as suas áreas constituintes, quer locais (como os agro parques), quer da estrutura ecológica regional (como os corredores ecológicos).*

*Serão também privilegiados os investimentos que visem a restauração de ecossistemas degradados e promovam a sua gestão sustentável, em linha com as metas estabelecidas no Plano de Restauração da Natureza da União Europeia.*

*Pretende-se promover a valorização ambiental das áreas públicas florestais, bem como a proteção da biodiversidade associada à gestão polivalente da floresta mediterrânica que cobre o Algarve, com destaque para o interior, e ainda a integração da valorização da biodiversidade e resiliência às funções produtivas da floresta, que envolvam benefícios coletivos de carácter público. Pretende-se apoiar intervenções de recuperação de pedreiras em situação crítica, com vista à minimização de riscos de acidentes e à preservação de valores ambientais associados. Finalmente serão apoiadas medidas que melhorem a qualidade do ar e ruído, bem como a sua monitorização, reduzindo os níveis de exposição da população à poluição atmosférica, ao ruído ambiente e a outros riscos, garantindo uma melhor qualidade de vida, enquadradas pela Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios (MARPOL) e pelos compromissos nacionais de redução de emissões e da qualidade do ar.*

No âmbito dos OE 2.4 e 2.7, foram selecionadas as Tipologias de Intervenção (TI) a considerar no Plano de Ação e elencadas no Quadro 3.

### Quadro 3 – Tipologias de intervenção (TI) no âmbito dos OE 2.4 e 2.7 a integrar no Plano de Ação

TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO (TI)
<b>OE 2.4</b>
Intervenções de adaptação às alterações climáticas com funções de minimização de risco em espaços urbanos e periurbanos
Reabilitação e valorização da rede hidrográfica através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural
Desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras
Intervenções para a minimização dos riscos de cheias e inundações
<b>OE 2.7</b>
Recuperação e proteção de espécies ameaçadas
Adaptação da biodiversidade às alterações climáticas
Recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactos severos
Valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade
Valorização do capital natural associado ao ordenamento
Manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas com estado de conservação desfavorável (reabilitação, renaturalização ecológica e promoção da navegabilidade)
Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos (conetividade ecológica)
Valorização dos espaços urbanos e periurbanos mediante a criação e/ou qualificação de infraestruturas verdes mais resilientes e biodiversas
Valorização do património natural associado aos sistemas ribeirinhos do interior rural
Valorização do património cultural associado aos sistemas ribeirinhos do interior rural
Concretização das ações dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
Conservação e valorização de geossítios
Conservação e valorização de monumentos naturais
Preservação e controlo de espécies exóticas invasoras
Promoção de retenção de água nas linhas de água afluentes com benefícios ambientais e combate à desertificação
Promoção de retenção de água nas linhas de água afluentes para a criação de infraestruturas verdes de suporte à visitação e usufruto, garantindo usos compatíveis com a proteção dos valores naturais e da biodiversidade
Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural
Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e escolar
Recuperação ambiental e dos passivos de pedreiras
Recuperação ambiental e dos passivos de minas

Na construção dos Quadros do Plano de Ação (ponto 4.1), procedeu-se ao enquadramento, nas TI identificadas, das Operações (ponto 4.3) rececionadas e selecionadas durante as anteriores etapas de elaboração do Plano de Ação, assegurando assim o alinhamento com os instrumentos estratégicos de enquadramento financeiro, nomeadamente com o PR Algarve 2030, o POCTEP e o PACS.

### 4.3 OPERAÇÕES

No Quadro 4 apresentam-se listadas 266 Operações e respetivas designações, conforme propostas pelas 34 organizações que as apresentaram.

Na lista de Operações ordenadas por organização, existem interrupções na sua numeração sequencial por algumas terem sido retiradas pelos preponentes, uma vez que não se encontravam alinhadas com os propósitos do Plano de Ação.

**Quadro 4 - Lista de Operações por organização**

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
ICNF	01 ICNF	Plano de intervenção para a remoção/controlado de plantas invasoras em SNAC e regime florestal
	02 ICNF	Levantamento e remoção de resíduos em SNAC
	03 ICNF	Requalificação do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
	04 ICNF	Estudo, construção, instalação, acompanhamento e monitorização de estruturas anti arrasto e de abrigos para cavalos-marinhos
	05 ICNF	Identificação dos valores naturais nas zonas dos fundeadouros da Ria Formosa
	06 ICNF	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
	07 ICNF	Rede de Mosaicos - Constituição/manutenção de mosaicos de gestão de combustíveis, através do fomento de mosaicos de parcelas afetos a usos agrícolas ou silvo pastoris, que promovam descontinuidades em manchas arbóreas e arbustivas, incrementem a resiliência e facilitem o combate a incêndios rurais
	08 ICNF	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
	09 ICNF	Apoio às Áreas Agregadas de Gestão da Floresta
	12 ICNF	Gestão e recuperação da população de coelho-bravo
	13 ICNF	Constituição/manutenção de rede de pontos de água em ambiente florestal
	16 ICNF	Controlo fitossanitário de povoamentos florestais
	19 ICNF	Estudo e Plano de Ação para identificação e monitorização de espécies autóctones com especial interesse para a conservação da natureza entre as quais: <i>Linaria algarviana</i> ; <i>Armenia velutina</i> , <i>Narcissus willkommii</i> , <i>Tuberaria major</i> , <i>Thymus lotocephalus</i> ; ...
	22 ICNF	Mapeamento das áreas de distribuição e avaliação do estado de conservação das três espécies de ervas-marinhas: <i>Zostera marina</i> ; <i>Zostera noltii</i> e <i>Cymodocea nodosa</i>
23 ICNF	Estudos, avaliação do impacte ecológico, monitorização e ações de controlo das espécies exóticas invasoras que ocorrem em Área Costeira e Lagunar: <i>Caulerpa prolifera</i> ; <i>Spartina densiflora</i> ; <i>Mnemiopsis leidyi</i> ; <i>Callinectes sapidus</i> ; outras.	



ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
ICNF	24 ICNF	Levantamento e monitorização das áreas de distribuição das espécies de cavalos-marinhos e sua monitorização em SNAC
	25 ICNF	Mapeamento das áreas de distribuição e monitorização do estado de conservação de espécies de Holotúrias em áreas classificadas: Ria Formosa, Costa Sudoeste e Rio Arade
	26 ICNF	Avaliação do impacte da pesca lúdica nos bancos naturais da Ria Formosa
	31 ICNF	Impacto ecológico da ostreicultura ( <i>Crassostrea angulata</i> e <i>Crassostrea gigas</i> ) no habitat prioritário 1150 lagunas costeiras (Ria Formosa e Ria de Alvor)
	32 ICNF	Atualização das cartas de habitat com levantamento da fauna e flora das áreas classificadas
	33 ICNF	Estudos de ecologia e de repovoamento das espécies <i>Ilex aquifolium</i> , <i>Myrica faya</i> , <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Quercus canariensis</i> (ZEC Monchique)
	35 ICNF	Avaliação da capacidade de carga em áreas classificadas para uso turístico
	39 ICNF	Monitorização da avifauna nas Zonas de Proteção Especial ZPE(s) do Algarve
	45 ICNF	Avaliação do estado de conservação do habitat 8310 - grutas não exploradas pelo turismo
	46 ICNF	Renaturalização de espaços abandonados do Domínio Público
	50 ICNF	Promoção de faixas de proteção de habitats litorais (ZEC Costa Sudoeste/ Ria Formosa)
	56 ICNF	Estudo e Plano de Ação para a definição de procedimentos e metodologias para a redução de lixiviação de agroquímicos (ZEC Costa Sudoeste)
	59 ICNF	Melhoria económica e ambiental de florestas e investimento não produtivo ou com produtividade muito marginal
	60 ICNF	Conservação de galerias ripícolas e áreas sub-ripícolas e da fauna e vegetação ribeirinha e fluvial
	61 ICNF	Promoção do medronhal extensivo (ZEC Monchique e ZEC Caldeirão)
	63 ICNF	Reabilitação do castanheiro (9260) na Serra de Monchique
	65 ICNF	Criação de santuários de vida selvagem, zonas de não caça, e proibição da caça com controlo de predadores
	66 ICNF	Reabilitação de floresta com espécies autóctones como fonte de sumidouro de carbono
	69 ICNF	Criação de refúgios estivais nas pequenas bacias costeiras intermitentes da RN2000
	70 ICNF	Medidas de conservação <i>ex situ</i> no Viveiro de Monte Gordo
71 ICNF	Capacitação fiscalizadora da autoridade nacionais em matérias ambientais	
72 ICNF	Programa de formação específica para as atividades de animação ambiental e marítimo- turísticas orientadas para a observação dos valores naturais	
74 ICNF	Implementação e requalificação das infraestruturas de informação, interpretação e de acolhimento de uso público - modernização e orientação para as áreas classificadas	

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
ICNF	76 ICNF	Obrigação de faixas de compensa�o de espécies autóctones com fun�o de prote�o e para instala�o e conserva�o das sebes arborizadas/cria�o de sebes arborizadas (decorrente de licenciamento)
	78 ICNF	Aquisi�o de equipamento de suporte � vigilância
	80 ICNF	Implementa�o das medidas complementares decorrentes dos planos de gestão das ZEC do Algarve
	81 ICNF	Reformula�o da rede de acessos informais nas áreas Protegidas (AP)
	82 ICNF	Estudo para a defini�o de procedimentos e metodologias para o controlo de exóticas
	84 ICNF	Valoriza�o do regime florestal da região do Algarve
	85 ICNF	Aquisi�o e/ou contratualiza�o de áreas para a conserva�o da natureza e cria�o de micro reservas
APA	01 APA	Assinalamento marítimo dos canais de navega�o da Ria Formosa
	02 APA	Dragagens no sistema lagunar da Ria Formosa
	03 APA	Rede de infraestruturas de fundea�o e amarra�o na Ria Formosa
	04 APA	Requalifica�o ambiental das áreas envolventes de albufeiras de águas públicas
	05 APA	Valoriza�o das infraestruturas dunares
	06 APA	Requalifica�o e valoriza�o de linhas de água e recupera�o dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inunda�o associadas
	07 APA	Interven�es em estruturas hidráulicas obsoletas no interior dos sistemas estuarino-lagunares. Reabilita�o e renaturaliza�o de áreas artificializadas inativas nesses sistemas aquáticos
	08 APA	Estudo da importância da rede de pequenos reservatórios de �guas na serra algarvia
	09 APA	Plataforma da mobilidade na Ria Formosa
	10 APA	Melhoria do regime hidrológico de cursos de �gua (RH8 – Ribeiras do Algarve) em processo de colmata�o dos troços terminais
	11 APA	Interven�es que visem a interce�o, reten�o e infiltra�o de água na região do Algarve
	12 APA	Monitoriza�o e Controlo de espécies invasoras nos ecossistemas aquáticos
	13 APA	Infraestruturas de apoio e valoriza�o das interfaces de uso balnear
	14 APA	Remunera�o dos serviços de ecossistemas relativos às zonas de infiltra�o máxima (recarga de aquíferos)
DRAP Algarve	01 DRAP Algarve	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
	02 DRAP Algarve	Multifuncionalidade dos espaços rurais
	03 DRAP Algarve	Interven�o no Pomar Tradicional de Sequeiro com principal foco na Alfarrobeira**
	04 DRAP Algarve	Emparcelamento rural**

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
DRAP Algarve	05 DRAP Algarve	Promover o apoio às raças autóctones algarvias*
	06 DRAP Algarve	Preservação e caracterização para a Valorização do Património Genético de variedades tradicionais de fruteiras mediterrânicas**
AGIF	01 AGIF	Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural
	02 AGIF	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas
	03 AGIF	Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais
	04 AGIF	Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais
	05 AGIF	Implementação de ações no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGP SMS)
	06 AGIF	Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais
DGT	01 DGT	Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras de Monchique e Silves e da Serra do Caldeirão e Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)
	02 DGT	Indicadores de conectividade ecológica que integram o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU) e avaliam e monitorizam o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Turismo de Portugal	01 TurismoPortugal	Melhoria das condições de visitação das 3 áreas protegidas – Parque Natural da Ria Formosa, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de Santo António
	02 TurismoPortugal	Gestão de embarcações turísticas em áreas sensíveis
	03 TurismoPortugal	Programa Autocaravanismo Responsável – Criação de Rede Nacional de Áreas de Serviço para Autocaravanas**
	04 TurismoPortugal	Monitorização da carga turística
	05 TurismoPortugal	Capacitação dos profissionais do turismo na Região do Algarve nas áreas da Sustentabilidade e da Biodiversidade
	06 TurismoPortugal	Rota da Costa Atlântica Eurovelo 1 - Ecovia do Litoral Algarvio**
Região Turismo do Algarve	01 RTurismoAlgarve	Programa Regional de Ecoturismo (PRE)
	02 RTurismoAlgarve	<i>MADAME - Models and tools for ADaptation to climate change in Mediterranean Economies in the tourism sector</i>
AMAL	01 AMAL	Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa
	02 AMAL	Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
	03 AMAL	PIAAC-AMAL- Setor da Biodiversidade
	04 AMAL	Gestão de galerias ripícolas
	05 AMAL	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
<b>Município Albufeira</b>	01 MAAlbufeira	Requalificação dos Parques verdes urbanos - Reduzindo o consumo de água e multiplicando espécies autóctones
	02 MAAlbufeira	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Quarteira
	03 MAAlbufeira	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Albufeira
	04 MAAlbufeira	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Espiche
	05 MAAlbufeira	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Santa Eulália
	06 MAAlbufeira	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Vale Navio
	07 MAAlbufeira	Proteção do habitat de <i>Narcissus Willkommii</i>
	08 MAAlbufeira	Criação de um Eco-Caminho – Percursos de Natureza no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira
	09 MAAlbufeira	Valorização de Espécies Autóctones – Criar um Eco-Jardim na Encosta do Castelo de Paderne
<b>Município Aljezur</b>	01 MAAljezur	Projeto de Reflorestação e valorização das Florestas
	02 MAAljezur	Ribeiras - limpeza e valorização da galeria ripícola e projeto de educação para a água
	03 MAAljezur	Ribeira de Seixe - Projeto de valorização
	04 MAAljezur	Fozes de ribeiras, Reforço dunar e desobstrução de cursos de água
<b>Município Faro</b>	01 MFaro	2.ª Fase do Parque Ribeirinho de Faro
	02 MFaro	Parque Urbano do Alto de Santo António
	03 MFaro	Reconstrução Dunar da Praia de Faro
	04 MFaro	Bacia de Retenção da Ribeira de Vale das Almas e melhoramento das passagens hidráulicas sob a EN125-10
	05 MFaro	Requalificação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar da Ria Formosa – Ribeira do Rio Seco
	06 MFaro	Recuperação do Areeiro do Areal Gordo e outros existentes no Concelho de Faro
<b>Município Lagoa</b>	01 MLagoa	Centro Interpretativo do Litoral e Observatório Fotográfico das Paisagens de Lagoa
<b>Município Loulé</b>	01 MLoulé	Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Loulé
	02 MLoulé	Parque Urbano e Agrícola de Loulé
	03 MLoulé	(Re)arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano
	04 MLoulé	Expansão das Hortas Urbanas de Loulé

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
DRAP Algarve	05 MLoulé	Elaboração do cadastro rústico**
	06 MLoulé	Criação de equipas de agentes de extensão rural
	07 MLoulé	Implementação/operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Loulé
	08 MLoulé	Agenda de Sustentabilidade – Floresta, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural do Concelho de Loulé 2020-2025
	09 MLoulé	Salvaguarda das Áreas Protegidas de Âmbito Local
	10 MLoulé	Monitorização e controle de plantas exóticas invasoras
	11 MLoulé	Criação de reservas estratégicas de água à superfície
	12 MLoulé	Regeneração de dunas
	13 MLoulé	Programa de Alimentação Regular de Praias do Município de Loulé*
	14 MLoulé	Monitorização dos impactes da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos estuários e lagoas costeiras
	15 MLoulé	Programa de Educação, Sensibilização e Informação sobre Alterações Climáticas do Município de Loulé
	16 MLoulé	Vales Verdes – Programa de Ação e Desenvolvimento Rural
	17 MLoulé	Áreas de Serviço para Autocaravanas em Alte, Tôr e Benafim**
	18 MLoulé	Criação de uma área de acampamento (camping) para suporte à realização de festivais/iniciativas pontuais na freguesia do Ameixial **
19 MLoulé	Intervenções em percursos complementares à Via Algarviana, ao nível da qualificação da sinalética, equipamento de apoio, e promoção e dinamização	
20 MLoulé	Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira	
21 MLoulé	Geoparcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira	
Município Monchique	01 MMonchique	Dotar mais edifícios públicos de equipamentos de eficiência energética **
	02 MMonchique	Dotar os espaços públicos de árvores com menos necessidades hídricas
	03 MMonchique	Dotar os espaços públicos de sistemas de rega mais eficientes
	04 MMonchique	Requalificação do Parque de S. Sebastião
	05 MMonchique	Recuperação de Espécies Autóctones e Erradicação de Espécies Invasoras
	06 MMonchique	Parque Ecobiológico de Monchique
	07 MMonchique	Reabilitação do Troço Urbano da Ribeira de Monchique
	08 MMonchique	Elaboração do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
	09 MMonchique	Criação de rede de depósitos de água para combate a incêndios
	10 MMonchique	Gestão da água
	11 MMonchique	Adaptação e ampliação dos armazéns municipais para recolha de bio resíduos **

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
<b>Município Monchique</b>	12 MMonchique	Execução do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves
	13 MMonchique	Implementação das OIGP da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) área Prioritária “Corredor Verde de Monchique”
	14 MMonchique	Remuneração dos serviços dos ecossistemas
<b>Município Portimão</b>	01 MPortimão	Melhoramentos no Complexo Desportivo do Alvor**
	02 MPortimão	Construção e/ou consolidação de parques de estacionamento informais**
	03 MPortimão	Melhoramento das condições de acesso e estacionamento dos restaurantes na praia dos Três Irmãos**
	04 MPortimão	Conclusão da construção dos passadiços e seus acessos
	05 MPortimão	Reperfilamento de via, incluindo a colocação de passeios e ciclovia**
	06 MPortimão	Criação de Área Protegida local na Ria de Alvor
	07 MPortimão	Corredor Ecológico Local / Paisagem Protegida de João D’Arens
	08 MPortimão	Criação de Parque Ambiental do Bom Retiro
	09 MPortimão	Criação de Corredor Ecológico / Parque Urbano na zona do Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo, preferencialmente com ligação à área adjacente a Norte e à zona do Vau
	10 MPortimão	Valorização paisagística do sítio arqueológico da Abicada
	11 MPortimão	Valorização paisagística do sítio arqueológico de Alcalar
	12 MPortimão	Criação de AIGP
	13 MPortimão	Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas
	14 MPortimão	Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha
	15 MPortimão	Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
	16 MPortimão	Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, onde se inclui o Condomínio da Aldeia
<b>Município Silves</b>	01 MSilves	Requalificação e Valorização da Ribeira de Alcantarilha
	02 MSilves	Acessibilidade fluvial, desassoreamento e requalificação ambiental do Rio Arade
	03 MSilves	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água na Ribeira de Odelouca em São Marcos da Serra
	04 MSilves	Requalificação de espaços verdes públicos
	05 MSilves	Criação de ilhas-sombra em meio urbano e periférico
	06 MSilves	Reutilização de águas residuais tratadas da ETAR do Falacho**
	07 MSilves	Intervenção de valorização patrimonial e paisagística do Moinho do Rodete, criação de ecossistema natural e proteção da biodiversidade da área envolvente

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
<b>Município Silves</b>	08 MSilves	Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e reabilitação de estruturas de retenção de água na Ribeira do Falacho/Quinta Pedagógica
	09 MSilves	Estudo de avaliação técnica e medidas de adaptação bioclimática do tecido urbano de Silves para promoção da segurança termal das comunidades e bens
	10 MSilves	Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira
	11 MSilves	Geopalcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira
<b>Município Tavira</b>	01 MTavira	Plano de Ação para o Parque de Lazer da Mata da Conceição e implementação das medidas
	02 MTavira	Combater as invasoras nas ilhas da Ria Formosa
	03 MTavira	Elaboração do Plano Municipal de Ação Climática
	04 MTavira	Valorização ambiental dos acessos às praias de Tavira – ilhas barreira da Ria Formosa
	05 MTavira	Hortas Urbanas de Tavira (Consolidação e continuidade do Projeto) e Jardins Alimentares
	06 MTavira	Requalificação e valorização ambiental e paisagística do Pego do Inferno
	07 MTavira	Projeto “Pensa fora do Lixo” – Promoção da compostagem doméstica**
	08 MTavira	Implementação do Programa de Educação Ambiental para Tavira – Continuidade ao Programa elaborado em anos anteriores
	09 MTavira	Percursos por Cachopo   Percursos por Santa Catarina – Valorizar o Promover o interior do concelho**
	10 MTavira	Parque Verde do Séqua
<b>Município VRSA</b>	01 MVRSA	Plano de sensibilização, comunicação e usufruto do património natural de VRSA e sua concretização
	02 MVRSA	Estratégia para a biodiversidade e para as infraestruturas verdes do concelho. Plano de conciliação de interesses económicos com a preservação do equilíbrio ecológico
	03 MVRSA	Plano de Gestão da Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA
	04 MVRSA	Reabilitação da Ria Formosa
	05 MVRSA	Requalificação do Cordão Dunar / Praia
	06 MVRSA	Requalificação da zona limítrofe da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
	07 MVRSA	Infraestrutura Verde Urbana
	08 MVRSA	Serra e Barrocal
	09 MVRSA	Rio Guadiana

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
Universidade do Algarve	01 UALG	O Património Natural transformado em Recursos didáticos Digitais (PaNReD)
	02 UALG	Operação Montanha Verde (OMV)
	03 UALG	Atlazul - Impulso de la alianza litoral atlántica para el crecimiento azul
	04 UALG	FOSTEAM@South PPR impulsos Fomentando o STEAM e a aprendizagem ao longo da vida a Sul
	05 UALG	Infraestrutura Verde ao longo da Estrada Nacional EN125
	06 UALG	Valorização do salgado de Castro Marim
	07 UALG	Valorização das áreas de salinas abandonadas na zona algarvia
	08 UALG	Plano integrado de valorização e requalificação de linhas de água no Algarve, com recurso a técnicas de Engenharia Natural
	09 UALG	Mapeamento da biodiversidade das populações de bivalves na Costa do Algarve
	10 UALG	Identificação dos riscos ambientais à produção e expansão da aquacultura de bivalves no Algarve
	11 UALG	Monitorizar a poluição sedimentar marinha utilizando pepinos do mar como bioindicadores
	12 UALG	Criação de laboratório técnico para a sustentabilidade
	13 UALG	Centro de Excelência para a Biodiversidade Marinha
	14 UALG	Valorização, cogestão e monitorização da futura Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário do Recife do Algarve - Pedra do Valado
	15 UALG	ParticiPESCA 2
	16 UALG	Monitorização das comunidades e remoção de espécies invasoras nos ecossistemas de água doce do Algarve
	17 UALG	Plano de Ordenamento do Espaço Marinho do Algarve - POEM Algarve
	18 UALG	Programa de mapeamento de habitats marinhos do Algarve
	19 UALG	Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade do Parque Natural da Ria Formosa – SIMRIAFORMOSA
	20 UALG	ValorMarTur: Avaliação do Impacto Socioeconómico do Turismo Marinho e definição da capacidade de carga no Algarve
	21 UALG	Algarve natural: rede de pontos de interesse e de sensibilização ambiental
	22 UALG	Centro Interpretativo do Ramalhete: um ponto de referência em Faro para a comunicação do Parque Natural da Ria Formosa
	23 UALG	Ambiente sobre rodas: educação ambiental em todos os pontos do Algarve
	24 UALG	Olival como Infraestrutura Verde: valorização do bagaço e caroço de azeitona
	25 UALG	Valorização do resíduo de alfarroba em economia circular
EDM	01 EDM	Recuperação Ambiental das antigas áreas mineiras da Região do Algarve



ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
ANP WWF	01 ANP WWF	Plantar Água – Restauo Florestal e Ecológico na Serra do Caldeirão
	02 ANP WWF	Plantando Água, semeando o Futuro
	03 ANP WWF	Iniciativa de Restauo da Paisagem na Serra Algarvia
	04 ANP WWF	Caldeirão Re-Montado: Reflorestação e adensamento de sistemas agroflorestais mediterrânicos
GEOTA	01 GEOTA	TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal
	02 GEOTA	Renature Monchique
BARLAVENTO	01 BARLAVENTO	Constituição e Gestão das AIGP “Nova Serra”, “Falacho-Enxerim” e “Odelouca”
VICENTINA	01 VICENTINA	Jardins Silvestres de Polinizadores
	02 VICENTINA	Conectividade Intermunicipal para Áreas Otimizadas
ODIANA	01 ODIANA	Caminhos de Santiago – Conclusão da sinalização e certificação do troço do “Caminho Nascente de Santiago” **
	02 ODIANA	Rede de Percursos Pedestres do Baixo Guadiana
	03 ODIANA	Projeto Mascotes do Baixo Guadiana
	04 ODIANA	Dinamização dos Recursos Endógenos da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
ATGB	01 ATBG	Plano de Ação para a Biodiversidade
	02 ATBG	Plano de educação para o Património Natural
	03 ATBG	Rede de Observatórios e Centros de Interpretação do Património Natural
	04 ATBG	Renaturalização das zonas afetadas pelas pedreiras
	05 ATBG	Sinalética e sensibilização para a proteção da costa
	06 ATBG	Melhoria dos Sistemas de gestão das margens das ribeiras
	07 ATBG	Criação de uma rede regional de pontos de carregamento de veículos elétricos **
	08 ATBG	Apoio à instalação de painéis solares e/ou fotovoltaicos nos edifícios públicos **
	09 ATBG	Sistema de transição para a substituição do pinheiro com outras espécies
	10 ATBG	Atividades de educação para a floresta, nas escolas e público em geral
Rota Vicentina	01 RVICENTINA	Rede de percursos de <i>cycling</i> da Costa Vicentina
	02 RVICENTINA	Observatório de morcegos em Vale da Telha
	03 RVICENTINA	Centro de Acolhimento da Área Protegida Privada (APP) Vale das Amoreiras e ações de desenvolvimento de <i>habitats</i>
CUMEADAS	01 CUMEADAS	Valorização ambiental das áreas florestais e gestão polivalente da floresta mediterrânica
NERA	01 NERA	Projeto Internacionalizar + Algarve 2.0   Turismo**
RIAS	01 RIAS/ALDEIAS	Promover a recuperação e investigação de fauna selvagem

ENTIDADE	CÓDIGO OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO
<b>ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA</b>	01 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Criação de viveiro de flora autóctone
	02 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Ações de erradicação de espécies de fauna invasora
	03 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Valorização da biodiversidade em meio urbano
	04 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Restauro de áreas prioritárias para a nidificação de espécies protegidas e vulneráveis
	05 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Restauro de ecossistemas e erradicação de espécies exóticas de flora
	06 ASSOCIAÇÃO VITA NATIVA	Reconversão de espaços verdes públicos em jardins autóctones de sequeiro
<b>SPEA</b>	01 SPEA	Proteção e monitorização das colónias nidificantes de aves marinhas ameaçadas
	02 SPEA	Recuperação de habitat e restauro de zonas húmidas
	03 SPEA	Redução das capturas acidentais de aves marinhas em artes de pesca
	04 SPEA	Gestão das populações de gatos assilvestrados/errantes nas ilhas do PNRF
	05 SPEA	Redução do conflito entre humanos e gaivotas
	06 SPEA	Extensão dos limites marinhos da ZPE Ria Formosa e implementação de medidas de gestão
<b>ALMARGEM</b>	01 ALMARGEM	Estudo de Caracterização Ambiental e Cultural do Vale da Asseca (Tavira)
	02 ALMARGEM	Reabilitação de habitats e remoção de invasores do Vale da Asseca (Tavira)
	03 ALMARGEM	Valorização do Vale da Asseca através da instalação de infraestruturas verdes de apoio à visitação
	04 ALMARGEM	Renaturalização de áreas críticas da futura Reserva Natural Local da Foz do Almagem e Trafal
	05 ALMARGEM	Caracterização da população de anfíbios no concelho de Loulé e implementação de medidas de proteção
	06 ALMARGEM	Recuperação de habitat de Cágado-de-carapaça-estriada – Praia do Garrão Nascente (Loulé)
	07 ALMARGEM	Implementação de infraestruturas verdes de apoio à visitação da GR13 – Via Algarviana e rede de infraestruturas complementares
<b>Centro Ciência Viva</b>	01 CentroCiênciaViva	Requalificação de Aquários. Conhecer e Proteger a Biodiversidade marinha
	02 CentroCiênciaViva	Construção de uma ecocasa na árvore para a observação inclusiva e acessível da biodiversidade da avifauna da Ria Formosa e da baixa de Faro
	03 CentroCiênciaViva	Jardim sensorial com base na Biodiversidade do Algarve
	04 CentroCiênciaViva	Sustentabilidade e reforço dos Postes de Ciência no litoral
	05 CentroCiênciaViva	Laboratório de Observação Virtual da Ria Formosa - LOVRia

(\*) A Ficha da Operação não é esclarecedora no que respeita à inclusão de intervenções de salvaguarda da biodiversidade. Contudo a Operação foi enquadrada numa das Tipologias de Operação constantes do Quadro do Plano de Ação, conforme referido na respetiva Ficha. A sua elegibilidade terá de ser validada em sede de aviso e de candidatura.

(\*\*) A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação e encontra-se no ponto 4.3.2 do Relatório.

Para cada Operação proposta, foi construída uma Ficha com os seguintes conteúdos:

- Domínio de Operação;
- Designação da Operação;
- Prioridade;
- Descrição e objetivo da Operação;
- Âmbito territorial;
- Indicadores de resultado e de execução;
- Beneficiários;
- Fontes de financiamento;
- Montante de investimento;
- Prazo/cronograma de execução;
- Enquadramento estratégico e/ou jurídico.

As Fichas de Operação encontram-se organizadas em 2 grupos:

- Fichas de Operações que se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação;
- Fichas de Operações que não se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.

#### 4.3.1 Fichas de Operações que se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação

##### 4.3.1.1 ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano de intervenção para a remoção/controlado de plantas invasoras em SNAC e regime florestal</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivos</u> Levantamento de zonas colonizadas por plantas exóticas em locais a pré-definir no Sudoeste Alentejano e programa de remoção de plantas exóticas (chorão e acácias) nos locais identificados no levantamento elaborado pela SPEA, no âmbito do projeto LIFE Ilhas Barreira Universo temporal e prioridades. <u>Atividades</u> A presente proposta divide os trabalhos a realizar por áreas prioritárias justificadas pela maior concentração de plantas invasoras e um maior número de espécies diferentes. Na Ria Formosa teremos: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ano 1 e ano 2 – ilha de Tavira a mais afetada;</li> <li>▪ Ano 3 – Cabanas e Culatra;</li> <li>▪ Ano 4 e 5 - Armona.</li> </ul> Os trabalhos a realizar distribuem-se por 3 tipologias/ações, sendo estas apresentadas em separado prevendo-se a contratação de 3 entidades/empresas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ação A. Trabalhos de remoção de exóticas e manutenção posterior. Empresa de limpeza florestal/agrícola</li> <li>▪ Ação B. Monitorização do estado da vegetação dunar. CIMA/UALG</li> <li>▪ Ação C. Reavaliação anual da presença de invasoras nas ilhas. SPEA</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ilhas Barreira da Ria Formosa e Sudoeste Alentejano
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   DRAP ALG   Municípios   Universidades   ONG   Associações   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	100.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2028
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>▪ <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>▪ <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>▪ <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Levantamento e remoção de resíduos em SNAC</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Levantamento de focos de deposição de resíduos em áreas terrestre e subaquáticas: remoção de resíduos nos locais previamente identificados como repositórios de lixos variados (embarcações abandonadas, redes, plástico, resíduos de construção, estruturas de produção aquícola ...).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Outros
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; ENF2030; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Intervenção na zona da Regeneração Hídrica, no sentido de proceder ao desassoreamento dos canais, criando uma nova dinâmica na circulação da água.</li> <li>. Percurso de <i>birdwatching</i> do Sapal de Venta-moinhos (gestão hídrica da lagoa de água doce e equipamentos de visitaçãõ).</li> <li>. Estudo para o aproveitamento do troço da ETAR do Monte Francisco que se encontra desativada, bem como canalização das águas, através de “manilhas” ou um “aqueduto”, direcionado para as lagoas, para fazer o aproveitamento das águas das chuvas que acabam estagnadas durante largos períodos e sem qualquer aproveitamento.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSa; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo, construção, instalação, acompanhamento e monitorização de estruturas anti arrasto e de abrigos para cavalos-marinhos</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Evitar a destruição de habitats através do controlo da pesca ilegal
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades  Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Identificação dos valores naturais nas zonas dos fundeadouros da Ria Formosa
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Mapeamento das áreas de pradarias marinhas e levantamento dos valores naturais existentes nas áreas de fundeadouros na Ria Formosa.</li> <li>. Repovoamento com fêmeas de <i>Cymodocea nodosa</i> na Ria Formosa.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   ONG   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	100.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Programa Life; EEA Grants; FA; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_06 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Garantir na região do Algarve, nas localizações já definidas no Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a implementação e manutenção de faixas de 126 metros de largura, tendo estas preferencialmente um eixo central de uma rede viária, onde se garanta uma baixa carga de combustíveis que sirva como zona de proteção ou como zona estratégica de combate a incêndios rurais. Nestas faixas será desejável/vantajoso implementar ocupações compatíveis (agricultura, pastoreio, culturas em regadio de baixa densidade ou outras) que garantam uma sustentabilidade de manutenção das mesmas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, PRR e PDR (ICNF) Considerada nos PRGP/OIGP DESENHO DA PAISAGEM - integra as MACROESTRUTURAS. Rede primária tem financiamento PRR (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€/ano
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2030 (implementação e manutenção)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rede Mosaicos - Constituição/manutenção de mosaicos de gestão de combustíveis, através do fomento de mosaicos de parcelas afetos a usos agrícolas ou silvo pastoris, que promovam descontinuidades em manchas arbóreas e arbustivas, incrementem a resiliência e facilitem o combate a incêndios rurais</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Garantir na região do Algarve, nas localizações já definidas no Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a implementação e manutenção de mosaicos de gestão de combustível na paisagem. Com a implementação destes mosaicos pretende-se criar zonas de descontinuidade em locais estratégicos relativamente ao histórico e à dinâmica dos incêndios nessas zonas. Estes mosaicos podem ser estabelecidos com zonas desprovidas de estrato arbóreo ou de baixa densidade com sub-coberto gerido, por pastagens, campos de alimentação no âmbito da cinegética, linhas de água em pontos de abertura de incêndios, áreas geridas de povoamentos com espécies autóctones, zonas de agricultura, etc.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações Empresariais e Setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, PRR e PDR (ICNF) Considerada nos PRGP/OIGP DESENHO DA PAISAGEM - integra as MACROESTRUTURAS. Rede primária tem financiamento PRR (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€/ano
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2030 (implementação e manutenção)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração); PRA(FF)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Foram definidas 2 zonas no Algarve onde se aplicam estes Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), nestas zonas existe um conjunto de orientações estratégicas que deverão ser aplicadas no território, quer pelos proprietários privados quer através das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) que venham a ser constituídas.</p> <p>Estão previstos 2 PRGP: um está aprovado (Serras de Monchique e Silves) outro terá início em 2022 (Serra do Caldeirão).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Monchique e Silves; Serra do Caldeirão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, PRR e PDR
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000,00€/ano
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2030 (implementação e manutenção)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. RCM 50/2020</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Apoio às Áreas Agregadas de Gestão da Floresta</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Âmbito</u></p> <p>O incentivo na constituição e manutenção das áreas agrupadas de gestão florestal (ou de áreas rurais) na região é fundamental para uma intervenção de escala que se pretende dos espaços naturais que melhor promove a manutenção e fomento de infraestruturas verdes e de biodiversidade na região.</p> <p>Existem várias Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que importa reativar com as entidades gestoras na revisão dos seus Planos de Gestão Florestal de acordo com o novo PROF (Plano Regional de ordenamento Florestal).</p> <p>Estas ações de apoio as entidades gestoras são a melhor forma de atuar no mundo rural, já que estas entidades promovem com os proprietários a intervenção nestes espaços naturais.</p> <p>As AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) tratadas na intervenção do PRGP, tratam da mesma forma de apoio a áreas agrupadas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   Associações Empresariais e Florestais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	No Algarve estão constituídas 4 AIGP que terão financiamento PRR e Fundo Ambiental (DGT).
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€/ano
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2030 (implementação e manutenção)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; PDR; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_12 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Gestão e recuperação da população de coelho-bravo</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e Âmbito</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a recuperação da população e coelho-bravo com instalação de rede de morouços e comedouros/bebedouros artificiais (razão de 5 unidades por hectare). A rede deverá ser associada a áreas de gestão de habitat onde serão realizadas desmatações e sementeiras de culturas anuais à base de mistura de gramíneas e leguminosas.</li> </ul> <p>As ações de desmatção/sementeira serão promovidas numa rotação que poderá variar entre 3 e 5 anos (desmatção/sementeira/pousio/ pousio/pousio). Cada bloco/área de intervenção abrangerá uma área mínima de 0.5 e máxima de 5 hectares.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar/ativar cercado de criação de coelho bravo em cativoiro sito na MN da Herdade da Parra (Silves).</li> </ul> <p><u>Execução</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão a 10 anos e remuneração dos serviços ecossistemas se inseridas em PRGP/OIGP.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Associações Empresariais e Setoriais   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.500,00€/ ha intervencionado; 2.500,00€/ ha para recuperação/ativação do cercado. Estimam-se 8 cercados x 5 ha
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; Programa Life; FA; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; ITI; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>

ICHA DE OPERAÇÃO_13 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Constituição/manutenção de rede de pontos de água em ambiente florestal</b>
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Âmbito</u></p> <p>A operação visa a Instalação de rede de pontos de água em reforço aos já existentes para aumento do armazenamento de águas pluviais, para abeberamento de animais, reduzindo os impactos dos períodos sem chuva e diminuição dos riscos de cheias provocados por eventos torrenciais cada vez mais frequentes.</p> <p>Esta operação encontra-se enquadrada na defesa da floresta contra incêndios e no aumento da biodiversidade, e em áreas suscetíveis à desertificação.</p> <p><u>Execução</u></p> <p>Gestão a 10 anos e remuneração dos serviços ecossistemas se inseridas em PRGP/OIGP.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   AGIF   DRAP Alg  Municípios   Associações Empresariais e Setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	3,00€/m3 s/impermeabilização e 7,00€/m3 c/impermeabilização até 1.000.000,00€, aproximadamente 35 pontos de água na região.
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_16 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Controlo fitossanitário de povoamentos florestais</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Âmbito</u></p> <p>O estado fitossanitário de povoamentos florestais de pinheiro manso e bravo na região Algarvia tem vindo a degradar-se mostrando-se urgente intervir nas áreas florestais afetadas (cerca de 500 hectares sob gestão do ICNF) como forma de minimizar a propagação de pragas e doenças, assim como diminuir o risco de incêndio pela existência de elevada carga combustível resultante da acumulação de muitas árvores secas e mortas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Seis áreas florestais sob gestão do ICNF no Algarve - PF de V. Bispo, PF de Barão de S. João, MN da Herdade da Parra, PF da Conceição de Tavira, MN das Donas Litorais de Vila Real de Santo António e MN das Terras da Ordem
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	600.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNOCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_19 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo e Plano de Ação para identificação e monitorização de espécies autóctones com especial interesse para a conservação da natureza entre as quais: <i>Linaria algarviana</i>; <i>Armenia velutina</i>, <i>Narcissus willkommii</i>, <i>Tuberaria major</i>, <i>Thymus lotocephalus</i>; ...</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Estudo e atualização de conhecimentos tendo em vista a identificação de áreas representativas de <i>Linaria algarviana</i> , <i>Armenia velutina</i> , <i>Narcissus willkommii</i> , <i>Tuberaria major</i> , <i>Thymus lotocephalus</i> , enquanto espécies insuficientemente representadas, com vista à designação de Zona Especial de Conservação (ZEC), visando a representatividade da espécie na Rede Natura 2000.
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A estabelecer</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FUNTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_22 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Mapeamento das áreas de distribuição e avaliação do estado de conservação das três espécies de ervas-marinhas: <i>Zostera marina</i>; <i>Zostera noltii</i> e <i>Cymodocea nodosa</i></b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Estudo e atualização de conhecimentos mediante o mapeamento, identificação do estado de conservação e da área de ocupação das três espécies de ervas-marinhas que ocorrem em SNAC.
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_23 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudos, avaliação do impacte ecológico, monitorização e ações de controlo das espécies exóticas invasoras que ocorrem em Área Costeira e Lagunar: <i>Caulerpa prolifera</i>; <i>Spartina densiflora</i>; <i>Mnemiopsis leidy</i>; <i>Callinectes sapidus</i>; outras.</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudo e atualização de conhecimentos tendo em vista a avaliação do impacte ecológico das espécies exóticas invasoras nas áreas costeiras e lagunares.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_24 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Levantamento e monitorização das áreas de distribuição das espécies de cavalos-marinhos e sua monitorização em SNAC</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudo e atualização de conhecimentos mediante o levantamento das áreas de ocupação das espécies de cavalos-marinhos como indicadores dos subtipos prioritários do <i>habitat</i> 1110.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	250.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_25 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Mapeamento das áreas de distribuição e monitorização do estado de conservação de espécies de Holotúrias em áreas classificadas: Ria Formosa, Costa Sudoeste e Rio Arade</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudo e atualização de conhecimentos mediante o levantamento das áreas de ocupação das espécies de Holotúrias em SNAC como indicadores do estado ecológico do <i>habitat</i> prioritário nas lagunas costeiras.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	150.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_26 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Avaliação do impacte da pesca lúdica nos bancos naturais da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudo e atualização de conhecimentos referentes à avaliação do impacte da pesca lúdica (inclui a apanha) nos bancos naturais da Ria Formosa.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_31 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Impacto ecológico da ostreicultura (<i>Crassostrea angulata</i> e <i>Crassostrea gigas</i>) no habitat prioritário 1150 lagunas costeiras (Ria Formosa e Ria de Alvor)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Estudo e atualização de conhecimentos referentes ao impacto ecológico da ostreicultura ( <i>Crassostrea angulata</i> e <i>Crassostrea gigas</i> ) no habitat prioritário 1150 lagunas costeiras (Ria Formosa e Ria de Alvor).
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa e Ria de Alvor
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_32 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Atualização das cartas de habitat com levantamento da fauna e flora das áreas classificadas
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Atualização das cartas de <i>habitat</i> com levantamento da fauna e flora (área de ocupação e estado de conservação) de suporte para a gestão das ZEC(s) Algarve.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC(s) Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	250.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_33 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudos de ecologia e de repovoamento das espécies <i>Ilex aquifolium</i>, <i>Myrica faya</i>, <i>Rhododendron ponticum</i>, <i>Quercus canariensis</i> (ZEC Monchique)</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudos de ecologia e de repovoamento das espécies <i>Ilex aquifolium</i>, <i>Myrica faya</i>, <i>Rhododendron ponticum</i>, <i>Quercus canariensis</i> com vista à aplicação de medidas florestais ou medidas silvo ambientais para a ZEC Monchique.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	250.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_35 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Avaliação da capacidade de carga em áreas classificadas para uso turístico</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Estudo e atualização de conhecimentos referentes à avaliação da capacidade e planeamento do uso e da infraestruturização turística em sítios com relevante pressão turística - ZEC Barrocal e ZEC Costa Sudoeste</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Barrocal e ZEC Costa Sudoeste
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_39 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Monitorização da avifauna nas Zonas de Proteção Especial ZPE(s) do Algarve
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Monitorização da Avifauna
ÂMBITO TERRITORIAL	ZPE(s) do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Universidades   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	100.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_45 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Avaliação do estado de conservação do habitat 8310 - grutas não exploradas pelo turismo</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Monitorização do estado de conservação do habitat 8310 - grutas não exploradas pelo turismo, que constituem potencial habitat para quirópteros e outra fauna cavernícola; implementar medidas de inibição de acesso humano – ZEC Barrocal, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Arade/ Odelouca e ZEC Costa Sudoeste.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Barrocal, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Arade/ Odelouca e ZEC Costa Sudoeste
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	100 000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_46 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Renaturalização de espaços abandonados do Domínio Público
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Ações de conservação da natureza que passam pela renaturalização de espaços abandonados do Domínio Público para recuperação dos habitats 1140 Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa, 1150 Lagunas costeiras, 1310 Vegetação pioneira de Salicornia e outras espécies anuais das zonas lodosas e arenosas, 1320 Prados de Spartina ( <i>Spartinion maritimae</i> ), 1410 Prados salgados mediterrânicos ( <i>Juncetalia maritimi</i> ), 1420 Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos ( <i>Sarcocornetea fruticosi</i> ), 1430 Matos halonitrófilos ( <i>Pegano-Salsoletea</i> ) e 1510 Estepes salgadas mediterrânicas (Limonietalia) - ZEC Ria Formosa; ZPC Ria de Alvor e ZEC Castro Marim).
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC Litoral Algarvio
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   APA   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2 000 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	A estabelecer
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_50 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Promoção de faixas de proteção de habitats litorais (ZEC Costa Sudoeste/ Ria Formosa)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Ações de conservação da natureza que passam pela promoção de faixas de proteção de <i>habitats</i> litorais, através da criação e manutenção (gestão) de uma área de transição entre as áreas agrícolas ou intensamente pastoreadas e os habitats litorais constituídos por dunas costeiras ou matos litorais, sujeita a um uso de menor intensidade, constituindo uma faixa de 50 m da parcela agrícola ao longo da mancha de duna costeira ou matos litorais identificados como não suscetíveis de serem intervencionados. Visa a conservação de 1240 Falésias com vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. Endémicas, 2150 Dunas fixas descalcificadas atlânticas, 2260 Dunas com vegetação esclerofila, 2270 Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e ou <i>Pinus pinaster</i> , 2330 Dunas interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i> , 4030 Charnecas secas europeias, 5140 Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas, 5210 Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp, 5330 Matos termomediterrânicos pré-desérticos, 5410 Friganas mediterrânicas ocidentais dos cimos de falésia e espécies da flora ( <i>Armeria rouyana</i> , <i>Avenula hackelii</i> , <i>Biscutella vicentina</i> , <i>Chaenorhinum serpyllifolium</i> ssp. <i>lusitanicum</i> , <i>Cistus palhinhae</i> , <i>Diplotaxis vicentina</i> , <i>Euphorbia transtagana</i> , <i>Herniaria algarvica</i> , <i>Herniaria marítima</i> , <i>Jonopsidium acaule</i> , <i>Linaria algarviana</i> , <i>Linaria ficalhoana</i> , <i>Narcissus calcicola</i> , <i>Plantago almogravensis</i> , <i>Pseudarrhenaterum pallens</i> , <i>Silene rothmaleri</i> , <i>Thymus camphoratus</i> , <i>Thymus carnosus</i> , <i>Verbascum litigiosum</i> , <i>Centaurea vicentina</i> ): exclusão da parcela de qualquer atividade de preparação do solo ou sementeira, podendo manter um pastoreio que não exceda um determinado encabeçamento..
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Costa Sudoeste Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	750 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_56 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo e Plano de Ação para a definição de procedimentos e metodologias para a redução de lixiviação de agroquímicos (ZEC Costa Sudoeste)</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de conservação da natureza consubstanciadas no regime ecológico para a redução de lixiviação de agroquímicos, diminuindo a contaminação dos solos e das águas através das escorrências de áreas de elevada aplicação de agroquímicos na envolvente de habitats sensíveis, promovendo a conservação de 2190 Depressões húmidas intradunares, 3110 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas de planícies arenosas, 3120 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas de solos geralmente arenosos ocidentais mediterrânicos, 3170 Charcos temporários mediterrâneos, 4020 Charnecas húmidas atlânticas temperadas, 6420 Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas e espécies como <i>Microtus cabrerae</i>, <i>quirópteros</i>, <i>Emys orbicularis</i>, <i>Chondrostoma lusitanicum</i>, <i>Apium repens</i>, <i>Hyacinthoides vicentina</i>, <i>Myosotis lusitânica</i>, <i>M. retusifolia</i>:</p> <p>(i) localização das charnecas húmidas e charcos a preservar e identificação da parcela do parcelário agrícola em que se inserem e da dinâmica das escorrências (qual ou quais as explorações que afetam cada área);</p> <p>(ii) Adesão, por parte da exploração agrícola, a um sistema de certificação do controlo de produção no qual se comprometa a reduzir, para níveis aceitáveis a definir, a utilização de agroquímicos (não cumulável com proteção integrada ou agricultura biológica);</p> <p>(iii) Diminuição efetiva, através da adoção de medidas de redução das entradas e/ou estabelecimento de barreiras de plantas de raízes profundantes que fixem os poluentes, na ZEC Costa Sudoeste.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Costa Sudoeste
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <p>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</p> <p>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</p> <p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</p> <p>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_59 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoria económica e ambiental de florestas e investimento não produtivo ou com produtividade muito marginal</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Ações de conservação da natureza visando a melhoria económica e ambiental de florestas e investimento não produtivo de promoção das condições ecológicas da floresta mediterrânica e do montado em áreas de montado de sobre e/ou azinho em produção, de matagal desenvolvido, incluindo os medronhais, e floresta mediterrânea em que predominem quercíneas, estratificada em termos de coberto vegetal e flora de produção ou com produtividade muito marginal, visando a conservação de Florestas aluviais de <u>Floresta Mediterrânica</u> - <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i>, Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>, Montados de <i>Quercus spp</i>, Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>, Florestas de <i>Quercus suber</i>, Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>, <i>Lynx pardinus</i>, peixes (<i>Chondrostoma lusitanicum</i>), flora (<i>Euphorbia transtagana</i>, <i>Ononis hackelii</i>, <i>Salix salvifolia ssp. australis</i>, <i>Centaurea vicentina</i>), répteis (<i>Lacerta schreiberi</i>), quirópteros e aves (<i>Bubo bubo</i>, <i>Hieraetus fasciatus</i>, passeriformes migradores de matos e bosques, passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas);</p> <p><u>Montados</u> – 3120 Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com Isoëtes spp, 3170 Charcos temporários mediterrânicos, 4030 Charnecas secas europeias, 5330 Matos termomediterrânicos pré-desérticos, 6210 Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário, 6220 Subestepes de gramíneas e anuais, 6310 Montados de <i>Quercus spp</i>. de folha perene, 8210 Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica, 8220 Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica, 9320 Florestas de Olea e Ceratonia, 9330 Florestas de <i>Quercus suber</i>, 9340 Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>, <i>Lynx pardinus</i>, quirópteros, aves (<i>Aegypius monachus</i>, <i>Aquila adalberti</i>, <i>A. chrysaetos</i>, <i>Bubo bubo</i>, <i>Burhinus oedipnemus</i>, <i>Ciconia nigra</i>, <i>Circaetus gallicus</i>, <i>Elanus caeruleus</i>, <i>Grus grus</i>, <i>Hieraetus fasciatus</i>, <i>H. pennatus</i>, <i>Milvus milvus</i>, passeriformes migradores de matos e bosques):</p> <p>Nas <u>áreas de montado em produção</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Não efetuar mobilização do solo para além da, eventual, instalação da pastagem;</li> <li>(ii) manter o solo sempre coberto com pastagem natural ou semeada procedendo às adubações anuais recomendadas;</li> <li>(iii) remover a vegetação arbustiva lenhosa que surgir (p.ex. dois em dois anos), podendo ser mantidas manchas no interior dos povoamentos a distâncias mínimas definidas;</li> <li>(iv) limitar o encabeçamento;</li> <li>(v) proteger a regeneração natural, remover as árvores mortas ou decrépitas, proceder a podas que garantam o equilíbrio da copa e a descortiçamentos corretamente efetuados;</li> <li>(vi) manter as faixas de gestão de combustível ou vias de comunicação que façam estrema com áreas de matagais ou floresta a distâncias adequadas.</li> </ul> <p>Nas <u>áreas de floresta e matagal desenvolvido</u> (nos termos de plano de gestão florestal da exploração ou da ZIF):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Instalar áreas de culturas para a caça (p. ex. 5-10%) que poderão ocupar as faixas de interrupção de combustíveis,</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_59 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>(ii) manter faixas de gestão de combustível (pelo menos 10 m) limpas delimitando parcelas (p.ex.20 ha em zonas declivosas, vertente sul/sudeste; xistos e p.ex. 50 ha e todas as vias de comunicação que façam estrema;</p> <p>(iii) não proceder a limpezas da vegetação arbustiva, a menos que sejam seletivas, sem mobilização do solo e se destinem a aumentar a diversidade florística, com acompanhamento técnico.</p> <p>Nas <u>Galerias ripícolas</u>:</p> <p>(i) Garantir a preservação da galeria ripícola, condicionando o acesso do gado e não procedendo a cortes da vegetação numa faixa não inferior a 20 m, nas ZEC Monchique, ZEC Costa Sudoeste e ZEC Caldeirão.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Monchique, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Caldeirão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_60 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Conservação de galerias ripícolas e áreas sub-ripícolas e da fauna e vegetação ribeirinha e fluvial</b>
PRIORIDADE	2



FICHA DE OPERAÇÃO_60 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de conservação de galerias ripícolas e da fauna e vegetação ribeirinha e fluvial em áreas de superfície florestal que confinem ou sejam atravessadas por linhas de água que apresentem galerias ripícolas ou seus vestígios e que estejam incluídos em troços objeto de recuperação/gestão, individuais ou coletivos, que pode incluir um plano de recuperação e de gestão aprovado por autoridades competentes; visa a conservação de (com diferenciação consoante a área classificada) 92D0, Galerias e matos ribeirinhos meridionais, 3260 Cursos água dos pisos basal a montano, 3280 Cursos de água mediterrânicos permanentes com cortinas arbóreas ribeirinhas, 3290 Cursos de água mediterrânicos intermitentes, 91E0 Florestas aluviais, 92A0 Florestas-galerias, invertebrados (<i>Unio crassipes</i>), mamíferos (<i>Lutra lutra</i>, peixes), flora (<i>Marsilea batardae</i>, <i>Salix salvifolia ssp. australis</i>), répteis e anfíbios (<i>Emys orbicularis</i>, <i>Mauremys leprosa</i>, <i>Lacerta schreiberi</i>, <i>Chioglossa lusitanica</i>), passeriformes migradores de matos e bosques e passeriformes migradores de caniçais e galerias ripícolas:</p> <p>(i) Identificar a galeria alvo de intervenção e cumprir um plano de recuperação/gestão, incluindo as medidas de prevenção de incêndio específicas;</p> <p>(ii) Circunscrever o acesso do gado às zonas limitadas imprescindíveis para o abeberamento;</p> <p>(iii) Não proceder ao cultivo ou aplicação de agroquímicos na faixa ocupada pela banda ripícola (mínimo de 10 m, incluindo a galeria ripícola);</p> <p>(iv) Eliminar as espécies exóticas invasoras lenhosas;</p> <p>(v) Medidas de mitigação dos problemas fitossanitários dos amieiros;</p> <p>(vi) Retirar lixo acumulado, na ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_61 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Promoção do medronhal extensivo (ZEC Monchique e ZEC Caldeirão)</b>
PRIORIDADE	4
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de conservação da natureza tendo em vista a promoção do medronhal extensivo evitando-se o terraceamento em RN2000, com o objetivo de melhoria dos habitats: 6310 Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene; 8220 Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica; 9340 Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>; 9330 Florestas de <i>Quercus suber</i>; 9240 Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>; 5330 Matos mediterrânicos pré-desérticos, na ZEC Monchique e ZEC Caldeirão.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Monchique e ZEC Caldeirão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	100 000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_63 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Reabilitação do castanheiro (9260) na Serra de Monchique
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de Conservação da Natureza visando a reabilitação do castanheiro (9260) na Serra de Monchique promovendo o seu uso agrícola e florestal e apoiando medidas para minimizar o impacto ecológico e prevalência da <i>Phytophthora cinnamomi</i>, em articulação com medidas florestais na ZEC Monchique.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500 000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_65 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de santuários de vida selvagem, zonas de não caça, e proibição da caça com controlo de predadores</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de conservação da natureza tendo em vista a criação de santuários de vida selvagem, zonas de não caça, e proibição da caça com controlo de predadores, caso se verifique a sua necessidade na ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_66 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reabilitação de floresta com espécies autóctones como fonte de sumidouro de carbono</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de Conservação da Natureza tendo em vista a reabilitação de floresta com espécies autóctones como fonte de sumidouro de carbono na ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_69 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de refúgios estivais nas pequenas bacias costeiras intermitentes da RN2000</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Ações de conservação da natureza baseadas na criação de refúgios estivais nas pequenas bacias costeiras intermitentes do centro e sul (Ribeira do Arade, Ribeira de Quarteira), em sectores a montante dos principais fatores de pressão antropogénica, para salvaguarda da ictiofauna nativa, nomeadamente: - Desassoreamento de pegos estivais; - Controlo/erradicação de espécies exóticas invasoras (nomeadamente lagostim e vegetação exótica invasora); - Renaturalização da vegetação ripícola: adensamento e diversificação dos estratos vegetais (herbáceo, arbustivo e arbóreo) das galerias ripícolas.
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira do Arade e Ribeira de Quarteira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_70 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Medidas de conservação <i>ex situ</i> no Viveiro de Monte Gordo</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Ações de conservação da natureza contemplando medidas de conservação <i>ex situ</i> no Viveiro de Monte Gordo para espécies florestais, dunares e outras tais como; <i>Tuberaria major</i>; <i>Thymus lotocephalus</i>; <i>Thymus camphoratus</i>; <i>Plantago algarbiensis</i>; <i>Plantago almogravensis</i>; <i>Armeria rouyana</i>; <i>Jonopsidium acaule</i>; <i>Linaria ficalhoana</i>; <i>Linaria algarviana</i>; <i>Ononis hackelii</i>; <i>Silene rothmaleri</i>; <i>Dilpotaxis vicentina</i>; <i>Biscutella vicentina</i>; <i>Herniaria algarvica</i>; <i>Narcissus wilkommii</i>; <i>Centaurea occasus</i>, entre outras.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Monte Gordo
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_71 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Capacitação fiscalizadora da autoridade nacionais em matérias ambientais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Formação e literacia consubstanciadas na capacitação fiscalizadora</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   IEFP   Municípios   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_72 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa de formação específica para as atividades de animação ambiental e marítimo-turísticas orientadas para a observação dos valores naturais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Formação e literacia consubstanciadas no programa de formação específica para as atividades de animação ambiental e marítimo- turísticas orientadas para a observação dos valores naturais (captura/colheita/manuseamento)</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_74 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação e requalificação das infraestruturas de informação, interpretação e de acolhimento de uso público - modernização e orientação para as áreas classificadas</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Infraestruturas de informação e interpretação - modernização e orientação para a RN2000, nomeadamente: Sapal de Venta Moinhos (Castro Marim); Ecomuseu da Água/Salinas do Francisco Taborda (Castro Marim); Quinta de Marim entre outras.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	2 500.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_76 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Obrigação de faixas de compensa�o de espécies autóctones com fun�o de prote�o e para instala�o e conserva�o das sebes arborizadas/cria�o de sebes arborizadas (decorrente de licenciamento)</b>
PRIORIDADE	3
DESCRI�O E OBJETIVO DA OPERA�O	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Medidas nos Licenciamentos onde se verifica a obriga�o de faixas de compensa�o de espécies autóctones com fun�o de prote�o e conserva�o, nos licenciamentos e novas estruturas produtivas de espécies florestais (Faixas de descontinuidade quer em floresta como em agricultura intensiva) na ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC Barrocal, ZEC Monchique, ZEC Cerro da Cabeça, ZEC Caldeirão, ZEC Costa Sudoeste, ZEC Ria de Alvor, ZEC Ribeira de Quarteira, ZEC Arade/Odelouca, ZEC Ria Formosa/Castro Marim
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECU�O	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FORTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECU�O</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Opera�o: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de A�o de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_78 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Aquisição de equipamento de suporte à vigilância</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Aquisição de equipamento de suporte à vigilância (fiscalização e monitorização): Drones, GPS, foto-armadilhas e <i>software</i>.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A estabelecer</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_80 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação das medidas complementares decorrentes dos planos de gestão das ZEC do Algarve</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Decorrente da publicação dos PG das ZEC importará implementar no terreno as medidas preconizadas pelos planos e monitorizar os resultados nas áreas do domínio público e do regime florestal
ÂMBITO TERRITORIAL	ZEC(s) Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   APA   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 ---...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF

FICHA DE OPERAÇÃO_81 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reformulação da rede de acessos informais nas Áreas Protegidas (AP)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Ordenar a rede encerrando os acessos considerados desnecessários numa ótica de proteção de espaços naturais
ÂMBITO TERRITORIAL	AP(s) Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_82 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo para a definição de procedimentos e metodologias para o controlo de exóticas</b>
PRIORIDADE	5
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Identificação de metodologias a aplicar para o controlo de exóticas invasoras – tipificação por espécie (tipo de herbicida; períodos de aplicação; ...)
ÂMBITO TERRITORIAL	SNAC Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Apresentação e validação de relatório
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   DRAP ALG   Municípios   Universidades   ONG   Associações   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	25 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2024 (1 ano)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN

FICHA DE OPERAÇÃO_84 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização do regime florestal da região do Algarve</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Âmbito</u></p> <p>O incentivo na manutenção da gestão florestal na região é fundamental para uma intervenção de escala que se pretende dos espaços naturais que melhor promove a manutenção e fomento de infraestruturas verdes e de biodiversidade na região.</p> <p>Existem várias áreas submetidas a regime Floresta que importa fomentar a gestão e na revisão ou elaboração dos seus Planos de Gestão Florestal de acordo com o novo PROF (Plano Regional de ordenamento Florestal).</p> <p>Esta medida visa financiar a execução das ações previstas em Plano de Gestão Florestal.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1 200 000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_85 ICNF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Aquisição e/ou contratualização de áreas para a conservação da natureza e criação de micro reservas</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Conservação ativa de habitats e áreas de distribuição de espécies com relevância para a proteção da natureza e biodiversidade
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Área adquirida ou contratualizada
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve

#### 4.3.1.2 APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_01 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Assinalamento marítimo dos canais de navegação da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reformulação do sistema de ajudas à navegação na Ria Formosa, tendo em vista a minimização dos riscos de acidentes e, conseqüentemente, contribuindo para a conservação do ecossistema lagunar, mediante a implementação e sustentação de um sistema em conformidade com:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- o Sistema de Balizagem Marítima;</li> <li>- As recomendações e guias da International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities (IALA).</li> </ul> </li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   DGRM   Docapesca   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Dragagens no sistema lagunar da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> A realização das dragagens no sistema lagunar da Ria Formosa para reforço de cordões dunares e melhoria da qualidade da água, atendendo à salvaguarda da conservação de espécies e habitats prioritários.</p> <p><u>Atividades</u> A operação compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dragagem de canais e barras na Ria Formosa, reforçando o hidrodinamismo das barras e canais nos sistemas estuarino-lagunares, com melhoria da qualidade da água (em benefício geral do ecossistema e contribuindo para a garantia das atividades produtivas aquícolas), e potenciando o reforço dos cordões dunares;</li> <li>• Dragagem de manutenção do canal de acesso ao porto da Fuzeta, Cacela Velha e Lavajo;</li> <li>• Dragagem do molhe poente de Tavira e reforço do cordão dunar a nascente da barra de Tavira;</li> <li>• Atualização do Plano de Dragagens.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   DGRM   Docapesca   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	10.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOCVVRST</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rede de infraestruturas de fundação e amarração na Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e âmbito</u></p> <p>Assegurar a implementação de uma rede de infraestruturas, dotadas de serviços básicos de apoio (com particular destaque para a recolha de resíduos e efluentes), que permita a fundação e amarração de embarcações em adequadas condições de segurança e disciplina, em áreas dotadas de aptidão para esse efeito ao longo da Ria Formosa, dimensionadas de acordo com a capacidade de carga do sistema, prevenindo conflitos com o tráfego marítimo e com as diferentes atividades aí desenvolvidas, e minimizando a perturbação dos valores naturais em presença.</p> <p>Integra as ações incluídas no Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação da Ria Formosa, desenvolvido pela Polis Litoral Ria Formosa, S.A.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   DGRM   Docapesca   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.500.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; PSCMR</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Arq.ª Paula Noronha (paula.noronha@apambiente.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE AÇÃO_04 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
TIPOLOGIA DE AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	<b>Requalificação ambiental das áreas envolventes de albufeiras de águas públicas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA AÇÃO	<p><u>Objetivo e âmbito</u></p> <p>Ações de defesa e promoção da qualidade dos recursos hídricos e ecossistemas ribeirinhos, nomeadamente a reconversão de habitats com menor interesse ecológico e a reconversão de eucaliptais para espécies mais adequadas, em conformidade com as áreas prioritárias definidas nos POAAP.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Área de intervenção dos planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   ICNF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Ação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POAAP; PROT Algarve; PROF Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7 e PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; PSCMR</li> </ul>
<b>QUESTÕES A ABORDAR EM REUNIÃO SETORIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Obtenção de maior detalhe sobre a ação</li> <li>. Estabelecimento da fonte de financiamento</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Arq.º Carlos Martins (carlos.martins@apambiente.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_05 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Valorização das infraestruturas dunares
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Ações de recuperação dunar na área dos Programas da Orla Costeira/Planos de Ordenamento da Orla Costeira, tendo em vista a salvaguarda da conservação de espécies e habitats prioritários.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Litoral da Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Universidades   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	5.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNOCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação e valorização de linhas de água e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação associadas</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Regularização e requalificação de linhas de água relevantes no contexto das bacias hidrográficas presentes no Algarve (RH7 – Guadiana e RH8 – Ribeiras do Algarve).</p> <p><u>Atividades</u> A operação preconiza:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. A realização de ações de limpeza, desobstrução, controlo de espécies exóticas invasoras (em articulação com as ações de prevenção de incêndios rurais), valorização e regularização, com criação de componentes lúdicas e interpretativas associadas;</li> <li>. A elaboração de um plano de ação para requalificação da Rede Hidrográfica, que defina as prioridades de intervenção dos troços de ribeiras que são determinantes para a melhoria do estado ecológico da massa de água.</li> </ul> <p>Para implementação desta operação importa levar em linha de conta um aspeto crítico que é a questão da propriedade privada. Deste modo é necessária a angariação da disponibilidade, mobilização e motivação dos proprietários, a fim de viabilizar estas intervenções e garantir a sua continuidade territorial e temporal.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Rede hidrográfica das RH7 – Guadiana e RH8 – Ribeiras do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
FORTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	10.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022–2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PGRI RH7; PGRI RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Paulo Cruz (paulo.cruz@apambiente.pt)
PARTE INTERESSADA	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_07 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Intervenções em estruturas hidráulicas obsoletas no interior dos sistemas estuarino-lagunares. Reabilitação e renaturalização de áreas artificializadas inativas nesses sistemas aquáticos</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Tendo por base um conjunto de estruturas hidráulicas obsoletas identificadas no interior dos sistemas estuarino-lagunares (com uma dimensão total estimada de 1500 ha – áreas artificializadas inativas confinadas por muros de terra batida – antigas salinas aquaculturas, moinhos de maré e zonas agricultadas), com constrangimentos ao nível do regime natural das marés (tendência para colmatar com sedimentos finos), mostra-se necessária a realização de intervenções (a integrar numa estratégia regional a definir) que possam restaurar a funcionalidade destas zonas com benefício para os respetivos sistemas aquáticos, em função das suas características, dimensões, localização e cota topográfica dos terrenos, tanto em ações de renaturalização, como de desenvolvimento de atividades socioeconómicas que sirvam simultaneamente o propósito da prestação de serviços de ecossistemas e assegurem o rendimento dessas mesmas atividades, criando as condições favoráveis de hidrodinamismo e promovendo estados favoráveis de conservação dos habitats naturais e seminaturais de salgados e sapais.</p> <p><u>Resultados esperados</u></p> <p>Através da concretização deste objetivo esperam-se os seguintes benefícios, entre outros: sequestro direto e indireto de carbono; produção alimentar sustentável; reforço de stock de reprodutores; auxílio no repovoamento animal e vegetal; criação de habitats diversos associados a áreas de admissão, rejeição e circulação de água (em pisciculturas e salinas) para melhoria da qualidade da água (através de processos de biorremediação com produtores primários, detritívoros e filtradores); melhoria do microbioma (na água e sedimento); auxílio na reversão da perda de biodiversidade dos ecossistemas adjacentes.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>Promoção de atividades económicas ligadas à Economia Azul, geradoras de serviços de ecossistema (com as respetivas mais-valias para os promotores), compatíveis com os objetivos ambientais. Promoção de ações de renaturalização.</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>Com base no trabalho de campo realizado com meios topográficos e voos de drone, foram definidas áreas com potencial para enquadrar intervenções deste tipo na Ria de Alvor, Rio Arade e Ria Formosa.</p> <p>As intervenções incidem em antigas infraestruturas como salinas, moinhos de maré e aquaculturas abandonadas, visando a sua adequação às atividades a desenvolver, com implementação, remoção/reconfiguração de muros de terra batida, o aprofundamento de canais de circulação de água em zonas colmatadas e implementação de planos de gestão hídrica para as áreas aquáticas confinadas, bem como o acompanhamento e monitorização da evolução da situação, durante e após as intervenções.</p> <p>Âmbito dos trabalhos alvo de financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenção/fase de obra</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_07 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planos de monitorização e acompanhamento da evolução e resposta do sistema e dos serviços ecossistémicos.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Sistemas estuarinos e lagunares da Ria de Alvor, Rio Arade e Ria Formosa
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   ICNF   Municípios   Universidades   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Arq.ª Paula Noronha (paula.noronha@apambiente.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_08 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Estudo da importância da rede de pequenos reservatórios de águas na serra algarvia
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>Elaboração de um estudo para determinar a importância dos pequenos reservatórios de água da serra algarvia na valorização dos ecossistemas associados.</p> <p>Numa perspetiva territorial mais alargada o estudo deverá projetar o aumento da rede de reservatórios no sentido de potenciar a permanência da água na sua fase terrestre do ciclo hidrológico (criar condições para retardar o escoamento superficial), por forma a compensar a desflorestação e o incremento de fenómenos extremos decorrentes das alterações climáticas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Serra Algarvia
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   DRAP Algarve   Municípios   Universidades   Organizações Não Governamentais   Associações Empresariais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	120.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PGRI RH7; PGRI RH 8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Carlos Martins (carlos.martins@apambiente.pt)
PARTE INTERESSADA	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_09 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plataforma da mobilidade na Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Criação de uma plataforma digital que englobe todos os elementos que, de algum modo, se relacionam com a mobilidade da Ria Formosa (seja nas suas componentes marítimo/fluviais, seja nas terrestres), podendo abranger todos os potenciais utilizadores e <i>stakeholders</i> da Ria Formosa, agregando informação relevante e/ou proveniente de residentes, visitantes (nacionais e estrangeiros), pescadores e viveiristas, empresas de operadores de transportes (terrestre e marítimo/fluviais), entidades da administração pública (locais, regionais e nacionais), operadores turísticos, etc..</li> <li>. Implementação de uma estratégia orientada para a comunicação e sensibilização dos vários públicos inventariados e parceiros.</li> </ul> <p>Ação incluída no Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação da Ria Formosa, desenvolvido pela Polis Litoral Ria Formosa, S.A.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   IMT   DRAP Algarve   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	25.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022–2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOCOVVRS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; PSCMR</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_10 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoria do regime hidrológico de cursos de água (RH8 – Ribeiras do Algarve) em processo de colmatação dos troços terminais</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e Objetivo</u> Identificam-se quatro ribeiras que podem beneficiar de um programa sistemático de desassoreamento das barras de maré, promovendo a renovação das águas estuarinas e a manutenção dos ambientes de salgados e sapais em estado favorável de conservação: Ribeira de Odeceixe, Ribeira da Amoreira, Ribeira da Bordeira e Ribeira de Alcantarilha.
ÂMBITO TERRITORIAL	Salgado e sapais de Ribeira de Odeceixe, Ribeira da Amoreira, Ribeira da Bordeira e Ribeira de Alcantarilha
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Organizações Não Governamentais   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	400.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PALXXI; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PGRI RH7; PGRI RH8; POOCSB; POCOV
PONTO FOCAL	Arq.ª Paula Noronha (paula.noronha@apambiente.pt)
PARTE INTERESSADA	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_11 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Intervenções que visem a interceção, detenção, retenção e infiltração de água na região do Algarve</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>Implementação de intervenções no território que visem o aumento da disponibilidade hídrica na região através de técnicas extensivas e/ou pontuais, de modo a aumentar a interceção, detenção, retenção e infiltração/recarga de água numa região onde a precipitação escasseia durante largos períodos temporais.</p> <p>A operação pretende ainda o incremento do armazenamento de água superficial e subterrânea.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	12.000.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_12 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Monitorização e Controlo de espécies invasoras nos ecossistemas aquáticos</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>Com base na informação existente e ensaios de campo para colmatar algumas lacunas, a operação visa elaborar um plano de ação para proteção de espécies autóctones e o controlo de espécies piscícolas exóticas na rede hidrográfica e a implementação de medidas de monitorização e controlo.</p> <p>A operação pretende também identificar áreas preferenciais para a criação de condições de proteção das espécies autóctones, com base em técnicas de engenharia natural, e ações de controlo das espécies exóticas, visando a melhoria do estado ecológico das massas de água.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações empresariais e setoriais   CCMAR   Águas do Algarve   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Paulo Cruz (paulo.cruz@apambiente.pt)
PARTE INTERESSADA	APA – Agência Portuguesa do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_13 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Infraestruturas de apoio e valorização dos interfaces de uso balnear</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Ordenamento e valorização dos espaços balneares (praias de tipologia I, II e III, previstas em sede de instrumentos de gestão territorial), com a concretização de intervenções ao nível das infra-estruturas, equipamentos de apoio e requalificação e valorização dos espaços públicos de interface, para residentes e turistas, garantindo, paralelamente, a segurança e o conforto na sua utilização.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Praias de tipologia I, II e III, previstas em sede de instrumentos de gestão territorial
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	12.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_14 APA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Remuneração dos serviços de ecossistemas relativos às zonas de infiltração máxima (recarga de aquíferos)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>As zonas de infiltração máxima são áreas em que devido à natureza do solo, às formações geológicas existentes e às condições de morfologia do terreno, a infiltração da água apresenta condições especialmente favoráveis, contribuindo para a recarga dos aquíferos. Estas áreas são consideradas como zonas protegidas, com especial ênfase quando se situam em aquíferos que constituem origem de água para abastecimento público de consumo humano.</p> <p>A operação tem como objetivo remunerar os proprietários das áreas cartografadas como zonas de infiltração máxima, em razão do seu contributo para o bem coletivo, imposto pelo estabelecimento de severas restrições e condicionantes ao uso do solo.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   ICNF   DRAP Algarve   Municípios   Universidades   Águas do Algarve   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PGRH RH7; PGRH RH8; PSRN2000; PSRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PROT Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>:</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Arq.º Carlos Martins (carlos.martins@apambiente.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	APA – Agência Portuguesa do Ambiente



#### 4.3.1.3 DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_01 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos</b>
PRIORIDADE	1 Muito Alta
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Promover a adoção do pastoreio extensivo com rebanhos, como instrumento de redução do risco de incêndio (gestão de combustível) nas zonas rurais mais vulneráveis, contribuindo para a valorização dos seus produtos (carne, leite e queijo) e do território, a par com o reconhecimento e compensação do serviço que o pastor presta à comunidade em matéria de prevenção de incêndios (serviços ecossistémicos), consubstanciando-se nas seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Gestão de combustível através do pastoreio extensivo</b>, com contratualização de pastores que utilizem o pastoreio controlado, com utilização de rebanhos (ovinos, caprinos e bovinos, preferencialmente raças autóctones);</li> <li>- <b>Apoiar formação/capacitação de pastores</b>, para promoção da renovação geracional e capacitar empreendedores que aceitem o desafio de desenvolver um projeto de futuro ligado à produção pecuária baseado na pastorícia;</li> <li>- <b>Banco de Terras de Pastores</b>, de forma a facilitar o acesso de pastores ligados à pecuária extensiva a terrenos localizados em áreas de baixa densidade;</li> <li>- <b>Projetos piloto</b>, com efeito demonstrativo, na área da gestão de combustível para promoção da agro-silvo-pastorícia, baseados na utilização da pecuária extensiva e na valorização dos serviços ecossistémicos.</li> </ul> </li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de hectares com gestão de combustível efetuado com recurso ao pastoreio extensivo</li> <li>. Número de bovinos, ovinos e caprinos apoiados em regime extensivo</li> <li>. Número de produtores pecuários aderentes ao programa Pastoreio Extensivo</li> <li>. Número de pastores formados</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   DRAP Algarve   DGAV/ Municípios   Associações empresariais, de Desenvolvimento Local e setoriais   Produtores Pecuários   Outros
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	720 000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030

FICHA DE OPERAÇÃO_01 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
PONTO FOCAL	João Cassinello (cassinello@drapalgarve.gov.pt)
PARTE INTERESSADA	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_02 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Multifuncionalidade dos espaços rurais</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Consolidar e promover a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais, garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através de uma gestão ativa e profissionalizada, potenciando a atividade apícola, a silvo pastorícia e os frutos secos e silvestres, designadamente a alfarroba e o medronho. Aproveitar os fundos comunitários no âmbito de projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais, para dinamizar estas atividades às quais se acrescenta a atividade cinegética.</li> </ul> <p><u>Atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Colaborar com a AGRUPA – Agrupamento de Produtores de Alfarroba e Amêndoa. CRL, com vista à recuperação do seu reconhecimento como Organização de Produtores (OP);</li> <li>. Dinamizar a criação duma Organização de Produtores (OP) no setor do Mel, propondo-se no quadro da RRN a organização de um evento (seminário/workshop), com o objetivo de promover o encontro dos agentes do sector com vista ao esclarecimento e discussão de questões relacionadas com esta temática;</li> <li>. Valorizar o circuito económico da alfarroba, colaborando na apresentação de iniciativas legislativas que promovam criação dum sistema de garantia de rastreabilidade da respetiva fileira, desde o produtor até à transformação, visando proteger os produtores e o desenvolvimento socioeconómico da região. Adicionalmente, considera-se essencial promover a valorização do produto no mercado, pelo que se propõe a realização de iniciativas com vista a impulsionar um processo de certificação IGP para Alfarroba do Algarve;</li> <li>. Promover a pecuária extensiva, especialmente de pequenos ruminantes, baseada na exploração de raças autóctones, assente na valorização dos seus produtos (carne, leite e queijo), a par com o reconhecimento e compensação do serviço que o pastor presta à</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>comunidade em matéria de prevenção de incêndios (serviços ecossistémicos). As iniciativas previstas, constam em detalhe na ficha relativa à ação 01 da DRAP- Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamizar a comercialização do medronho como IGP Medronho do Algarve, aproveitando o facto de já ser um produto com certificação IGP, perspetivando-se a realização de ações complementares como o estabelecimento de parcerias com outras entidades para a instalação de um laboratório para determinações analíticas, em parceria apresentar candidatura para a promoção de produtos agroalimentares de origem IGP;</li> <li>Dinamizar a atividade da resinagem na região, pelo que se propõe a elaboração de projeto piloto, na vertente do pinheiro bravo e do pinheiro manso, que permitam avaliar a viabilidade económica desta atividade, apoiar a formação dos produtores e desenvolver modelos de silvicultura que permitam a produção combinada de pinha, pinhão e resina.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<p><u>Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de projetos apoiados nos sectores objeto da presente ficha e respetivo investimento;</li> <li>Novas colmeias (N.º) e apicultores registados (N.º);</li> <li>Áreas (ha) afetas à fileira da Alfarrobeira e do Medronheiro.</li> </ul> <p><u>Valores de “Baseline” a considerar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apicultura -Tendo por base a declaração de existências de setembro de 2021, os dados de referência são os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de apicultores - 714</li> <li>N.º de colmeias – 103729</li> </ul> </li> <li>Área de Alfarrobeira e Medronheiro - Tendo por base os dados do Recenseamento Agrícola de 2019 as áreas são as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> <li>Área ocupada com Alfarrobeira – 13.595,47 ha;</li> <li>Área ocupada por Medronheiro - 7.187,28 ha;</li> <li>(consumo em fresco – 583, 80 ha; produção de aguardente – 6.603,48 ha).</li> </ul> </li> <li>Projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais</li> </ul> <p>A definir posteriormente, com base nos dados de referência que irão ser adotados no Plano Nacional.</p>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DRAP Algarve   DGAV  ICNF  Municípios   Associações empresariais, de Desenvolvimento Local, e setoriais   Produtores Pecuários   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	Proporcional regional ao valor referencia nacional
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2025-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEADER; POR Algarve POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	João Paulo C. Jesus (jpjesus@drapalgarve.gov.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_05 DRAP Algarve</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Promover o apoio às raças autóctones algarvias*</b>
<b>PRIORIDADE</b>	1 Muito alta
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Com o abandono da atividade pecuária e o desaparecimento dos pastores não só diminuiu a capacidade dos ecossistemas florestais de oferecer produtos, paisagens e elementos culturais à sociedade, como também ficam afetadas diversas funções ecossistémicas. (Fernández Rebollo et al, 2015).</p> <p>Atualmente estão inscritos, nos respetivos Livros Genealógicos, 3.100 animais/64 criadores (cabra algarvia), 3.140 animais/22 criadores (ovelha churra algarvia) e 29 animais/3 criadores (vaca algarvia). A operação passa por implementar medidas de apoio ao incremento destas raças autóctones, integradas em modelos que promovam a pecuária extensiva e a multifuncionalidade agrosilvopastoril, pela ligação ao mundo rural, especialmente nas zonas desfavorecidas, em termos socioeconómicos (criação de emprego e riqueza/combate ao despovoamento), ambientais (manutenção da paisagem, biodiversidade, ecossistemas, prevenção de incêndios), culturais (gastronómico/Dieta Mediterrânica), economia circular (exploração e utilização racional de recursos naturais e locais; produção e consumo local).</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>Promover o apoio às 3 raças autóctones existentes na região (caprinos da raça Algarvia, ovinos da raça churra Algarvia e bovinos da raça Algarvia), atualmente em elevado risco de extinção, atendendo ao seu elevado interesse, não só pelo património genético valioso que representam, por serem as raças mais adaptadas ao meio e conseqüentemente às alterações climáticas a que estamos a assistir, como também por a elas estarem associadas um grande potencial de valorização económica através dos seus produtos (carne, leite, queijo e lã).</p> <p><u>Medidas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <b>Promover o incremento dos efetivos das raças autóctones algarvias</b>, inscritos em livro genealógico, em pastoreio extensivo, segundo regulamento a definir.</li> <li>. <b>Criação de 1 Centro de Recuperação da raça bovina Algarvia</b>, constituição de núcleos de conservação animal in situ, ações integradas em plano de salvaguarda que permitam a sua preservação/multiplicação (tecnologia produtiva e reprodutiva, IDI, etc).</li> <li>. <b>Projetos piloto</b>, com efeito demonstrativo.</li> <li>. <b>Ações de divulgação</b> com ligação ao turismo gastronómico/Dieta Mediterrânica.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_05 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de bovinos, ovinos e caprinos inscritos nos Livros Genealógicos</li> <li>. Número de produtores pecuários inscritos nos Livros Genealógicos</li> <li>. Número de projetos piloto</li> <li>. Número de ações de divulgação</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DGT   ICNF   AGIF   DRAP Algarve   DGAV   Turismo de Portugal   AMAL/ Municípios   Associações empresariais, de Desenvolvimento Local e setoriais   Produtores Pecuários   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1 000 000 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p><u>Enquadramento da Operação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. Instrumentos Estratégicos: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. Instrumentos de Planeamento e Gestão: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	<i>A designar</i>
<b>PARTE INTERESSADA</b>	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

(\*) A operação foi incluída no Plano de Ação, considerando que os rebanhos são utilizados em ações de limpeza da floresta, com interesse para a biodiversidade.

#### 4.3.1.4 AGIF - Agência de Gestão Integrada de Fogos Rurais

FICHA DE OPERAÇÃO_01 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Implementação de Projeto Piloto de Gestão de <i>Habitats</i> e Biodiversidade através da realização de ações fogo controlado.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Barlavento Algarvio
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Pretende-se a remuneração das áreas que contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade, entre outros objetivos e aumentar a exploração de espécies autóctones, garantindo uma paisagem diversificada e equilíbrio no ecossistema.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPRNSCMVRSAs; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u>  Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio  Encontram-se integradas em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (DGT).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_04 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Multifuncionalidade dos espaços agroflorestais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Valorização e promoção da atividade apícola enquanto atividade essencial para os ecossistemas e de valor económico relevante para os territórios;</li> <li>. Aproveitamento dos recursos agroflorestais, como a produção de madeira proveniente de espécies autóctones, outros usos, tais como a silvo pastorícia, a apicultura, as plantas aromáticas e medicinais, os cogumelos, a caça e a pesca, ou ainda materiais vegetais e orgânicos tais como resinas, folhagens, vimes;</li> <li>. Adoção de novos modelos inovadores e sustentáveis nas práticas agroflorestais.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   DRAP Algarve   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	11.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação de ações no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGP SMS)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Aumento da área rural sujeita a uma gestão sustentável e garantir a resiliência e rendimento dos proprietários.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Com Avisos abertos e financiamento do Fundo Ambiental. Estão designadas 4 AIGP (DGT)
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Ooeração:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 AGIF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Promoção da adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos, promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurando a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolvendo sistemas de gestão de catástrofes; promoção do aumento da resiliência territorial para os riscos naturais transfronteiriços e reforço e articulação da cooperação, procedimentos de trabalho e formação entre os dispositivos.
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)
PONTO FOCAL	Pedro Curto - Coordenador Regional (pedro.curto@agif.pt); Soraya Imperial - Suplência: Perita Coordenadora
PARTE INTERESSADA	AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais

#### 4.3.1.5 DGT - Direção-Geral do Território

FICHA DE OPERAÇÃO_01 DGT	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras de Monchique e Silves e da Serra do Caldeirão e Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Definição das macroestruturas (de conectividade ecológica e resiliência ao fogo) com identificação de corredores húmidos e corredores secos e macro sistemas da paisagem que contribuem para a concretização das infraestruturas verdes e valorização e gestão da floresta mediterrânica.</p> <p>Esta definição opera-se à escala supramunicipal nos PRGP e à escala local nos projetos de Operações Integradas de Gestão da Paisagem que concretizam as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP).</p> <p>Esta operação tem enquadramento no Programa de Transformação da Paisagem (PTP)   Programas de Reordenamento e Transformação da Paisagem   Operações Integradas de Gestão da Paisagem, respetivamente.</p> <p>A transposição das macroestruturas da paisagem para a escala regional (PROT) e municipal (PDM) constituirá um contributo para a concretização da rede de infraestruturas verdes do Algarve.</p> <p>A elaboração do PRGP das Serras de Monchique e Silves encontra-se concluída e a da Serra do Caldeirão deverá iniciar-se em 2022.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2024
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Fátima Bacharel (fbacharel@dgterritorio.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	DGT – Direção-Geral do Território

FICHA DE OPERAÇÃO_02 DGT	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> <li>. Pedreiras - Pedreiras em situação crítica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Indicadores de conectividade ecológica que integram o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (OOTU) e avaliam e monitorizam o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Evolução dos indicadores estabelecidos no REOT (Relatório do estado do Ordenamento do Território) para os corredores húmidos e corredores litorais - como corredores húmidos consideraram-se as áreas ripícolas enquanto suporte da conectividade ecológica e da qualidade do ciclo da água e como corredores litorais, uma faixa ao longo da interface mar-terra.</p> <p>O desempenho dos indicadores destes corredores é fundamental para a concretização e funcionamento tanto das infraestruturas verdes, como o cumprimento dos objetivos da Reserva Ecológica Nacional, enquanto estrutura biofísica facilitadora da conectividade ecológica.</p> <p>A transposição dos corredores para a escala regional (PROT) e municipal (PDM) constituirá um contributo para a concretização da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e das Estruturas Ecológicas Municipais do Algarve.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2024 (previsão para publicação dos REOT mais próximos)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> </ul>
PONTO FOCAL	Ana Luísa Gomes (luisa.gomes@dgterritorio.pt)
PARTE INTERESSADA	DGT – Direção-Geral do Território

#### 4.3.1.6 Turismo de Portugal

FICHA DE OPERAÇÃO_01 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoria das condições de visitação das 3 áreas protegidas – Parque Natural da Ria Formosa, Parque Natural do Sudoeste Alentejano, Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de Santo António</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualifica�o e dinamiza�o dos centros interpretativos existentes em termos de conteúdos de interpreta�o (incluindo suportes tecnológicos e suportes acessíveis a pessoas com necessidades específicas) e reforço da eficiência energética, hídrica e acessibilidade física dos edifícios e locais de apoio;</li> <li>• Qualifica�o e interpreta�o dos percursos de visita;</li> <li>• Cria�o de equipamentos de apoio para observa�o de aves, flora e fauna (quando aplicável).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Natural da Ria Formosa; Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Reserva Natural do Sapal Castro Marim e Vila Real de Santo António
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Turismo de Portugal   Municípios   Universidades   Outros
<b>FORTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Opera�o: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de A�o de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	A definir pelo ICNF
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Turismo de Portugal

FICHA DE OPERAÇÃO_02 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Gestão de embarcações turísticas em áreas sensíveis</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Definição e implementação de modelo de gestão de embarcações turísticas, táxis fluviais e/ou transporte público fluvial em áreas sensíveis (ex.: Parque Natural da Ria Formosa, Ilhas Barreira, grutas), com o objetivo de salvaguardar a preservação dos valores naturais, a biodiversidade marinha e a qualidade da paisagem.</p> <p>O modelo de gestão deverá contemplar, entre outras valências, a definição de capacidade de carga diária, regras de funcionamento, características das embarcações, registo das embarcações a operar.</p> <p><u>Objetivo</u> O objetivo é salvaguardar a preservação dos valores naturais, a biodiversidade marinha e a qualidade da paisagem, compatibilizando-as com a atividade económica desenvolvida pelos agentes locais.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Natural da Ria Formosa, Ilhas Barreira e grutas
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Turismo de Portugal   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	A definir pelo ICNF
PARTE INTERESSADA	Turismo de Portugal

FICHA DE OPERAÇÃO_04 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Monitorização da carga turística</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir e implementar metodologia de monitorização da performance de sustentabilidade da região, pelo Observatório Regional de Turismo Sustentável do Algarve;</li> <li>- Realizar, com o Observatório Regional de Turismo Sustentável do Algarve, diagnóstico das áreas de risco na região e metodologia para gestão da capacidade de carga turística, ao longo de todo o ano, em especial nos territórios mais sensíveis (incluindo áreas protegidas).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	350.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Sérgio Guerreiro
PARTE INTERESSADA	Observatório Regional de Turismo Sustentável do Algarve



FICHA DE OPERAÇÃO_05 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Capacitação dos profissionais do turismo na Região do Algarve nas áreas da Sustentabilidade e da Biodiversidade</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p><b>I – Biodiversidade</b></p> <p>Desenvolver novo curso – “A biodiversidade, como vantagem competitiva no setor do Turismo” - focado na promoção de conhecimento da biodiversidade da região do Algarve, estruturado para desenvolver competências de informação e promoção da biodiversidade, junto dos clientes, nas diversas áreas funcionais, mas também promover a aquisição de comportamentos que contribuam para a preservação e regeneração da biodiversidade.</p> <p><u>Destinatários:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Empresários, gestores e profissionais do setor do turismo</li> <li>2. Jovens disponíveis para iniciar trabalho no setor do turismo</li> </ol> <p><u>Modelo de funcionamento:</u></p> <p>Formação em regime híbrido, com formação online e formação presencial, complementada com visitas técnicas específicas que permitam conhecer e valorizar a biodiversidade da região, e compreender o seu impacto positivo.</p> <p>Prevê-se a concretização de 3 ações iniciais, ficando depois para uma realização regular na região, que será assegurada pelas 3 Escolas de Hotelaria e Turismo da região do Algarve.</p> <p><b>II – Sustentabilidade</b></p> <p>Implementar ações de formação, para 3 níveis de profissionais em todas as áreas do turismo (empresários e gestores, chefias intermédias e operacionais) com programas especificadamente desenhados para cada nível e para cada subsetor, garantindo o desenvolvimento de uma consciência e de uma competência coletiva regional sobre a importância da sustentabilidade, alicerçada na qualidade da paisagem, das infraestruturas verdes, da conservação da natureza, da biodiversidade e do património natural.</p> <p><u>Destinatários</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Empresários e gestores do setor do turismo</li> <li>2. Chefias intermédias do setor do turismo</li> <li>3. Operacionais do setor do turismo</li> </ol> <p><u>Modelo de funcionamento</u></p> <p>Formação <i>online</i>, complementada com intervenções de mentoria para a implementação de projetos empresariais de sustentabilidade 360º.</p> <p>Prevê-se formar 80.000 pessoas /ano e 240.000 nos 3 anos de realização.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Turismo de Portugal   RTA   Universidades   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	303.100,00€

FICHA DE OPERAÇÃO_05 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; Algarve 2030; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNscMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
PONTO FOCAL	Ana Paula Pais
PARTE INTERESSADA	Turismo de Portugal

#### 4.3.1.7 Região de Turismo do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_01 RTurismoAlgarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa Regional de Ecoturismo (PRE)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A Região de Turismo do Algarve, encontra-se a coordenar a elaboração do Programa Regional de Ecoturismo (PRE) para a região do Algarve. Segundo as diretrizes da Lei nº 86/2019 de 3 de setembro, foi criado um Grupo de Trabalho, com representantes de várias entidades da Região do Algarve, que visa a conceção do PRE, que inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;</li> <li>▪ da AMAL;</li> <li>▪ do ICNF;</li> <li>▪ de uma Organização não-governamental de ambiente: Almargem.</li> </ul> <p><u>Atividades</u></p> <p>O PRE deve identificar, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipamentos, infraestruturas e instalações existentes aptos para o ecoturismo;</li> <li>▪ Eco roteiros existentes e a propor; património natural, cultural e histórico da região, para efeitos de visitaçao e fruicão;</li> <li>▪ Geossítios, sítios panorâmicos e locais de interesse paisagístico e cénico;</li> <li>▪ locais para a prática de desporto, designadamente trilhos e ecopistas;</li> <li>▪ Produtos regionais;</li> <li>▪ Propor a melhoria da informação para visitaçao e sinalética adequada;</li> <li>▪ Promover iniciativas de divulgaçao e promoçao do ecoturismo da região;</li> <li>▪ Identificar as necessidades de investimento na conservaçao do património;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 RTurismoAlgarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de sensibilização da população e formação nas escolas;</li> <li>• Programas de sustentabilidade ambiental, nomeadamente sobre recolha de resíduos, eficiência energética e água e sistemas de mobilidade sustentável.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   RTA   Turismo do Algarve   Municípios   Universidades   ADL's   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Transformar Turismo, Fundo Ambiental, outros <i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2024 (o Programa encontra-se em fase de elaboração)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; Algarve 2030; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNscMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 RTurismoAlgarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>• Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>MADAME - Models and tools for ADaptation to climate change in Mediterranean Economies in the tourism sector</b>
PRIORIDADE	2
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>As alterações climáticas (CC) são um desafio comum a enfrentar em conjunto em todos os países mediterrânicos, onde setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável, como agricultura, turismo e transporte, compartilham características estruturais e vulnerabilidades comuns.</p> <p>O objetivo geral da MADAME é contribuir para a “transição para um clima neutro e sociedade resiliente” através da transferência de modelos e ferramentas desenhadas para a adaptação aos impactos das alterações climáticas (AC) nas economias costeiras do Mediterrâneo.</p> <p><u>Atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um Sistema de Apoio à Decisão (DSS) para tomadores de decisão públicos e privados com o objetivo de projetar estratégias de investimento baseadas em modelos de previsão personalizados para a definição de cenários de impacto das AC.</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 RTurismoAlgarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>- Orientações para análise de viabilidade de investimentos públicos e privados em zonas costeiras, centradas na economia do turismo e incluindo todas as interações sistêmicas com os ecossistemas locais.</p> <p>Todos os resultados serão produzidos por cada Área de Demonstração de Transferência (ADT) localizada em sete Euro-MED países (Portugal, Espanha, Itália, Croácia, Grécia, Chipre e Bulgária), e as metodologias serão ajustadas também com análise comparativa dos casos individuais, troca de experiências e treinamento no local de trabalho.</p> <p>Os resultados serão usados para mostrar estratégias de adaptação AC, e sensibilização das partes interessadas e do público em geral.</p> <p>Soluções para aumentar a capacidade de mitigação e adaptação para enfrentar as alterações climáticas, que causem impacto em zonas turísticas costeiras.</p> <p>Soluções para aumentar a conscientização sobre os possíveis cenários de inundação em zonas costeiras, devido às Alterações Climáticas.</p> <p>Cooperar transnacional para o turismo sustentável.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Litoral do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	RTA   Universidades   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Eur-MED0200442 Greener MED
MONTANTE DE INVESTIMENTO	989.948,20€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; Algarve 2030; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
PONTO FOCAL	Ema Mendonça - Núcleo de Planeamento, Comunicação, Imagem e Qualidade (ema.mendonça@turismoalgarve.pt)
PARTE INTERESSADA	Região de Turismo do Algarve

#### 4.3.1.8 AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_01 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O Dec. Lei 116/2019, de 21 de agosto, concretiza, nos termos da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, um modelo de cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, com expressa intervenção dos municípios, tendo por objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;</li> <li>Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;</li> <li>Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.</li> </ol> <p>O modelo de cogestão pressupõe a criação de uma Comissão de Cogestão (CCOG) a qual envolve a participação dos municípios e das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da respetiva área protegida. A CCOG do PNRF, nomeada através do Despacho n.º 12097/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de dezembro, é composta pelo Presidente da Câmara de Faro (por deliberação do Conselho Intermunicipal da AMAL), que preside, um representante do ICNF, um representante da Universidade do Algarve, um representante das organizações não-governamentais de ambiente, um representante da Região de Turismo do Algarve, um representante do IPMA e um representante da DRAPALGARVE.</p> <p>A Cogestão das áreas protegidas pressupõe a elaboração e aprovação, mediante processo de consulta pública, de um Plano de Cogestão com um horizonte temporal mínimo de 3 anos. O Plano determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia, articula -se com o programa especial da área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida.</p> <p>Durante o ano de 2022, a Comissão elaborou o Plano de Atividades e Orçamento para 2022, que se encontra neste momento em fase de aprovação. Este plano contempla a elaboração do Plano de Cogestão, mencionando também um conjunto de ações a realizar pelas entidades envolvidas na Comissão de Cogestão:</p> <p><b>Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rede de infraestruturas de apoio à visitação <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar portas de entrada na AP</li> </ul> </li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção e valorização do percurso da Ilha Deserta</li> <li>▪ Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção da atividade aquícola sustentável</li> </ul> </li> <li><b>Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida</b></li> <li>▪ Conhecer o capital natural e cultural da AP no âmbito da sensibilização e comunicação               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento dos principais atributos da AP que releva divulgar</li> <li>- Identificar as necessidades da AP em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visitação (percursos, espaços de merendas, miradouros, etc.)</li> </ul> </li> <li>▪ Elaboração de materiais promocionais e divulgativos               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Editar guias temáticos</li> <li>- Reeditar Guia de Visita do CEAM</li> <li>- Editar vídeos promocionais sobre a AP</li> <li>- Editar guia de visitação da AP</li> </ul> </li> <li>▪ Promoção de eventos</li> <li><b>Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave</b></li> <li>▪ Promover a gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão</li> <li>▪ Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades com a conservação da natureza.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Parque Natural da Ria Formosa
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   IPMA   RTA   Municípios   Universidades   ONGA governamentais
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>▪ <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>▪ <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>▪ <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O Dec. Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, concretiza, nos termos da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, um modelo de cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, com expressa intervenção dos municípios, tendo por objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;</li> <li>Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;</li> <li>Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.</li> </ol> <p>O modelo de cogestão pressupõe a criação de uma Comissão de Cogestão (CCOG) a qual envolve a participação dos municípios e das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da respetiva área protegida. A CCOG da RNSCMVRS, nomeada através do Despacho n.º12098/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de dezembro, é composta pelo Presidente da Câmara de Castro Marim (por deliberação do Conselho Intermunicipal da AMAL), que preside, um representante do ICNF, um representante da Universidade do Algarve, um representante das organizações não-governamentais de ambiente, tendo a Confederação Portuguesa das Associações de Ambiente indicado a Associação de Defesa do Património de Mértola, um representante da Associação Odiana, um representante da cooperativa Terras de Sal e um representante da Associação Naval do Guadiana.</p> <p>A cogestão das áreas protegidas pressupõe a elaboração e aprovação, mediante processo de consulta pública, de um Plano de Cogestão com um horizonte temporal mínimo de 3 anos. O Plano determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia, articula -se com o programa especial da área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida.</p> <p>Durante o ano de 2022 a Comissão aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 que contempla um conjunto de ações que visam dar resposta às suas obrigações, nos diferentes eixos de atuação.</p> <p>Este plano contempla a elaboração do Plano de Cogestão, mencionando também um conjunto de ações a realizar pelas entidades envolvidas na Comissão de Cogestão:</p> <p><b>Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rede de infraestruturas de apoio à visitação <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de portas de entrada na AP</li> <li>- Reequipamento do Centro Interpretativo da AP</li> </ul> </li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação de estudos de viabilidade e determinação de possíveis fontes de financiamento</li> <li>- Requalificação do Parque de Merendas do Sapal de Venta Moinhos</li> <li>- Sinalização do percurso do Cerro do Bufo</li> <li>- Intervenção no caminho existente e Sinalética vertical nos acessos e caminhos - Cerro do Bufo</li> <li>- Gestão de embarcações turísticas em áreas sensíveis (RTA)</li> <li>- Aquisição de 30 bicicletas elétricas de uso partilhado e respetivo software, bem como a contratação de serviços de manutenção e gestão do sistema global a ser aplicado</li> <li>▪ Rede de monitorização de visitantes <ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de infraestruturas de apoio ao visitante com potencial para se implementar mecanismos de contabilização de visitantes</li> <li>- Criar rede de percursos com dispositivos de contabilização de visitantes</li> <li>- Implementar inquérito a empresas de turismo de natureza para monitorizar número de clientes/mês</li> </ul> </li> <li>▪ Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção da marca Natural.PT e angariação de novos aderentes</li> <li>- Manutenção/recuperação da salina do Francisco Taborda</li> <li>- Valorização das áreas de salinas abandonadas – Carbono azul</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer o capital natural e cultural da AP no âmbito da sensibilização e comunicação</li> <li>▪ Elaboração de materiais promocionais e divulgativos</li> <li>▪ Plataformas online</li> <li>▪ Promoção de eventos</li> </ul> <p><b>Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão</li> <li>▪ Aprovar o plano de cogestão e respetivo financiamento</li> <li>▪ Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades com a conservação da natureza</li> <li>▪ Educação ambiental</li> </ul> <p><b>Conservação da natureza e biodiversidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As ações que se pretendem desenvolver neste âmbito visam promover a conservação das espécies e dos seus habitats, promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas, e forma integrada e sustentável permitindo o crescimento azul da área.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   ONGA
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Protocolo de colaboração técnica e financeira assinado em 7 de maio de 2021 entre o Fundo Ambiental, a AMAL e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2030



FICHA DE OPERAÇÃO_02 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSa; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>PIAAC-AMAL- Setor da Biodiversidade</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>A região do Algarve encontra-se exposta a um conjunto de vulnerabilidades climáticas, tendo nos últimos anos enfrentado situações decorrentes de eventos climáticos relacionados com ondas de calor, incêndios florestais, inundações e cheias rápidas, galgamentos e erosão costeira. Antevê-se que estas vulnerabilidades sejam agravadas num contexto de alterações climáticas, o que terá impactos sobre diferentes áreas e setores socioeconómicos da região.</p> <p>O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL) foca-se em dez setores diferentes, mas interconectados, um dos quais a Biodiversidade. O principal objetivo para este setor é "investir e melhorar o conhecimento da biodiversidade algarvia para responder atempadamente a modificações nas comunidades biológicas como consequências das alterações climáticas". O relatório setorial da Biodiversidade pode ser consultado em <a href="http://climaaa.com/documentos">climaaa.com/documentos</a>.</p> <p>O PIAAC-AMAL é um instrumento que visa preparar o território e a população do Algarve para os efeitos das alterações climáticas. Resulta de um trabalho colaborativo entre entidades e contou com uma equipa transdisciplinar constituída por técnicos, cientistas, investigadores e consultores na área das alterações climáticas. Ao longo do processo de elaboração deste plano, houve também o envolvimento de quase duas centenas de atores chave (<i>stakeholders</i>).</p> <p>É sustentado na procura continuada de conhecimento científico e das melhores práticas ambientais, focando-se nos impactos e vulnerabilidades climáticos a que a região algarvia está sujeita atualmente, bem como nas projeções até ao final do século XXI. O PIAAC-AMAL foi apresentado em 2019 e propõe 100 medidas de adaptação necessárias para tornar o território dos municípios do Algarve mais resiliente às alterações climáticas, seguindo as recomendações e os principais objetivos da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC2020), contribuindo para:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;</li> <li>b) Implementar medidas de adaptação;</li> </ol>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>c) Promover a integração da adaptação em políticas setoriais, através de ações que promovam a contínua implementação de soluções baseadas no melhor conhecimento técnico-científico e em boas práticas nacionais e internacionais.</p> <p>As ações apresentadas pelas diferentes organizações estão alinhadas com as seguintes medidas propostas no PIAAC-AMAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (atividades económicas ou que delas resultem), através da elaboração de planos de gestão (Medida do setor biodiversidade - BIODIV1.1);</li> <li>. Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (resíduos domésticos) (BIODIV1.2);</li> <li>. Monitorizar as pressões sobre os habitats naturais (com especial relevância sobre os Sítios da Rede Natura 2000) (BIODIV1.3);</li> <li>. Monitorizar e controlar as espécies invasoras e seus efeitos sobre os ecossistemas naturais (BIODIV1.4);</li> <li>. Aumentar a conectividade entre sítios da Rede Natura 2000 (BIODIV2.1);</li> <li>. Diminuir necessidades de água nos espaços verdes urbanos e promover a biodiversidade (Medida transversal - MT02);</li> <li>. Garantir o bom estado ecológico das massas de água superficiais (MT05);</li> <li>. Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (compatibilizar atividades desportivas e/ou lazer com valores naturais) (MT08);</li> <li>. Sensibilizar a população para a importância dos ecossistemas (MT09);</li> <li>. Estabelecer programas de monitorização das comunidades biológicas e ecossistemas, como base para a adoção de medidas informadas (e.g. valorização dos ecossistemas) (MT11);</li> <li>. Aumentar as áreas verdes (recorrendo a espécies autóctones sempre que possível), de modo a aumentar as áreas de infiltração e o conforto térmico em meio urbano (MT12);</li> <li>. Proteger as dunas (MT13).</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   IPMA   Municípios   Universidades
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	O PIAAC-AMAL contou com o apoio financeiro do POSEUR, que visa contribuir para a “prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes”.
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	Até ao final do século (2100)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNOCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	Sérgio Inácio (sinacio@amal.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_04 AMAL</b>							
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>						
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural						
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Gestão de galerias ribeirinhas</b>						
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>						
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O PRA Algarve é um instrumento de programação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), integrando também a programação do nível sub-regional por coincidência de âmbito territorial da NUT II com a NUT III nos termos do n.º9 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 82/2021 e do n.º2 do artigo 2º do Despacho n.º 9550/2022, e estabelece a articulação entre o instrumento de nível superior, o Programa Nacional de Ação (PNA) e os instrumentos subsidiários, agregando os Programas Municipais de Execução (PME) aplicáveis aos territórios dos municípios.</p> <p>A programação ao nível regional procede à identificação das ações inscritas no PNA, convertendo-as em linhas de trabalho orientadoras aplicáveis à região, a transportar até à execução municipal, e, em sentido inverso, capturando da execução local as informações necessárias para suportar o planeamento nacional, num princípio de subsidiariedade, sendo assim uma das peças de definição de prioridades e de ajuste da estratégia e visão contida PNGIFR à passagem do tempo.</p> <p>O PRA está organizado em Projetos, agrupados segundo Programas, por sua vez, agrupados segundo Objetivos Estratégicos que por sua vez estão agrupados em Orientações Estratégicas.</p> <p>Para a Orientação Estratégica 2, “Cuidar dos Espaços Rurais”, os responsáveis por estes espaços têm a obrigação de zelar pela sua sustentabilidade, de os proteger contra os incêndios e de garantir que não constituem uma ameaça para os proprietários vizinhos, acrescentando perigo ou gerando externalidades negativas para a comunidade local e global. Cuidar dos espaços rurais e das comunidades exige o conhecimento dos riscos e a capacidade para antever e minimizar os perigos, as competências necessárias para intervir a tempo e eficazmente em caso de incêndio e a disponibilidade para contribuir para o esforço coletivo, de forma que o incêndio não se propague com consequências severas.</p> <p>O projeto para o qual se propõe o seu desenvolvimento corresponde à citada Orientação Estratégica:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th><b>Projetos</b></th> <th><b>Programas</b></th> <th><b>Objetivos Estratégicos</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas</td> <td>2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível</td> <td>2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem</td> </tr> </tbody> </table> <p><u>2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas</u></p> <p>O objetivo desta ficha de projeto é proteger e valorizar áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental através de ações de gestão de galerias ribeirinhas</p> <p>Com base neste objetivo geral, de acordo com o já preconizado em ações propostas por outras entidades (Ex.: 10 ICNF, 60 ICNF, 64 ICNF, 02 MALbufeira, 03 MALbufeira, 04 MALbufeira, 05 MALbufeira, 06 MALbufeira, 02 MALjezur, 03 MALjezur, 04 MALjezur, 05 MFaro, 10 APA, 01 MSilves, 03 MSilves, 08 MSilves, 06 ATBG), <u>complementarmente com as</u></p>	<b>Projetos</b>	<b>Programas</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível	2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem
<b>Projetos</b>	<b>Programas</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>					
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível	2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem					

FICHA DE OPERAÇÃO_04 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p><b>ações com as ações de controle de espécies invasoras</b>, e também de acordo com a proposta de PRA à data, <b>propomos um estudo com a identificação e mapeamento das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais e o apoio das ações que visem a instalação e gestão de galerias ribeirinhas prioritárias.</b></p> <p>As galerias ripícolas são formações de espécies vegetais autóctones nas zonas de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres que além de funções importantes para a manutenção do bom estado das massas de água em que se inserem, podem ter outras funções, como a de diminuição do risco e a proteção contra incêndios florestais. A promoção e gestão das galerias ribeirinhas tem, neste contexto, uma importância relevante para a criação de zonas "tampão" aos fogos e proteção do espaço florestal confinante com valor económico e/ou ambiental.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   AMAL   Municípios   Universidades   ONG
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Pedro Chaves ( <a href="mailto:pchaves@amal.pt">pchaves@amal.pt</a> ); Sérgio Inácio ( <a href="mailto:sinacio@amal.pt">sinacio@amal.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_05 AMAL	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<u>Âmbito e objetivos</u> O PRA Algarve é um instrumento de programação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos

## FICHA DE OPERAÇÃO\_05 AMAL

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO						
	<p>Rurais (SGIFR), integrando também a programação do nível sub-regional por coincidência de âmbito territorial da NUT II com a NUT III nos termos do n.º9 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 82/2021 e do n.º2 do artigo 2º do Despacho n.º 9550/2022, e estabelece a articulação entre o instrumento de nível superior, o Programa Nacional de Ação (PNA) e os instrumentos subsidiários, agregando os Programas Municipais de Execução (PME) aplicáveis aos territórios dos municípios.</p> <p>A programação ao nível regional procede à identificação das ações inscritas no PNA, convertendo-as em linhas de trabalho orientadoras aplicáveis à região, a transportar até à execução municipal, e, em sentido inverso, capturando da execução local as informações necessárias para suportar o planeamento nacional, num princípio de subsidiariedade, sendo assim uma das peças de definição de prioridades e de ajuste da estratégia e visão contida PNGIFR à passagem do tempo.</p> <p>O PRA está organizado em Projetos, agrupados segundo Programas, por sua vez, agrupados segundo Objetivos Estratégicos que por sua vez estão agrupados em Orientações Estratégicas.</p> <p>Para a Orientação Estratégica 2, “Cuidar dos Espaços Rurais”, os responsáveis por estes espaços têm a obrigação de zelar pela sua sustentabilidade, de os proteger contra os incêndios e de garantir que não constituem uma ameaça para os proprietários vizinhos, acrescentando perigo ou gerando externalidades negativas para a comunidade local e global. Cuidar dos espaços rurais e das comunidades exige o conhecimento dos riscos e a capacidade para antever e minimizar os perigos, as competências necessárias para intervir a tempo e eficazmente em caso de incêndio e a disponibilidade para contribuir para o esforço coletivo, de forma que o incêndio não se propague com consequências severas.</p> <p>O projeto para o qual se propõe o seu desenvolvimento corresponde à citada Orientação Estratégica:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Projetos</th> <th style="text-align: left;">Programas</th> <th style="text-align: left;">Objetivos Estratégicos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas</td> <td>2.1.1 Reconverter a paisagem</td> <td>2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada</td> </tr> </tbody> </table> <p><u>2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas</u></p> <p>Os objetivos desta ficha de projeto são o remunerar as áreas que contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade, a redução da suscetibilidade ao fogo, o controlo da erosão, o sequestro de carbono, a regulação do ciclo hidrológico e a melhoria da qualidade da paisagem e a identificação das áreas-alvo para implementação e quais os serviços que deverão ser remunerados.</p> <p>Com base neste objetivo geral, de acordo com o já preconizado em ações propostas por outras entidades (Ex.: 02 AGIF, 14 MMonchique, 13 MPortimão, 07 MSilves, 08 MSilves) e ainda de acordo com a proposta de PRA à data, <b>propomos um estudo que deverá conter dois tipos de entregáveis:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. a agregação dos dados já existentes noutros planos com agregação dos estudos e cartografia existente em planos referentes às ocupações potenciais e valor do capital natural e</b></li> <li><b>2. diagnóstico das zonas não estudadas, garantindo a identificação e caracterização de toda a região do Algarve.</b></li> </ol> <p>Propõe-se assim a caracterização do capital natural do Algarve particularmente Áreas de Alto Valor de Conservação (aproveitando ao máximo as caracterizações já feitas por outros planos) explorando também uma abordagem de valoração económica do capital natural, apresentando uma proposta de medidas de gestão dos valores naturais do território, bem como linhas orientadoras para estratégias de investimento no capital natural:</p>	Projetos	Programas	Objetivos Estratégicos	2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	2.1.1 Reconverter a paisagem	2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada
Projetos	Programas	Objetivos Estratégicos					
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	2.1.1 Reconverter a paisagem	2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada					

## FICHA DE OPERAÇÃO\_05 AMAL

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fauna e flora, destacando-se aquelas com valor para conservação;</li> <li>- Biodiversidade funcional, principalmente no que concerne o potencial de polinização e regulação de pragas;</li> <li>- Serviços dos ecossistemas, nomeadamente, armazenamento de carbono, produtividade primária/biomassa, produção e regulação de água doce, regulação do solo, e recreação na natureza;</li> <li>- Produtos de apoio à bioeconomia, como cogumelos silvestres comestíveis e plantas aromáticas;</li> <li>- Principais determinantes ambientais de alteração, tais como incêndios rurais e plantas exóticas invasoras.</li> </ul> <p>Com base nesta caracterização, o presente trabalho exploraria também uma abordagem de valoração económica do capital natural, apresentando uma proposta de medidas de gestão dos valores naturais do território, bem como linhas orientadoras para estratégias de investimento no capital natural.</p> <p>Mais: a identificação e posterior conservação e preservação destas áreas, com a respetiva remuneração dos serviços dos ecossistemas, serviriam como áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível visando minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, condicionando o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   ONG
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: PNGIFR   PNA PNGIFR  </li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PRGP SMS</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Pedro Chaves ( <a href="mailto:pchaves@amal.pt">pchaves@amal.pt</a> ); Sérgio Inácio ( <a href="mailto:sinacio@amal.pt">sinacio@amal.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve

#### 4.3.1.9 Município de Albufeira

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MAlbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação dos Parques verdes urbanos - Reduzindo o consumo de água e multiplicando espécies autóctones</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Requalificação dos Parques verdes urbanos: Parque do Ribeiro; Parque de Vale Faro; Parque da Alfarrobeira; Parque Lúdico; Jardim do Montechoro e Jardim Frutuoso da Silva.</p> <p><u>Atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conciliar as várias atividades humanas com a conservação da natureza (Social);</li> <li>• Aumentar a biodiversidade, uma vez que está relacionada com o clima, o tipo de solo e a geologia, e as espécies que habitam nestes espaços verdes, necessitam quer de locais para abrigo e para alimentarem-se (Biodiversidade);</li> <li>• Aumentar a vegetação autóctone, através da redução de espécies invasoras e de áreas relvadas e onde se torna demasiado dispendioso a sua manutenção (rega) e desta forma aumentar o elenco florístico daquele espaço (económico). O aumento da vegetação irá aumentar a cobertura vegetal, onde através do ensombramento e da evapotranspiração, vão contribuir para a redução do efeito ilha de calor (clima);</li> <li>• Utilizar de infraestruturas hidráulicas e ETAR para que desta forma se possa proceder à reutilização de água para a rega dos diversos espaços verdes através de rega localizada com o reaproveitamento da água (cultural).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque do Ribeiro; Parque de Vale Faro; Parque da Alfarrobeira; Parque Lúdico; Jardim do Montechoro e Jardim Frutuoso da Silva (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metros quadrados (m2)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>3.500.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>• <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Quarteira</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e Objetivos</u> Utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização do leito e margens da linha de água da linha de água e afluentes: Ribeira de Quarteira: Ribeira de Alte, Ribeira de Algibre. A intervenção considera: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a criação de zonas lacustres;</li> <li>• a criação de pequenos diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas;</li> <li>• a criação de galerias ripícolas por forma a criar <i>habitats</i> para o desenvolvimento a nível da fauna endémica;</li> <li>• o controlo de espécies invasoras;</li> <li>• a plantação de espécies autóctones de elevado valor ambiental.</li> </ul> A regularização do leito e das margens, irá potenciar espaços de estadia para usufruto da população, tais como, a prática de desporto, lazer e pontos de observação da biodiversidade.
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Quarteira: Ribeira de Alte, Ribeira de Algibre (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>3.000.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_03 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Albufeira</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização do leito e margens da linha de água da linha de água e afluentes: Ribeira de Albufeira: Ribeiro de Ataboeira, Ribeiro do Vale Paraíso.</p> <p>A intervenção considera:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a criação de zonas lacustres;</li> <li>▪ a criação de pequenos diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas;</li> <li>▪ a criação de galerias ripícolas por forma a criar <i>habitats</i> para o desenvolvimento a nível da fauna endémica;</li> <li>▪ o controlo de espécies invasoras;</li> <li>▪ a plantação de espécies autóctones de elevado valor ambiental.</li> </ul> <p>A regularização do leito e das margens, irá potenciar espaços de estadia para usufruto da população, tais como, a prática de desporto, lazer e pontos de observação da biodiversidade.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Albufeira: Ribeiro de Ataboeira, Ribeiro do Vale Paraíso (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>1.500.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <p>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</p> <p>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</p> <p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Ribeira de Espiche</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização do leito e margens da linha de água da linha de água e afluentes: Ribeira de Espiche: Barranco Vale da Ursa.</p> <p>A intervenção considera:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a criação de zonas lacustres;</li> <li>▪ a criação de pequenos diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas;</li> <li>▪ a criação de galerias ripícolas por forma a criar habitats para o desenvolvimento a nível da fauna endémica;</li> <li>▪ o controlo de espécies invasoras;</li> <li>▪ a plantação de espécies autóctones de elevado valor ambiental.</li> </ul> <p>A regularização do leito e das margens, irá potenciar espaços de estadia para usufruto da população, tais como, a prática de desporto, lazer e pontos de observação da biodiversidade.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Espiche: Barranco Vale da Ursa (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>1.500.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <p>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</p> <p>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</p> <p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Santa Eulália</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivos</u> Utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização do leito e margens da linha de água da linha de água e afluentes: Barranco de Santa Eulália. A intervenção considera: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a criação de zonas lacustres;</li> <li>• a criação de pequenos diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas;</li> <li>• a criação de galerias ripícolas por forma a criar <i>habitats</i> para o desenvolvimento a nível da fauna endémica;</li> <li>• o controlo de espécies invasoras;</li> <li>• a plantação de espécies autóctones de elevado valor ambiental.</li> </ul> A regularização do leito e das margens, irá potenciar espaços de estadia para usufruto da população, tais como, a prática de desporto, lazer e pontos de observação da biodiversidade.
ÂMBITO TERRITORIAL	Barranco de Santa Eulália (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>1.500.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MALBUFEIRA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água - Barranco de Vale Navio</b>
PRIORIDADE	<i>Alta</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivos</u> Utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização do leito e margens da linha de água da linha de água e afluentes: Barranco de Vale Navio. A intervenção considera: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a criação de zonas lacustres;</li> <li>• a criação de pequenos diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas;</li> <li>• a criação de galerias ripícolas por forma a criar <i>habitats</i> para o desenvolvimento a nível da fauna endémica;</li> <li>• o controlo de espécies invasoras;</li> <li>• a plantação de espécies autóctones de elevado valor ambiental.</li> </ul> A regularização do leito e das margens, irá potenciar espaços de estadia para usufruto da população, tais como, a prática de desporto, lazer e pontos de observação da biodiversidade.
ÂMBITO TERRITORIAL	Barranco de Vale Navio (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>Quadros comunitários em vigor</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>1.000.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Proteção do habitat de <i>Narcissus Willkommii</i>
PRIORIDADE	Média
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir uma estratégia de gestão e recuperação da espécie ameaçada de <i>Narcissus willkommii</i>, atendendo à sensibilidade da espécie a fatores de perturbação nas margens, de origem humana ou ambiental;</li> <li>• Criar um plano de conservação do habitat do <i>Narcissus willkommii</i>, espécie endémica do Barrocal Algarvio, com uma distribuição muito restrita, ocupa um habitat específico. Os núcleos populacionais encontram-se no sítio da Ribeira de Quarteira, abrange uma área de 582ha ao longo da referida ribeira, que integra a Rede Natura 2000 com o código PTCON00038 e toda a área de ocorrência da espécie está inserida na Rede Ecológica Nacional (REN);</li> <li>• Promover o funcionamento da Ribeira de Quarteira como um corredor ecológico, que compreende as margens da ribeira entre o Castelo de Paderne, o barranco do Poço Marino e as encostas envolventes;</li> <li>• Aprofundar estudos sobre a espécie, nomeadamente a dinâmica populacional dos núcleos de <i>N. willkommii</i> de modo conhecer a sua evolução e avaliar a sua efetividade;</li> <li>• Mitigar o potencial destrutivo das enxurradas sobre os taludes;</li> <li>• Gerir e conservar os núcleos existentes, minimizando os fatores de origem antrópica ou natura;</li> <li>• Criar novos núcleos de narciso;</li> <li>• Controlar o canalial (fator negativo para <i>N. willkommii</i>), evitando o desenvolvimento/adensamento de canalial e diminuindo a área total por ele ocupada;</li> <li>• Gerir percursos e locais de acesso à de modo a evitar a profusão de caminhos;</li> <li>• Recuperar a vegetação ribeirinha autóctone e condicionamento de intervenções na margem e leito da linha de água e adoção de práticas de pastoreio;</li> <li>• Divulgar e sensibilizar para a importância da espécie e das medidas para a sua conservação, os visitantes e populações locais, as entidades com competência na gestão na sua área de ocorrência (responsáveis e técnicos das Câmaras Municipais de Albufeira e Loulé, proprietários dos terrenos e entidades fiscalizadoras).</li> </ul> <p><u>Descrição das intervenções</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte de canas e remoção dos rizomas subterrâneos em indivíduos adultos e mandar os indivíduos jovens, principalmente em áreas de canalial situadas na periferia de núcleos populacionais de <i>N. willkommii</i> e em exemplares jovens/isolados de canas;</li> <li>• Corte seletivo e remoção da vegetação competitiva como as canas e as silvas, de modo a favorecer o desenvolvimento dos indivíduos jovens de loendro, favorecendo o loendral, por ser um habitat favorável para a espécie;</li> <li>• Intervenção fora do período de floração e frutificação de <i>N. willkommii</i>, preferencialmente deverão ser realizadas no período estival;</li> <li>• Limpeza de detritos e de despejos de materiais de origem humana, que se acumulam ao longo das margens e nas “ilhas” que ocorrem no leito;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MALbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Remoção manual dos detritos acumulados ao longo da ribeira e dos resultantes de ações de corte e limpeza de matos;</li> <li>Intervenção cuidadosa em locais onde ocorram núcleos de <i>N. willkommii</i> de modo a que não se altere o equilíbrio existente;</li> <li>Manutenção das áreas de freixial jovem e promover ações de beneficiação;</li> <li>Minimização da perturbação nas margens, por ser um habitat ripícola preferencial do <i>N. willkommii</i>;</li> <li>Limitar acesso o acesso a locais onde a presença humana mais seja mais constante e onde os núcleos estejam instalados, como em locais de acesso fácil à margem e/ou em locais de grande visibilidade, nomeadamente a ponte do Castelo, várzea do Cotovio, Azenha da Cabana, Barranco do Poço Mariano, Várzea do Poço Mariano e no local de travessia da ribeira;</li> <li>Evitar o pisoteio causado pelo acesso à ribeira, especialmente nos núcleos mais próximos de locais onde esse acesso é mais facilitado, como a ponte do Castelo, Moinho do Cotovio, Moinho do Rosário e Barranco do Poço Mariano;</li> <li>Dissuasão da colheita de indivíduos durante o período de floração e a recolha de bolbos por colecionadores, principalmente nos locais mais acessíveis aos visitantes;</li> <li>Impedimento do acesso indiscriminado às margens, dissuadir o pisoteio da espécie, que afeta o potencial reprodutor dos indivíduos, a desagregação do talude, a colonização por espécie arvenses e ruderais e a recolha de exemplares por visitantes ocasionais, colecionadores de bolbos e botânicos;</li> <li>Restringir a existência de rebanhos de ovelhas, cujo pisoteio causa forte impacto negativo sobre a vegetação nos taludes, principalmente durante as travessias da ribeira;</li> <li>Instalação de painéis com informação sobre a espécie e as medidas de conservação em curso, na ponte Romana e na zona envolvente.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Quarteira (concelho de Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Número de Populações</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Orçamento municipal <i>A estabelecer na reunião Task Force   reunião setorial</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>200.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08MAlbufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de um Eco-Caminho – Percursos de Natureza no território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira</b>
PRIORIDADE	<i>Média</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a mobilidade suave;</li> <li>• Estabelecer o eco- caminho como trajeto nas deslocações do quotidiano;</li> <li>• Conectar as cidades e o meio rural;</li> <li>• Conectar as freguesias do Concelho de Albufeira à Estação de Comboios das Ferreiras, Paderne às restantes freguesias e às praias do Litoral concelhio;</li> <li>• Apelar à multifuncionalidade com a criação de uma rede de caminhos que impõem experiências distintas de recreio e lazer;</li> <li>• Preservar e recuperar a memória do local;</li> <li>• Revitalizar as linhas de água e repor a galeria ripícola;</li> <li>• Promover a biodiversidade.</li> </ul> <p><u>Descrição:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar uma solução abrangente, que presta serviços à comunidade e ao ecossistema, tendo três princípios fundamentais, a conexão, as vistas e a memória do local;</li> <li>• Criar um percurso multifuncional que faça emergir a memória do local através do restauro de preexistências de património cultural, arquitetónico e natural, associado à linha de água ou adjacente às suas margens.</li> <li>• Procurar a sustentabilidade dos recursos na ótica da proteção de elementos raros e escassos e potencia as oportunidades que a paisagem oferece;</li> <li>• Traçar o eco-caminho com o intuito de aproximar pessoas, ligando núcleos populacionais e freguesias, e aproximar as pessoas da ruralidade à cidade;</li> <li>• Tirar partido da paisagem e das vistas, criando novos e interligar caminhos existentes;</li> <li>• Promover a conexão e suportá-la nos modos suaves de mobilidade;</li> <li>• Valorizar a paisagem e preexistências, incrementar placas informativas e explicativas para acrescentar o carácter educativo ao espaço.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis (concelhos de Loulé, Silves e Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metro linear (m/l)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>400.000,00 € (estimativa)</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_M09Albufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização de Espécies Autótonas – Criar um Eco-Jardim na Encosta do Castelo de Paderne</b>
PRIORIDADE	<i>Média</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar e revitalizar o património natural e cultural da encosta do Castelo de Paderne e sua envolvente;</li> <li>• Potenciar e dar a conhecer o vasto espaço envolvente ao Castelo de Paderne através do desenvolvimento de caminhos, trilhos, veredas e lacetes temáticos, associando atividade de ecoturismo e de educação ambiental;</li> <li>• Divulgar a potencial biodiversidade desta Paisagem.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>A área em causa situa-se na bacia hidrográfica da ribeira de Quarteira, está englobada nos sítios da Rede Natura 2000 da Ribeira de Quarteira e do Barrocal, propostos respetivamente, na 1ª e 2ª fase da lista nacional de sítios, pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº. 142/97, de 28 de agosto e nº. 76/2000, de 5 de julho.</p> <p>A operação compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar um Eco-jardim usufruindo das espécies vegetais existentes no local: plantas autóctones – silvestres, da flora portuguesa, por forma a recuperar o habitat, o ecossistema existente - a paisagem natural, como uma alternativa ecológica que zela pelo equilíbrio do território;</li> <li>• Criar um Eco-jardim de “sítio”, sustentável, com poucas necessidades de água ou de manutenção, numa área particularmente ricas em espécies botânicas locais, onde a biodiversidade é um valor essencial para a freguesia, para o concelho e para a região.</li> <li>• Tirar partido do mosaico de vegetação já existente que inclui arbustos e alguns sobreiros e azinheiras;</li> <li>• Criar uma rede de veredas pedonais de descoberta da Natureza, abertas entre a vegetação;</li> <li>• Reforçar os maciços de vegetação existentes, plantando espécies do barrocal e outras que não existam no local;</li> <li>• Classificar e etiquetar todas as plantas representativas;</li> <li>• Facilitar a realização de visitas de estudo das escolas e de turistas interessados;</li> <li>• Programar os caminhos de descoberta para completar a rede já existente;</li> <li>• Promover o desenvolvimento de uma aplicação de telemóvel para a identificação de plantas.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Albufeira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Metros quadrados (m2)</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>500.000,00 € (estimativa)</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027



FICHA DE OPERAÇÃO_M09Albufeira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>
PONTO FOCAL	Filipe André (filipe.andre@cm-albufeira.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Albufeira

#### 4.3.1.10 Município de Aljezur

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MAIjezur	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Projeto de reflorestação e valorização das Florestas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>Reflorestação com coberto florestal autóctone, workshops de utilização de coberto florestar e valorização de produtos não lenhosos, viveiros de floresta autóctone.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Aljezur
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Município   Universidades   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2021-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MAIjezur	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Ribeiras - limpeza e valorização da galeria ripícola e projeto de educação para a água</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u>            Projeto para valorização, potenciação e conservação das ribeiras do município, com conservação de taludes e erradicação de invasoras.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Aljezur
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.150.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Horizonte Europa; Programa Life; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MAIjezur	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Ribeira de Seixe - Projeto de valorização</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e objetivo</u>            Projeto de reconversão e valorização da Ribeira de Seixe, através da implementação de estruturas como passadiços, miradouros entre outros.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Ribeira de Seixe (concelho de Aljezur)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   Municípios   Universidades   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.300.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MAIjezur	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Fozes de ribeiras, Reforço dunar e desobstrução de cursos de água
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivo</u> Implementação de medidas para salvaguardar a sustentabilidade dos ecossistemas.
ÂMBITO TERRITORIAL	
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Docapesca   Municípios   Universidades   Organizações Não Governamentais   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2021-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOC . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve
PONTO FOCAL	Laura Ribeiros; José Reis Amarelinho - Presidente (Jose.Reis.Amarelinho@cm-aljezur.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Aljezur

#### 4.3.1.11 Município de Faro

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>2.ª Fase do Parque Ribeirinho de Faro</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u> A proposta enquadra-se na extensão do Parque Ribeirinho de Faro prevista no Estudo Prévio encomendado pela Sociedade POLIS Ria Formosa.</p> <p>A intervenção na margem poente do Parque Ribeirinho de Faro, já construído, irá estende-se por uma área de aproximadamente 23 hectares, dando continuidade à rede de percursos, bem como à estratégia de requalificação ambiental da ria preconizada no programa de intervenção da sociedade POLIS para o território litoral algarvio e à estratégia municipal de valorização dos espaços ribeirinhos concelhios.</p> <p><u>Atividades</u> O projeto deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ procurar adaptar algumas zonas do parque urbano existente a uma nova realidade cadastral, a uma nova passagem superior à ferrovia e à própria realidade de expansão do parque mantendo o carácter original do projeto;</li> <li>▪ integrar a construção de uma ponte pedonal e ciclável de ligação entre a 1.ª Fase do Parque Ribeirinho e o aglomerado urbano do Montenegro.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Ribeirinho de Faro (concelho de Faro)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	---
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	---
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	2.200.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PMTFaro; PEFaro2025; Plano Verde Faro</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Parque Urbano do Alto de Santo António</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>A execução do Parque Verde de Faro está prevista do PDM de Faro em vigor, integrando na “Unidade operativa de planeamento e gestão do parque urbano de Faro” (Art.º 101.º do Regulamento do Plano).</p> <p>Está previsto o desenvolvimento de um plano de pormenor para a área em questão, no âmbito do qual será definida a área do parque urbano, com aproximadamente 10 hectares, no limite do perímetro urbano da cidade, fazendo a transição com Parque Natural da Ria Formosa, garantindo ainda a articulação com a Quinta do Alto, e com a Mata do Liceu.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Urbano do Alto de Santo António (concelho de Faro)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	3.500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; PDM Faro</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PMTFaro; PEFaro2025; Plano Verde Faro</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reconstrução Dunar da Praia de Faro</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> De acordo com os estudos e a proposta desenvolvidos em sede do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da Praia de Faro, bem como com o Relatório Técnico de Avaliação da Estabilidade Sedimentar da Praia de Faro - Previsão da evolução morfológica da Praia de Faro, de 2020, será primordial a realização de uma intervenção de reconstrução dunar da península do Ancão, abrangendo num âmbito alargado a zona edificada da Praia de Faro, incluindo a reconstrução das infraestruturas, expropriação e demolição de edificações.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Península do Ancão/Praia de Faro (concelho de Faro)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <b>FEDER</b>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer com a APA</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer com a APA</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOC</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Bacia de Retenção da Ribeira de Vale das Almas e melhoramento das passagens hidráulicas sob a EN125-10</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O Plano de Urbanização (PU) da UOP3- Polo Tecnológico, em Gambelas, prevê a construção de um parque urbano, com aproximadamente 13,7 hectares, distribuídos ao longo da Ribeira do Vale das Almas. Este espaço representa a principal zona de recreio e lazer do Plano e constitui a espinha dorsal do mesmo. Esta é uma das áreas fundamentais do PU e destina-se a promover o recreio e lazer da população, bem como complementar a requalificação paisagística deste território, estando incluído na Estrutura Ecológica.</p> <p>O PU prevê, nas zonas urbanas envolventes, que seja assegurado um sistema de corredores verdes transversais em solo permeável ou semipermeável privado que articulam as futuras áreas edificadas com o Parque Urbano e o Parque Natural da Ria Formosa, fomentando as ligações e permeabilidade visual entres estes dois espaços.</p> <p>A área do Plano enquadra-se na íntegra na bacia da hidrográfica da Ribeira do Vale das Almas, estimada em cerca de 235 ha, que a atravessa no sentido norte-sul e desagua diretamente na Ria Formosa a NE do aeroporto de Faro.</p> <p>A linha de água recebe algumas infraestruturas de drenagem pluvial, nomeadamente os coletores em manilhas de betão existentes nas áreas residenciais a norte e nas Ruas do Emigrante, Estácio Viegas e prolongamento da Júdice Fialho no interior da área de intervenção, apresentando um conjunto de passagens hidráulicas existentes no atravessamento das vias de comunicação, nomeadamente na Rua Aquilino Ribeiro no limite sul e na EN-125-10, já fora da área de intervenção.</p> <p>O PU propõe o encaminhamento da drenagem pluvial da área do Plano para a ribeira existente, integrada no parque urbano a desenvolver, e que considera a implantação de bacias de retenção para acomodar o caudal proveniente a montante, acrescido do caudal gerado também pela intervenção na área do PU, prevendo uma descarga de fundo para cada uma das bacias (ligada à rede local de esgotos pluviais), na eventualidade de estas mesmas bacias não conseguirem acomodar a totalidade de águas residuais pluviais geradas num dado período (volume superior ao espetável num período de 100 anos).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Área de intervenção do PU UOPG3 (concelho de Faro)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	3.200.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2030



FICHA DE OPERAÇÃO_04 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PUUOPG3-Polo Tecnológico</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar da Ria Formosa – Ribeira do Rio Seco</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Projeto foi identificado no 1º ciclo do Plano de Gestão de Risco de Inundação (PGRI) (PTRAFaro_PROT60_RH8), com a seguinte descrição:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação;</li> <li>▪ diminuição da profundidade, da velocidade de escoamento e do caudal conduz à redução da perigosidade hidrodinâmica;</li> <li>▪ regularização e requalificação do troço terminal do Rio Seco (a jusante da E.N. 125), contribuindo para a melhoria das condições de escoamento do Rio Seco e permitindo o encaixe de um maior caudal. Esta Medida afigura-se complementar à intervenção executada na variante a Faro, a montante da E.N.125.</li> </ul> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Esta operação tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a reabilitação dos corredores ecológicos associados aos cursos de água;</li> <li>▪ o aumento da biodiversidade associada a uma paisagem equilibrada e devidamente estruturada. Foi dada preferência às ações e técnicas construtivas que promovam a plena integração ecológica na realidade biofísica do curso de água em estudo, com especial enfoque nas técnicas de engenharia natural.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira do Rio Seco
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.200.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Pedreiras – Pedreiras em situação crítica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação do Areeiro do Areal Gordo e outros existentes no Concelho de Faro</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Sem prejuízo do esforço das entidades na resolução de um conjunto de problemas associados à existência de vários areeiros explorados no concelho de Faro, cujos planos de recuperação não foi concretizado.</p> <p>Destaca-se a situação em presença no Areeiro do Areal Gordo, tendo em vista salvaguardar o Aquífero da Campina bem como garantir as condições mínimas de segurança dos prédios limítrofes.</p> <p>Importa adotar um mecanismo que permita sanar os problemas decorrentes das explorações dos areeiros há muito identificados.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Faro
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGEG   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MFaro	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Plano de Intervenção; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	<p>Filipe Cunha (fcunha@cm-faro.pt); Sophie Matias (sophie.Matias@cm-faro.pt)</p>
PARTE INTERESSADA	Município de Faro

#### 4.3.1.12 Município de Lagoa

FICHA DE OPERAÇÃO_01_MLagoa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Centro Interpretativo do Litoral e Observatório Fotográfico das Paisagens de Lagoa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O Turismo de Natureza, no Algarve, é um dos sectores turísticos com maior potencial de crescimento ao longo dos últimos anos. O pedestrianismo é assim um modo privilegiado de conhecer os territórios atravessados pelos percursos de descoberta da natureza.</p> <p>Esta atividade, adequadamente praticada à luz de princípios de valorização e proteção do território e dos valores naturais, deverá ser uma forma de fruir o território de uma forma alternativa e sustentável.</p> <p>Acredita-se que o conhecimento sobre os valores em presença possa ser um contributo para a sua preservação do espaço litorâneo atravessado pelos percursos, através da consciencialização dos utentes acerca da importância de uma atitude conservacionista durante as atividades de ar livre.</p> <p>A rede de percursos pedestres ao longo das arribas do Município de Lagoa é hoje em dia uma das atrações turísticas não negligenciáveis do Algarve. O seu desenvolvimento contribuiu para um crescimento do segmento de turismo de natureza de caminhadas com especial relevância para períodos fora da época balnear.</p> <p>A criação de um espaço físico de referência dos percursos permitirá consolidar ainda mais a rede de percursos, esperando o Município um aumento deste segmento turístico e reduzindo a discrepância sazonal deste setor.</p> <p><b>Implementação de um Centro Interpretativo das Arribas Cársicas de Lagoa Carvoeiro / Centro Interpretativo do Litoral</b>, como espaço de referência para a rede de percursos pedestres do litoral do município de Lagoa.</p> <p>Estrutura de apoio aos caminhantes e visitantes, Interpretação das <b>Geoformas e Paleontologia</b></p>

FICHA DE OPERAÇÃO_01_MLagoa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<b>Funcionalização de um núcleo</b> constituído pelo <b>Anfiteatro*</b> (Largo do Forte Norte), Centro Interpretativo, Estação <b>MeteoFontes-Litoral*</b> , Largo do Forte Sul (a requalificar), bem como instalação num segundo núcleo a norte da estrada do Algarseco de estruturas de apoio ao anfiteatro (logística e camarins, sanitários, copa), pólo de exposições temporárias e pequenos seminários, e espaços verdes/parque infantil. (* ) - existente
ÂMBITO TERRITORIAL	Município de Lagoa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>Centro interpretativo</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município de Lagoa   Universidade do Algarve (a formalizar)
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000 €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	24 meses
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP

#### 4.3.1.13 Município de Loulé

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Loulé</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivos Estratégicos (PMAC de Loulé)</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a resiliência dos espaços urbanos a temperaturas elevadas;</li> <li>▪ Implementar práticas internas de ação climática na gestão municipal;</li> <li>▪ Envolver os atores-chave locais e promover a articulação e as parcerias institucionais.</li> </ul> <u>Objetivo Específico</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definir as orientações de referência em matéria de arborização para o concelho de Loulé.</li> </ul> <u>Descrição</u> O Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Loulé apresentará um levantamento exaustivo da situação de referência atual no concelho de Loulé (árvores que constituam um risco, espécies de elevado valor patrimonial e ecológico, etc.) e definir

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>uma estratégia de arborização, em particular no quadro das estruturas verdes urbanas, tendo em conta as espécies mais adequadas para as várias funções a cumprir em meio urbano, rural e florestal, assim como o respetivo nível de resistência no contexto climático atual e futuro (designadamente de temperaturas elevadas e maior exigência hídrica), privilegiando a utilização de espécies reconhecidamente resilientes e adaptadas às condições edafo-climáticas da região, com destaque para as espécies autóctones.</p> <p>Este Regulamento será dirigido primordialmente aos serviços municipais, devendo incluir um inventário de plantas a reproduzir em viveiro municipal, mas também aos promotores imobiliários e ao público em geral, e deverá também estabelecer normas para a monitorização do estado sanitário das árvores em espaços urbanos, bem como ao longo das vias de comunicação municipais e locais.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé (com especial incidência nos aglomerados urbanos)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Município   Organizações Não Governamentais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Parque Urbano e Agrícola de Loulé</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (curto prazo)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a resiliência dos espaços urbanos a temperaturas elevadas.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorizar uma paisagem típica do barrocal algarvio, às portas da cidade de Loulé, promovendo a reativação de práticas agrícolas;</li> <li>▪ Viabilizar o usufruto público de uma área verde para as funções de recreio, lazer, cultura e desporto;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a conexão de uma área verde com o espaço envolvente, designadamente através da implementação de uma alternativa viária que a atravesse, facilitando um acesso mais célere entre a zona sul poente e a zona sul nascente da cidade de Loulé.</li> </ul> <p><u>Descrição</u> O Parque Urbano-Agrícola de Loulé consistirá na requalificação/consolidação de uma área com cerca de 54,5 hectares na cidade de Loulé, junto à Ribeira do Cadoiço, constituída por terrenos agrícolas particulares, servidos por caminhos públicos e atravessados por linhas de água. Nesta área, a vegetação e os elementos construídos, de que se destacam os caminhos públicos antigos ladeados por muros em pedra e os sistemas de rega, preservam ainda a estrutura da típica paisagem agrícola do barrocal algarvio, às portas da cidade construída.</p> <p>Tendo como conceitos subjacentes a Memória, a Herança e a Criação, esta operação prevê a recuperação dos elementos construídos, a construção de diversos equipamentos desportivos, de manutenção e de lazer para usufruto público, a criação de um viveiro com espécies típicas do Barrocal, e a reativação de algumas práticas agrícolas junto dos proprietários, numa perspetiva de economia produtiva.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Cidade de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DRAP Algarve   Município   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>(Re)arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (em curso)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a resiliência dos espaços urbanos a temperaturas elevadas.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos</u></p>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a amenização térmica dos espaços públicos exteriores;</li> <li>Reforçar e salvaguardar as infraestruturas verdes.</li> </ul> <p><u>Descrição</u>            Esta operação contribuirá para a capacidade adaptativa do município às alterações climáticas, em concreto, para atenuar as consequências associadas ao aumento das temperaturas e do número de dias em onda de calor, as quais constituem um risco relevante para a população, principalmente para os grupos etários mais vulneráveis. Adicionalmente, a remoção de dióxido de carbono da atmosfera citadina e a promoção da biodiversidade serão favorecidas.            Para a amenização térmica dos espaços públicos, para além da ampliação da infraestrutura verde urbana para incrementar o sombreamento, poderão ser implementadas outras soluções, como a criação de mais corpos de água, a implementação de microaspersores para controlo da temperatura do ar e, no domínio do urbanismo, a promoção da ventilação das áreas urbanas através da correta disposição de novas urbanizações e a adoção de normas de planeamento urbano bioclimático.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé (com especial incidência nos aglomerados urbanos)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal; Fundo Ambiental; POSEUR; EEA Grants; FEDER (financiamento para a operação POCI-07-62G4-FEDER-181572 – ‘Adaptação aos Efeitos de Ilha de Calor Urbano – Estádio Municipal de Loulé’)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . Orçamento Municipal . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; EEA Grants; FA; POSEUR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Expansão das Hortas Urbanas de Loulé</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (curto/médio prazo)</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivos Estratégicos (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a resiliência dos espaços urbanos a temperaturas elevadas;</li> <li>• Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificar terrenos municipais urbanos com boa aptidão agrícola que se encontrem abandonados, subaproveitados ou com uso inadequado;</li> <li>• Promover a subsistência alimentar, o bem-estar físico e psíquico, e a inclusão social dos utilizadores das hortas;</li> <li>• Disseminar boas práticas ambientais e fomentar o aumento da biodiversidade em meio urbano.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação irá expandir o projeto das Hortas Urbanas da Cidade de Loulé, replicando-o noutros aglomerados urbanos do concelho, proporcionando a melhoria da qualidade de vida no concelho.</p> <p>O projeto das Hortas Urbanas de Loulé iniciou-se em 2012 (sob a designação Hortas Sociais de Loulé) e, não obstante o seu carácter gratuito, encontra-se associado a um regulamento com normas de atribuição e utilização. Atualmente com cerca de 40 talhões, as Hortas Urbanas de Loulé incluem também um local próprio para ações de formação sobre técnicas de agricultura biológica, manutenção do espaço público, trabalho comunitário, compostagem e promoção ambiental.</p> <p>No âmbito desta operação, encontra-se já em desenvolvimento as Hortas Urbanas da Abelheira, na cidade de Quarteira, numa área com 3.340 m<sup>2</sup>, contemplando 40 talhões de diferentes tipologias (Famíliares, Sociais, Pedagógicos e Técnicos), cada um com 40 m<sup>2</sup>, onde se incluem uma área reservada à compostagem e uma “casa de banho seca”, tendo sido também instaladas estruturas para armazenamento de água da chuva (para utilização na rega das culturas), um sistema de rega inteligente e eficiente, e painéis fotovoltaicos (para a produção de energia elétrica).</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Principais aglomerados urbanos (Concelho de Loulé)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DRAP Algarve   Município   Universidades   Outros   Associações
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  Orçamento municipal
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2020-2022; 2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_06 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de equipas de agentes de extensão rural</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico do PMAC de Loulé</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir o risco de incêndio.</li> </ul> <p><u>Objetivo Específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar as comunidades locais para a participação ativa no processo de desenvolvimento do seu território, desde a conceção à implementação e avaliação de uma estratégia de desenvolvimento local.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Com esta operação pretende-se criar uma figura que suprima lacunas de atuação existentes entre as várias entidades (Proteção Civil, GNR, SEPNA, Bombeiros, etc.), no âmbito do processo de descentralização administrativa, em que se verifica uma transferência de competências da Administração Central para a Local.</p> <p>Tendo em consideração a relevância essencial das atividades agroflorestais enquanto fator de sustentabilidade do meio rural, o apoio técnico prestado pelos agentes de extensão rural poderá passar pela capacitação e sensibilização dos proprietários (incluindo para a ação climática), pelo apoio ao empreendedorismo, e pela dinamização e facilitação da atividade económica neste sector, em cooperação com parceiros da área da economia rural.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Barrocal e Serra (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   SEPNA   Associação de Produtores Florestais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENF2030; PTP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação/Operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Loulé</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé) e específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o risco de incêndio.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>O PMDFCI de Loulé é um instrumento fundamental para a política de emergência municipal e local, apresentando no seu plano de ação, propostas que visam estruturar o modelo florestal do concelho, com vista à redução da eclosão de incêndios rurais, proteção das atividades humanas, valorização da floresta e ordenamento florestal, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Execução da rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível;</li> <li>▪ Definição de regras para as novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas;</li> <li>▪ Beneficiação e manutenção da rede viária florestal;</li> <li>▪ Beneficiação e manutenção da rede de pontos de água;</li> <li>▪ Estabilização de emergência de áreas ardidas;</li> <li>▪ Reabilitação de povoamentos e habitats naturais em áreas ardidas;</li> <li>▪ Sensibilização da população para os comportamentos de risco;</li> <li>▪ Fiscalização das práticas agroflorestais em áreas de risco.</li> </ul> <p>No âmbito da futura revisão do PMDFCI de Loulé, deverão ser reforçadas as componentes de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, assim como a monitorização, avaliação e análise custo-benefício das ações nele apresentadas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Agenda de Sustentabilidade – Floresta, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural do Concelho de Loulé 2020-2025</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (Em curso)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Estratégicos (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o risco de incêndio;</li> <li>▪ Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água;</li> <li>▪ Envolver os atores chave locais e promover a articulação e as parcerias institucionais.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos e Descrição</u></p> <p>A Agenda de Sustentabilidade – Floresta, Biodiversidade e Desenvolvimento Rural do Concelho de Loulé 2020-2025 encontra-se integrada na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Loulé, no Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Loulé e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Loulé, concorrendo também para os objetivos do Geoparque Algarvensis – aspirante a Geoparque Mundial da UNESCO, o qual é um projeto conjunto dos Municípios de Loulé, Silves e Albufeira.</p> <p>Através da implementação desta Agenda, serão desenvolvidas ações fundamentais com o intuito de tornar o território mais resiliente, produtivo e inclusivo, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar um estudo de avaliação, mapeamento e valorização dos serviços dos ecossistemas, abrangendo todo o concelho, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o território, desenvolver um modelo de implementação da remuneração dos serviços dos ecossistemas não capturados pelo mercado (designadamente, em termos de financiamento e indicadores de monitorização), remunerar os serviços dos ecossistemas identificados pelo município como prioritários/mais relevantes em áreas-piloto a identificar;</li> <li>▪ Apoiar a reconversão de espaços exclusivamente florestais e/ou a gestão de espaços florestais, agrícolas e silvopastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo, evitar/minimizar os riscos para as comunidades/aldeias que se inserem nestes espaços, e fomentar a economia local e a biodiversidade;</li> <li>▪ Renaturalizar e valorizar linhas de água e suas zonas envolventes, em termos ambientais e paisagísticos;</li> <li>▪ Criar/assegurar a manutenção de infraestruturas de suporte à visitação e usufruto de espaços naturais no interior (e.g., painéis informativos, sinalética de percursos pedestres, equipamentos de apoio a atividades ao ar livre, áreas de serviço para autocaravanas);</li> <li>▪ Promover os produtos locais e a gastronomia resultantes/associados à floresta mediterrânica;</li> <li>▪ Candidatar o pomar tradicional de sequeiro a “Sistema Importante do Património Agrícola Mundial” (SIPAM) da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura);</li> <li>▪ Valorizar o património natural e cultural do interior através da realização de iniciativas que cruzem arte, ciência e natureza, concebidas por artistas e cientistas em estreita articulação com as comunidades locais;</li> <li>▪ Comunicar e promover o valor simbólico da floresta através da arte.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Barrocal e Serra (Concelho de Loulé)

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Universidades   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal; Fundo Ambiental; FEDER; Investimento privado
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Salvaguarda das Áreas Protegidas de Âmbito Local</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Estratégicos (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o risco de incêndio;</li> <li>▪ Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água.</li> </ul> <p><u>Objetivo Específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a resiliência das Áreas Protegidas de Âmbito Local aos impactes das alterações climáticas.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>O concelho de Loulé possui atualmente cerca de 51,3% da sua superfície classificada como área protegida, englobando uma grande diversidade de <i>habitats</i>, ricos em fauna e flora, património geológico e arqueológico, e outros recursos. Entre estas incluem-se duas Áreas Protegidas de Âmbito Local – Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena e Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola – e encontra-se em curso o processo de classificação de uma terceira área com cerca de 135,42 hectares, que abrange as zonas húmidas da Foz do Almargem e do Trafal – Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal. Com esta operação, pretende-se que o Município de Loulé, em articulação com outras entidades competentes e/ou relevantes:</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ aprofunde/desenvolva estudos de caracterização específicos para estas áreas (estudos biofísicos, patrimoniais, culturais e socioeconómicos);</li> <li>▪ desenvolva estudos sobre a adaptação das espécies e <i>habitats</i> e a resiliência do restante património às alterações climáticas que contribuam para analisar/prever a evolução e resposta destas áreas em diferentes cenários de alterações climáticas;</li> <li>▪ reformule as normas de utilização e/ou ocupação dos terrenos nestas áreas, requalificando ou criando as infraestruturas mais adequadas à proteção das espécies e <i>habitats</i> mais vulneráveis e/ou menos resilientes e do restante património;</li> <li>▪ comunique e promova a identidade destas áreas, com vista à sua valorização e desenvolvimento sustentável;</li> <li>▪ sensibilize, capacite e envolva o público em geral e os atores chave locais na salvaguarda destas áreas.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena; Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola; Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal (em processo de classificação); futuras Áreas Protegidas de Âmbito Local (Concelho de Loulé)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_10 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Monitorização e controle de plantas exóticas invasoras</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o risco de incêndio.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar as zonas colonizadas por plantas exóticas invasoras (em locais a pré-definir) e os impactes da sua presença nos ecossistemas;</li> <li>▪ Controlar e/ou erradicar as plantas exóticas invasoras;</li> <li>▪ Substituir as plantas exóticas invasoras por plantas nativas mais resilientes e adaptadas às condições climáticas atuais e futuras;</li> <li>▪ Monitorizar as ações de controle e/ou erradicação das plantas exóticas invasoras.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Com esta operação, pretende-se que o Município de Loulé, em articulação com outras entidades competentes e/ou relevantes, desenvolva os conhecimentos que possui relativamente à identificação e localização de plantas exóticas invasoras (constantes do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho), e estabeleça procedimentos para o seu controle e/ou erradicação, substituição e monitorização, sensibilizando e envolvendo ativamente o público em geral/atores chave locais na implementação dos mesmos.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Município   Associação de Produtores Florestais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos:</u> Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_11 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de reservas estratégicas de água à superfície</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água.</li> </ul> <p><u>Objetivo Específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a pressão sobre as atuais fontes de água.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Com esta operação, que se prevê favorável para a biodiversidade, irá diversificar-se a origem da água utilizada para fins agrícolas, mas também para situações de emergência (e.g.: combate a incêndios florestais), e reduzir os impactes dos eventos de precipitação extrema (e.g., inundações).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Barrocal e Serra (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  Investimento privado; PDR2020; POSEUR; Fundo Ambiental
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; PDR; . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PGRH RI7; PGRH RI 8

FICHA DE OPERAÇÃO_12 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Regeneração de dunas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé) e específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir a exposição à erosão, inundações e galgamento costeiro.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação visa preservar as dunas em alguns troços do litoral do concelho de Loulé em que estes sistemas naturais de defesa costeira têm sido particularmente degradados e/ou erodidos, através do reforço do volume de sedimentos, da minimização do seu pisoteio e, quando aplicável, da plantação de vegetação autóctone para a fixação das areias.</p> <p>Assim, minimizar-se-ão situações de ameaça (erosão e/ou inundações/galgamentos oceânicos) para pessoas, bens e áreas naturais interiores, decorrentes da conjugação de vários eventos climáticos extremos (subida do nível médio da água do mar, precipitação intensa, vento forte e ondulação forte), e recuperar-se-ão estes importantes <i>habitats</i>, fomentando a biodiversidade.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Litoral – desde o Forte Novo ao Ancão (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; EEA Grants; Fundo Ambiental
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOC</li> </ul>

FICHA DE AÇÃO_13 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
TIPOLOGIA DE AÇÃO	. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	<b>Programa de Alimentação Regular de Praias do Município de Loulé*</b>
PRIORIDADE	Em curso



FICHA DE AÇÃO_13 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA AÇÃO</b>	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a exposição à erosão, inundações e galgamento costeiro.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a exposição à erosão, inundações e galgamento costeiro;</li> <li>Manter o valor recreativo das praias.</li> </ul> <p><u>Descrição:</u></p> <p>Esta ação decorre da avaliação do potencial recuo da linha de costa em 5 perfis de praia no concelho de Loulé, realizada no âmbito do 'Estudo de Avaliação de Subida do Nível Médio do Mar e Sobrelevação da Maré em Eventos Extremos de Galgamento e Inundação Costeira do Município de Loulé' (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2018), a qual evidenciou uma forte possibilidade de rutura do sistema de proteção dunar da Ria Formosa a partir de 2090, devido ao forte recuo (na ordem dos 50 m), e uma significativa redução da altura relativa da crista da duna, potenciando o seu galgamento contínuo.</p> <p>A reposição do balanço sedimentar em troços costeiros em erosão, através de intervenções de alimentação artificial de elevada magnitude, afigura-se atualmente como a medida de adaptação, e conseqüente proteção, mais consentânea com as boas práticas de gestão costeira integrada a nível internacional e nacional. Estas operações devem ser faseadas e objeto de monitorização contínua, com vista a avaliar o seu desempenho e otimizar intervenções futuras, bem como das ações complementares já instaladas ou que se venham a revelar necessárias.</p> <p>No troço costeiro do concelho de Loulé, a elevada ocupação e procura turística justificam o recurso a esta técnica que providencia uma minimização eficaz do risco, bem como uma melhoria da área de recreação das praias e a valorização do litoral.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Litoral – locais a designar (Concelho de Loulé)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (Parceiros: Município de Loulé)
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Protocolo CML-APA/ARH Algarve (financiamento para a operação POSEUR 02-1809-FC-000087 – 'Elaboração do EIA, PSS e PPGRCD do projeto de execução da alimentação artificial do troço Quarteira – Garrão'); A estabelecer pela APA/ARH Algarve (financiamento para o projeto de execução da alimentação artificial do troço Quarteira – Garrão).
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos:</u> ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; POOC</li> </ul>

(\* ) A operação foi incluída no Plano de Ação por constituir uma iniciativa de minimização do fator risco de erosão costeiro, contribuindo para a salvaguarda dos valores naturais em presença. Constitui uma operação de proteção do litoral.

FICHA DE OPERAÇÃO_14 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Monitorização dos impactes da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos estuários e lagoas costeiras</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitorizar os impactes das alterações climáticas no concelho.</li> </ul> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimizar a degradação da qualidade da água doce nos aquíferos das águas costeiras e a salinização dos solos;</li> <li>▪ Minimizar a deterioração/perda dos serviços dos ecossistemas estuarinos, lagunares e de outras zonas húmidas costeiras devido à subida do nível médio do mar.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação, a implementar em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve e com entidades do sistema científico e tecnológico nacional, permitirá aprofundar o conhecimento sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ os impactes da evolução da cunha salina nas zonas costeiras (designadamente, no uso e nas atividades dependentes dos recursos hídricos subterrâneos, como a agricultura), com vista a desenvolver medidas para os atenuar;</li> <li>▪ os impactes da subida do nível médio do mar (incluindo quando conjugada com situações de tempestade) nos estuários, lagoas e outras zonas húmidas costeiras (designadamente nas áreas de maior sensibilidade), com vista a desenvolver medidas para os atenuar.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Litoral (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  Orçamento municipal
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_15 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa de Educação, Sensibilização e Informação sobre Alterações Climáticas do Município de Loulé</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (Em curso)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular a ação climática em sectores específicos de atividade.</li> </ul> <p><u>Objetivo Específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a sensibilidade e o nível de conhecimento da população em geral, e da comunidade escolar em particular, sobre as alterações climáticas, designadamente sobre as suas causas e consequências, os riscos que acarretam e as medidas de adaptação e mitigação que podem ser tomadas de forma individual e coletiva.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Para além da intensa e vasta atividade desenvolvida pelo Município de Loulé no domínio da educação ambiental, o Programa de Educação, Sensibilização e Informação sobre Alterações Climáticas deverá também refletir a vanguarda do município em matéria de ação climática, tirando proveito da experiência e conhecimentos acumulados na elaboração e implementação de instrumentos de planeamento de adaptação e mitigação às alterações climáticas, na promoção de estudos de avaliação sobre determinados impactes das alterações climáticas, na integração das preocupações climáticas e ambientais na gestão do território, e no estabelecimento de parcerias com entidades locais e regionais. Esta programa deverá ser dinamizado pelo município em parceria com os agrupamentos escolares e outras entidades representadas no Conselho Local de Acompanhamento da Ação Climática de Loulé (grupo que congrega múltiplos agentes do desenvolvimento local e regional e visa contribuir para a definição e implementação das políticas locais de ação climática), e compreenderá a produção e realização de materiais e ações de comunicação, tendo como preferenciais os seguintes públicos-alvo no concelho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a população escolar;</li> <li>▪ os grupos mais vulneráveis a determinados riscos climáticos (e.g., população idosa, população residente em áreas de risco);</li> <li>▪ os profissionais de sectores-chave para a adaptação (e.g., agricultura, energia, saúde, turismo);</li> <li>▪ os turistas e população estrangeira residente.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_15 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025; 2026-2030; 2031-2040; pós 2040
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_16 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Vales Verdes – Programa de Ação e Desenvolvimento Rural</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (A curto/médio prazo)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capacitar as comunidades rurais para a participação ativa no processo de desenvolvimento do seu território;</li> <li>▪ Sensibilizar os agentes rurais para a utilização de boas práticas de gestão do território, boas práticas agrícolas e boas práticas de produção;</li> <li>▪ Valorização das espécies autóctones e dos recursos locais.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Com o desenvolvimento do projeto designado de ‘Vales Verdes’, um programa de ação para o espaço rural do concelho, pretende-se atuar ao nível da formação e acompanhamento dos produtores de agropecuária, do ordenamento e aproveitamento do território agrícola e dos seus recursos, e da melhoria e construção de infraestruturas de apoio à utilização e valorização de recursos locais. Este programa compreende as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de um gabinete/equipa de apoio técnico aos produtores agrícolas do concelho, e programa de apoio ao incremento da atividade pecuária extensiva de pequenos ruminantes do concelho, como motor de desenvolvimento económico sustentável e equilibrado das populações rurais e do ecossistema agro-silvo-pastoril, visando também o fortalecimento da capacidade de produção e promoção dos produtos endógenos de origem animal e vegetal do concelho;</li> <li>▪ Criação de Bolsas de Terras, através da prospeção de terrenos públicos e privados abandonados no concelho para arrendamento/subarrendamento;</li> <li>▪ Dinamização de uma incubadora de empresas de base rural;</li> <li>▪ Disponibilização de um programa de capacitação para o empreendedorismo rural, com ações de formação de curta e média duração, visando informar, sensibilizar e melhorar as competências dos empreendedores e empresários rurais ou interessados nesta matéria;</li> <li>▪ Reaproveitamento de águas da ETAR de Loulé para a rega de espécies agrícolas.</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_16 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Associações de Produtores Florestais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_19 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Intervenções em percursos complementares à Via Algarviana, ao nível da qualificação da sinalética, equipamento de apoio, e promoção e dinamização</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer (Médio prazo)</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Geral</u></p> <p>Esta operação visa a criação/manutenção de infraestruturas de suporte à visitação e usufruto de espaços, com a recuperação/valorização de zonas notáveis do ponto de vista ambiental e cénico.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação insere-se numa estratégia de dinamização do interior do território, atraindo grupos de pessoas das mais diversas idades, através da prática de atividades ao ar livre. Pretende-se ainda valorizar o território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira.</p> <p>As intervenções em percursos complementares à Via Algarviana far-se-ão ao nível da qualificação da sinalética e equipamento de apoio, e da promoção e dinamização desta infraestrutura de âmbito regional.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_19 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	Município   Organizações Não Governamentais   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_20 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivo Específicos</u></p> <p>Esta operação visa a criação de infraestruturas de suporte à visita e usufruto de espaços, tendo em vista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proporcionar pontos de partida para o conhecimento da geodiversidade, biodiversidade e património cultural do território;</li> <li>▪ Conduzir à reflexão sobre a importância do património cultural e natural, bem como à sua proteção;</li> <li>▪ Impulsionar o uso das novas tecnologias como elemento potenciador da fruição do território.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação compreenderá a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação do Centro Interpretativo do Metoposaurus Algarvensis na Jazida da Penina, o geossítio de referência mundial da candidatura do aspirante Algarvensis a Geoparque Mundial da UNESCO (uma obrigatoriedade da candidatura);</li> <li>▪ Elaboração de uma exposição para a divulgação do património natural e cultural da região, a realizar no Polo Museológico da Água, em Querença, transformando-o num ponto dinamizador da exploração do património natural e cultural do território, através da qualificação deste equipamento.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim (Concelho de Loulé)

FICHA DE OPERAÇÃO_20 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	A estabelecer
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>· <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>· <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_21 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Geopalcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira</b>
PRIORIDADE	A estabelecer (A curto prazo)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Específicos</u></p> <p>Esta operação visa a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorização e promoção do conhecimento sobre o património ambiental e cultural do território;</li> <li>▪ Criação de conhecimento sobre o território para o tornar mais atrativo do ponto de vista educativo e turístico;</li> <li>▪ Potenciar a visitação ao território com vista a uma maior consciencialização, fazendo-o através do olhar disruptivo da Arte.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Geopalcos é uma proposta ousada para o público em geral, a desenvolver nos geossítios do Algarvensis – <i>aspirante</i> a Geoparque Mundial da UNESCO, conectando as temáticas da Arte, Ciência e Natureza. Pretende-se levar um amante da natureza a descobrir arte e ciência, um aficionado das artes a passear pela natureza e pelos caminhos do conhecimento, ou ainda um curioso a relacionar o seu conhecimento com as belezas naturais e criadas pelos seus vizinhos. O público é assim convidado a participar em diálogos entre a tradição e a criatividade/ inovação para (re)descobrir este território, as suas gentes e gastronomia, através de exposições, instalações interativas, cruzamentos disciplinares com artes manuais, percursos-experiências e concertos sensoriais, performances <i>in site specific</i>, criações teatrais com a comunidade, debates, oficinas com a comunidade escolar, entre outras iniciativas delineadas com a colaboração e participação das populações, de artistas e de cientistas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis

FICHA DE OPERAÇÃO_21 MLoulé	
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	A partir de 2021
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

#### 4.3.1.14 Município de Monchique

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Dotar os espaços públicos de árvores com menos necessidades hídricas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> A operação visa dotar os espaços públicos de árvores com menos necessidades hídricas, e mais adaptadas à região, permitindo reduzir os consumos de água e preservar o património natural do concelho.
ÂMBITO TERRITORIAL	Espaços públicos do concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <i>FEDER</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	250.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025/2026



FICHA DE OPERAÇÃO_02 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Dotar os espaços públicos de sistemas de rega mais eficientes</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação visa dotar os espaços públicos de sistemas de rega mais eficientes (ex: recolha de água da chuva)</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Espaços públicos do concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  <b>FEDER</b>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	250.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024/2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do Parque de S. Sebastião</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Recuperar o Parque de S. Sebastião, criando zonas sombra, eliminando as áreas com água e repuxos, garantindo uma poupança de água
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque de S. Sebastião (concelho de Monchique)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <i>FEDER</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	600.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2025-2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação de Espécies Autóctones e Erradicação de Espécies Invasoras</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de estudo com vista à Recuperação de Espécies Autóctones, replicando um projeto em vigor com vista à recuperação “pêro de Monchique”.</li> <li>▪ Estudos e trabalhos relacionados com a erradicação de espécies invasoras.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <b>FEDER   FA   PRR</b>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	200.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSM</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Parque Ecobiológico de Monchique</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Criação de Parque Ecobiológico de Monchique, incluindo o Centro interpretativo da Serra de Monchique cujo projetos de execução se prevê realizar no âmbito do CRESC ALGARVE 2020 (PADRE).</p> <p>Esta operação pretende a criação de um espaço cultural, educacional e lúdico e que contribua para a educação e sensibilização ambiental e a preservação da natureza, assim como um elemento de atração turística para o concelho.</p> <p>A operação compreende um conjunto diverso de infraestruturas que se pretende venham a constituir o seu todo, nomeadamente: Centro de Interpretação e Animação, Alojamento turístico (tipologia/s a definir), centro de recursos/conhecimento/ investigação agroflorestais, parque aventura, Área Protegida de âmbito local (incluindo corredores ecológicos), percursos pedestres, entre outros.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <i>FEDER   FSE</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FSE+; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reabilitação do Troço Urbano da Ribeira de Monchique</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Reabilitação do Troço Urbano da Ribeira de Monchique
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Monchique (concelho de Monchique)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <b>FEDER</b>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	950.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Elaboração do Plano Municipal de Adaptação às alterações climáticas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Elaboração do Plano Municipal de Adaptação às alterações climáticas
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Universidades   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> <i>FEDER</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	45.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2024
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de rede de depósitos de água para combate a incêndios</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	Criação de rede de depósitos de água para combate a Incêndios
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_10 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Gestão da água</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	Ações de sensibilização/capacitação sobre a Gestão da água
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Concelho de Monchique
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   Municípios   Universidades   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> FSE
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	75.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FSE+; FEDER; FEAMP; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_12 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Execução do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção de uma nova economia, que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos, que promove a resiliência ao fogo e que assegura maiores rendimentos apoiando a reconversão de culturas e remunerando os serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelos mercados;</li> <li>▪ Aumento da área rural sujeita a uma gestão ambiental e economicamente sustentável;</li> <li>▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Organizações Não Governamentais   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Com Avisos abertos e financiamento do Fundo Ambiental. (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	20.500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2042
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_13 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação das OIGP da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) área Prioritária “Corredor Verde de Monchique”</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Grande parte das áreas florestais presentes nesta área foram perdidas com o incêndio de 2018, representando uma regressão de áreas associadas a ocupações florestais de cerca de 750 hectares. Quanto às áreas agrícolas, a perda foi de aproximadamente 140 hectares de área agrícola ardida.</p> <p>Implementação das Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) na área prioritária «Corredor Verde de Monchique», abrange cerca de 1345 hectares, onde se incluem a vila de Monchique, o aglomerado das Caldas de Monchique e outras povoações nas imediações da vila e as nas bacias hidrográficas das ribeiras de Monchique, de Boina e de Seixe.</p> <p>Dos estudos realizados no PRGPSMS decorrem para esta área prioritária os seguintes objetivos: aumentar a resiliência ao fogo do espaço envolvente à vila de Monchique; potenciar os serviços dos ecossistemas; promover a recuperação dos canteiros/socalcos e a sua valorização no quadro de uma nova economia local, centrada em produtos agrícolas com marca local e de qualidade.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	OIGP «Corredor Verde de Monchique» (concelho de Monchique)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Município   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Contrato programa celebrado com Fundo Ambiental para a AIGP de Monchique. (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	6.400.000,00 €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2042
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEADER; EEA Grants; FA; FFP; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_14 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Remuneração dos serviços dos ecossistemas
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>A operação pretende a remuneração das áreas que contribuem ativamente para a conservação da biodiversidade, entre outros objetivos e aumentar a exploração de espécies autóctones, garantindo uma paisagem diversificada e equilíbrio no ecossistema.</p> <p>A mudança da paisagem apenas é possível com a alteração de práticas dos proprietários rurais, o que requer apoio financeiro de longo prazo para os custos de investimento e manutenção, para a compensação de custos de oportunidade e para a remuneração de serviços dos ecossistemas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   DRAP Algarve   Município   Associações empresariais e setoriais   Organizações Não Governamentais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	OIGP de Monchique em preparação pela CM Monchique. (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	A estabelecer
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2042/2052
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP; PDR; FFP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPRNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> </ul>
PONTO FOCAL	Sónia Martinho (sonia.martinho@cm-monchique.pt); Humberto Sérgio (humberto.serio@cm-monchique.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Monchique

#### 4.3.1.15 Município de Portimão

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Conclusão da construção dos passadiços e seus acessos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Concretização do Plano de Intervenção da Frente Mar de Alvor/Portimão – Atualização 2022 de várias ações e intervenções previstas.</p> <p><u>Objetivo</u> A operação visa fazer a ligação entre passadiços existentes (entre os restaurantes Dunas e Cinco Quinas), de modo a concluir o percurso pedonal nos passadiços.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Frente de Mar do Alvor/Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Financiamento público (Município de Portimão e outros)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	0,06 milhões de €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: PIFMAP</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de Área Protegida local na Ria de Alvor</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A Ria de Alvor corresponde ao mais importante complexo estuarino do barlavento algarvio; está classificado como Sítio de Importância Comunitária (Sítio PTCON0058) no âmbito da Rede Natura 2000 (Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto) e designada “Sítio Ramsar” no âmbito da Convenção Internacional sobre Zonas Húmidas e integra a as áreas nucleares da Estrutura Regional de Valorização e Proteção Ambiental (PROT Algarve – RCM n.º 102/2007, de 3 de agosto)</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria de Alvor
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022 -2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Corredor Ecológico Local / Paisagem Protegida de João D’Arens</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Constituindo a mais espetacular secção da costa rochosa de Portimão, a Ponta João d’Arens apresenta um conjunto de valores naturais que devem ser salvaguardados. Encontrando-se localizada a meio caminho entre duas áreas nucleares da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental que confinam com Portimão (Ria de Alvor e Estuário do Arade, a este último acrescenta o corredor ecológico regional costeiro no Município de Lagoa) a sua proteção permitirá além de salvaguardar os valores naturais presentes, permitir o usufruto sustentável desta área.
ÂMBITO TERRITORIAL	Ponta João d’Arens /Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de Parque Ambiental do Bom Retiro</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Com a construção e funcionamento da nova ETAR em Portimão, as lagoas de estabilização estão inoperacionais. A criação do Parque Ambiental do Bom Retiro tem como objetivos criar um novo polo de lazer para a cidade de Portimão e simultaneamente recuperar uma área degradada com diversas valências de que se destacam, a recuperação de habitats estuarinos, a criação de uma rede percursos pedestres e cicláveis, que permitam aproximar a população e quem visita Portimão, ao rio.
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Ambiental do Bom Retiro /Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de Corredor Ecológico / Parque Urbano na zona do Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo, preferencialmente com ligação à área adjacente a Norte e à zona do Vau</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Parque verde urbano equipado, de grande dimensão, inserido no tecido urbano da cidade de Portimão, equipado com mobiliário urbano destinado ao lazer, recreio e prática de atividades desportivas, nomeadamente parque infantil, circuito de manutenção e equipamentos de <i>street workout</i>. O espaço também contará com um conjunto de estruturas de apoio e suporte à sua vivência, como sanitários, quiosques, área de esplanada, etc.</p> <p>O parque desenvolve-se ao longo de uma linha de drenagem natural, tendo como ponto de partida um ponto da cumeada, que se abre sobre o espaço verde e estabelece ligações visuais com o mar. No ponto de cota mais alta persiste um interessante bosque de pinheiros bem desenvolvidos e alguns núcleos de sobreiros, espécies estas que aparecem, conjuntamente com os zambujeiros e oliveiras, disseminadas um pouco por toda a área e que criam um potencial próprio para a vontade de aproveitar e sublimar este espaço naturalizado. Pretende-se criar um espaço marcadamente mediterrânico, com a presença de prados de sequeiro e recurso, sobretudo, a vegetação autóctone, que se insira e respeite a natureza local.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Zona do Plano de Pormenor do Barranco do Rodrigo, com ligação à área adjacente a Norte e à zona do Vau /Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_10 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização paisagística do sítio arqueológico da Abicada</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Integrado no Sítio da Rede Natura 2000 Ria de Alvor, o sítio arqueológico da Abicada no coração de uma península com o mesmo nome, constitui uma paisagem cultural dada a existência da <i>villa</i> romana, com vestígios dum historial agrícola, que transformou este espaço ao longo do tempo. A intervenção permitirá compatibilizar este monumento histórico com a recuperação e valorização da paisagem ecológica envolvente.
ÂMBITO TERRITORIAL	Sítio arqueológico da Abicada /Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DGPC   Município   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_11 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização paisagística do sítio arqueológico de Alcalar</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Classificado como Monumento Nacional desde 1910, neste extraordinário conjunto de monumentos de templos funerários megalíticos, testemunha da importante comunidade pré-histórica que aqui se estabeleceu, pretende-se restaurar e recriar a paisagem mediterrânica, enquadrando-a com os vários vestígios presentes, com o objetivo de o visitante experienciar e vivenciar através dos sentidos, este espaço.
ÂMBITO TERRITORIAL	Sítio arqueológico de Alcalar /Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DGPC   Município   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_12MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de AIGP</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Ordenamento, gestão da paisagem e aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural, através da reconversão da paisagem.</p> <p><u>Operacionalização</u> A AGIF assegura a coordenação e a operacionalização da execução do projeto-piloto, apoiada por um grupo de trabalho com representantes das Forças Armadas, ANEPC, GNR, PSP, PJ, ICNF e autarquias envolvidas (todas do Barlavento Algarvio, à exceção de Lagoa).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A localizar</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Iniciativa do Município. A criação da AIGP não tem custos envolvidos. Terá a preparação da OIGP. (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_13 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u>  Planear e promover uma paisagem diversificada através da adoção de medidas que permitam restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade. Valorizar os serviços prestados pelos ecossistemas, numa perspetiva de longo prazo, não valorizados pelo mercado, tais como o controlo da erosão, o sequestro de carbono, a regulação do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a redução da suscetibilidade ao fogo e a melhoria da qualidade da paisagem.</p> <p><u>Operacionalização</u>  A AGIF assegura a coordenação e a operacionalização da execução do projeto-piloto, apoiada por um grupo de trabalho com representantes das Forças Armadas, ANEPC, GNR, PSP, PJ, ICNF e autarquias envolvidas (todas do Barlavento Algarvio, à exceção de Lagoa).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A localizar</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPRNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_14 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Intervir nas áreas ardidas de mais de 500 hectares na realização de ações de recuperação e reordenamento do território de forma a apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local.</p> <p><u>Operacionalização</u></p> <p>A AGIF assegura a coordenação e a operacionalização da execução do projeto-piloto, apoiada por um grupo de trabalho com representantes das Forças Armadas, ANEPC, GNR, PSP, PJ, ICNF e autarquias envolvidas (todas do Barlavento Algarvio, à exceção de Lagoa).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A localizar</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AGIF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022 -2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_15 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Promover a adoção do pastoreio extensivo com rebanhos, como instrumento de redução da carga de combustível e do risco de incêndio nas zonas rurais nos territórios vulneráveis, contribuindo para a valorização do território.</p> <p><u>Operacionalização</u></p> <p>A AGIF assegura a coordenação e a operacionalização da execução do projeto-piloto, apoiada por um grupo de trabalho com representantes das Forças Armadas, ANEPC, GNR, PSP, PJ, ICNF e autarquias envolvidas (todas do Barlavento Algarvio, à exceção de Lagoa).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A localizar</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022 -2030

FICHA DE OPERAÇÃO_16 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, onde se inclui o Condomínio da Aldeia</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Assegurar a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, particularmente com elevada percentagem de espaços rurais e grande dispersão populacional, e incentivar os proprietários agrícolas locais a assumirem faixas de gestão como forma de obterem novo rendimento.</p> <p><u>Operacionalização</u></p> <p>A AGIF assegura a coordenação e a operacionalização da execução do projeto-piloto, apoiada por um grupo de trabalho com representantes das Forças Armadas, ANEPC, GNR, PSP, PJ, ICNF e autarquias envolvidas (todas do Barlavento Algarvio, à exceção de Lagoa).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<i>A localizar</i>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   AGIF   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Financiamento PRR até 2025 em territórios vulneráveis. (DGT)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

#### 4.3.1.16 Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação e Valorização da Ribeira de Alcantarilha</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>A intervenção tem como objetivo a requalificação do curso de água da Ribeira de Alcantarilha no troço compreendido entre o IC4 e a Praia de Armação de Pêra, numa perspetiva de melhoria do seu sistema de escoamento natural, minimizando riscos de inundação, preservação e valorização dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados e adaptação do sistema às alterações climáticas.</p> <p>Pretende-se ainda a reabilitação dos corredores ecológicos associados aos cursos de água, bem como sua valorização enquanto elementos de compartimentação da paisagem, e constituição de caminhos pedonais ao longo da bacia hidrográfica da Ribeira, que permitam acesso a Alcantarilha, Pera e ligação à Ecovia do Litoral Sul (troço de Armação de Pera).</p> <p>A intervenção está integrada noutras medidas, com o objetivo de mitigação do risco de ocorrência de cheias em Armação de Pera, nomeadamente da empreitada de “Requalificação Urbana da Baixa de Armação de Pera – 1ª Fase – Infraestruturas de Drenagem e Elevação de Pluviais e Saneamento” atualmente em curso.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A Requalificação e Valorização da Ribeira de Alcantarilha pretende dar resposta, aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a renaturalização da ribeira e a reestruturação da zona lagunar e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável, através da requalificação e valorização do curso de água (com extensão aproximada de 5.000 metros, entre o IC4 e a Praia de Armação de Pera, com aumento da seção de vazão e compatibilização com a obra de “Requalificação Urbana da Baixa de Armação de Pera - 1ª Fase - Infraestruturas de Drenagem e Elevação de Pluviais e Saneamento”, da criação de áreas de alagamento temporário e permanente, com reabilitação/criação de zonas húmidas com funções de depuração, encaixe e espraçamento de volumes de água, da suavização do percurso do leito, eliminando, caso de justifique, as curvas ortogonais existentes, e do controlo de infestantes e plantação de vegetação ribeirinha (arbórea e arbustiva) autóctone;</li> <li>▪ Prevenir e defender de riscos naturais, pessoais, bens e sistemas, através da avaliação da resposta do sistema face à ocorrência de eventos decorrentes de alterações climáticas, admitindo incremento da intensidade de precipitação e o aumento do nível de maré;</li> <li>▪ Promover a fruição pública do local, suportada na requalificação dos caminhos pedonais, qualificação da mobilidade e do património ambiental e cultural, através da construção de caminho pedonal na bacia hidrográfica da ribeira, ligando Alcantarilha, Pera, Parque de Campismo, Armação de Pera e Ecovia do Litoral Sul, cujo traçado deve privilegiar a integração e fruição do meio natural;</li> <li>▪ Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, associados à preservação dos recursos naturais;</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_01 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de medidas corretivas de erosão e defesa costeira.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Alcantarilha (concelho de Silves)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.000.000,00 € (estimativa)
<b> PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 -2027 <ul style="list-style-type: none"> <li>1º ano: controle de invasoras através de métodos físicos ou métodos químicos / modelação de terreno /construção de caminhos pedonais / 1ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>2º ano: monitorização de invasoras / manutenção de plantações de autóctones / 2ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>3º e 4º anos: monitorização de invasoras / manutenção de plantações autóctones.</li> </ul>
<b> ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNSACV; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PRGPSMS</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Acessibilidade fluvial, desassoreamento e requalificação ambiental do Rio Arade</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>O PIAAC-AMAL identificou as áreas inundáveis e vulnerabilidades projetadas para zonas críticas de inundação no Algarve, de entre as quais o rio Arade (Silves). A modelação hidráulica efetuada permitiu concluir que no caso do Rio Arade, os maiores impactes em áreas urbanas se farão sentir em Silves (margem direita do rio Arade), nomeadamente na sua frente ribeirinha com consequência para a circulação na EN124, bem como em edifícios ou quarteirões localizados junto à estrada onde se desenvolvem algumas atividades relacionadas com comércio, serviços e habitação.</p> <p>A intervenção pretende criar um espelho de água permanente em toda a zona ribeirinha da cidade de Silves, que permita a navegabilidade de pequenas embarcações de recreio de pequeno calado, até 2 metro, para tal, está previsto a construção de um açude, dotado de sistema de comportas, galgável pela maré, para renovação de água.</p> <p>Junto à cidade está previsto a remoção de terrenos da Horta Grande, por forma a criar em espelho de água alargado junto à cidade.</p> <p>A construção do açude, desassoreamento, alargamento do leito do rio, constituirá uma bacia de retenção de elevada capacidade, que permitirá a redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, mitigar a ocorrência de cheias na cidade de Silves e a jusante da intervenção. O plano de água permanente, potencia o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</p> <p>Pretende-se ainda a reabilitação dos corredores ecológicos associados aos cursos de água, bem como sua valorização enquanto elementos de compartimentação da paisagem, e constituição de caminhos pedonais ao longo da bacia hidrográfica.</p> <p>A intervenção integra ainda, estudo de impacto ambiental e avaliação do património arqueológico.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A intervenção pretende dar resposta, aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prevenir a ocorrência de inundações na cidade de Silves e a jusante, defender de riscos naturais, pessoais, bens e sistemas, através da avaliação da resposta do sistema face à ocorrência de eventos decorrentes de alterações climáticas, admitindo incremento da intensidade de precipitação e subida do nível da maré;</li> <li>▪ O espelho de água permanente promove o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</li> <li>▪ Promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a renaturalização do rio e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável, através da requalificação e valorização do curso de água;</li> <li>▪ Promoção da conservação do património arqueológico;</li> <li>▪ Controlo de infestantes e plantação de vegetação ribeirinha (arbórea e arbustiva) autóctone;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a fruição pública do local, suportada na requalificação dos caminhos pedonais, qualificação da mobilidade e do património ambiental e cultural, através da construção de caminhos pedonais para privilegiar a integração e fruição do meio natural;</li> <li>Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, associados à preservação dos recursos naturais;</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Rio Arade / Silves (Concelho de Silves)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Docapesca   Município   outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	A estabelecer
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 -2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; Horizonte Europa; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; POOC</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e criação de estruturas de retenção de água na Ribeira de Odelouca em São Marcos da Serra</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIZAÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>A intervenção pretende através de técnicas de engenharia natural, requalificar o curso de água da Ribeira de Odelouca na proximidade da Aldeia de São Marcos da Serra, numa perspetiva de melhoria do seu sistema de escoamento natural, minimizando riscos de inundação, preservação e valorização dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados e adaptação do sistema às alterações climáticas.</p> <p>Pretende-se a reabilitação do dique existente e a construção de outros diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</p> <p>Pretende-se ainda a reabilitação dos corredores ecológicos associados aos cursos de água, bem como sua valorização enquanto elementos de compartimentação da paisagem, e constituição de caminhos pedonais ao longo da bacia hidrográfica.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A Requalificação e Valorização da Ribeira de Odelouca pretende dar resposta, aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a renaturalização da ribeira e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável, através da requalificação e valorização do curso de água, da criação de zonas lacustres,</li> <li>▪ Controlo de infestantes e plantação de vegetação ribeirinha (arbórea e arbustiva) autóctone;</li> <li>▪ Prevenir e defender de riscos naturais, pessoais, bens e sistemas, através da avaliação da resposta do sistema face à ocorrência de eventos decorrentes de alterações climáticas, admitindo incremento da intensidade de precipitação;</li> <li>▪ Promover a fruição pública do local, suportada na requalificação dos caminhos pedonais, qualificação da mobilidade e do património ambiental e cultural, através da construção de caminhos pedonais para privilegiar a integração e fruição do meio natural;</li> <li>▪ Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, associados à preservação dos recursos naturais;</li> <li>▪ Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira de Odelouca / São Marcos da Serra (Concelho de Silves)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Outros

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 -2027 <ul style="list-style-type: none"> <li>. 1º ano: Reabilitação e construção de diques / controle de invasoras através de métodos físicos ou métodos químicos / modelação de terreno /construção de caminhos pedonais / 1ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>. 2º ano: monitorização de invasoras / manutenção de plantações de autóctones / 2ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>. 3º e 4º anos: monitorização de invasoras / manutenção de plantações autóctones;</li> </ul>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNSACV; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Requalificação de Espaços Verdes Públicos</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<u>Descrição</u> No Município de Silves existem 170 espaços verdes públicos, que perfazem um total de 134.298m2 de área plantada, a maioria relvados com elevadas dotações de rega. As tubagens e componentes dos sistemas de rega encontram-se genericamente envelhecidos, sendo frequente a ocorrência de roturas. Alguns espaços verdes têm problemas de conceção, ao nível do circuito hidráulico, diâmetro de tubagens e dos dispositivos para a aplicação da água. Todos os consumos dos espaços verdes são medidos por contadores de elevada eficiência metrológica e proteção ambiental IP68. As leituras são efetuadas por telemetria e recolha por <i>Drive-by</i> , o que confere rigor na avaliação dos consumos.

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Atualmente em 58% da área plantada está instalado sistema de rega inteligente associado a estações meteorológica, através das quais é possível controlar remotamente (plataforma <i>web</i>) os programadores de rega de acordo com as condições meteorológicas.</p> <p>A requalificação dos espaços verdes públicos passa pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Substituição de espécies de elevada dotação de rega por espécies vegetais autóctones, xerófitas e termófilas;</li> <li>▪ Substituição e redimensionamento das tubagens e componentes dos sistemas de rega envelhecidos ou desadequados;</li> <li>▪ Expansão do sistema de rega inteligente à generalidade dos espaços verdes;</li> <li>▪ Plantação de árvores (sempre que possível de elevado porte) com vista a aumentar o conforto microclimático, visual e acústico dos espaços exteriores e, quando aplicável, controlar a entrada de luz natural e exposição solar sobre edificações, devendo ser privilegiadas espécies autóctones e/ou adaptadas às condições edafoclimáticas locais, e com nulos ou baixos efeitos alergizantes;</li> <li>▪ Instalação de comedouros/bebedouros/ninhos para aves, de abrigos para morcegos e para invertebrados e promoção de áreas atrativas para a ocorrência de fauna silvestre;</li> <li>▪ Beneficiação/instalação de sinalética adequada, para informação aos utentes, incluindo cidadãos invisuais, das condições de utilização dos espaços verdes e disponibilização de serviços;</li> <li>▪ Beneficiação/instalação de mobiliário urbano adequado aos usos que se pretende manter ou promover nos espaços verdes e ilhas-sombra, através de seleção de soluções construtivas e materiais não poluentes, recicláveis e de durabilidade comprovada, com o objetivo de garantir custos controlados de manutenção.</li> </ul> <p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diminuir os consumos de água na rega dos espaços verdes públicos;</li> <li>▪ Aumentar a resiliência dos espaços verdes públicos às condições edafoclimáticas atuais e projetadas em cenários de alterações climáticas;</li> <li>▪ Promoção da biodiversidade;</li> <li>▪ Com o aumento do coberto vegetal, sombreamento e evapotranspiração, contribuir para a redução do efeito ilha de calor;</li> <li>▪ Conciliar as atividades humanas com a conservação da natureza.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Espaços verdes públicos no Município de Silves
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 -2026

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de ilhas-sombra em meio urbano e periférico</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>Criação de ilhas-sombra em terrenos públicos em espaço urbano e periférico.</p> <p>A criação de ilhas-sombra passa pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Plantação de árvores e outras plantas com vista a aumentar o conforto microclimático, visual e acústico dos espaços exteriores e, quando aplicável, controlar a entrada \-de luz natural e exposição solar sobre edificações, devendo ser privilegiadas espécies autóctones e/ou adaptadas às condições edafoclimáticas locais, e com nulos ou baixos efeitos alergizantes;</li> <li>▪ Controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras;</li> <li>▪ Abate, de exemplares arbóreos e arbustivos mortos, em declínio, mal-adaptados ou em situação de risco para pessoas e bens;</li> <li>▪ Realização de corte de ramos e aplicação de podas corretivas, formativas, sanitárias e seletivas de segurança em exemplares arbóreos e arbustivos;</li> <li>▪ Limpeza, desmatação e modelação do terreno;</li> <li>▪ Mobilização do terreno e fertilização;</li> <li>▪ Aplicação de mulch, estilha ou inertes;</li> <li>▪ Instalação de comedouros/bebedouros/ninhos para aves, de abrigos para morcegos e para invertebrados e promoção de áreas atrativas para a ocorrência de fauna silvestre;</li> <li>▪ Beneficiação/instalação de sinalética adequada, para informação aos utentes, incluindo cidadãos invisuais, das condições de utilização dos espaços verdes e disponibilização de serviços;</li> <li>▪ Beneficiação/instalação de mobiliário urbano adequado aos usos que se pretende manter ou promover nos espaços verdes e ilhas-sombra, através de seleção de soluções construtivas e materiais não poluentes, recicláveis e de durabilidade comprovada, com o objetivo de garantir custos controlados de manutenção;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instalação de sistemas automáticos de rega, limitados à área mínima indispensável, incluindo sempre que possível a implementação de soluções de aproveitamento de águas pluviais, ou recurso a outras origens que não a rede pública de abastecimento.</li> </ul> <p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção da biodiversidade;</li> <li>Com o aumento do coberto vegetal, sombreamento e evapotranspiração, contribuir para a redução do efeito ilha de calor;</li> <li>Conciliar as atividades humanas com a conservação da natureza.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Município de Silves
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	A estabelecer
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 -2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; PRGPSMS</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Intervenção de valorização patrimonial e paisagística do Moinho do Rodete, criação de ecossistema natural, proteção da biodiversidade da área envolvente</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>



FICHA DE OPERAÇÃO_07 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<p><b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b></p>	<p><u>Descrição</u></p> <p>A área de intervenção deste projeto localiza-se a sudeste da cidade de Silves, a uma distância aproximada, de 2km, pela EM 528. Corresponde a um prédio misto propriedade do Município de Silves, com uma área de 35.500m<sup>2</sup>.</p> <p>A sua ocupação atual traduz-se na presença de três estruturas edificadas: o Moinho do Rodete (incluindo as estruturas complementares ao seu funcionamento), as fundações da 'Casa da Água' e uma edificação a sudoeste, em avançado estado de degradação e abandono.</p> <p>Localiza-se na margem esquerda do rio Arade, de onde decorre, em larga medida, o seu valor natural e patrimonial, assim como o seu potencial ambiental. A sua posição, na planície aluvial do Arade, coloca-o numa posição de vulnerabilidade face às cheias e inundações cíclicas que ocorrem neste local. Verifica-se também a existência do canal de alimentação que deriva do rio e que permitia o funcionamento e utilização do moinho, embora esteja agora abandonado.</p> <p>Relacionado com a presença da rede hidrográfica verifica-se um predomínio de vegetação espontânea em toda a extensão do terreno, sendo prevalentes as espécies exóticas associadas à margem do rio Arade.</p> <p>A intervenção pretende a aplicação das seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabilizar e garantir a segurança do edifício do Moinho do Rodete, incluindo as estruturas que com este compõem o Moinho no seu todo funcional;</li> <li>▪ Musealizar o Moinho do Rodete adaptando-o a espaço pedagógico e cultural;</li> <li>▪ Repor a situação original dos solos por via da remoção da estrutura de fundações do edifício da "Casa da Água";</li> <li>▪ Conceber, concertar e implementar as intervenções arqueológicas adequadas aos valores arqueológicos conhecidos e previstos;</li> <li>▪ Promover a recuperação do edifício localizado a SW e a sua adaptação a espaço de restauração e apoio a todas as estruturas;</li> <li>▪ Implementar um circuito acessível, idealmente com recurso a passadiço, ou outras soluções de salvaguarda dos solos, que garanta a fluidez de circulação em todo o espaço, ligando os diferentes 'usos';</li> <li>▪ Plantação de árvores e outras plantas com vista a aumentar o conforto microclimático, visual e acústico dos espaços exteriores e, quando aplicável, controlar a entrada de luz natural e exposição solar sobre edificações, devendo ser privilegiadas espécies autóctones e/ou adaptadas às condições edafoclimáticas locais, e com nulos ou baixos efeitos alergizantes;</li> <li>▪ Controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras;</li> <li>▪ Abate, de exemplares arbóreos e arbustivos mortos, em declínio, mal-adaptados ou em situação de risco para pessoas e bens;</li> <li>▪ Realização de corte de ramos e aplicação de podas corretivas, formativas, sanitárias e seletivas de segurança em exemplares arbóreos e arbustivos;</li> <li>▪ Limpeza, desmatação e modelação do terreno;</li> <li>▪ Mobilização do terreno e fertilização;</li> <li>▪ Aplicação de mulch, estilha ou inertes;</li> <li>▪ Instalação de comedouros/bebedouros/ninhos para aves, de abrigos para morcegos e para invertebrados e promoção de áreas atrativas para a ocorrência de fauna silvestre;</li> <li>▪ Beneficiação/instalação de sinalética adequada, para informação aos utentes, incluindo cidadãos invisuais, das condições de utilização dos espaços verdes e disponibilização de serviços;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Beneficiação/instalação de mobiliário urbano adequado aos usos que se pretende manter ou promover nos espaços verdes e ilhas-sombra, através de seleção de soluções construtivas e materiais não poluentes, recicláveis e de durabilidade comprovada, com o objetivo de garantir custos controlados de manutenção;</li> <li>▪ Instalação de sistemas automáticos de rega, limitados à área mínima indispensável, incluindo sempre que possível a implementação de soluções de aproveitamento de águas pluviais, ou recurso a outras origens que não a rede pública de abastecimento.</li> </ul> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A intervenção pretende dar resposta, aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o conhecimento e divulgação do potencial patrimonial em presença;</li> <li>▪ Proporcionar à população o usufruto deste espaço, promovendo a sua qualificação e valorização paisagística;</li> <li>▪ Garantir a funcionalidade e atratividade do espaço por via de serviços de acolhimento e estada;</li> <li>▪ Recuperar e reabilitar o edificado existente, com particular destaque para o Moinho do Rodete;</li> <li>▪ Proporcionar um uso multifuncional integrado e harmonioso do espaço, no respeito pelos solos e pelos restantes recursos naturais presentes;</li> <li>▪ Garantir a menor ocupação dos solos, concentrando as diferentes estruturas a prever e mantendo a restante área da propriedade afeta ao uso agrícola;</li> <li>▪ Promover a reabilitação ou restauro da galeria ripícola ao longo das margens da Ribeira de Arade;</li> <li>▪ Retomar, de forma adaptada e reinterpretada, a ligação deste espaço ao rio e a sua fruição;</li> <li>▪ Dotar este espaço com estruturas destinadas a atividades desportivas ao ar livre, a parque de merendas, a espaço para atividades culturais e com condições de circulação acessível;</li> <li>▪ Promoção da biodiversidade;</li> <li>▪ Com o aumento do coberto vegetal, sombreamento e evapotranspiração, contribuir para a redução do efeito ilha de calor;</li> <li>▪ Conciliar as atividades humanas com a conservação da natureza;</li> <li>▪ Prevenir e defender de riscos naturais, pessoais, bens e sistemas, através da avaliação da resposta do sistema face à ocorrência de eventos decorrentes de alterações climáticas, admitindo incremento da intensidade de precipitação e o aumento do nível de maré;</li> <li>▪ Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, associados à preservação dos recursos naturais.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Freguesia de Silves (concelho de Silves)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   DGPC   Município   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 -2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Dr.ª Maria José Gonçalves - (dsua@cm-silves.pt; maria.goncalves@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do leito da linha de água, criação de ecossistema natural, proteção de biodiversidade e reabilitação de estruturas de retenção de água na Ribeira do Falacho /Quinta Pedagógica</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>A intervenção pretende através de técnicas de engenharia natural, requalificar o curso de água da Ribeira do Falacho na zona da Quinta Pedagógica, numa perspetiva de melhoria do seu sistema de escoamento natural, minimizando riscos de inundação, preservação e valorização dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados e adaptação do sistema às alterações climáticas.</p> <p>Pretende-se a reabilitação do dique existente e a construção de outros diques naturalizados, por forma a constituírem bacias de retenção com objetivo de redução e regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação torrencial, previstos no âmbito das alterações climáticas, equalizando, desta forma, o caudal a jusante. Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</p> <p>Pretende-se ainda a reabilitação dos corredores ecológicos associados aos cursos de água, bem como sua valorização enquanto elementos de compartimentação da paisagem, e constituição de caminhos pedonais ao longo da bacia hidrográfica.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A intervenção pretende dar resposta, aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, a renaturalização da ribeira e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável, através da requalificação e valorização do curso de água, da criação de zonas lacustres,</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controlo de infestantes e plantação de vegetação ribeirinha (arbórea e arbustiva) autóctone;</li> <li>Prevenir e defender de riscos naturais, pessoais, bens e sistemas, através da avaliação da resposta do sistema face à ocorrência de eventos decorrentes de alterações climáticas, admitindo incremento da intensidade de precipitação;</li> <li>Promover a fruição pública do local, suportada na requalificação dos caminhos pedonais, qualificação da mobilidade e do património ambiental e cultural, através da construção de caminhos pedonais para privilegiar a integração e fruição do meio natural;</li> <li>Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, associados à preservação dos recursos naturais;</li> <li>Estas bacias de retenção vão originar planos de água, que promovem o aumento da biodiversidade do local e criam zonas de conforto térmico e bioclimático, para fazer face às ondas de calor previstas.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ribeira do Falacho / Quinta Pedagógica (Concelho de Silves)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<p>2023 -2027</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1º ano: Reabilitação e construção de diques / controle de invasoras através de métodos físicos ou métodos químicos / modelação de terreno /construção de caminhos pedonais / 1ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>2º ano: monitorização de invasoras / manutenção de plantações de autóctones / 2ª fase de plantações de autóctones;</li> <li>3º e 4º anos: monitorização de invasoras / manutenção de plantações autóctones;</li> </ul>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNSACV; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PRGPSMS</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo de avaliação técnica e medidas de adaptação bioclimática do tecido urbano de Silves para promoção da segurança termal das comunidades e bens</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIPÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>Na 21ª Conferência das Partes da Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21), realizada em 2015, foi reconhecido pela comunidade científica internacional a necessidade de adaptar o espaço construído a um eventual aumento de 2°C da temperatura global do ar. As diversas ações políticas resultantes deste reconhecimento visam minimizar os impactos negativos que tal aumento termal tem nos sistemas socioeconómicos e biofísicos. Medidas de adaptação dos espaços construídos torna-se assim uma inevitabilidade. Os climas mediterrânicos estão em particular risco onde as temperaturas do ar atingem novos máximos e a seca é uma crescente realidade. Respondendo aos crescentes desafios climáticos, nomeadamente ao incremento global das temperaturas do ar, este projeto avalia e estabelece medidas mitigantes para o aumento da resiliência termal do tecido urbano de Silves e dos seus espaços públicos. Este projeto enquadra-se assim em missões de âmbito internacional, tal como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007). Mais, surge no contexto de programas de âmbito regional e local, respetivamente o Plano Intermunicipal de Adaptações às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-ALG, 2019) e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC) a ser desenvolvido.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A proposta de avaliação e adaptação bioclimática dos tecidos urbanos de Silves pretende responder aos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação de ilhas de calor atuais para medidas bioclimáticas corretivas;</li> <li>▪ Identificação e otimização de microclimas existentes aptos para a provisão de segurança térmica (refúgios termais) em atividades ao ar livre;</li> <li>▪ Promoção da segurança termal de pessoas e bens à escala da cidade e paisagem circundante face ao incremento das temperaturas globais do ar;</li> <li>▪ Potenciar a fruição bioclimática do espaço público através de medidas corretivas que visem mitigar e/ou reduzir a absorção de radiação solar e ativar ventilação local;</li> <li>▪ Identificação e preservação de corredores de ventilação regionais (diurnos e noturnos) para dissipação de calor acumulado no espaço construído;</li> <li>▪ Identificação de áreas para captação e retenção local de água para carregamento dos lençóis freáticos e provisão de humidade no ar;</li> <li>▪ Definição de medidas de desenho urbano no espaço público e edifícios que visem reduzir o stress fisiológico das comunidades residentes, populações socialmente vulneráveis e visitantes incluindo idosos, crianças, indivíduos enfermos e grávidas;</li> <li>▪ Definição de medidas que promovam arquitetura bioclimática (fachadas e coberturas) para maior eficiência energética e menor dissipação de calor para o espaço público;</li> <li>▪ Elaboração de esquemas vegetativos de maior resiliência às condições edafoclimáticas de Silves para otimização dos recursos hídricos e provisão de conforto termal;</li> <li>▪ Definição de um Plano de Monitorização na aplicação das práticas de adaptação em colaboração com a autarquia e comunidades locais;</li> <li>▪ Elaboração de ações de engajamento com as populações locais e transientes para aumentos do conhecimento face ao stress climático e sensibilização;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compilação da avaliação técnica e definição de estratégias de adaptação bioclimática (Relatório) que servirá de base às ações contempladas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Cidade de Silves e paisagem circundante
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	12 meses (1 ano), sequenciado em: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 4 meses- Análise e avaliação técnica dos desafios e possibilidades bioclimáticas do tecido urbano de Silves, incluindo 2 workshops de engajamento com as comunidades locais para ações de sensibilização;</li> <li>▪ 4 meses – Definição de medidas bioclimáticas corretivas;</li> <li>▪ 3 meses- Compilação da análise e resultados de medidas bioclimáticas em formato de um Relatório preliminar (Estudo de avaliação técnica e medidas de adaptação bioclimática do tecido urbano de Silves)</li> <li>▪ 1 mês- Discussão pública dos resultados e revisões do Relatório preliminar.</li> </ul>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>· <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>· <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>· <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PROF Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_10 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação e/ou renovação de Centros Interpretativos do território do aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Específicos</u></p> <p>Esta operação visa a criação de infraestruturas de suporte à visitação e usufruto de espaços, com o objetivo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar pontos de partida para o conhecimento da geodiversidade, biodiversidade e património cultural do território;</li> <li>• Conduzir à reflexão sobre a importância do património cultural e natural, bem como à sua proteção;</li> <li>• Impulsionar o uso das novas tecnologias como elemento potenciador da fruição do território.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação compreenderá a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Centro Interpretativo do Metoposaurus Algarvensis na Jazida da Penina, o geossítio de referência mundial da candidatura do aspirante Algarvensis a Geoparque Mundial da UNESCO (uma obrigatoriedade da candidatura);</li> <li>• Elaboração de uma exposição para a divulgação do património natural e cultural da região, a realizar no Polo Museológico da Água, em Querença, transformando-o num ponto dinamizador da exploração do património natural e cultural do território, através da qualificação deste equipamento.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Freguesias de Silves, São Marcos da Serra e São Bartolomeu de Messines (Concelho de Silves)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município de Silves
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Orçamento municipal
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_11 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Geopalcos – Arte, Ciência e Natureza, no território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira</b>
PRIORIDADE	A curto prazo
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos Específicos</u></p> <p>Esta operação visa a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização e promoção do conhecimento sobre o património ambiental e cultural do território;</li> <li>• Criação de conhecimento sobre o território para o tornar mais atrativo do ponto de vista educativo e turístico;</li> <li>• Potenciar a visitação ao território com vista a uma maior consciencialização, fazendo-o através do olhar disruptivo da Arte.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Geopalcos é uma proposta ousada para o público em geral, a desenvolver nos geossítios do Algarvensis – <i>aspirante</i> a Geoparque Mundial da UNESCO, conectando as temáticas da Arte, Ciência e Natureza. Pretende-se levar um amante da natureza a descobrir arte e ciência, um aficionado das artes a passear pela natureza e pelos caminhos do conhecimento, ou ainda um curioso a relacionar o seu conhecimento com as belezas naturais e criadas pelos seus vizinhos. O público é assim convidado a participar em diálogos entre a tradição e a criatividade/ inovação para (re)descobrir este território, as suas gentes e gastronomia, através de exposições, instalações interativas, cruzamentos disciplinares com artes manuais, percursos-experiências e concertos sensoriais, performances <i>in site specific</i>, criações teatrais com a comunidade, debates, oficinas com a comunidade escolar, entre outras iniciativas delineadas com a colaboração e participação das populações, de artistas e de cientistas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Território do <i>aspirante</i> Geoparque Algarvensis
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios de Loulé, Silves e Albufeira
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	A partir de 2021
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<i>A estabelecer</i>



#### 4.3.1.17 Município de Tavira

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano de Ação para o Parque de Lazer da Mata da Conceição e implementação das medidas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo e Descrição</u></p> <p>O Plano de Ação para o Parque de lazer da Mata da Conceição (PLMC) deverá compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a requalificação das estruturas danificadas pelo incêndio de 2020;</li> <li>▪ a reabilitação dos trilhos/percursos do Parque com respetiva sinalética;</li> <li>▪ a implementação de uma nova vedação para o PLMC;</li> <li>▪ a execução de trabalhos de limpeza, reparação de estruturas e parque infantil, trabalhos de manutenção e pintura das estruturas existentes;</li> <li>▪ a implementação de um abrigo para os gamos;</li> <li>▪ o corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais (estilhaçamento);</li> <li>▪ a instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros (sementeiras, plantação e corte de árvores e arbustos);</li> <li>▪ a prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;</li> <li>▪ e realização de trabalhos de reflorestação, substituindo árvores se encontram mortas;</li> <li>▪ a instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem;</li> <li>▪ o controlo/erradicação de espécies invasoras lenhosas;</li> <li>▪ a sensibilização, e consciencialização da população (habitantes e visitantes) para o património natural do PLMC, o seu potencial e as suas especificidades;</li> <li>▪ o desenvolvimento dos meios de comunicação sobre o PLMC;</li> <li>▪ o desenvolvimento de Plano de Atividades para o PLMC.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque de Lazer da Mata da Conceição, Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	280.000,00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2023 (Fase 1 – Elaboração do Plano de Ação para o PLMC: até dezembro 2022; Fase 2 – Implementação do Plano: 2023)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Combater as invasoras nas ilhas da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>Este Projeto visa promover a erradicação e controlo de espécies exóticas invasoras, consideradas prioritárias em Portugal Continental.</p> <p>Complementarmente, pretende dinamizar ações de sensibilização pública dirigidas à problemática associada à ocorrência destas espécies, nomeadamente a divulgação da proibição da sua utilização como espécies ornamentais e a importância da sua substituição por outras espécies sem impactes sobre o ambiente.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ilha de Tavira e Ilha de Cabanas
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> No âmbito do Aviso nº14198 do Fundo Ambiental, o Município de Tavira apresentou uma candidatura com o Projeto “Combater as Invasoras nas Ilhas da Ria Formosa”. Caso a candidatura seja aprovada, será essa a fonte de financiamento.
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	100.000,00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	Novembro 2022
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Elaboração do Plano Municipal de Ação Climática
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>A elaboração do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Tavira procura aprofundar o trabalho desenvolvido no PIAAC-AMAL, dando continuidade ao processo de planeamento adaptativo, aprofundando as análises realizadas, principalmente ao nível setorial e territorial, para que sejam criadas as condições que permitam a sua operacionalização.</p> <p>O PMAC de Tavira tem como objetivo principal operacionalizar o PIAAC-AMAL, criando condições para que, nos diversos domínios das políticas locais, exista um quadro de atuação claro e preciso para a adaptação do concelho às alterações climáticas.</p> <p>Atendendo ao disposto na Lei n.º 98/2021 – Lei de Bases do Clima, o PMAC pretende ainda dar cumprimento ao diploma, com abrangência nos domínios da mitigação e adaptação contribuindo para o desenho e implementação das políticas setoriais, garantindo a sua coerência e complementaridade.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer
MONTANTE DE INVESTIMENTO	35.000,00 €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMP; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural;</p> <p>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização ambiental dos acessos às praias de Tavira – ilhas barreira da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>A operação pretende a requalificação e valorização ambiental dos acessos às praias, tendo em vista a preservação do cordão dunar.</p> <p>Deverão ser implementados passadiços sobrelevados de acesso às praias de forma a evitar o pisoteio das dunas e das zonas de Ria, tendo em vista a preservação dos ecossistemas dunares.</p> <p>As intervenções têm o seguinte ponto de situação:</p> <p><u>Praia do Barril:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A pretensão já foi submetida à apreciação das entidades (APA, CCDR e ICNF) e está em fase de Estudo Prévio;</li> <li>▪ Existe ainda a proposta de instalar um novo passadiço para a nova concessão.</li> </ul> <p><u>Praia da Terra Estreita:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existe apenas o traçado previsto.</li> </ul> <p><u>Praia de Tavira (Ilha):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existe apenas o traçado previsto.</li> </ul> <p><u>Praia de Cabanas poente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A pretensão já foi submetida à apreciação das entidades (APA, CCDR e ICNF), e está em fase de Programa Base.</li> </ul> <p><u>Praia de Cabanas nascente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existe apenas a proposta para instalar 2 passadiços de acesso às novas concessões.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Praia do Barril, Praia da Terra Estreita, Praia da Ilha de Tavira, Praia de Cabanas Nascente e Praia de Cabanas Poente
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<p><u>Praia do Barril:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O custo da intervenção estimado é de 2.836.000,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> <li>▪ A proposta de instalar um novo passadiço para a nova concessão tem um custo da intervenção estimado 250.00000 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> </ul> <p><u>Praia da Terra Estreita:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo da intervenção estimado em 150.00000 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p><u>Praia de Tavira (Ilha):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo da intervenção estimado em 1.997.665,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> </ul> <p><u>Praia de Cabanas poente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo da intervenção estimado em 1.013.000,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> </ul> <p><u>Praia de Cabanas nascente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo da intervenção estimado em 300.000,00 €, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.</li> </ul>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; Horizonte Europa; Programa <i>Life</i>; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos:</u> Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Hortas Urbanas de Tavira (Consolidação e continuidade do Projeto) e Jardins Alimentares</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>No âmbito do Projeto Semente, está a ser implementado o Projeto Hortas Urbanas de Tavira. O Projeto destina-se aos 5 bairros vulneráveis de Tavira e pretende implementar uma estratégia de capacitação para a autodeterminação alimentar, implementando 2 Hortas Urbanas comunitárias e demonstrativas para 50 moradores dos bairros.</p> <p>Este Projeto está a ser implementado em parceria com várias entidades. Neste contexto existe a pretensão de consolidar e dar continuidade futura ao Projeto, após o período de financiamento da candidatura.</p> <p>Simultaneamente existe a pretensão de implementar o Projeto “Jardins Alimentares” que consiste na sinalização, implementação e animação de 20 jardins Alimentares que podem constituir vários espaços municipais atualmente em desuso. Este Projeto fez parte do Orçamento Participativo 2020 e deverá ser implementado em parceria com várias entidades do concelho.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Espaços junto ao CEAT e junto ao Pavilhão   Jardins no Concelho Tavira
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação e valorização ambiental e paisagística do Pego do Inferno</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivo</u> O Pego do Inferno é uma das quedas de água da ribeira da Asseca, um dos mais importantes cursos de água da região, e que se situa no concelho de Tavira. Após o incêndio em 2019, os acessos ao local ficaram destruídos, inviabilizando as visitas em segurança. A operação visa requalificar e valorizar toda a envolvente ao Pego do Inferno, delineando um percurso interpretativo enriquecendo toda a paisagem.
ÂMBITO TERRITORIAL	Envolvente ao Pego do Inferno, Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	-
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Implementação do Programa de Educação Ambiental para Tavira</b> (Continuidade ao Programa elaborado em anos anteriores)
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>O Programa de Educação Ambiental para Tavira aborda várias temáticas ambientais, entre as quais a componente da paisagem e biodiversidade, nomeadamente, iniciativas de conservação, valorização e promoção do ambiente e da biodiversidade. Tem por objetivo a salvaguarda e valorização ambiental, envolvendo a promoção da sensibilização e consciencialização ambiental.</p> <p>São estabelecidas parcerias com várias entidades, abordando as temáticas ambientais e promovendo diversas atividades, destinadas a diferentes público-alvo.</p> <p>Alguns exemplos de projetos no âmbito da biodiversidade e conservação da natureza que são desenvolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alojamento Local para Aves – parceria com a Associação Vita Nativa: Atividades de sensibilização que pretendem fomentar o interesse e o contacto mais direto com as aves, potenciando a fixação de mais aves em meio urbano.</li> <li>▪ Semana da Ria Formosa: Parceria entre várias entidades da região que pretende sensibilizar e promover atividades no contexto do PNRF;</li> <li>▪ Atividades de observação de Aves, em parceria com o CCV de Tavira;</li> <li>▪ Semana da Biodiversidade: Ações de sensibilização sobre o tema da Biodiversidade, em parceria com várias entidades;</li> <li>▪ Exposição “PROTEJA-NOS = PROTEGER-SE”: Campanha de sensibilização feita através de uma exposição nas praias, em parceria com a Taviraverde, E.M. São abordadas as temáticas: Lixo marinho e o impacto na biodiversidade; Boas práticas na utilização de materiais reutilizáveis; Espécies autóctones vs. Espécies invasoras;</li> <li>▪ SEIVA: Em parceria com a APA, desenvolvem-se iniciativas em torno de temáticas ambientais e de cidadania ativa: Ações de plantação; Ações de remoção de invasoras; Ações de limpeza/recolha de lixo;</li> <li>▪ Exposição “As nossas árvores”: Atividade de sensibilização sobre a temática da floresta. São efetuadas ações de sensibilização, realização de trabalhos pelas escolas (desenhos e maquetes) e Exposição dos trabalhos.</li> <li>▪ Eco-Ação Caça à Beata: Durante a época balnear são feitas ações nas praias para a recolha de beatas.</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FEADER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_10 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Parque Verde do Séqua</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O projeto integra num conjunto de ações que visam a requalificação das frentes ribeirinhas na cidade de Tavira, e considera a ampliação do atual Parque Verde e a valorização do mesmo.</p> <p>O projeto tem como principal objetivo a melhoria da acessibilidade e mobilidade ao longo do rio através da implementação de elementos estruturantes ao longo do mesmo, privilegiando as áreas do desporto ao ar livre, novos parques infantis, novas pistas de skate parque, espaço de encontro e lazer, parque de merendas, parque canino, estacionamento e ciclovia.</p> <p>O Projeto valoriza os percursos pedonais e canteiros no Parque Verde existente.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	<p>Margem esquerda do Rio Séqua, a norte do atual Parque Verde, com uma área aproximada de 25 545m<sup>2</sup>.</p> <p>Inicia-se junto à ponte da EN125 e estende-se ao longo da margem cerca de 420 ml.</p>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros



FICHA DE OPERAÇÃO_10 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	4.378.000,00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

#### 4.3.1.18 Município de Vila Real de Santo António

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Plano de sensibilização, comunicação e usufruto do património natural de VRSA e sua concretização</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Desenvolvimento de um plano que vise:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a sensibilização, formação, consciencialização da população (habitantes e visitantes) para o património natural do concelho, os seus elementos e as suas especificidades;</li> <li>▪ o desenvolvimento dos meios de comunicação sobre o tema (vários suportes, incluindo espaço público);</li> <li>▪ a definição das possibilidades e condições de visita a cada elemento do património natural, para que ele seja usufruído.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Concelho de VRSA
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Turismo de Portugal   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; PACS; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNOCMVRSA; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estratégia para a biodiversidade e para as infraestruturas verdes do concelho. Plano de conciliação de interesses económicos com a preservação do equilíbrio ecológico.</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação preconiza:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estudo aprofundado sobre as infraestruturas verdes e a biodiversidade do concelho, e sobre a forma como se articulam com os concelhos vizinhos e com outras redes (Parque Natural Ria Formosa / Parque Natural do Sapal / articulação com Sapal do outro lado da fronteira, etc....);</li> <li>▪ Definição de uma Estratégia para o concelho, que inclua a forma como interesses económicos e preservação do equilíbrio ecológico se podem conciliar (salinas/aquacultura; agricultura; imobiliário; (des)florestação; uso da água; pesca; indústria; turismo; columbofilia; desporto, ...). Biodiversidade: Conquilha (praia), camaleão (mata), ostra e cavalo marinho (ria formosa), aves/flamingos (sapal);</li> <li>▪ Plano de redução progressiva do uso de plástico descartável no concelho.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho VRSA
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNOCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</p> <p>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</p>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Plano de Gestão da Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objetivo</u></p> <p>O Plano de Gestão da MATA deverá compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a preparação da sua reflorestação na medida em que muitas árvores se encontram em fim de vida. A reflorestação deverá ser suave, ao longo do tempo, e conseguir manter o ecossistema existente.</li> <li>▪ o controlo/irradicação das espécies invasoras e conhecimento e preservação da fauna em presença;</li> <li>▪ a reabilitação e reestruturação da sinalética e dos caminhos (abertura percursos para combate a incêndios e reforço da limpeza das faixas de combustão dos percursos internos);</li> <li>▪ o estudo da integração das lagoas existentes nos percursos pedonais;</li> <li>▪ a reparação da vedação da Mata;</li> <li>▪ a instalação de cancelas rústicas (madeira) nas entradas principais da Mata (projeto do Município);</li> <li>▪ estudar a introdução de espécies para o controlo da processionária.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Mata Nacional das Dunas Litorais de VRSA
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<p><i>A estabelecer</i></p> <p>O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.</p>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 - ...

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reabilitação da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> O assoreamento da Ria junto a Cacela Velha ao longo dos últimos anos, decorrente da abertura da barra efetuada em 2012, numa zona em que nunca deveria ter acontecido, e a massificação do turismo de Verão, têm contribuído para a rápida modificação desta zona da Ria Formosa, tendo eliminado a existência de ostras / viveiros, a destruição a um ritmo cada vez maior da arriba pondo assim em causa o ecossistema e a própria existência de Cacela Velha, património histórico de grande importância para o Algarve.</p> <p><u>Atividades</u> A requalificação do ecossistema, paralelamente à preservação da arriba e do património existente, deverá cumprir as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ perceber o real problema;</li> <li>▪ identificar as causas efetivas;</li> <li>▪ estudar a melhor forma de retardar o processo de erosão;</li> <li>▪ concretizar as intervenções necessárias na Barra/Ria.</li> </ul> <p><u>Objetivo</u> A operação visa a reabilitação do ecossistema da ponta da Ria Formosa, junto à Vila de Cacela Velha e Fábrica, promovendo em simultâneo a preservação da arriba e do património existente.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Natural da Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 - 2040

FICHA DE OPERAÇÃO_04 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação do Cordão Dunar / Praia</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Requalificação e preservação de todo o cordão dunar do município, em ligação com os municípios adjacentes, para proteção da costa.</p> <p>Deverá ser desenvolvido um plano de Ação para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ evitar o pisoteio das dunas e das zonas de Ria;</li> <li>▪ preservar extensões litorais sem desenvolvimento de praia/lazer;</li> <li>▪ regulamentação da apanha da conquilha.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Municípios VRSA, Castro Marim, Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 - ...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Requalificação da zona limítrofe da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ o desenvolvimento de um plano de limpeza;</li> <li>▪ a renaturalização do espaço;</li> <li>▪ a regularização de construções e usos do espaço;</li> <li>▪ a criação percurso interpretativo;</li> <li>▪ a manutenção da zona do Forte do Rato (componente de património histórico), numa zona adjacente ao Rio Guadiana, garantindo a sua ligação com o resto do Sapal;</li> <li>▪ a criação de rede transfronteiriça (Algarve/Andaluzia) de ecossistemas de carbono azul (zonas húmidas, rias, sapais).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Zona limítrofe da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, na área pertencente ao concelho de VRSA
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>  O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 - ...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNOCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Infraestrutura Verde Urbana</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Nas zonas urbanas é necessário assegurar espaços e zonas verdes suficientes para garantir sombreamento, redução de temperatura, retenção de água e de carbono, assim como microssistemas que promovam a biodiversidade a nível urbano.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>O desenvolvimento da Infraestrutura Verde Urbana deverá compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o aumento da área e número de árvores/vegetação;</li> <li>• a substituição progressiva por flora endémica, sem necessidade de rega;</li> <li>• a garantia de ligação verde entre as maiores zonas arborizadas;</li> <li>• a criação de hortas urbanas comunitárias, sem papel social e pedagógico (apoiar as já existentes, formais ou informais; implementar novas).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de VRSA
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 - ...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Serra e Barrocal
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação visa estudar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ a pertinência de reflorestação;</li> <li>▪ a valorização dos cursos de água;</li> <li>▪ a introdução de espécies;</li> <li>▪ a gestão territorial;</li> <li>▪ a promoção de unidade extensas passíveis de práticas sustentáveis de silvicultura e de usufruto e utilidade pedagógica (Mata da Conceição; Bosque dos Hortinhas);</li> <li>▪ o impacto da agricultura existente.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho VRSA
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	A estabelecer
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	A estabelecer
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP; FAMVRSA</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_09 MVRSA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Rio Guadiana (Cooperação Eurocidade)
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>avaliar a viabilidade de restringir a circulação de embarcações movidas a combustível fóssil; de introdução de ferry elétrico-solar; da frente ribeirinha ecológica, com o máximo de naturalização das margens; de estudar a necessidade e impacto de dragagens.</li> <li>desenvolver plano de sensibilização e prevenção do uso de artes de pesca com impacto insustentável no ecossistema ou seu abandono no ambiente marinho.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho VRSA
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Docapesca   Município   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> O município está intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) e não dispõe de verbas próprias para ações que não sejam comparticipadas a 100%, estando empenhada em encontrar outras formas de financiamento.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; FEAMP/AEEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; ITI; POCTEP; FAMVRSA</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos:</u> ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> <li><u>Outros Documentos:</u> Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Marta Setúbal (marta.setubal@cm-vrsa.pt)
PARTE INTERESSADA	Município de Vila Real de Santo António (VRSA)

#### 4.3.1.19 Universidade do Algarve (UALG)

FICHA DE OPERAÇÃO_01 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>O Património Natural transformado em Recursos didáticos Digitais (PaNReD)</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O Algarve possui um património natural e cultural único e diversificado, com um elevado número de pontos e locais de interesse condensados numa área geográfica relativamente pequena. Grande parte são recursos inexplorados com enorme potencial, atualmente subestimados, subdesenvolvidos e subutilizados.</p> <p>Torna-se essencial apostar na sustentada utilização e valorização destes recursos, particularmente no que se refere à formação de profissionais (setor do Turismo e profissionais das áreas emergentes como o sector agroalimentar e da saúde, profissionais nas áreas do Mar).</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>O projeto O Património Natural transformado em Recursos Didáticos Digitais (PaNReD) (Projeto já em curso - ALG-07-5267-FSE-000044) funcionará como ponte entre a Educação, a Ciência, a Comunicação, o conhecimento e a inovação.</p> <p>A equipa do PaNReD, coordenada pelo Centro de Ciência Viva de Lagos (CCV de Lagos), com a parceria da UALG, irá desenvolver e produzir conteúdos digitais inovadores e de qualidade destinados à formação profissional, de indole não-superior, presentemente ministrada em diversas instituições algarvias.</p> <p>O objetivo comum e unificador é a produção de conteúdos educativos digitais que sirvam à melhoria e inovação das várias etapas da formação profissional dos alunos/formandos, assim como docentes/formadores, contribuindo para a redução e prevenção do abandono formativo.</p> <p>Os recursos produzidos devem motivar a introdução de novas práticas educativas, contribuindo para uma educação profissional mais inclusiva, que valorize formas de aprendizagem fazendo-utilizando-interagindo (<i>Doing Using Interacting</i>) e para uma maior literacia digital ao mesmo tempo que melhor se conhece o Paisagem e Biodiversidade Algarvias.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Nº de conteúdos educativos digitais produzidos
BENEFICIÁRIO(S)	CCV   ICNF   Universidades   Empresas Turísticas   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	PaNReD - Projeto já em curso - ALG-07-5267-FSE-000044 CRESALGARVE
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	292.641,76 €

FICHA DE OPERAÇÃO_01 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; QAP 2021-2027</li> </ul>
PONTO FOCAL	Anabela Romano/Manuela David (MEDUAlg aromano@ualg.pt)
PARTE INTERESSADA	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_02 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Operação Montanha Verde (OMV)</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Ação anual promovida pelo Zoomarine, em colaboração com várias entidades locais que constitui uma campanha ambiental e cívica que envolve a plantação de árvores e arbustos autóctones da zona algarvia clima mediterrâneo, com apoio de voluntários, A UAlg integra esta iniciativa seguindo a sua filosofia "<i>Together We Protect</i>". O campus de gambelas foi a única área de intervenção na região do Algarve devido aos condicionalismos do período de pandemia Covid, em novembro de 2021, com a plantação de cerca de 2000 espécimes de plantas vegetais nativas da floresta mediterrânea, e procedeu-se também à remoção de espécies invasoras vegetais, como a Cortadeira. Em setembro de 2022, numa atividade de integração dos novos estudantes da UAlg, a título demonstrativo, foram também plantados mais 200 arbustos e árvores nativas.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Pretende-se a renaturalização do campus de gambelas da Universidade do Algarve associado a zona de reserva natural da Ria Formosa, com zona de mata mediterrânea. Em novembro de 2022 será assegurado a plantação de espécies autóctones estimando-se cerca de 3000 novas árvores e arbustos A par com esta iniciativa prevê-se a melhoria das condições de usufruto do espaço natural requalificado através da instalação de infraestruturas de lazer público exterior, permitindo aos estudantes e visitantes aproveitar o espaço para lazer ou períodos de trabalho ao ar livre.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Faro
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de plantas nativas cultivadas e mantidas:</li> <li>. Número de infraestruturas de exterior no campus instaladas</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Universidades
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A plantação conta com o apoio da empresa Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, S.A. (Zoomarine) - financiamento parcial ZOOMARINE, NUTRIVERDE, CM Faro, e UAlg;</li> <li>. A instalação das infraestruturas de exterior para o lazer não tem fonte de financiamento definida.</li> </ul>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	50.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	Plantação: novembro de 2022 Instalação de mobiliário exterior: abril de 2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<u>Enquadramento da Operação:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNA; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos:</u> Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Luís Nunes (PhD, Coordenação do Grupo Eco-Campus) (lnunes@ualg.pt)
PARTE INTERESSADA	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_03 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Atlazul - Impulso de la alianza litoral atlántica para el crecimiento azul</b>
PRIORIDADE	3
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Projeto em curso onde a UALG participa na monitorização ambiental e na inovação azul e verde, a nível dos recursos biológicos e turismo na zona transfronteiriça do estuário (Eurocidade do Guadiana), sendo objetivo a continuação das ações com impacto local para além do período de financiamento  <u>Objetivos</u> As atividades estão organizadas com os objetivos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ gerar novo conhecimento, compartilhá-lo, difundi-lo e desenvolver experiências piloto sustentáveis, tendo como base a zona natura da Reserva do sapal CMVRSa; com novas experiências na integração setorial e territorial (diferentes linhas do crescimento azul), que tornem a zona do estuário do Guadiana, uma referência no golfo de Cadiz e internacionalmente</li> <li>▪ criar sinergias entre os setores da economia azul, novas oportunidades de investimento empresarial e melhoria da competitividade das empresas envolvidas, no domínio da</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	salicultura, pesca e aquacultura, turismo costeiro, construção naval e biotecnologia; concursos anuais de ideias azuis sustentáveis associado ao festival de inovação azul na zona RSCMVRSa
ÂMBITO TERRITORIAL	Zona transfronteiriça do estuário do Guadiana (Eurocidade do Guadiana)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Universidades   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Projeto em cursos -POCTEP projeto Poctep /Interreg 0755_ATLAZUL_6_E -IMPULSO DA ALIANÇA LITORAL ATLÂNTICA PARA O CRESCIMENTO AZUL, Projetos futuros
MONTANTE DE INVESTIMENTO	230.000,00€ (até 2023), devendo ser reforçado posteriormente
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2021-2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027;</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>FOSTEAM@SouthPPRimpulsos</b> <b>Fomentando o STEAM e a aprendizagem ao longo da vida a Sul</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Projeto em fase inicial, coordenado pela UMadeira, com a parceria da UAlg e Campus Sul, visa o desenvolvimento de dois polos/estações marinhas em Sagres e em Castro Marim/Vila Real de Santo, que se articulem com a rede de estações marinhas situadas mais a sul: Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. No âmbito da área temática Ocean@South incluída no projeto FOSTEAM@South</p> <p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular o ensino e o empreendedorismo com a conservação da biodiversidade e manutenção da produtividade local, demonstração de empresas e os programas de qualificação “práticos”.</li> <li>▪ Adaptar espaços internos como laboratório/alojamento/espaço de experimental para ensino e inovação de crescimento azul em articulação com os municípios, entidades públicas /privadas com representação na zona</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Na costa vicentina uma estação com estruturas amovíveis esta também em consulta para colocação no porto da Baleeira Docapesca. Este polo estará associado a atividades de ciência cidadã e de salvaguarda de proteção de áreas marinhas na zona de Sagres.</p> <p>Também está preconizado um polo educativo na zona de Castro Marim com condições para acolher estudantes em trabalhos de campo, cursos intensivos, pós-graduações na área da ecologia, ecologia aquática e estuarina, biodiversidade e conservação marinha, em articulação como o COLAB S2AQUA e empresas especializadas em crescimento azul da área.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Costa Algarvia (Sagres e Castro Marim)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<p>Nº de estudantes visitantes nas regiões indicadas</p> <p>Nº de docentes e investigadores com projetos</p> <p>Nº de cidadãos visitantes</p> <p>Nº empresas em colaboração com o espaço</p>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidade do Algarve   DOCAPESCA   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<p>Fase inicial: (UALG - Projeto PRR Impulsos)</p> <p>Fase seguinte: privado e publico</p>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	875.000,00€ (Fase inicial UALG- PRR Impulsos) + 1.000.000, 00 € (Fase seguinte- privado, publico)
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2022-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Documentos de Enquadramento: POCTEP; POR Algarve 2030</li> <li>. Documentos Estratégicos Setoriais: Euro AAA; EB-UE2030; Algarve 2030; QAP 2021-2027; P-3AC; PIAAC-AMAL</li> <li>. Instrumentos Operacionais: CEP; PRGH RH7; PRGH RH8</li> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH7; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Ester Serrão (eserrao@ualg.pt) /Alexandra Teodósio (vrateodosio@ualg.pt) /
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_05 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Infraestrutura Verde ao longo da Estrada Nacional EN125</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O tráfego rodoviário nacional é a segunda principal origem de gases com efeito de estufa, contribuindo com cerca de 16 Mt de CO<sub>2</sub>eq por ano, dos quais cerca de 450 toneladas são emitidas na Estrada Nacional 125 (EN125) ao longo dos seus cerca de 230 km.</p> <p>A florestação de novas áreas permite sequestrar parte destas emissões. A Comissão Europeia identificou em 2013 como prioritário valorizar a importância das infraestruturas verdes, identificando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As infraestruturas verdes criam oportunidades para conectar as zonas urbanas e rurais e proporcionam locais de residência e de trabalho aprazíveis;</li> <li>• Os investimentos em infraestruturas verdes têm potencial significativo para reforçar o desenvolvimento regional e urbano, inclusive pela manutenção ou criação de empregos;</li> <li>• As abordagens de base ecossistémica são estratégias e medidas que tiram proveito das forças de adaptação da natureza. Contam-se entre os instrumentos mais amplamente aplicáveis, economicamente viáveis e eficazes para combater os impactos das alterações climáticas;</li> <li>• A infraestrutura verde contribui para a redução da pegada carbónica nos serviços de transporte e de energia, atenuando os efeitos negativos da ocupação e fragmentação do solo e impulsionando oportunidades para integrar melhor a problemática do uso do solo, dos ecossistemas e da biodiversidade nas políticas e no planeamento;</li> <li>• A infraestrutura verde pode desempenhar um papel importante na proteção, na conservação e na valorização do capital natural da UE.</li> </ul> <p><u>Objetivo e atividades</u></p> <p>A operação preconiza a implementação de uma infraestrutura verde ao longo da EN125 através da plantação de espécies arbustivas autóctones nas bermas da via, mantendo um contínuo de vegetação ao longo da mesma.</p> <p>Esta barreira permitirá sequestrar emissões de gases com efeitos de estufa, restaurar a biodiversidade, reter poluentes atmosféricos e escorrências superficiais, reduzir o nível de ruído e melhorar a qualidade visual da via, dando mais coerência a um território fragmentado e incaracterístico.</p> <p>A nulidade carbónica poderá ser atingida com a plantação de perto de 100 000 plantas (estimativa usando a capacidade de sequestro propostos pelo U.S. <i>Department of Energy (1998). Method for Calculating Carbon Sequestration by Trees in Urban and Suburban Settings.</i> Washington, DC. EUA.).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Estrada Nacional 125 (EN125)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<p><i>Nº de municípios envolvidos</i></p> <p><i>Prevê-se a plantação faseada por município, dando-se arranque, se possível, em Faro. As ações nos restantes municípios seguir-se-ão em anos consecutivos.</i></p>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   IP   Municípios   Universidades   Outros

FICHA DE OPERAÇÃO_05 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2026/2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; ITI; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT AlgarvePSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Luís Nunes (PhD, Coordenação do Grupo Eco-Campus) (lnunes@ualg.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_06 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Valorização do salgado de Castro Marim</b>
<b>PRIORIDADE</b>	1
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e Objetivos</u></p> <p>No âmbito da cogestão da área RNSCMVRSa deve ser considerado prioritário o desenvolvimento sustentável do Salgado de Castro Marim, nas vertentes geográfica, física, ambiental, humana, social, económica, cultural e histórica.</p> <p>A operação deverá apoiar as pessoas e atividades, de carácter económico ou não, que nele e dele possam beneficiar, sempre que contribuam e apoiem a sua proteção e valorização, e promovendo toda a componente humana, social, económica, política, cultural e histórica das pessoas e da biodiversidade que esta zona de sapal e salinas encerra.</p> <p>Visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar a zona de salinas degradadas como demonstração de atividade sustentável diversificada, produção de sal, produção de halófitos e macroalgas e mesmo peixes e bivalves.</li> <li>▪ Demonstração de técnicas eco-hidrológicas de manutenção da qualidade de água e produtividade do sistema</li> <li>▪ Potenciar as boas praticas para a recuperação e conservação de espécies de ervas marinhas com estatuto de ameaçado, como <i>Ruppia</i>.</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_06 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Esta operação deverá permitir a ligação a atividades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Formação na atividade de tradicional salineiro com o cuidado da biodiversidade envolvente;</li> <li>Investigação e inovação das salinas como sistema integrados de produção, sal, macroalgas, peixes, invertebrados, incluindo carbono azul.</li> <li>Ecoturismo através atividades demonstrativas e educativas da biodiversidade geral, avifauna, pesca recreativa, outras.</li> </ul> <p>Deverá ser desenvolvido estudo do impacto dos pulsos de água na revitalização do Sapal de Castro Marim, e redução do assoreamento e na estimulação da produção biológica da zona.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Zonas geográficas dos concelhos de Castro Marim e Vila Real de Santo António alguma vez ocupadas por salinas
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<p>Área recuperada para demonstração de atividades sustentáveis verde/azuis</p> <p>Nº de ações de divulgação de boas práticas</p> <p>Nº de estudantes visitantes</p> <p>Nº de investigadores e docentes com projetos em implementação na zona</p> <p>Nº de empresas e associações beneficiárias</p>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	500.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Luis Chicharo ( <a href="mailto:lchichar@ualg.pt">lchichar@ualg.pt</a> ) / Ester Serrão ( <a href="mailto:eserrao@ualg.pt">eserrao@ualg.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_07 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Valorização das áreas de salinas abandonadas na zona algarvia
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>O Algarve tem, reconhecidamente, importantes áreas em terra (zona litoral) e no mar, que são necessárias para a instalação dos diversos estabelecimentos de culturas marinhas (p.e. saliniculturas, jaulas para peixes, <i>long-lines</i> para bivalves, tanques de terra policultura, sistemas em RAS -sistemas de aquacultura com recirculação) e etapas intermédias da produção (p.e. maternidades e pré-engorda).</p> <p>Em terra é necessário identificar e associar à produção alimentar, áreas sem utilização e valor ecológico significativo. Existem importantes áreas da reserva agrícola nacional (RAN), atualmente sem utilização, e nalguns casos sobre grande influência do ambiente marinho ou mesmo bastante salgadas, que devem ser reafectadas para continuarem na produção alimentar, mas de base marinha, tornando a produção alimentar mais sustentável e menos dependente de recursos limitados como a água doce. Esta divisão do território em parcelas exclusivas, é extremamente penalizadora para o novo paradigma da economia circular, impede a instalação de unidades produtivas junto de correntes secundárias de outras indústrias e inquina os processos regulamentares, que devendo potenciar o desenvolvimento, limitam a inovação e a sustentabilidade.</p> <p>No mar, o ordenamento do espaço marítimo (PSOEM) é importante, mas necessita de apoio proporcional em terra. Também na perspetiva da economia circular e de desperdício zero, e de promoção da biodiversidade. Estas áreas estão disponíveis, segundo um levantamento da APA / ARH Algarve, somente naquela região existem 1.400 ha de zonas artificializadas, abandonadas, sem produzirem riqueza económica e ambiental. Para que algumas destas possam rapidamente usadas como piloto de teste, ao serviço de cultivos marinhos, incluindo salicultura integrada, com produção de macroalgas invertebrados e peixes, e sem esquecer os serviços dos ecossistemas especialmente como berçário de espécies de recursos pesqueiros de sequestro de carbono.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Universidades   Municípios   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025

FICHA DE OPERAÇÃO_07 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Alexandra Teodósio
PARTE INTERESSADA	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_08 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano integrado de valorização e requalificação de linhas de água no Algarve, com recurso a técnicas de Engenharia Natural</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. O Plano a desenvolver tem como principais objetivos promover a valorização e requalificação de linhas de água, por serem corredores relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade (contexto da RH8 – Ribeiras do Algarve, com base na informação existente), com especial incidência em espaço urbano, com vista a promover simultaneamente a diminuição da vulnerabilidade do território aos efeitos das alterações climáticas, assegurar a proteção de pessoas e bens no caso de ocorrências de cheias e contribuir para condições morfológicas que promovam que as massas de água atinjam o bom estado ecológico. Esta operação possibilitará o estabelecimento de uma solução de carácter abrangente, integrado e estratégico para a rede hidrográfica da RH8, tendo como eixos prioritários reabilitar e potenciar os serviços ecossistémicos associados aos ecossistemas fluviais recorrendo a técnicas de Engenharia Natural/ <i>Nature Based Solutions</i> (NBS).</li> <li>. No contexto atual de alterações climáticas a utilização de técnicas de engenharia natural para requalificação e valorização dos sistemas fluviais além de contribuírem para a resiliência dos territórios, para o estabelecimento de infraestruturas verdes e promoção da biodiversidade, poderão ainda promover conforto térmico e bioclimático e coadjuvar a criação de espaços de estadia para aproximação da população à água e respetivo usufruto.</li> </ul> <p><u>Descrição das principais atividades previstas na operação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Na primeira fase (enfoque) para a definição das áreas prioritárias a contemplar no Plano será realizada a caracterização da situação existente, através de reuniões com os Municípios, APA, Organizações não governamentais e de Desenvolvimento Local, seguindo-se o reconhecimento de campo e caracterização das condições atuais da rede hidrográfica e espaço interfluvial nas áreas selecionadas;</li> <li>. Elaboração do diagnóstico dos principais tipos de problemas e potencialidades presentes nas linhas de água selecionadas;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição das intervenções tipo (por exemplo: limpeza de vegetação, consolidação e fixação de margens com recurso a enrocamento vivo, estacaria viva, hidrossementeira, biorolo; soleiras em pedra para fixar as cotas do fundo do leito e reduzir a velocidade do escoamento; plantação de vegetação nas margens; bacia de retenção para regularização dos caudais originados pelos episódios de precipitação intensa/torrencial) e de prioridades, com o estabelecimento de um plano geral de intervenção, de apoio à decisão;</li> <li>Antes de se passar a intervenções concretas é fundamental estabelecer um cenário global e integrado das bacias hidrográficas, em que se enquadrem as ações de beneficiação dos cursos de água. Em continuidade, importa hierarquizar os graus de intervenção que vão da reabilitação, à requalificação e restauro e definir o conjunto de medidas para promover o grau de aproximação ao estado “natural” e o desenvolvimento espacial das intervenções.</li> <li>Entre as linhas de água identificadas como prioritárias no plano geral de intervenção serão selecionados troços para funcionarem como Casos Piloto e para onde serão desenvolvidas as soluções que visam a valorização e requalificação, à escala de projeto, para que possam ser implementadas em fase de obra.</li> </ul> <p>Face às elevadas pressões sobre as linhas de água e envolvente é fundamental integrar desde o início do desenho do Plano a população e os proprietários marginais, no sentido de promover a aceitação e a viabilização, para assim se garantir o sucesso territorial desta operação. É ainda de realçar que as medidas de intervenção em sistemas dinâmicos – cursos de água e vegetação marginal – deverão ser objeto de monitorização, para assegurar a observação do comportamento e regime fluvial e para avaliar o desempenho das medidas aplicadas e estabelecer os ajustes necessários, pois o estado destes sistemas altera-se no tempo.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Rede hidrográfica da RH8 – Ribeiras do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   Municípios   ICNF   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023–2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>Instrumentos Estratégicos: ENCNB2030; CEP; EB-UE2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>Instrumentos de Planeamento e Gestão: PROT Algarve; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PGRI RH8</li> <li>Outros Documentos</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Carla Antunes (cmantunes@ualg.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_09 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Mapeamento da biodiversidade das populações de bivalves na Costa do Algarve</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo da operação</u> Identificar e caracterizar a biodiversidade das espécies de bivalves existentes na Costa algarvia e determinar qual o impacto da aquacultura de bivalves e da pressão humana na distribuição e biodiversidade das populações.</p> <p><u>Descrição da operação</u> A produção e comercialização de bivalves marinhos (ostras, ameijoas, mexilhões) representa uma importante fonte de rendimento para a região do Algarve, mas a sua valorização foca-se em poucas espécies existindo um desconhecimento generalizado sobre as espécies nativas (com eventual potencial comercial) e de qual o impacto da aquacultura massiva e da pressão humana e mudança climática na biodiversidade e distribuição das populações e na saúde do ecossistema marinho.</p> <p>Esta operação pretende integrar métodos convencionais e tecnologias de fronteira com base na análise do DNA ambiental (eDNA <i>metabarcoding</i>) através da análise de amostras de água para:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>realizar um levantamento atualizado sobre a biodiversidade de bivalves existentes;</li> <li>identificar espécies invasoras resultantes do impacto das alterações climáticas nos oceanos;</li> <li>obter um indicador atualizado sobre a saúde dos ecossistemas aquáticos na costa do Algarve.</li> </ol>
ÂMBITO TERRITORIAL	Orla costeira marítima da costa algarvia
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Apresentação e validação de relatório
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   DRAP ALG   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026 (3 anos)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p><u>Enquadramento da Operação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN</li> </ul>
PONTO FOCAL	Deborah Power (dpower@ualg.pt)
PARTE INTERESSADA	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_10 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Identificação dos riscos ambientais à produção e expansão da aquacultura de bivalves no Algarve</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo da operação:</u> Identificar e caracterizar potenciais ameaças ambientais à expansão da aquacultura de bivalves na região do Algarve.</p> <p><u>Descrição da operação:</u> A aquacultura de bivalves representa uma importante fonte promotora do desenvolvimento económico na região do Algarve. E existem perspetivas para expansão considerando o papel crucial que a aquacultura de bivalves marinhos terá no futuro como fonte de proteína saudável, sustentável e de baixo risco ambiental para acompanhar a procura de alimento associado ao aumento da população humana. O ambiente marinho é muito suscetível e está em constante mudança e as doenças causadas por bactérias ou vírus aquáticos ou por contaminação do meio ambiente (p.ex. descargas de esgotos, águas residuais) são a maior ameaça à manutenção e crescimento da aquacultura e um risco emergente para saúde pública (p.ex. zoonose). Atualmente a monitorização ambiental realizada pelo IPMA foca-se na identificação de agentes patogénicos e toxinas (p.ex. <i>red tides</i>) que são uma ameaça à saúde humana. Esta operação tem como objetivos: a) identificar a biodiversidade microbiana associada a bivalves; b) caracterizar a distribuição e abundância de bactérias ou vírus em bivalves e identificar refúgios; c) avaliar o risco de zoonose. Vai ser elaborado utilizando tecnologias de fronteira através da análise periódica do DNA de amostras ambientais para desenvolver de plano para prevenir/mitigar futuras contaminações.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Apresentação e validação de relatório
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   DRAP ALG   Municípios   Universidades   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2026 (3 anos)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> POPNRF; PSRN2000</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	Deborah Power (dpower@ualg.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_11 UALG</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Monitorizar a poluição sedimentar marinha utilizando pepinos do mar como bioindicadores</b>
<b>PRIORIDADE</b>	2
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<u>Âmbito</u> Os fatores de <i>stress</i> antropogénico, como as fontes de poluição de origem terrestre e as alterações climáticas, podem afetar significativamente os habitats marinhos. A avaliação ambiental de poluentes e mioplásticos torna-se fulcral para uma melhor gestão dos ecossistemas marinhos. Os pepinos do mar são animais detritívoros que vivem em relação próxima com os sedimentos, apresentando-se como um excelente bioindicador para a monitorização destes poluentes. <u>Objetivo e atividades</u> 1) Avaliar se os pepinos do mar são bioindicadores de poluição fiáveis: - Determinação da concentração de elementos vestigiais e mioplásticos nos sedimentos e nos tecidos dos organismos (tegumento, árvore respiratória, gonadas e músculos). - Identificar a composição da comunidade microbiana intestinal e nos sedimentos 2) Efeitos da poluição marinha na morfometria, reprodução e microbioma intestinal em ares poluídas vs áreas não poluídas. Os resultados deste trabalho serão um importante guia para a implementação de uma futura gestão da costa Algarvia, em relação a atividades potencialmente poluentes que podem impactar os ecossistemas aquáticos.
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	Apresentação e validação de relatório
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   DRAP ALG   Municípios   Universidades   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	200 000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2026 (3 anos)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNRF; PSRN2000

<b>PONTO FOCAL</b>	Deborah Power (dpower@ualg.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_12 UALG</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Criação de laboratório técnico para a sustentabilidade</b>
<b>PRIORIDADE</b>	1
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A diversidade de soluções técnicas disponíveis para a gestão integrada de sistemas naturais e a velocidade a que novas soluções vão surgindo, torna difícil aos gestores e técnicos acompanhar estes desenvolvimentos. Por outro lado, a atualização dos quadros técnicos é um processo moroso e muito dependente da coincidência temporal entre as necessidades e as oportunidades de formação.</p> <p>Para a maioria das soluções técnicas não existe atualmente capacidade de demonstração experimental, o que limita a sua assimilação e atrasa a implementação.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>O laboratório técnico para a sustentabilidade criará as condições físicas e os meios científicos e tecnológicos para que se juntem, num mesmo local, uma montra de soluções técnicas e os meios de formação, disponibilizados pelas entidades de investigação e desenvolvimento (I&amp;D) e pelo tecido empresarial, ajudando na capacitação e desenvolvimento de atividades sustentáveis, de longo período de tempo, que incluam fatores sociais, económicos e ambientais.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>O laboratório contará com quatro linhas fundamentais:</p> <p>i) demonstração de soluções técnicas;</p> <p>ii) formação avançada de quadros de empresas, e de investigadores das instituições de I&amp;D;</p> <p>iii) promoção das relações entre as instituições de I&amp;D e as empresas;</p> <p>iv) demonstração de tecnologias para decisores e cidadãos comuns.</p> <p>Conterá com instalações físicas para demonstração (IFD) das soluções técnicas, montadas e operadas pelas instituições de I&amp;D e/ou pelas empresas. Funcionará como um laboratório demonstrativo onde se encontram estas duas forças criativas, criando as condições para o reforço da colaboração e da formação mútua num ambiente orientado para a geração de soluções. As IFD serão montadas preferencialmente nas instalações da Universidade do Algarve, fazendo uso dos meios já disponíveis para implementação das soluções e apoio ao ensino e investigação. Os dois maiores campi da universidade têm localizações e arquiteturas distintas, sendo um localizado dentro da cidade e o outro numa área natural, o que permite abordar diferentes questões técnicas e as respetivas soluções em condições reais.</p> <p>São exemplos de IFD, as coberturas e fachadas verdes, as soluções hidráulicas para gestão inteligente da água em áreas urbanas, os muros de pedra tradicionais, os sistemas sustentáveis de produção agrícola, as soluções para gestão sustentável da água e da energia, etc. As diferentes tecnologias serão introduzidas no contexto das restantes soluções, no sentido de demonstrar que uma solução necessita normalmente da integração de várias tecnologias.</p>



FICHA DE OPERAÇÃO_12 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>O Laboratório disponibilizará ainda de meios de formação técnica, nomeadamente através de manuais técnicos, <i>workshops</i>, cursos breves, vídeos demonstrativos, experiências imersivas. Para além disto contará ainda com uma base de dados pesquisável permitindo cruzar a procura de soluções com a sua oferta.</p> <p>A universidade dispõe atualmente de um polo tecnológico focado na atração de empresas, com relacionamento privilegiado com a Universidade, desempenhando conjuntamente funções de centro de valorização e transferência de conhecimento e parque de ciência e tecnologia. Para além deste polo, a instituição dispõe de uma divisão de empreendedorismo e transferência de tecnologia destinada a promover relações entre as unidades de investigação e desenvolvimento e/ou os investigadores da Universidade e as empresas, a apoiar a constituição de novas empresas (<i>start-ups</i> e <i>spin-offs</i>) que beneficiem da transferência de conhecimento, a gerir espaços de incubação que acolham empresas de base tecnológica, a vulgarizar o registo de patentes e a exploração dos restantes mecanismos da propriedade industrial, a dinamizar consórcios responsáveis por projetos de investigação aplicada e a desenvolver linhas de cooperação externa, designadamente no campo internacional. Assim, o Laboratório poderá contar com os meios e a experiência acumulada, e ter assegurada a sua continuidade.</p> <p>Faltará montar a estrutura de apoio virtual (base de dados, portal), produzir as IFD, produzir os meios de informação e comunicação, e garantir os meios humanos à sua gestão.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   Empresas   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	5.000.000,00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023–2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000;</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Luís Nunes (lnunes@ualg.pt) Margarida Ribau Teixeira (mribau@ualg.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_13 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Centro de Excelência para a Biodiversidade Marinha</b>
PRIORIDADE	1
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>1. Criar Centro Internacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- para dinamizar o restauro do capital natural costeiro e da biodiversidade;</li> <li>- para a procura de soluções baseadas na natureza para a mitigação das alterações climáticas;</li> <li>- para garantir a manutenção e perpetuação das áreas restauradas através de sistemas de financiamento privado, a designada Economia Verde, nomeadamente por via da oferta de créditos de carbono azul certificados;</li> <li>- primeiro centro internacional produtor de material vegetal marinho autóctone atlântico para repovoamento (inovação europeia);</li> </ul> <p>2. Optimização dos co-benefícios associados à conservação e recuperação do capital natural costeiro, nomeadamente a recuperação da biodiversidade, o aumento dos recursos pesqueiros, a purificação da água, a proteção costeira e a adaptação ao aumento do nível médio da água do mar.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Algarve (com influência internacional, nomeadamente Eurorregião AAA)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Criação do Centro Internacional – adaptação das instalações e equipamentos;
BENEFICIÁRIO(S)	BlueZ C
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.000.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025 (24 meses)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMP; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>
PONTO FOCAL	Rui Santos - Presidente da Direção (rosantos@ualg.pt)
PARTE INTERESSADA	<p>BlueZ C - Instituto para a Conservação Marinha e Economia do Carbono</p> <p>Universidade do Algarve</p> <p>CRIA - Campus de Gambelas</p> <p>Pavilhão B1 - G14</p> <p>8005- 139 FARO</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_14 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização, cogestão e monitorização da futura Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário do Recife do Algarve - Pedra do Valado</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar a fazer o levantamento dos valores naturais, culturais e socioeconómicos da futura área marinha protegida, para monitorização futura;</li> <li>▪ Promover e valorizar a imagem desta área, e fomentar a sustentabilidades das atividades económicas que ocorrem na região e são dependentes da área do futuro Parque Marinho.;</li> <li>▪ Apoiar e desenvolver o modelo de governância a adotar, dando apoio ao desenho do futuro comité de cogestão, e promovendo o início das suas atividades.</li> </ul> <p><u>Descrição</u></p> <p>Este projeto pretende desenvolver novas tarefas e dar a necessária continuidade a iniciativas anteriores (projetos AMPIC financiado por orçamento próprio do grupo dos promotores; AMPIC VALUE, financiado pela Fundação Oceano Azul; e AMPIC.COM, cofinanciado por GalPesca/Mar2020), através do:</p> <p>I) completar e atualizar mapeamento das atividades principais a operar na zona da futura área marinha protegida;</p> <p>II) levantamento mais fino dos valores naturais, culturais e socioeconómicos da área, seguindo metodologias científicas que possam apoiar a monitorização e futura tomadas de decisões (e.g., se necessário, ajustamento das diferentes zonas de proteção e medidas de conservação e gestão). É central continuar estas tarefas e preencher lacunas detetadas no âmbito dos projetos citados;</p> <p>III) análise dos dados que têm vindo a ser recolhidos para demonstrar, de forma robusta, a necessidade da gestão sustentável das atividades da área;</p> <p>IV) criação, com base na informação já disponível (produzida no âmbito dos projetos citados) e a recolher, de guias de boas práticas para as atividades principais da área (relacionadas com o mar), que sejam discutidos de forma inclusiva com as entidades envolvidas. Estas tarefas irão apoiar a promoção da sustentabilidade das suas atividades, que passa pela sua valorização (i.e., menos esforço e menos impacto, com mais ganhos), em paralelo com a proteção dos valores naturais de que dependem;</p> <p>V) continuar o desenvolvimento de um programa de comunicação da área para as populações locais (público em geral e grupos-alvo), de forma que estas percebam a importância desta área e da sua proteção e a apoiem. Esta tarefa será essencial para a promoção da sustentabilidade das atividades locais. Nesta fase, a região de turismo do algarve poderá ser uma parceira relevante, para que a imagem desta área seja promovida e acarinhada pelas populações do algarve, mas também do país e de forma internacional;</p> <p>VI) visitar o processo participativo com todos os seus participantes para preparar, planear e início de atividades da estratégia de governança a adotar para a futura Área Marinha Protegida, considerando um modelo de cogestão (de acordo com as diferentes possibilidades legais), seguindo o estudo jurídico já existente e produzido no âmbito do projeto AMPIC.</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_14 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p><u>Resultados Esperados</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Início do processo de monitorização das componentes ecológicas e socioeconómicas da AMPIC, desde o primeiro dia da sua implementação;</li> <li>– Início da implementação de um sistema de monitorização e fiscalização da pesca com rastreamento em tempo real nas embarcações que mais utilizam a AMPIC e sistemas visuais e acústicos externos, mas integrados e automatizados;</li> <li>– Determinação da capacidade de carga de visitação turística na AMPIC;</li> <li>– Apoio à concretização de mecanismos de cogestão da AMPIC;</li> <li>– Promoção das sinergias entre os desígnios da AMPIC e da cogestão da pequena pesca, nomeadamente da pesca do polvo.</li> <li>– Promoção da conexão entre a Áreas Marinhas Protegidas de Interesse Pesqueiro Andaluzas e as Áreas Marinhas Protegidas de interesse Comunitário Algarvias.</li> <li>– Pesca mais sustentável, turismo mais sustentável, biodiversidade marinha mais protegida, menos poluição e maior resiliência a alterações ambientais.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário do Algarve (AMPIC)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DGRM   RTA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   Associações Empresarias   Associações Setoriais   ONG   Outros (CCMAR)
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Cofinanciamento: Fundo Ambiental, MAR 2030
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	800.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027/2028 (3 a 4 anos)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMP; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Pedro Guerreiro ( <a href="mailto:pmgg@ualg.pt">pmgg@ualg.pt</a> ) / Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_15 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>ParticiPESCA 2</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <p>Implementação da Cogestão da Pesca do Polvo do Algarve, através da criação do Comité de Cogestão, da promoção da literacia sobre a cogestão e a pesca do polvo no Algarve, e da consolidação da informação para o Plano de Gestão.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>1. Sensibilização da opinião pública pela implementação da cogestão para a pesca do polvo no Algarve</p> <p>1.1. Advocacy work</p> <p>1.2. Comunicação</p> <p>1.3. Literacia</p> <p>2. Auscultação dos licenciados para apoio à cogestão e à criação do comité de cogestão da pesca do polvo no Algarve</p> <p>2.1. Assinatura de documento por licença com indicação da associação/OP que o representa e se concorda com a cogestão</p> <p>2.2. Reforço no envolvimento das associações/OP já no processo, bem como criação de condições para inclusão de novas associações, como a Associação de Armadores e Pescadores de Tavira</p> <p>4. Melhorar o conhecimento sobre a pesca do polvo no Algarve</p> <p>5. Formação, capacitação e união do comité</p> <p><u>Resultados esperados</u></p> <p>No final do projeto em questão espera-se ter um comité de cogestão para a pesca do polvo do Algarve em pleno funcionamento, articulado com os diferentes setores e a desenvolver um plano de gestão adaptativa para este recurso, recorrendo à melhor informação científica fornecida em tempo real.</p> <p>Em paralelo, deve a comunidade estar munida de toda a informação relevante para a promoção deste formato de gestão e desta pescaria artesanal e sustentável.</p> <p>O comité de cogestão deverá estar dotado de mecanismos para desenvolver as suas atividades de forma autónoma.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Mar territorial (região Algarve)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	A estabelecer
BENEFICIÁRIO(S)	IPMA   EDF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   Associações Empresarias   Associações Setoriais   ONG   Outros (CCMAR)
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>MAR 2030</i> <i>Fundação Oceano Azul</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	700.000€

FICHA DE OPERAÇÃO_15 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027 /2028 Mínimo 3 anos e, se possível, 4 anos. É importante ter em conta que o financiamento de um Comité de Cogestão deve ser pensado a longo prazo para não se correr que sem recursos financeiros e humanos, este deixe de ser operacional.
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMP; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> </ul>
PONTO FOCAL	Pedro Guerreiro ( <a href="mailto:pmgg@ualg.pt">pmgg@ualg.pt</a> ) / Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
PARTE INTERESSADA	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_16 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Monitorização das comunidades e remoção de espécies invasoras nos ecossistemas de água doce do Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Enquadramento</u></p> <p>A problemática das espécies invasoras e a manutenção de habitats sustentáveis estão incluídas nos <i>SDG 13 e 15 da ONU</i> e são peça-chave na <i>Estratégia para a Biodiversidade 2030 da EU</i>. São também uma das preocupações e vulnerabilidades identificadas na <i>Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030</i>.</p> <p>A necessidade de remoção, controlo e/ou mitigação de espécies exóticas invasoras está inserida em vários itens no documento de avaliação ambiental e estratégica do <i>Programa Regional do Algarve 2021-27</i>, nomeadamente nos associadas às medidas de mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas e como medida de planeamento e gestão para Biodiversidade e Paisagem. A <i>Avaliação Ambiental Estratégica</i> identifica esta necessidade como uma das <i>Diretrizes de Monitorização</i>.</p> <p>O <i>Relatório Ambiental de 2022</i> indica que o estado de conservação das espécies de peixes na região é mau ou desfavorável, mas é importante referir que a grelha de amostragem para estes documentos é limitada, e que são desconhecidos os estados de muitas massas de água na região. É ainda mais limitada a informação relativa a espécies emergentes como o mexilhão-zebra, com potencial para causar impactos estruturais e económicos muito elevados sobre a distribuição de água para rega e outros fins.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>Plano de ação para inventariar e monitorizar, através de eventos de pesca elétrica e outras metodologias não-letais, as comunidades de peixes, macroinvertebrados e plantas de água</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_16 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>doce das bacias do Algarve, incluídas nas RH7 e RH8, em até 100 pontos/eventos de amostragem por ano, num ciclo de quatro anos, de forma a cobrir variações dos regimes hidrológicos e obter uma série temporal com significado no atual contexto climático. Este plano de monitorização irá permitir a 1) caracterização do estado ecológico das massas de água (índices F-IBIP, etc) através das suas estruturas populacionais, 2) identificação de locais particularmente relevantes do ponto de vista da riqueza ecológica ou da conservação de espécies ameaçadas e 3) deteção da existência de espécies exóticas invasoras. Levará a efeito ações de controlo e remoção de espécies exóticas invasoras com vista à mitigação de impactos ou erradicação local, de acordo com as medidas de bem-estar animal.</p> <p>Os ecossistemas dulçaquícolas apresentam uma grande riqueza de espécies nativas, algumas endémicas do Algarve e criticamente ameaçadas, mas com grande valor patrimonial e funcional. A presença de espécies não-nativas no ecossistema está diretamente relacionada com o declínio e consequente extinção das espécies nativas, tem impactos económicos relevantes e até efeitos nocivos sobre a saúde pública, e é hoje um fator determinante nas diretivas nacionais e europeias para avaliar a qualidade das massas de água.</p> <p>No caso do Algarve a informação técnica e científica é escassa e não existem planos de controlo, em parte pela falta de dados acerca situação atual. O impacto das alterações climáticas sobre os recursos aquáticos com menos água disponível tem levado ao desenvolvimento de planos municipais e intermunicipais de combate e mitigação, mas a fauna piscícola, por exemplo, continua praticamente ausente destas considerações.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	780.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2028
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMP; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Pedro Guerreiro ( <a href="mailto:pmgg@ualg.pt">pmgg@ualg.pt</a> ) / Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
PARTE INTERESSADA	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_17 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano de Ordenamento do Espaço Marinho do Algarve - POEM Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Esta ação visa munir a região de conhecimento de base científica e com base no conhecimento das partes interessadas dos valores naturais e socioeconómicos do mar algarvio, tendo em vista a sua harmonização espaço-temporal e o desenvolvimento de uma economia azul sustentável, reforçando a governação internacional dos oceanos e assegurando para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.</p> <p><u>Objetivos e Descrição</u></p> <p>Estabelecer um Plano de Ordenamento do Espaço Marinho do Algarve que tenha em conta os interesses primeiros da região, do seu desenvolvimento económico e social, respeitando os valores naturais e articulando-o com o plano da região vizinha da Andaluzia.</p> <p>O plano será baseado em dois pilares essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– conhecimento - recolher e organizar a informação técnica e científica espacial sobre as diferentes vertentes do mar, desde os valores naturais como a oceanografia básica (batimetria, tipo de fundo, correntes), habitats e biodiversidade marinha, até às atividades humanas principais como a pesca, aquacultura, turismo costeiro e lazer, navegação, defesa, energia renovável, biotecnologia marinha, extração e deposição de areias, recifes artificiais e investigação</li> <li>– comunicação - envolver as principais partes interessadas para de uma forma transparente e inclusiva se desenvolva um processo participativo, que culmine na realização do POEM Algarve, e que determine desde a visão e objetivos, à harmonização espacial e temporal das diferentes atividades, tendo em conta uma perspetiva ecossistémica e de desenvolvimento sustentável.</li> </ul> <p>Este POEM Algarve será desde o início articulado com o POEM nacional, e também com o POEM espanhol, sendo que para este segundo objetivo será necessário promover um processo idêntico ao POEM Algarve, mas de cariz transfronteiriço.</p> <p>A recolha de informação transfronteiriça será facilitada pela existência de mecanismos de cooperação consolidados, dos respetivos POEM, e da existência de um protocolo para a recolha de informação transfronteiriça efetuado no âmbito do projeto TPEA, em que se prevê a área em questão, o tipo de dados a utilizar e o tipo de harmonização necessária entre as jurisdições (exemplo: Directiva INSPIRE).</p> <p>Depois da atualização necessária da informação e interesses comuns será necessário implementar um sistema comum para o armazenamento, gestão e análise de informação.</p> <p>Da análise contará a compreensão das pressões e oportunidades transfronteiriças, com a construção de cenários em que se explorarão sinergias, nomeadamente no âmbito das áreas da aquacultura, da conservação da natureza e do turismo, e se acautelarão as pressões como a relacionada, por exemplo, com as ameaças potenciais a um habitat importante para a conservação da natureza existente na área marinha protegida dos Vulcões de Lama do Golfo de Cádiz (lado espanhol), constituído por estruturas submarinas associadas à emanação de gases (Habitat 1180 da Diretiva Habitats).</p>



FICHA DE OPERAÇÃO_17 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ÂMBITO TERRITORIAL	Espaço marinho do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   DGRM   SGPM   Municípios   Universidades   Outros
<b>FORTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	350.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP. . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; DOEM, DQEM, PCP, DQA, DHabitats, ENCNB2030; ENMAR2030; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POR Algarve
PONTO FOCAL	Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
PARTE INTERESSADA	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve / Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_18 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa de mapeamento de habitats marinhos do Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Esta operação visa munir a região de conhecimento de base dos seus habitats, biodiversidade e ecossistemas marinhos, nomeadamente através da sua distribuição espacial, fomentando o desenvolvimento de atividades marinhas sustentáveis, nomeadamente a pesca, a aquacultura e o turismo marinho e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos, dos habitats, biodiversidade e ecossistemas marinhos. Esta informação permitirá dar resposta às diretivas europeias Habitats (DH), Estratégia Marinha (DQEM) e Ordenamento do Espaço Marinho (DOEM), estando em linha com as estratégias internacionais, europeias e nacionais para a biodiversidade e para o mar. Permitirá, pela infraestrutura, dar ao Algarve uma plataforma multissusos de investigação marinha e de afirmação no espaço marinho nacional e regional, ultrapassando não só as

**FICHA DE OPERAÇÃO\_18 UALG**

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>capacidades de mapeamento, mas também de monitorização do espaço marítimo da costa sul de Portugal e golfo de Cádiz.</p> <p>A operação permitirá o desenvolvimento de uma economia azul sustentável na região costeira, reforçando a governação internacional dos oceanos e assegurando mares e oceanos seguros, limpos e geridos de forma sustentável.</p> <p><u>Objetivos e Descrição</u></p> <p>O programa prevê o desenvolvimento de um plano de mapeamento de habitats e biodiversidade marinha que completasse, a Sotavento (Faro-VRSA), os projetos RENSUB (2003-2010; Faro-Lagos, 0-30m profundidade), PESCAMAP e MARSW (2014-2015 e 2019-2021; Lagos-Odeceixe-Sines, 0-30m profundidade), fazendo o levantamento dos fundos marinhos nas batimetrias dos 30 aos 1000m (ZEE), incluindo os canhões submarinos de Faro, Portimão e São Vicente e os montes submarinos do Goringe e Montes Hermínios e a dorsal do Guadalquivir.</p> <p>Serão mapeados os habitats protegidos pela Directiva Habitats, nomeadamente os recifes (1170), as grutas marinhas submersas ou semi-submersas (8330) e as Estruturas submarinas originadas por emissões gasosas (1180; vulcões de lama) e os habitats prioritários da Convenção OSPAR como os jardins de corais, e os ecossistemas marinhos vulneráveis da ONU/FAO (VMEs; jardins de corais e agregações de esponjas de mar profundo).</p> <p>As espécies protegidas pela legislação portuguesa (DL n.º 38/2021, de 31 de maio, proteção e conservação da flora e da fauna selvagens) como os corais vermelhos e corais negros serão igualmente cartografadas.</p> <p>Estes habitats e o seu estado de condição serão analisados contribuindo para a constituição de futuras Áreas Marinhas Protegidas (AMP), para os desígnios nacionais e internacionais de proteger 30% do espaço marinho até 2030 e para dar resposta aos descritores 1-4 (Biodiversidade, espécies não-indígenas, espécies exploradas comercialmente e cadeia trófica), e 6 (Integridade dos fundos marinhos) da DQEM.</p> <p>Serão ainda detetados habitats com funções ecológicas especiais, como áreas de desenvolvimento de juvenis (viveiros ou áreas de recrutamento) e áreas de reprodução/desova, ambas de espécies com valor comercial, de forma a integrar estes habitats essenciais para o pescador, nos instrumentos de gestão das pescas cumprindo a Política Comum de Pescas (PCP).</p> <p>Este tipo de mapeamento dará resposta aos necessários planos de ordenamento do espaço marinho do Algarve, como a instalação de aquaculturas offshore ou de parques de energia renovável (e.g., eólicas), determinando quais as localizações a evitar, de modo a salvaguardar a saúde dos oceanos e tornar as atividades no mar o mais sustentáveis possível.</p> <p>Os habitats serão classificados e harmonizados segundo as normas e standards europeus (EUNIS, INSPIRE, DARWIN CORE) e serão alojados no geoportal da CCDR ALGARVE ou no CCMAR/UALG, no SNIMAR, e no geoportal europeu EMODNET, contribuindo para o acesso inclusivo e transparente da informação científica projetando simultaneamente a região.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Costa algarvia, desde a zona costeira aos limites da nossa ZEE
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   IPMA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   Outros

FICHA DE OPERAÇÃO_18 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.700.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve / Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_19 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade do Parque Natural da Ria Formosa – SIMRIAFORMOSA</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>O conjunto de ações construirá um instrumento de gestão essencial, baseado numa estrutura sólida e eficiente de disponibilização de informação sobre os valores naturais e culturais do parque natural costeiro mais relevante e único da costa portuguesa (Parque Natural da Ria Formosa - PNRF), em termos de riqueza da sua fauna e flora, santuário de cavalos-marinhos, recursos pesqueiros e de aquacultura, sumidouro de carbono, e valência turística.</p> <p>O SIMRIAFORMOSA procura simultaneamente dar respostas aos problemas mais prementes em termos da gestão do PNRF. Poderá ser um embrião de colaboração entre várias entidades da região em prol da conservação da natureza e de um desenvolvimento sustentável na Ria Formosa (ICNF, APA, CCMAR/UALG; CIMA/UALG, IPMA), um Observatório da Ria Formosa, garantindo, desta forma, um alcance superior ao normal e uma boa projeção futura, em consonância com um modelo de cogestão adaptativa eficaz na conservação da natureza e na promoção de um desenvolvimento sustentável.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>Contempla as seguintes ações:</p>

FICHA DE OPERAÇÃO\_19 UALG

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="584 297 1455 645"> <p>▪ <u>Ação 1: Sistema de Informação Marinho e Costeiro e cartografia de habitats prioritários, da biodiversidade marinha e de atividades humanas</u></p> <p>Recolha de informação histórica e inserção num sistema de informação (base de dados e geoportal) harmonizado com outros sistemas de informação e monitorização nacionais (SNIMAR) e internacionais (EMODNET, OBIS, WISE). Compilação de dados históricos e aquisição de dados novos com teor espacial para se ter uma caracterização atual georreferenciada (mapas) em termos de valores naturais (ervas marinhas, algas, plâncton, invertebrados bentónicos e epibentónicos, peixes e aves) e pressões humanas (aquacultura, pesca e turismo). Será dada uma particular atenção aos indicadores da DQEM/DQA.</p> </li> <li data-bbox="584 656 1455 969"> <p>▪ <u>Ação 2: Quantificação dos serviços ecossistémicos fornecidos pelos habitats mais importantes</u></p> <p>Análise de dados sobre a quantificação e distribuição espacial de serviços ecossistémicos, nomeadamente de serviços reguladores como o sequestro de carbono e azoto, estabilização costeira, a proteção contra cheias e erosão costeira, a degradação de poluentes e a regulação climática; de serviços de suporte como a criação de habitats, viveiro; de serviços culturais como o turismo e de serviços de provisionamento como o fornecimento alimentar pela aquacultura de bivalves, apanha de marisco, pesca.</p> </li> <li data-bbox="584 981 1455 1193"> <p>▪ <u>Ação 3: Caracterização do estado atual e evolução geomorfológica e hidrodinâmica do sistema lagunar</u></p> <p>Caracterização da dinâmica sedimentar de barras de maré, de canais de maré principais e secundários, incluindo a determinação das taxas de variação da posição da linha de costa recente (últimos 60 anos) e a cartografia e evolução de habitats prioritários, nomeadamente, dunas e sapais.</p> </li> <li data-bbox="584 1205 1455 1417"> <p>▪ <u>Ação 4 - Modelo de monitorização de espécies e habitats costeiros</u></p> <p>Seleção, teste e análise custo-benefício de métodos de amostragem e de indicadores para a monitorização, particularmente focada nos problemas mais importantes e baseados nas diretivas mais relevantes: habitats/aves, DQA e DQEM. Seleção de locais e periodicidade da amostragem dos indicadores em sintonia com a APA, IPMA e Universidade do Algarve (CCMAR e CIMA).</p> </li> <li data-bbox="584 1429 1455 1975"> <p>▪ <u>Ação 5. Sustentabilidade da produção de moluscos bivalves na Ria Formosa</u></p> <p>Caracterização dos locais inativos e identificação de potenciais soluções para a valorização de zonas abandonadas. Elaboração de proposta de localização/ordenamento para as infraestruturas de apoio à atividade por zonas de produção e para tornar obrigatória a aplicação de algumas das boas práticas já identificadas, nomeadamente no que diz respeito ao ordenamento do espaço nos estabelecimentos aquícolas, às densidades e aos materiais a utilizar na produção de ostra, o que poderia promover a salvaguarda e o incremento das áreas para produção de ameijoia-boa; Preparação de um modelo de sinalização dos estabelecimentos e das grandes áreas de produção; Modelo de instalação de aquaculturas intensivas associadas a sistemas de produção integrados. Identificação de habitats e possíveis bioprodutos associados às atividades de aquacultura. Criação de casos de estudo: EPPO/IPMA e outros locais da Ria Formosa como modelo de produção e caracterização de capacidade de carga e qualidade dos produtos. Identificação de características nutricionais e organoléticas e medidas de valorização de produtos da Ria Formosa. Definição de estratégias conjuntas de caracterização das condições de produtividade</p> </li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO\_19 UALG

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>na Ria Formosa. Aplicação dos modelos desenvolvidos no apoio à tomada de medidas de gestão, conservação e ordenamento do PNRF.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Ação 6 - Gestão de recursos costeiros e ambiente</u> Em função das ações anteriores, contribuir para a resolução de alguns dos problemas mais prementes do PNRF, identificados em reuniões de coordenação entre várias entidades (ICNF, UALG/CCMAR, UALG/CIMA, APA, IPMA): <ul style="list-style-type: none"> <li>A. Rede de aquisição de dados ambientais em tempo real e de acesso aberto;</li> <li>B. Estimativa da capacidade de carga das marítimo-turísticas;</li> <li>C. Estimativa da mortalidade das ameijoas; problemas da técnica de cultivo (manuseamento, alteração da dinâmica correntes, sedimentação, oxigénio, proximidade de efluentes);</li> <li>D. Seleção de fundeadouros e sua gestão;</li> <li>E. Pesca ilegal de espécies em perigo ou sensíveis (tresmalho ilegal, cavalos marinhos, apanha de holotúrias e de diversas espécies de vermes, poliquetas, moluscos e crustáceos - iscos para a pesca);</li> <li>F. Avaliação do impacto das ETAR e de outras fontes no meio recetor incluindo compostos prioritários e emergentes (fármacos, microplásticos,...);</li> <li>G. Analisar a existência de lacunas de informação e propor linhas de investigação que colmatem as lacunas identificadas;</li> <li>H. Avaliação do Impacto ecológico da alga verde <i>Caulerpa prolifera</i>, que está a ocupar uma enorme extensão na Ria, tornando os sedimentos anóxicos;</li> <li>I. Impacto ecológico do <i>Ctenophoro Mnemiopsis leidyi</i>, espécie invasora introduzido dos USA, predador de ovos e larvas de peixes e bivalves. Potencial impacto futuro na produção de bivalves.</li> </ul> </li> </ul> <p>Para além destes, ajudar na definição de estado ambiental para cada descritor DQEM/DQA, na implementação da monitorização dos efeitos da proteção marinha e costeira e no estabelecimento de medidas de gestão que reforcem o bom estado ecológico do PNRF.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Ação 7 - Comunicação e informação sobre conservação da biodiversidade costeira</u> Comunicação sobre a compilação sobre todas as componentes do projeto desde os mapas de distribuição de habitats e espécies e das pressões humanas até ao zonamento e a medidas concretas de gestão do PNRF. A base partirá de um site e um geoportal ligados ao SNIMAR e a outros geoportais europeus, que disponibilizará informação pertinente à gestão do PNRF e contribuirá para sensibilizar um público mais alargado sobre a necessidade de conservação da natureza no parque. Será igualmente promovido um conjunto de atividades de informação junto das entidades interessadas, comunidades ribeirinhas e ao público em geral, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>workshops</i> sobre a temática da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável da Ria Formosa;</li> <li>- exposição móvel com materiais construídos a partir dos resultados do projeto;</li> <li>- 6 newsletters sobre o andamento do projeto (uma por trimestre);</li> <li>- materiais didáticos para sensibilização das crianças sobre os assuntos conservação no PNRF;</li> </ul> </li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_19 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- operações de divulgação e de valorização do património natural e cultural das gentes e produtos ribeirinhos da Ria Formosa (vídeos e documentário para redes sociais).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Algarve (Parque Natural da Ria Formosa)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   IPMA   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.500.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; QDA; DHabitats, DQEM; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH8</li> </ul>
PONTO FOCAL	Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> )
PARTE INTERESSADA	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve / Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_20 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais, contemplando intervenções de proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>ValorMarTur: Avaliação do Impacto Socioeconómico do Turismo Marinho e definição da capacidade de carga no Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O turismo marinho (passeios costeiros, observação de cetáceos, mergulho, etc.) é um dos setores, da economia azul, com maior crescimento nas últimas décadas. O rápido crescimento do turismo marinho, a sua estreita ligação a outros setores económicos (pescas, restauração, pequenas empresas, hotelaria), bem como a sua dependência do capital natural e cultural, exige um maior compromisso com os princípios da sustentabilidade.</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_20 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Para garantir o desenvolvimento sustentável desta indústria, é necessário investir em programas de monitorização desenhados para recolher informação sobre atividades de turismo marinho, na sua vertente social e económica, de forma consistente e precisa. É também fundamental que estas atividades (i.e. observação de cetáceos, passeios costeiros, mergulho), altamente dependentes da qualidade dos recursos naturais e culturais, operem em conformidade com a capacidade de carga das áreas onde operam, muitas vezes áreas sensíveis e com estatuto de conservação (i.e. áreas marinhas protegidas).</p> <p>Atualmente, na região, não existe uma definição de capacidade de carga, colocando em causa a sustentabilidade destas atividades, na sua dimensão ecológica, social e económica. O conceito de capacidade de carga refere-se ao limite máximo de utilização de um determinado <u>destino turístico</u>, sem causar efeitos adversos sobre os recursos naturais e culturais, nem reduzir a satisfação dos turistas e/ou de criar <u>impactos negativos</u> sobre a economia, sociedade e <u>território</u>. A definição de limites de capacidade de carga é uma das estratégias utilizadas no planeamento e <u>ordenamento do território</u> para a atividade turística, sendo um passo inicial e fundamental para o desenvolvimento do <u>turismo sustentável</u>.</p> <p><u>Objetivos e Descrição</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Caracterização detalhada do sector do turismo marinho na região;</li> <li>2. Mapeamento das áreas de utilização destas atividades, identificação de áreas prioritárias e potenciais conflitos com outros sectores económicos;</li> <li>3. Caracterização do perfil de turista que procura estas atividades;</li> <li>4. Avaliação e quantificação do impacto socioeconómico do sector do turismo marinho (impacto económico direto e indireto, emprego e níveis de participação);</li> <li>5. Definição da capacidade de carga das atividades de turismo marinho (ex. observação de cetáceos, mergulho, passeios costeiros) nas áreas prioritárias para o seu desenvolvimento (ex. áreas marinhas protegidas).</li> </ol>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	600.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	Jorge Gonçalves ( <a href="mailto:jgoncal@ualg.pt">jgoncal@ualg.pt</a> ); Adriana Ressurreição ( <a href="mailto:airesurreicao@ualg.pt">airesurreicao@ualg.pt</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	CC MAR – Centro de Ciências do Mar do Algarve / Universidade do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_21 UALG</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Algarve natural: rede de pontos de interesse e de sensibilização ambiental</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Objectivo</u> Promover a conservação e valorização da biodiversidade junto de diversos públicos: comunidades e <i>stakeholders</i> locais, visitantes e turistas nacionais e internacionais.</p> <p><b>Ações de comunicação dirigidas</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comunidades e <i>stakeholders</i> locais – 1) criação de materiais e atividades de comunicação focando os valores naturais presentes na costa Algarvia, em formatos apelativos e de máximo impacto. 2) Capacitação de membros das comunidades e <i>stakeholders</i> locais, para que se tornem agentes de promoção da conservação e valorização do seu património natural local.</li> <li>2. Residentes e visitantes - Criar pontos de interesse e de interpretação dos valores naturais na costa Algarvia, facilmente acessíveis a residentes e visitantes e alinhados com objetivos de desenvolvimento sustentável da região (ex.: ecoturismo, economia circular, descarbonização, adaptação a alterações climáticas)</li> </ol>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	300.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Euro AAA; EB-UE2030; Algarve 2030; RIS3 Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8.</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	Rita Costa Abecasis – <a href="mailto:rabecasis@ualg.pt">rabecasis@ualg.pt</a>
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)/ Universidade do Algarve



FICHA DE OPERAÇÃO_22 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Centro Interpretativo do Ramalhete: um ponto de referência em Faro para comunicação do Parque Natural da Ria Formosa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Enquadramento</u></p> <p>Localizado em plena Ria Formosa, em frente à praia de Faro, o antigo arraial do Ramalhete é dos poucos vestígios arquitetónicos que testemunham as muitas armações de pesca do atum que em tempos dominaram a costa Algarvia. Estas armações foram uma importante atividade económica até que as diminuições de capturas nos anos 1970s levaram ao seu abandono. Nos anos 70, o edifício principal do arraial, já degradado, foi reconvertido para fins científicos pela Universidade do Algarve, e consiste hoje na Estação Marinha do Ramalhete. O edifício foi classificado como imóvel de interesse municipal em 2021.</p> <p><u>Ações</u></p> <p>Conciliando objetivos culturais, ambientais e científicos, esta ação pretende visa recuperar o rico património cultural que o Ramalhete representa, como testemunho de memória e de identidade, enquanto promove a conservação e valorização do património natural da Ria Formosa e a divulgação da ciência desenvolvida pelo CCMAR e Universidade do Algarve na Estação Marinha. Para o efeito, a ação inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A construção do “Centro Interpretativo do Ramalhete”, um pequeno edifício construído com recurso a soluções arquitetónicas de baixo impacto ambiental (materiais leves e “eco-friendly”) - um espaço de memória, valorização da natureza e comunicação de ciência, compatibilizando uma experiência enriquecedora para o visitante com a atividade de investigação científica que se pratica no edifício principal;</li> <li>▪ A criação de um percurso de interesse na sua envolvente através da intervenção nos caminhos que levam ao Ramalhete, a nível da sua recuperação, sinalética e colocação de painéis interpretativos. Estes caminhos deverão ligar o Ramalhete à futura Eco-Via que está a ser implementada pela Câmara Municipal de Faro, criando assim um valor acrescentado aos percursos que estão a ser desenvolvidos nesta zona.</li> <li>▪ Obras ligeiras de renovação do edifício (recuperação da fachada e vedações do edifício do Ramalhete);</li> <li>▪ Atividades de dinamização para promover a integração do “Caminho e Centro Interpretativo do Ramalhete” nas ofertas culturais, educativas e turísticas da região.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000, 00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027

FICHA DE OPERAÇÃO_22 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA.</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.</li> </ul>
PONTO FOCAL	Rita Costa Abecasis – <a href="mailto:arabecasis@ualg.pt">arabecasis@ualg.pt</a>
PARTE INTERESSADA	Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)/Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_23 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Ambiente sobre rodas: educação ambiental em todos os pontos do Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>No Algarve, a população encontra-se dispersa ao longo dos vários concelhos da região, no entanto as instituições dedicadas a ciência e ambiente concentram-se apenas em algumas cidades. Esta realidade provoca uma desigualdade a nível de acesso a atividades de educação ambiental no contexto escolar.</p> <p><u>Objetivo geral</u></p> <p>Desenvolver ferramentas e atividades de educação ambiental e literacia do oceano em todos os concelhos do Algarve.</p> <p><u>Ações</u></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. “Ambiente sobre rodas” –Conceptualizar e implementar uma unidade móvel de educação ambiental, totalmente equipada de modo a permitir realizar atividades de laboratoriais, demonstrativas e interativas.</li> <li>2. Portfolio de atividades – desenvolver atividades educativas, cientificamente validadas, adaptadas a diferentes públicos e focadas nos valores naturais da região.</li> <li>3. Rede – Estabelecimento de parcerias para desenvolver projetos de educação e sensibilização ambiental com impacto local e criar bases para a sustentabilidade da iniciativa a médio/longo prazo (escolas, CCVs, municípios, instituições, ONGs, tecido empresarial, centros de investigação, universidades, administração regional/local)</li> <li>4. Plano de atividades (2 anos) – Planeamento e implementação de atividades e projetos de educação e sensibilização ambiental em todos os concelhos do Algarve.</li> </ol>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   ONG   Outros

FICHA DE OPERAÇÃO_23 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	250.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Euro AAA; EB-UE2030; Algarve 2030; RIS3 Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSa; POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8.</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Rita Costa Abecasis – arabecasis@ualg.pt
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)/ Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_24 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Olival como Infraestrutura Verde: valorização do bagaço e caroço de azeitona</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><b>Âmbito</b></p> <p>A área de olival em Portugal é a quarta maior da EU (7 % de 4,7 milhões de hectares), sendo responsável por 3,4 % da produção mundial de azeite. Atualmente, Portugal é responsável pela produção de 100 mil toneladas de azeite, originando 500 mil toneladas de bagaço de azeitona. Na região algarvia, a produção de azeitona destaca-se nos concelhos de Tavira, São Brás de Alportel, Loulé, Faro e Olhão, sendo esta uma plantação de sequeiro, de fácil manutenção e não necessitando de rega, encontrando-se perfeitamente adaptada às alterações climáticas. Praticamente toda a produção é canalizada para a produção de azeite, o que, consequentemente, produz grandes quantidades de resíduos, de elevado impacto ambiental, com consequências graves a nível do ecossistema. O bagaço de azeitona, proveniente da produção de azeite, devido ao seu elevado teor húmido e fototoxicidade, é de difícil degradação. Embora já haja algumas alternativas para o reaproveitamento e valorização destes resíduos, com sendo a produção de biomassa para a obtenção de energia, ainda apresentam elevados impactos ambientais. A procura de alternativas que minimizem o impacto ambiental e valorizem os resíduos originados da produção do azeite, acrescentando-lhes valor comercial, é cada vez mais imperativa e</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_24 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>urgente, através da obtenção de produtos sustentáveis que contribuam para a economia circular.</p> <p><b>Objetivos</b></p> <p>Pretende-se avaliar as diferentes frações dos resíduos produzidos, onde serão caracterizados em termos de composição e testadas metodologias de tratamento ácido e enzimático, de forma a viabilizar a sua utilização para ração animal e a nível da aquacultura, procurando alternativas às farinhas existentes. Serão ainda extraídos compostos fenólicos, existentes nos resíduos e avaliada a sua capacidade antioxidante.</p> <p>As diferentes frações serão sujeitas a um processo de digestão anaeróbia para obtenção de produtos livres de patogénios, que possam ser usados como fertilizantes e meios ricos de crescimento, além da produção de biogás, que poderá ser usado no próprio processo, tornando-o autossustentável energeticamente. Ao longo do processo, os microbiomas naturais desenvolvidos, serão caracterizados e identificados.</p> <p>Tendo como base a economia circular e a rentabilização da cultura do olival, pretende-se minimizar os impactos da geração do resíduo, resultante da transformação, valorizando-o com a obtenção de novos produtos e processos. O desenvolvimento e implementação destes produtos/processos terá implicação direta na criação de emprego, favorecendo socialmente a economia da região, além da incorporação de conhecimento e inovação na valorização dos recursos endógenos, elementos estruturantes da visão estratégica para a região algarvia, alinhando com a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DRAP Algarve   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	400 000 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve.</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Sara Raposo (Diretora CIMA) - <a href="mailto:sraposo@ualg.pt">sraposo@ualg.pt</a>
<b>PARTE INTERESSADA</b>	CIMA – Universidade do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_25 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Valorização do resíduo de alfarroba em economia circular
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p>Âmbito</p> <p>A alfarrobeira é uma espécie típica do pomar tradicional de sequeiro algarvio. Esta é, aliás, uma espécie bem-adaptada a ambientes secos e que desenvolveu mecanismos fisiológicos de adaptação à secura. A alfarrobeira é capaz de crescer em solos calcários, arenosos ou argilosos, inclusive com elevada salinidade. Por isso, as alfarrobas crescem também nos terrenos calcários e pedregosos do Barrocal algarvio, em condições que são adversas para boa parte das espécies silvícolas e florestais. A sua capacidade de subsistir em solos pobres, sob escassez de água, assim como a sua resistência ao fogo, permitem considerar a alfarrobeira como uma espécie com elevada capacidade de adaptação a vários efeitos decorrentes das alterações climáticas, e um coberto vegetal arbóreo capaz de albergar espécies florísticas e faunísticas no sub coberto. Dos 16,4 mil hectares de alfarrobeiras existentes, 98% localizam-se no Algarve, segundo informação disponível no ICNF, sendo que estes povoamentos constituem importantes focos de biodiversidade, registando-se uma ocorrência de habitats naturais e seminaturais. Deste modo, pomares sustentáveis de alfarrobeira podem constituir infraestruturas verdes com elevado valor, quer para manutenção de recursos biológicos endógenos, quer como fonte de rendimento para as populações locais. A alfarrobeira é uma árvore de crescimento lento e longevidade elevada, que pode atingir os 10 a 15 metros de altura. Quer pela envergadura da copa e tronco, quer pela profundidade e extensão do sistema radicular, esta espécie tem uma contribuição impressionante como sequestradora de carbono, com uma estimativa de 5,29 t C/ha.</p> <p>Atualmente, é cada vez mais valorizado o seu fruto, a alfarroba, apresentando propriedades nutritivas interessantes, com aplicações nas indústrias agroalimentar, cosmética e farmacêutica. Contudo, ainda nem todo o fruto é aproveitado de forma sustentável e económica, sobretudo no que diz respeito ao processamento industrial da vagem. Desta é feita farinha, que é sobretudo utilizada para a indústria da doçaria, mas que gera resíduos secos (kibble), usados sem mais processamento para alimentação de porcos e ruminantes e cujo valor se esgota nesse tipo de descarte. No entanto, devido às suas interessantes propriedades nutricionais, o leque de aplicações destes resíduos pode ser alargado e o valor comercial aumentado. Em termos nutricionais, a polpa da vagem da alfarroba é rica em fibras, pectina e antioxidantes, polifenóis, cálcio e magnésio. Estudos indicam que a fibra da alfarroba, sendo fermentável, pode ter um efeito prebiótico e ajudar a melhorar a flora intestinal fermentativa. Além disso a presença dos polifenóis na polpa confere atividade antioxidante e antibacteriana, que importa caracterizar e avaliar o potencial de ação. Por outro lado, o facto de ser hipoalergénica, isto é não conter antinutrientes, agentes alergénicos nem estimulantes, torna-a um produto de fácil incorporação em dietas alimentares de peixes de aquacultura, como substituição de produtos congéneres, atualmente de origem animal.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Este projeto propõe-se testar e avaliar o resíduo da vagem de alfarroba, através da sua valorização, na obtenção de produtos sustentáveis que contribuam para a economia circular. Serão testados métodos de extração dos polifenóis, usando solventes verdes e tecnologias que minimizem o impacto ambiental, nomeadamente metodologias de tratamento ácido e enzimático sustentáveis. Uma vez caracterizados em termos de</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_25 UALG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>compostos extraíveis e em conjugação com a respetiva metodologia de extração, será feita uma avaliação custo/benefício, de forma a viabilizar a sua utilização para ração a nível da aquacultura de peixes, procurando alternativas às farinhas existentes.</p> <p>Tendo como base a economia circular e a rentabilização da cultura do pomar de alfarrobeiras, pretende-se minimizar os impactos da geração deste tipo de resíduos, valorizando-o com a obtenção de novos produtos e processos, sem colidir com a indústria tradicional. O desenvolvimento e implementação destes produtos/processos terá implicação direta na criação de emprego, favorecendo socialmente a economia da região, além da incorporação de conhecimento e inovação na valorização dos recursos endógenos, elementos estruturantes da visão estratégica para a região algarvia, alinhando com a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DRAP Algarve   Universidades   Associações de Desenvolvimento local   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	200 000 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024 - 2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve.</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Sara Raposo (Diretora CIMA) - <a href="mailto:sraposo@ualg.pt">sraposo@ualg.pt</a>
<b>PARTE INTERESSADA</b>	CIMA – Universidade do Algarve

#### 4.3.1.20 EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro

FICHA DE OPERAÇÃO_01 EDM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Pedreiras e Minas - pedreiras e minas abandonadas e em situação crítica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação Ambiental das antigas áreas mineiras da Região do Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A operação encontra-se enquadrada na “Estratégia para a Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras Abandonadas - Plano de Atuação no Portugal 2030” e deverá ser desenvolvida no âmbito do Contrato de Concessão de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras Degradadas (Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho).</p> <p><u>Objetivo e Descrição</u></p> <p>A operação contempla um conjunto de ações que têm como principal objetivo a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas inventariadas na região do Algarve.</p> <p>A tipologia de ações previstas inclui os necessários estudos de caracterização da situação existente, dos riscos ambientais e para a segurança de pessoas e animais, e todos os trabalhos preparatórios indispensáveis para a identificação e elaboração dos projetos de execução que permitam a mitigação ou eliminação dos riscos identificados e assegurar a requalificação ambiental, paisagística e ecológica das áreas afetadas.</p> <p>Integra ainda todas as ações necessárias para a implementação das medidas identificadas e as ações de fiscalização de qualidade, ambiente e segurança, incluindo a monitorização da qualidade dos solos, águas, ar e outros fatores ecológicos que possam ser afetados.</p> <p>Esta operação contribuirá desta forma para a recuperação dos passivos ambientais e de segurança identificados e para a promoção da biodiversidade no Algarve, numa área de particular sensibilidade ecológica como o concelho em que se inserem as antigas áreas mineiras identificadas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Antigas áreas mineiras da Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGEG   Municípios   Universidades   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 EDM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	. <u>Instrumentos Estratégicos</u> : CEP; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve
PONTO FOCAL	Eng.ª Zélia Estêvão (Vogal do Conselho de Administração)
PARTE INTERESSADA	EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

#### 4.3.1.21 Associação Natureza Portugal | *World Wildlife Fund* (ANP/WWF)

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural . Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plantar Água – Restauro Florestal e Ecológico na Serra do Caldeirão</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivo</u> "Plantar Água" é um projeto da ANP WWF, em parceria com <i>The Coca-Cola Foundation</i> , que visa o restauro ecológico de áreas ardidas na Serra do Caldeirão. Com a instalação de cerca de 50.000 árvores e arbustos mediterrânicos pretende-se reverter a degradação da paisagem e dos ecossistemas afetados pelo incêndio e recuperar as suas importantes funções e serviços, fundamentais para o equilíbrio ambiental e bem-estar das comunidades.
ÂMBITO TERRITORIAL	100 hectares de 6 parcelas afetadas pelo grande incêndio florestal da Catraia (Sítio do Barranco da Corte/ Ribeira da Foupana, freguesia de Cachopo, no concelho de Tavira), que devastou mais de 25.000 ha de matos e floresta, da Serra do Caldeirão, incluídos na Rede Natura 2000. (Nordeste do Algarve)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	50.000 plantas instaladas 100ha restaurados
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	The Coca-Cola Foundation (privada)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	± 260.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2019-2022



FICHA DE OPERAÇÃO_01 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plantando Água, Semeando o Futuro</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>Este projeto vem no seguimento do projeto “Plantar Água”, e visa criar sinergias e multiplicar a escala e resultados dos projetos de restauro já em curso no nordeste do Algarve, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) melhorar localmente as oportunidades para a promoção do ecoturismo e das atividades agroflorestais;</li> <li>ii) melhorar a conectividade entre áreas ecológicas e de alto valor de conservação;</li> <li>iii) ativar uma plataforma regional entre as partes interessadas para impulsionar novas intervenções regionais de adaptação às mudanças climáticas;</li> <li>iv) capacitar as comunidades locais (num universo de cerca de 7.000 pessoas ativas) para se tornarem empreendedores em atividades ligadas à natureza e ao clima.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	100 hectares de 6 parcelas afetadas pelo grande incêndio florestal da Catraia (Sítio do Barranco da Corte/ Ribeira da Foupana, freguesia de Cachopo, no concelho de Tavira), que devastou mais de 25.000 ha de matos e floresta, da Serra do Caldeirão, incluídos na Rede Natura 2000. (Nordeste do Algarve)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   ICNF   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	The Coca-Cola Foundation (privada)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	430.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Iniciativa de Restauro da Paisagem na Serra Algarvia</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e objetivo</u></p> <p>Estratégia regional de envolvimento de todas as partes interessadas num diálogo que defina os objetivos de conservação para o restauro ecológico da Serra Algarvia, criando assim uma visão estratégica sob a qual todos os projetos de restauro possam ser incluídos, garantindo resiliência e sustentabilidade às intervenções e evitando um mosaico aleatório do ponto de vista ambiental e socioeconómico. Devem ser incluídos e priorizados projetos de restauro que promovam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) a construção de uma paisagem como serviço do ecossistema;</li> <li>ii) a valorização do ciclo hídrico fundamental para abastecimento às populações;</li> <li>iii) a proteção da floresta contra incêndios.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   ANP   WWF   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública- europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	± 5-25.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2027

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Caldeirão Re-Montado: Reflorestação e adensamento de sistemas agroflorestais mediterrânicos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p>O projeto “Caldeirão Re-Montado” visa a reabilitação e instalação de montados de sobro e azinho em 100ha de áreas degradadas da Serra do Caldeirão (Algarve), em condições de sustentabilidade que garantam a proteção e reabilitação dos solos com maior fixação de carbono e nutrientes, a conservação de linhas de água e galerias ripícolas, e a recuperação dos ecossistemas e <i>habitats</i> naturais.</p> <p>Para tal será promovida a instalação de povoamentos arbóreos, em mosaico com áreas arbustivas e de pastagem.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	100ha de áreas degradadas da Serra do Caldeirão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	511.200,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2024
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ANP   WWF	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSC (em elaboração)</p> <p>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</p>
PONTO FOCAL	Afonso do Ó (adoo@natureza-portugal.org)
PARTE INTERESSADA	Associação Natureza Portugal   WWF

#### 4.3.1.22 GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território

FICHA DE OPERAÇÃO_01 GEOTA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O projeto TerraSeixe cujo principal objetivo é apresentar soluções de gestão do território como resposta às alterações climáticas, às ameaças à biodiversidade e ao despovoamento das áreas rurais. A Bacia Hidrográfica da ribeira de Seixe (BHRS), que inclui os concelhos de Monchique, Aljezur e Odemira, constitui-se como um caso piloto e uma unidade territorial funcional, numa abordagem intermunicipal e inter-regional. A ocupação do solo inclui 44% de eucalipto e a estrutura fundiária distribui-se por 3850 prédios rústicos. Entre 2003 e 2018 a área foi varrida por violentos incêndios com impactos ambientais e económicos significativos, agravando o despovoamento e a desertificação física.</p> <p><u>Objetivo e atividades</u></p> <p>O projeto visa repensar o modo de atuação das políticas públicas neste território e definir um novo modelo de gestão que permita promover a conectividade ecológica, aumentar a resiliência ao fogo e às alterações climáticas, estimulando uma economia agrícola, florestal e turística de proximidade onde os serviços dos ecossistemas deverão ser entendidos numa lógica de remuneração e de criação de novos mercados.</p> <p>Propõe um projeto piloto de carácter transdisciplinar na área da conservação da biodiversidade e das alterações ambientais globais, tendo em vista aumentar e aprofundar o conhecimento sobre a área de intervenção que permita apresentar propostas concretas, nomeadamente a definição e implementação de uma infraestrutura verde e boas práticas de gestão, fundamentais para o restabelecimento da conectividade ecológica, a conservação da biodiversidade e a promoção do turismo de natureza, tendo por base a adaptação às alterações climáticas.</p> <p>Com o apoio do CRESC Algarve 2020 (PI 6.3 – Património Natural), tiveram início os Estudos de Base do projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, a cargo da <i>Think Place</i> - Cooperativa de Investigação-Ação para a Sustentabilidade. Os trabalhos decorreram entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, e envolveram uma equipa</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 GEOTA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>de dez consultores que procuraram responder de forma inovadora aos desafios de gestão ambiental de um território complexo, onde ocorrem conflitos evidentes entre o estatuto de proteção que apresenta, os usos do solo dominantes e as atividades económicas daí decorrentes. Aos estudos de base foi associada uma metodologia participativa que contou com o envolvimento de 13 entidades, públicas e privadas, constituídas como parceiras, e um vasto número de representantes individuais ou coletivos, enquanto atores locais. Entre setembro e novembro de 2018, tiveram lugar três workshops participativos que recolheram contributos relevantes para a elaboração do diagnóstico participativo, a definição de uma visão estratégica e para a discussão e validação da proposta, num total de cerca de 60 participantes.</p> <p>Da experiência de discussão em torno da gestão ambiental partilhada da BHRS, obtida ao logo de um ano, retira-se que é necessário aprofundar este processo participativo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Situar os diferentes parceiros e atores num mesmo registo conceptual como ponto de partida para a tomada de decisão a vários níveis, público e privado.</li> <li>Encetar esforços de comunicação para que este modelo seja colocado na agenda política, podendo servir, não só neste âmbito intermunicipal como a outras áreas do país com contextos similares.</li> <li>Avançar com pequenas ações demonstrativas de intervenção <i>in situ</i>, pois para além de ser relevante para efeitos de comunicação, é fundamental para reforçar o conhecimento acerca da resposta que os ecossistemas possam dar às técnicas de conservação, recuperação e reconversão mais adequadas em termos biofísicos.</li> <li>Os compromissos de gestão de longo prazo terão que ser suportados técnica e financeiramente pela decisão política.</li> </ol> <p>Na próxima fase do TerraSeixe:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Consolidar o modelo de governança.</li> <li>Implementar uma gestão ambiental partilhada deverá ser iniciada.</li> <li>Instalar percursos de ecoturismo.</li> <li>Trabalho de campo aturado para a ampliação do conhecimento no terreno e pôr em prática ações demonstrativas de restauro ecológico, acompanhadas de programas de formação e de educação ambiental.</li> </ol>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Bacia Hidrográfica da ribeira de Seixe (BHRS) (concelhos de Monchique, Aljezur e Odemira) Constitui uma área com cerca de 25 000 hectares, dos quais 93% apresentam um estatuto de proteção, que inclui o Sítio Natura 2000 de Monchique e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	2.500.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2018 - 2027

FICHA DE OPERAÇÃO_01 GEOTA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 GEOTA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Renature Monchique</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O Renature Monchique, criado em 2019, é um projeto que pretende restaurar parte dos principais <i>habitats</i> da Rede Natura 2000 afetados pelo incêndio, apoiando o bem-estar local e mitigando os impactos futuros das alterações climáticas, ajudando ao mesmo tempo a comunidade a recuperar do desastre.</p> <p>A Serra de Monchique foi afetada pelo maior incêndio florestal da Europa em 2018. Quase 28.000ha foram queimados, afetando não apenas a comunidade local, mas também os <i>habitats</i> naturais e espécies desta área. Impulsionados pelas alterações climáticas e pelo impacto do homem ao longo dos anos, estes incêndios tornaram-se extremamente destrutivos. É preciso agir para travar este flagelo pelo que ficar parado não é uma opção. Até ao momento o investimento foi de um milhão de euros tendo sido plantadas 200 mil árvores autóctones e apoiados cerca 60 proprietários. As espécies plantadas são o carvalho-de-Monchique, o sobreiro, a azinheira, o castanheiro, o medronheiro, o carvalho-português, o freixo e o amieiro.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>O projeto Renature Monchique tem-se desenvolvido através de uma estreita colaboração com os proprietários dos terrenos sendo a tomada de decisão sobre a intervenção ecológica resultado de um entendimento entre a gestão do projeto e os proprietários. Uma equipa profissional tem efetuado a preparação e plantação no terreno, sem custos para os mesmos. O projeto realiza ainda ações de capacitação, educação ambiental e voluntariado.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Serra de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   RTA   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros

FICHA DE OPERAÇÃO_02 GEOTA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	2.500.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2019 - 2028
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Hélder Careto (geota.sec@netcabo.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

#### 4.3.1.23 Barlavento – Agência de Desenvolvimento do Barlavento

FICHA DE OPERAÇÃO_01 BARLAVENTO	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	Constituição e Gestão das AIGP “Nova Serra”, “Falacho-Enxerim” e “Odelouca”
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 BARLAVENTO	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u> Constituir, propor as Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) e gerir durante o período de vinte anos as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). “Nova Serra” 2249,6 ha, “Falacho-Enxerim” 1407,5 ha e “Vale do Odelouca” 1595,8 ha, integrada num consórcio com a associação Viver Serra.</p> <p><u>Objetivos</u> As OIGP em preparação focam-se na adicionalidade da provisão de serviços dos ecossistemas, particularmente os serviços de regulação, utilizando os incentivos previstos no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem. Em particular, direcionados para os serviços de regulação hidrológica, conservação do solo, conservação da biodiversidade e diminuição da suscetibilidade ao fogo. As AIGP previstas e, em particular a AIGP Nova Serra, constituem importantes áreas para a estratégia de gestão de combustíveis, sendo espacialmente conexas com um importante “ponto de abertura” de incêndio (na margem esquerda da Ribeira de Odelouca imediatamente a jusante da barragem de Odelouca).</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Área de intervenção das AIGP “Nova Serra”, “Falacho-Enxerim” e “Vale do Odelouca” (concelho de Silves)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DGT   Municípios   ONG   Associações empresarial e setoriais   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	AIGP constituídas com Contrato Programa de financiamento em curso PRR.
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	Total para os 20 anos: 10.230.000,00€ Investimento: 4.350.000,00€ Manutenção: 2.280.000,00€ Serviços dos Ecossistemas: 3.600.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2042
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	José Moura Bastos (geral@ad-barlavento.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Barlavento - Agência de Desenvolvimento do Barlavento



#### 4.3.1.24 Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

FICHA DE OPERAÇÃO_01 VICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Jardins Silvestres de Polinizadores</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Portugal possui uma grande diversidade botânica, mais de 4000 espécies vegetais autóctones silvestres. Estas plantas autóctones com interesse ornamental, estão perfeitamente adaptadas aos nossos solos, sendo mais resistentes a pragas e suportando muito melhor longos períodos quentes sem chuva característicos do nosso clima mediterrânico seco. Os jardins autóctones conseguem assim grandes níveis de resiliência resultantes de anos de adaptação e evolução ecológica.</p> <p>Num contexto de seca resultante das alterações climáticas, é fundamental reduzir custos de manutenção, associados à utilização da água, em espaços verdes. Os baixos custos de manutenção aliados à capacidade de alterar e repor o seu ambiente natural, fazem destes jardins autóctones uma escolha inteligente e sustentável.</p> <p>Os jardins de polinizadores serão com plantas autóctones, específicas e selecionadas de forma a se encontrarem em floração o ano inteiro, com tempos de floração desfasados e de média e longa duração. Para além de fornecedoras de néctar e pólen, as plantas seriam também plantas hospedeiras, de modo a alimentar as lagartas de vários insetos.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>Realizar a nível de todos os municípios do Algarve, jardins silvestres de polinizadores de modo a renaturalizar pequenos espaços verdes urbanos e rurais, públicos e privados, dando uma conectividade entre áreas naturais e permitindo a fixação, aumento e circulação de insetos polinizadores, tão essenciais à alimentação e saúde humana.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   APA   Municípios   Universidades   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 - 2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 VICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS</p> <p>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 VICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Conectividade Intermunicipal para Áreas Otimizadas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Na ligação da Rede Nacional de Áreas Protegidas às áreas de Rede Natura 2000, existem áreas que se articulam, áreas otimizadas e prioritárias, onde as espécies se dirigem para se refugiar em contexto de alterações climáticas.</p> <p><u>Objetivo</u> O objetivo desta operação é incentivar os municípios a trabalhar com várias entidades públicas e privadas, de modo a planificar e ordenar um território tornando-o mais resiliente às alterações climáticas e mais profícuo para os seus utilizadores. Desenvolvendo trabalho na área do ecoturismo e voluntariado ambiental, desenvolvendo uma cidadania ativa e um turismo responsável e de qualidade, salvaguardando sempre a conservação da natureza e preservação da biodiversidade.</p> <p>Recorrendo a ações de voluntariado ambiental (com escolas e sócios/cidadãos) e a atividades de ecoturismo (trabalhando com microempresas na área do turismo sustentável), juntamente com o apoio e consultoria de investigadores e especialistas. Todo o trabalho poderá também recorrer a vigilantes de natureza, sapadores florestais e técnicos superiores das várias entidades envolvidas.</p> <p><u>Atividades</u> Sendo o <u>Algarve um hotspot de espécies vegetais</u> endémicas e ameaçadas, as ações para otimização da biodiversidade terrestre seriam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Corredores ecológicos (também nativos) interligando esses mesmos jardins, a parque verdes urbanos e zonas rurais de interesse</li> <li>– Limpezas de terrenos, remoção de espécies vegetais invasoras com estudos de continuidade e monitorizações semestrais</li> <li>– Renaturalização de <i>habitats</i>, reconvertendo baldios e/ou terrenos abandonados em zonas ricas em biodiversidade, abrigos para fauna e atividades de observação de natureza.</li> </ul> <p>Sendo o <u>Algarve rico em charcos temporários</u> e sendo estes <i>habitats</i> prioritários de conservação, as ações para otimização da biodiversidade de água doce seriam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Proteção de charcos temporários existentes</li> <li>– Construção de charcos temporários para a fixação de avifauna, répteis, anfíbios, mamíferos e invertebrados</li> <li>– Construção de miradouros de avifauna</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 VICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Sendo o <u>Algarve um território com imensa pressão urbanística e imobiliária</u>, as ações de preservação de áreas prioritárias de otimização seriam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Propostas de classificação de Paisagens Protegidas Locais</li> <li>– Propostas de Gestão Ambiental Partilhada - com contratos programa de gestão de conservação realizados com os particulares</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   APA   Municípios   Universidades   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 - 2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Aura Fraga (aura.fraga@vicentina.org)
PARTE INTERESSADA	Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

#### 4.3.1.25 ODIANA – Associação ODIANA, território do Baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rede de Percursos Pedestres do Baixo Guadiana</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Na estratégia de diversificação da oferta promovida pela Associação Odiana, foram implementados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ano 2005, 19 percursos pedestres de pequena rota (6 a 12 km), distribuídos pelos 3 concelhos do Baixo Guadiana, todos eles sinalizados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal;</li> <li>• Ano 2015 e com objetivo de criar uma rota pedestres transversal aos 3 concelhos, que ligase a cidade de VRSA a Alcoutim, foi implementada a Grande Rota Pedestre do Guadiana – GR15, com ligação à Via Algarviana em Alcoutim;</li> <li>• Anos 2018/2019 foi possível ampliar a GR15 em direção ao Alentejo, com travessia da Ribeira do Vacão, seguindo depois em direção a Mértola e Mina de São Domingos.</li> </ul> <p>Desde da criação da rede de percursos pedestres até à presente data a Odiana em conjunto com o 3 Municípios tem procurado assegurar a manutenção da rede de percursos e GR15, bem como a sua divulgação e promoção através de vários canais e meios de comunicação.</p> <p>Neste sentido pretende a Odiana nos próximos anos continuar a apostar na promoção, divulgação e melhoria da rede de percursos pedestres, através do reforço de sinalética e introdução de novos elementos que promovam a qualidade e segurança do pedestrianista.</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>Entre as atividades a desenvolver refere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço de sinalética ao longo dos traçados da rede de percursos e GR15;</li> <li>• Colocação de contadores de passagens, com vista a registar o número de utilizadores dos diferentes percursos;</li> <li>• Criação de estruturas/equipamentos de apoio (parques de merenda, miradouros, pontos de informação do tipo quiosque multimédia, etc.);</li> <li>• Organização de eventos promocionais e de divulgação (caminhadas, jornadas técnicas, <i>Press Trip's</i> e <i>Fam Trip's</i>);</li> <li>• Conceção e edição de material de merchandising;</li> <li>• Participação e Feiras de Turismo e outros eventos;</li> <li>• Conceção gráfica e impressão de novas brochuras interpretativas e de divulgação dos vários percursos.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Baixo Guadiana algarvio - concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Turismo de Portugal   Municípios   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	250.000,00€

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	3 anos (2023 – 2025)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Projeto Mascotes do Baixo Guadiana</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Este projeto, tem como eixo central o do ambiente, na temática paisagem e biodiversidade, nomeadamente, na qualidade da Paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural. Tem por grandes metas a salvaguarda e valorização ambiental, tal como a promoção da consciencialização ambiental e tornar a natureza do Baixo Guadiana mais acessível/inclusiva.</p> <p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a conservação e valorização ambiental, junto dos mais jovens, através de Ecopontos temáticos e livro ilustrado;</li> <li>▪ Promover a consciência ambiental junto do público infantojuvenil;</li> <li>▪ Promover a inclusão através da criação de conteúdos e atividades para pessoas com deficiência;</li> <li>▪ Promover as infraestruturas verdes, o património natural e a biodiversidade territorial do território do Baixo Guadiana.</li> </ul> <p>Espera-se que a criação de mascotes do BG e todas as atividades e produtos criados no âmbito do projeto, venham a gerir uma maior consciência ambiental, promovendo nos seus habitantes e visitantes práticas mais amigas do ambiente, promoção da região pela criação primeiros trilhos acessíveis do sotavento e geração de receitas pela vinda de turistas a uma região inclusiva e <i>family friendly</i>.</p> <p><u>Atividades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mascotes - representação de um animal emblemático de cada concelho (lontra/perdiz, camaleão e flamingo) ou seja uma “mascote”, a ser instalados em locais chave dos concelhos. No caso de Alcoutim, será lançado um concurso nas escolas, para que sejam os alunos a escolher, entre a perdiz e a lontra, para sua mascote. Na representação do animal constará informação vital sobre a ecologia e biologia do animal.</li> <li>▪ Acessibilidade - inclusão e acessibilidade em trilhos selecionados do Baixo Guadiana, criando conteúdos informativos e sensoriais, que melhorarão a experiência das pessoas invisuais, que visitem o BG (placas de metal, que irão conter em braille, toda a informação contida nos ecopontos, sendo instaladas nestes ou perto destes). Folhetos</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>e/ou miniguias em braille, com a transcrição a ser realizada pela ACAPO (Associação dos cegos e amblíopes de Portugal). Instalação, com recurso a parcerias, de placas em braille, junto a flora representativa da nossa região (alfarrobeiras, oliveiras e outras plantas/arvores) que se encontrem nos percursos. Assim, poderão pela sua memória (a maioria dos invisuais já possuiu visão) reconhecer a flora, com recurso ao tato e ao olfato. O mesmo poderá ser aplicado ao reconhecimento da fauna e com recurso a parceiros, poderão ser criadas representações fiéis de animais de pequeno porte (camaleão), placas informativas junto aos locais onde se costumam encontrar os animais e até, no caso das aves, serem acompanhadas de representações da cabeça e do bico, sendo reconhecidas pelo toque e descrição, através das suas diferenças.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promoção - pretende-se chegar ao público-alvo, pela divulgação do projeto aos jovens através das escolas, aos invisuais pelas respetivas associações e usando as redes sociais da Odiana e parceiros para chegar à sociedade em geral, pela pertinência e valores do projeto. Produção de folhetos, miniguias, garrafas reutilizáveis (para usar em caminhadas) e inclusive uma banda desenhada, à semelhança do que já sucede em outras autarquias. Outras atividades dinamizadoras, por via de sinergias criadas com terceiros, sendo exemplos ações de limpeza dos percursos de natureza do BG, celebração dos dias festivos (Dia da Terra, Dia Mundial da Reciclagem, Dia Mundial das Zonas húmidas, dia do mar...).</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Alcoutim, Castro Marim e VRSA
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   RTA   Municípios   ONGA
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	80.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2 anos (2023 – 2024)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Dinamização dos Recursos Endógenos da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Este projeto, tem como eixo central o do ambiente na temática da paisagem e biodiversidade, nomeadamente, iniciativas de conservação, valorização e promoção do ambiente e da biodiversidade. Tem por grandes metas a salvaguarda e valorização ambiental, tal como a promoção da consciencialização ambiental e tornar a natureza do Baixo Guadiana mais acessível/inclusiva.</p> <p>No ano de 2018, e no âmbito do projeto VALAGUA, Valorização Ambiental e Gestão Integrada da Água e dos <i>Habitats</i> no Baixo Guadiana Transfronteiriço (POCTEP 0007-VALAGUA-5-P), a ODIANA e ICNF, considerando o interesse em projetos, iniciativas e ações de conservação, valorização e promoção do ambiente e da biodiversidade, nomeadamente na área da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, estabeleceram um protocolo que incluiu duas ações estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Requalificação do percurso pedestre/ciclável do Cerro do Bufo, através da instalação de painéis interpretativos e direcionais e de 1 observatório de aves;</li> <li>▪ Requalificação do Percurso Pedestre de Sapal de Venta Moinhos, através da substituição de painéis interpretativos e direcionais;</li> </ul> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Tendo em conta que a Reserva detém mais um percurso «Percurso das Salinas Tradicionais», integrada na paisagem das salinas e com vasto número de aves limícolas, a ideia futura, seria toda a requalificação e apetrechamento deste.</p> <p>Face à ausência de manutenção dos atuais recursos, a ideia é continuar esta estratégia de colaboração e de salvaguarda, valorização e promoção do património natural daquela que é um ex-libris do território, a Reserva Natural.</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>AT1. Requalificação e apetrechamento Percursos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantamento atual de necessidades;</li> <li>▪ Requalificação de Observatórios existentes no Percurso «Sapal de Venta Moinhos»;</li> <li>▪ Instalação de banco/mesas para piquenique em pontos sem presença de avifauna migratória;</li> <li>▪ Instalação de Observatório nº 2 no Percurso do Cerro do Bufo;</li> <li>▪ Instalação de sinaléticas e mesas interpretativas no Percurso das Salinas Tradicionais»;</li> <li>▪ Regularização de pisos/trilhos;</li> <li>▪ Instalação de recipientes para lixos e detritos nos três percursos;</li> <li>▪ Instalação de estrutura com informação didática e para fotografias identificativas (dirigido ao público infantil e para captação do interesse das famílias).</li> </ul> <p>AT2. Estruturação de produtos turísticos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de equipamentos de observação e registo fotográfico (binóculos e outros);</li> <li>▪ Brochuras, brindes e vídeo promocional sobre Reserva Natural do Sapal para disseminação turística internacional;</li> <li>▪ Desenvolvimento de vídeo, jogo didático brochura e brindes para público infantil (escolas);</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação Certames Internacionais focados na Natureza.</li> </ul> AT3. Eventos <ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de educação ambiental com as escolas;</li> <li>Ações de limpeza;</li> <li>Workshops e saídas de <i>Birdwatching</i>;</li> <li>ECOFEST com pedestrianismo e <i>birdwatching</i> em destaque;</li> <li>Concursos Fotográficos;</li> <li>Desenvolvimento de um Calendário anual de iniciativas.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Turismo de Portugal   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	175.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	3 anos (2023 – 2025)
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li><u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li><u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSa; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve</li> <li><u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António</li> </ul>
PONTO FOCAL	Catarina Cavaco - Diretora Executiva (catarina.cavaco@odiana.pt)
PARTE INTERESSADA	Associação ODIANA, território do Baixo Guadiana algarvio nomeadamente os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António



#### 4.3.1.26 ATBG – Associação Terras do Baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano de ação para a Biodiversidade</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u> Criação de um roteiro para a melhoria da biodiversidade ao nível das explorações agrícolas e florestais. Trata-se de um catálogo de medidas possíveis, organizadas pelas várias áreas de atividade.</p> <p>Cada produtor pode testar o plano na sua exploração e verificar o nível de cumprimento das medidas propostas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	50.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 - 2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Plano de educação para o Património Natural</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	Sensibilização da população, aumentando a consciência cívica, relativamente à paisagem, património natural, biodiversidade – no contexto escolar, público em geral
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	5.000,00€/mês incluindo recursos humanos, transporte, materiais e divulgação
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rede de Observatórios e Centros de Interpretação do Património Natural</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Sensibilização da população, aumentando a consciência cívica, relativamente à paisagem, património natural, biodiversidade – no contexto escolar, público em geral
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	320.000,00€ - 16 infraestruturas x 20.000€ incluindo materiais, transporte, recursos humanos, divulgação
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PORNSCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Pedreiras - Pedreiras em situação crítica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Renaturalização das zonas afetadas pelas pedreiras</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica das zonas afetadas pelas pedreiras, envolvendo o estudo das pedreiras onde intervir.</li> <li>. Plantação de espécies vegetais nas zonas afetadas pelas pedreiras, criação de viveiro, criação de espaço de visitaçao e ações de sensibilização com a população sobre o impacto das pedreiras.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGEG   CCDR Algarve   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	Total para as 3 pedreiras, para 4 anos - 960.000,00€ Por cada pedreira: 50.000€ - viveiro e plantaçao 30.000€ - espaço de visitaçao 5.000€/mês incluindo recursos humanos, deslocações, materiais e divulgaçao
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Plano de Intervenção; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PPSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Sinalética e sensibilização para a proteção da costa</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo</u>            Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica das margens das ribeiras e sua relação com o litoral. Colocação de sinalética informativa (nos acessos à costa, nas áreas litorais), e atividades de sensibilização nas escolas e para o público em geral.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	Total para 4 anos - 290.000,00€ 50.000€ - sinalética 5.000€/mês incluindo recursos humanos, deslocações, materiais e divulgação
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEAMPA; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; POOC</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoria dos Sistemas da gestão das margens das ribeiras</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p>Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica das margens das ribeiras e sua relação com o litoral.</p> <p>Debates com as entidades envolvidas, propostas de sistemas de gestão das margens das ribeiras e sua relação com o mar, teste dos sistemas em zonas piloto, atividades de demonstração com as entidades envolvidas.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	5 ribeiras piloto x 50.000€ + 5.000€/mês incluindo recursos humanos, deslocações, materiais e divulgação
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_09 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Sistema de transição para a substituição do pinheiro com outras espécies</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Tendo em vista a gestão polivalente da floresta mediterrânica, propõem-se estudos, propostas e debates com os proprietários florestais sobre as soluções de transição faseada para outras espécies, com intervenção em zonas piloto e atividades demonstrativas com outros proprietários florestais.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	5 zonas piloto x 50.000€ + 5.000€/mês incluindo recursos humanos, deslocações, materiais e divulgação.
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_10 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Atividades de educação para a floresta, nas escolas e público em geral</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Sensibilização da população para a floresta, promovendo a aumento da consciência cívica relativamente à floresta e aos incêndios florestais, mediante a sua valorização e preservação, prevenção e reação a incêndios – no contexto escolar, público em geral.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	ATGB - Associação Terras do Baixo Guadiana   APA   Municípios
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	5.000€/mês incluindo recursos humanos, deslocações, materiais e divulgação.
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Jorge Revez - Presidente da Direção
PARTE INTERESSADA	ATBG - Associação Terras do Baixo Guadiana



#### 4.3.1.27 ROTA VICENTINA – Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina

FICHA DE OPERAÇÃO_01 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rede de percursos de <i>cycling</i> da Costa Vicentina</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A Associação pretende dotar o território de um sistema dinâmico, resiliente e criativo de articulação em rede entre agentes turísticos, culturais e públicos para dar resposta às necessidades turísticas do território, liderando a construção de um modelo gradualmente mais responsável e ancorado na identidade local e seus recursos endógenos. Concretamente, a Associação é responsável por uma rede de percursos pedestres com 750 km em todo o território e por uma rede de percursos cicláveis de cerca de 1000 km no Concelho de Odemira. A Associação conta com cerca de 220 associados, sobretudo microempresas locais.</p> <p>A bicicleta não é apenas um meio de transporte em franco crescimento em todo o mundo, mas também uma necessidade absoluta quando falamos em sustentabilidade, alterações climáticas e redução de emissão de CO2. A existência de infraestruturas de circulação em bicicleta é um investimento incontornável para qualquer território que ambiciona uma transição verde, não apenas para os seus visitantes, mas também para estimular a sua prática pela população local. Este investimento beneficiará de um forte investimento feito pela Rota Vicentina em parceria com o Município de Odemira, na conceção e estruturação desta rede, imagem e dinâmica local.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Identificação, levantamento e implementação de uma rede de percursos <i>cycling</i> que complemente a rede já existente, estendendo-a mais a sul. Combinação de percursos com diferentes níveis de dificuldade, marcados no terreno nos níveis mais fáceis e em formato digital nos níveis mais avançados.</p> <p>Dinamização da rede junto das empresas locais, apoio na sua capacitação para se tornarem <i>bike-friendly</i>, promoção integrada a partir da marca Rota Vicentina, já amplamente conhecida pelo mercado internacional, sobretudo na componente <i>walking</i>.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Costa Vicentina - Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Turismo de Portugal   Municípios   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	90.000 - 150.000 €

FICHA DE OPERAÇÃO_01 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 - 2028
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Observatório de morcegos em Vale da Telha</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Um dos objetivos primaciais da associação é dinamizar a reflexão e conduzir a sua intervenção com o intuito de contribuir para um conjunto de metas de sustentabilidade, onde o conceito de <i>Rewilding</i> (isto é, aproveitar o potencial natural da flora e fauna que existe tipicamente para cada sítio e repor o estado natural deste determinado local) seja o aspeto fundamental motivador da operação, nomeadamente no que respeita às zonas de floresta ou potenciais para a reflorestação e reinstalação de ecossistemas e da biodiversidade.</p> <p>Em setembro de 2021, dois estudantes de biologia de Irlanda descobriram um abrigo de morcegos numa antiga discoteca num camping desativado em Vale da Telha, freguesia e concelho de Aljezur. Estes estudantes eram estagiários regulares presentes em Aljezur para trabalhos de campo cujas atividades são regularmente apoiadas pela nossa associação.</p> <p>No contexto nacional e europeu, a descoberta é de extraordinária importância porque se trata do maior abrigo de criação do Morcego-de-ferradura-pequeno (<i>Rhinolophus hipposideros</i>) conhecido em Portugal. A espécie de morcego faz parte dos anexos II e IV da Diretiva <i>Habitats</i> da União Europeia e do anexo II das convenções de Berna e Bona de proteção de espécies. Em Portugal a espécie tem o estatuto de LC na Lista Vermelha devido ao facto desta população estar em decréscimo. A estimativa inicial da população a usar o abrigo r de Vale da Telha era superior a 300 exemplares (setembro 2021). Este número foi confirmado por cientistas polacos no verão de 2022. <i>Tomasz Kokurewicz</i>, biólogo da Universidade de <i>Wroclaw</i> e perito de morcegos de reputação científica ao nível Europeu, confirmou no dia 4 de julho 384 exemplares adultos a sair do abrigo e 114 juvenis e adultos dentro do edifício perfazendo 489 exemplares. O abrigo de criação deste morcego merece uma proteção efetiva e em setembro de 2021 e novamente em julho de 2022 a especialista em morcegos do ICNF, a Doutora Luísa Rodrigues, foi informada sobre a existência da população e todos os registos científicos acumulados até à data.</p> <p><u>Objetivos</u></p>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>A RWSW <i>Rewilding</i> Sudoeste está a propor aproveitar a existência deste extraordinário património natural dentro do PNSACV para fins de educação ambiental e promoção da biodiversidade com o projeto de “Observatório de Morcegos”.</p> <p>Este Centro visa não só aproveitar os métodos modernos de observação científica contínua desta população, mas também promover os morcegos como mamíferos de grande interesse, seja para estudantes, seja para o público geral, especialmente os visitantes e turistas de Aljezur e do PNSACV.</p> <p>Pretende-se a colaboração das autoridades locais como a CM de Aljezur e os serviços do PNSACV e o mundo científico.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Vale da Telha (concelho de Aljezur)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município   Associações empresariais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	Total - 90.000,00 € 70.000,00 € - estrutura de edifício ligeiro para “observatório” 20.000,00 € equipamentos de observação (câmaras de luz infravermelha, contadores eletrónicos a registar os voos de saída e entrada dos morcegos e diversos equipamentos de gravação dos valores tais como humidade do ar e temperatura).
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023 - 2026
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : ENCNB2030; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027 . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_03 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<p>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</p> <p>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</p>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Centro de Acolhimento da Área Protegida Privada (APP) Vale das Amoreiras e ações de desenvolvimento de <i>habitats</i></b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A APP Vale das Amoreiras fica em Aljezur na Quinta Vale das Amoreiras, uma propriedade de um dos sócios da RWSW <i>Rewilding</i> Sudoeste. No sopé da serra de Monchique, a encosta sul do vale das Amoreiras, virada a norte, está coberta por um bosque autóctone de carvalhos e sobreiros numa extensão de cerca de 10 ha. Assim, a APP Vale das Amoreiras visa preservar este bosque com carvalhos de grande porte e algumas espécies raras em Portugal, como o carvalho-de-monchique (<i>Quercus canariensis</i>), <i>Senecio lopezii</i> - planta endémica da Península Ibérica, que, em Portugal, apenas existe no Algarve e que está em Perigo de extinção, segundo a Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental - e o azevinho (<i>Ilex aquifolium</i>), espécie protegida que, a sul do Tejo, apenas ocorre nesta zona.</p> <p>A APP foi legalmente criada em 2021 através de contrato entre o ICNF e o proprietário e já despertou o interesse de muitos grupos de visitantes, desde os alunos da Universidade do Algarve até às turmas das escolas de Aljezur. A associação RWSW <i>Rewilding</i> Sudoeste está constantemente a organizar passeios para divulgar esta preciosa floresta.</p> <p>A APP consiste não só na parte da área do bosque mais preservada, mas inclui também áreas de desenvolvimento onde as espécies-<i>target</i> estão bem presentes, mas ainda incomodadas pela presença de pinheiros-bravos e/ou eucaliptos de grande porte espalhados pelas encostas inseridas na APP, como zonas de desenvolvimento. O acesso a estes núcleos de árvores é difícil, o terreno bastante íngreme e abater e remover as árvores não desejadas é fácil, uma vez que uma grande biodiversidade de flora e fauna já vive nestas encostas.</p> <p>Apesar do facto desta área protegida fazer parte da Rede Nacional das Áreas Protegidas, foi esquecida no plano da zona do projeto PAIVBA, sendo que a área de intervenção desta proposta também faz parte do Corredor Ecológico das ribeiras das Cercas e de Aljezur (conforme PROF Algarve).</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>O Plano de Gestão da APP prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Combate de acácias em zonas muito pontuais, sendo necessário repetir os controlos e ações de erradicação de acácias nesta zona;</li> <li>– Abate de exemplares de eucalipto, destruição dos seus cepos e controlos frequentes para eliminar eventuais novos rebentos;</li> <li>– Corte de alguns pinheiros-bravos dentro da zona num prazo de 5 anos, assegurando que não contribuem para a proliferação desta espécie na zona do sobreiral;</li> <li>– No pinhal de pinheiros mansos, o objetivo é desenvolver esta zona como sobreiral com pinheiros mansos, redução gradual do número de pinheiros-mansos com corte seletivo de árvores de maior densidade sobreiros e outros carvalhos espontâneos;</li> <li>– Um Centro de Acolhimento a localizar na ruína de um estábulo (área de construção legal de cerca de 40 m2, sendo suficientemente para instalar uma casa de banho e uma pequena unidade de receção de visitantes do APP;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 RVICENTINA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	– No Centro de Acolhimento existirá um abrigo para oferecer sombra no verão e proteção contra a chuva no inverno constituindo um lugar para receber grupos, sejam alunos para ações de educação ambiental, adultos da área de ciência cidadã e grupos da associação RWSW <i>Rewilding</i> Sudoeste.
ÂMBITO TERRITORIAL	Área Protegida Privada Vale das Amoreiras (concelho de Aljezur)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   ONG   Associações Empresariais e setoriais   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	Total - 250.000,00 € 150.000 € - recuperação da estrutura de edifício existente (ruína) 100.000 € - ações de melhoramento do habitat florestal, especialmente para a eliminação de eucaliptos e pinheiros-mansos na área da APP conforme Plano de Gestão aprovado pelo ICNF.
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 - 2028
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve . <u>Outros Documentos</u> : Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve
<b>PONTO FOCAL</b>	Marta Cabral - Presidente da Direção (martacabral@rotavicentina.com)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	. Rota Vicentina - Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina, Odemira e área de intervenção nos concelhos de Lagos, Vila do Bispo, Aljezur, Odemira, Sines e Santiago do Cacém. . “RWSW <i>Rewilding</i> Sudoeste – Associação de desenvolvimento da natureza e ambiente” é uma associação sem fins lucrativos, constituída com personalidade jurídica. Rua das Pedras Pretas, 21ª, 8670-440 Rogil, Aljezur (floresta.aljezur@gmail.com)

#### 4.3.1.28 CUMEADAS – Associação Proprietários Florestais das terras do baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_01 CUMEADAS	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Floresta – Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização ambiental das áreas florestais e gestão polivalente da floresta mediterrânica</b>
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u>            Pretende-se garantir em áreas suscetíveis à desertificação e erosão, a proteção do solo e o armazenamento de água através de ações técnicas corretas e que possam garantir ao proprietário a gestão participativa do território enquanto ecossistema ativo de fauna e flora. A importância das áreas florestais nestes locais assume derradeira importância quando se pretende valorizar o ecossistema e adaptá-lo também às alterações climáticas, uma vez que sofrem elevados constrangimentos do meio.</p> <p><u>Atividades</u>            Propõe-se a atuação a 5 níveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Junto dos proprietários através de ações de formação/informação/ação para a temática da valorização ambiental em áreas florestais e a gestão participativa do território;</li> <li>2. Nos solos através de ações de proteção do solo com sementeira de espécies que acumulem uma dupla função de preservação do solo e alimentação de fauna, diversificando paralelamente a flora existente;</li> <li>3. Criação de uma rede de pontos de água (charcas) distanciadas entre si que permitam a deslocação da fauna entre pontos do território de forma a que exista sempre água disponível. Permite-se assim que todo o território possa ser percorrido em qualquer altura do ano;</li> <li>4. Promover a utilização de plantas (ou a alteração de espécies menos adaptadas) autóctones e mais resistentes à seca como o medronheiro, alfarrobeira, amendoeira, oliveira, pereira brava, etc, promovendo a existência de produtos agrícolas locais;</li> <li>5. Promover a Apicultura enquanto atividade de elevada importância para o território, garantido a valorização do ecossistema.</li> </ol> <p>O custo estimado é considerado para o território Algarve. Nos níveis 2 e 3 o trabalho numa fase inicial teria de incidir nas áreas de corredores ecológicos, valorizando a sua função e gradualmente atuar fora destes.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   ONG   Associações empresariais e setoriais   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	7.500.000.00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2028

FICHA DE OPERAÇÃO_01 CUMEADAS	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Hugo Pinto - Técnico da CUMEADAS (hugopinto.cumeadas@gmail.com)
PARTE INTERESSADA	CUMEADAS – Associação Proprietários Florestais das terras do baixo Guadiana

#### 4.3.1.29 RIAS – Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens

FICHA DE OPERAÇÃO_01 RIAS/ALDEIA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Promover a recuperação e investigação de fauna selvagem</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <p>A nível de objetivos gerais pretende-se garantir a continuidade e qualidade da execução dos seguintes pontos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Permitir o eficiente acolhimento e recuperação, física e comportamental, dos animais selvagens de fauna indígena ou naturalizada recolhidos;</li> <li>b) Sempre que possível, devolver os animais recuperados ao seu habitat natural de origem e, sempre que possível ou justificável, acompanhar a sua readaptação ao meio selvagem;</li> <li>c) Contribuir para ações de conservação da natureza;</li> <li>d) Compilar e disponibilizar a informação relativa aos espécimes recuperados;</li> <li>e) Contribuir para o conhecimento científico e para a promoção da educação ambiental;</li> <li>f) Contribuir para a vigilância sanitária da fauna indígena ou naturalizada.</li> </ol> <p>Numa perspetiva a médio-longo prazo (até 2030) é possível tornar o RIAS o centro de recuperação e investigação de fauna selvagem de referência em Portugal através da criação de melhores infraestruturas e instalação/aquisição de equipamentos inovadores. Através das melhorias no funcionamento do RIAS, o trabalho científico irá decorrer de forma mais eficaz e uniformizada, o que irá permitir o envolvimento de mais alunos universitários, centros de investigação, museus de história natural, entre outras entidades, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento científico a nível nacional.</p> <p><u>Atividades</u></p>

**FICHA DE OPERAÇÃO\_01 RIAS/ALDEIA**

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Ao nível das infraestruturas de recuperação, seria necessário melhorar as estruturas exteriores de reabilitação dos animais e instalar um sistema de video-vigilância em todas as instalações de forma a ser possível controlar 24h/7 dias a recuperação de cada indivíduo. Para uma maior eficácia no tratamento de alguns grupos de aves, é necessário adquirir também piscinas, equipamentos de lavagem e secagem de aves marinhas em casos de petroleadas, jaulas para passeriformes e todos os materiais consumíveis necessários para as melhorias nas instalações.</p> <p>Para uma maior poupança de água potável, e numa perspetiva de tornar as condições de recuperação mais naturais, pretende-se criar um sistema de captação e encaminhamento de água da Ria Formosa até às instalações de recuperação do centro, através de uma conduta subterrânea.</p> <p>Ao nível do diagnóstico clínico, seria necessário adquirir equipamentos modernos e de usos inovadores para fauna selvagem nomeadamente um endoscópio e ecógrafo. Para dotar o centro de um laboratório autónomo, seria necessário adquirir equipamentos de hematologia e bioquímica, material óptico, e todos os materiais necessários para o funcionamento eficiente do departamento.</p> <p>Ao nível do tratamento clínico e cirúrgico dos animais, seria necessário adquirir um aparelho de laser-terapia e câmara térmica, criar um sistema de pressão positiva na sala de cirurgia, adquirir equipamento de anestesia e todos os materiais cirúrgicos necessários. Melhorar a capacidade dos cuidados intensivos é também uma prioridade. Pretende-se ainda adquirir uma impressora 3D para a adaptação de talas e para a realização de outros procedimentos inovadores em fauna selvagem.</p> <p>De forma a permitir um avanço na investigação científica associada ao trabalho do RIAS seria necessário melhorar o funcionamento da sala de necrópsias com a aquisição de uma mesa de fluxo laminar, novas arcas para armazenamento de amostras e estabelecer protocolos com entidades externas para processamento de amostras recolhidas no centro, nomeadamente laboratórios nacionais e internacionais. Em termos de investigação sobre sucesso de recuperação e ecologia de espécies, é necessária a aquisição de equipamentos GPS para marcação e seguimento de animais.</p> <p>A formação dos técnicos é também uma componente essencial que permitirá uma evolução no trabalho desenvolvido pelo RIAS e, assim sendo, é fundamental a participação dos técnicos em congressos e formações internacionais.</p> <p>Relativamente à promoção da educação ambiental na região, pretende-se melhorar significativamente o espaço dedicado à receção de visitantes no centro, através da modernização do espaço recorrendo a tecnologia de realidade virtual, projeção de imagens do funcionamento do centro em tempo real e criação de materiais didáticos inovadores com recurso a impressora 3D.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de animais recebidos</li> <li>. Taxa de devolução à natureza de animais recuperados</li> <li>. Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>. Número de pessoas sensibilizadas</li> <li>. Número de publicações científicas</li> <li>. Número de publicações na comunicação social</li> <li>. Número de parcerias</li> </ul>



FICHA DE OPERAÇÃO_01 RIAS/ALDEIA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   DGAV   Municípios   Universidades   ONGAs   Aeroporto Gago Coutinho   Águas do Algarve   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental – 50 000€ / ano Aeroporto Gago Coutinho – 20 000€ / ano
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	Aquisição de equipamentos e materiais: 250 mil € Funcionamento do centro anualmente (consumíveis, alimentação, medicamentos, formação e recursos humanos): 206 mil € / ano Investimento total (8 anos): 1 898 000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Fábia Azevedo – Coordenadora do RIAS (rias.aldeia@gmail.com)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Associação ALDEIA / RIAS

#### 4.3.1.30 Associação Vita Nativa

FICHA DE OPERAÇÃO_01 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de viveiro de flora autóctone</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Criar um viveiro de flora autóctone capaz de ajudar a recuperar espécies com estatutos de conservação desfavorável e de suprir a procura local</li> <li>. Auxílio em projetos de reflorestação e reconversão de espaços verdes</li> <li>. Criação de protocolos de reprodução de espécies de flora com estatutos de conservação desfavoráveis (<i>Armeria gaditana</i>, <i>Armeria velutina</i>, etc.)</li> <li>. Criação de protocolo de parceria com o ICNF para o uso mútuo e potenciar o já existente viveiro de Monte Gordo desta instituição</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de plantas produzidas</li> <li>. Número de parceiros</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Municípios   Associações empresariais, de Desenvolvimento Local, e setoriais   Produtores   ONGAs   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental Municípios
MONTANTE DE INVESTIMENTO	250 mil €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
PONTO FOCAL	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
PARTE INTERESSADA	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente e ICNF

FICHA DE OPERAÇÃO_02 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Ações de erradicação de espécies de fauna invasora</b>
PRIORIDADE	1 (Muito alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivos</u> . Ações de erradicação de espécies de fauna invasora de tartarugas de água doce nas lagoas costeiras do município de Loulé (Quinta do Lago, Vilamoura, Vale do Lobo, etc.) . Preservar espécies autóctones de fauna e flora aquáticas, nomeadamente cágado-de-carapaça-estriada <i>Emys orbicularis</i> que apresenta estatuto de conservação Em Perigo . Realização de campanhas de sensibilização
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	. Número de indivíduos capturados . Número de áreas intervencionadas . Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Entidades privadas   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental Municípios Entidades privadas gestoras
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 mil €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)
PONTO FOCAL	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
PARTE INTERESSADA	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_03 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização da biodiversidade em meio urbano</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Instalação de abrigos para fauna autóctone, nomeadamente aves, insetos, morcegos, etc., em aglomerados urbanos</li> <li>. Aumento da biodiversidade em contexto urbano na região do Algarve</li> <li>. Diminuir a incidência de organismos passíveis de causar problemas de saúde pública, nomeadamente a lagarta-do-pinheiro, mosquitos, roedores, baratas, entre outros.</li> <li>. Sensibilização ambiental</li> <li>. Monitorização ambiental</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de abrigos instalados</li> <li>. Número de espécies beneficiadas</li> <li>. Número de pessoas envolvidas</li> <li>. Número de ações de sensibilização ambiental</li> <li>. Número de parceiros</li> <li>. Número de publicações</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Produtores   ONGAs   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental Municípios Entidades privadas
MONTANTE DE INVESTIMENTO	280 mil €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
PONTO FOCAL	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
PARTE INTERESSADA	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_04 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Restauro de áreas prioritárias para a nidificação de espécies protegidas e vulneráveis</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Restauro de áreas prioritárias para a nidificação de espécies de aves protegidas e vulneráveis em salinas, sapais, lagoas, etc.</li> <li>. Criação de locais de nidificação para aves, nomeadamente ilhas artificiais, combros, etc.</li> <li>. Implementação de áreas de exclusão de predadores em locais de nidificação</li> <li>. Ações de capacitação de entidades competentes</li> <li>. Monitorização ambiental das populações nidificantes</li> <li>. Promoção da recuperação das populações de aves nidificantes com estatutos de conservação desfavoráveis, nomeadamente chilreta <i>Sternula albifrons</i>, borrelho-de-coleira-interrompida <i>Charadrius alexandrinus</i> e alfaiate <i>Recurvirostra avosetta</i>.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Parque Natural da Ria Formosa, Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, Lagoa dos Salgados, Foz do Almargem e Trafal e Ria de Alvor
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de áreas requalificadas e restauradas</li> <li>. Número de áreas de proteção total implementadas</li> <li>. Número de locais de nidificação criados</li> <li>. Área total de exclusão de predadores</li> <li>. Número de ações de capacitação</li> <li>. Número de parceiros</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   Produtores e Empresas Locais   ONGAs   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	400 – 500 mil €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_05 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Restauro de ecossistemas e erradicação de espécies exóticas de flora</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivos</u> . Restauro de áreas prioritárias, nomeadamente parques e reservas naturais e áreas de Rede Natura 2000 . Controlo de espécies exóticas . Plantação de espécies autóctones . Monitorização ambiental . Ações de educação ambiental com agrupamentos de escolas locais
ÂMBITO TERRITORIAL	Quinta de Marim e Concelhos de Faro e Olhão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	. Número de hectares restaurados . Número de espécies plantadas . Biomassa removida . Número de parceiros . Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   APA   ARH   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental Municípios LIFE
MONTANTE DE INVESTIMENTO	400 mil – 500 mil €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)
PONTO FOCAL	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
PARTE INTERESSADA	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente

FICHA DE OPERAÇÃO_06 Associação Vita Nativa	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reconversão de espaços verdes públicos em jardins autóctones de sequeiro</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivos</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Reconversão de espaços verdes públicos em jardins autóctones de sequeiro</li> <li>. Apoio à implementação de jardins sustentáveis sem necessidade de rega através da criação de manuais de boas práticas adaptados a cada município</li> <li>. Acompanhamento e aconselhamento técnico nos processos de reconversão</li> <li>. Ações de sensibilização ambiental</li> <li>. Ações de capacitação de entidades competentes</li> <li>. Monitorização ambiental</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Espaços verdes públicos da Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de ações de capacitação</li> <li>. Número de parceiros</li> <li>. Número de pessoas envolvidas</li> <li>. Estimativa de poupança de água</li> <li>. Número de espaços verdes públicos reconvertidos em jardins autóctones</li> <li>. Número de publicações</li> <li>. Número de manuais produzidos</li> <li>. Avaliar o resultado da implementação das iniciativas previstas</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   APA   ARH   Águas do Algarve   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental Municípios LIFE
MONTANTE DE INVESTIMENTO	200 mil €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; PRGPSMS; PRGPSC (em elaboração)</li> </ul>
PONTO FOCAL	Thijs Valkenburg (thijsvalkenburg@vitanativa.org) – presidente da direção da Associação Vita Nativa
PARTE INTERESSADA	Associação Vita Nativa – Conservação do Ambiente

#### 4.3.1.31 SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

FICHA DE OPERAÇÃO_01 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Proteção e monitorização das colónias nidificantes de aves marinhas ameaçadas</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>Garantir o acompanhamento e proteção das colónias de gaivota-de-audouin e de chilreta através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Identificação e mapeamento das principais áreas de colónias anualmente</li> <li>. Monitorização da população reprodutora de ambas as espécies nas principais colónias (contagem de ninhos, ovos e crias)</li> <li>. Vedação e sinalização das colónias de chilreta</li> <li>. Seguimento individual e distribuição das aves nidificantes no mar (colocação de dispositivos eletrónicos e anilhas coloridas)</li> <li>. Ações de sensibilização dos visitantes para reduzir a perturbação humana nas colónias, envolvendo as comunidades locais</li> <li>. Avaliação das causas de mortalidade das aves marinhas recolhidas</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Ria Formosa
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de casais nidificantes de ambas as espécies;</li> <li>. Número de crias/juvenis;</li> <li>. Número de juvenis anilhados;</li> <li>. Número de colónias vedadas e/ou sinalizadas;</li> <li>. Nº de dispositivos de seguimento colocados;</li> <li>. Nº de pessoas envolvidas nas ações de sensibilização;</li> <li>. Nº de necropsias realizadas.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   SPEA   MARE – Univ. Coimbra   RIAS
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, Portugal 2030, LIFE
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Diretiva Aves Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030



FICHA DE OPERAÇÃO_02 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação de habitat e restauro de zonas húmidas</b>
PRIORIDADE	1 (Muito Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>Esta operação pretende contribuir para as metas de restauro de habitats importantes para a biodiversidade, em zonas húmidas, como as zonas de sapal e de salinas. As medidas devem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Identificação, caracterização e mapeamento das áreas de sapal e de salinas na região do Algarve</li> <li>. Identificação das áreas degradadas e prioridades de intervenção a nível espacial</li> <li>. Implementação de medidas de gestão e manutenção das áreas existentes</li> <li>. Promover a recuperação das áreas degradadas ou abandonadas</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de hectares de sapal recuperado;</li> <li>. Número de hectares de salinas abandonadas geridas para a biodiversidade;</li> <li>. Número de protocolos de gestão com proprietários de salinas ativas;</li> <li>. % de área recuperada.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Municípios   APA   UALG   ONGA   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, LIFE, Horizon Europe (HORIZON)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Diretiva Aves Diretiva Habitats Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030

FICHA DE OPERAÇÃO_03 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Redução das capturas acidentais de aves marinhas em artes de pesca</b>
PRIORIDADE	2 (Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>Pretende-se contribuir para a redução das capturas acidentais de aves marinhas em artes de pesca, através do envolvimento e colaboração com pescadores nas seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Identificação e teste de medidas a implementar nas artes consideradas mais problemáticas por área de pesca através de um programa de observadores a bordo (p. ex: redes de emalhar em Monte Gordo, palangre em Sagres, etc.)</li> <li>. Implementação de boas práticas a bordo na atividade pesqueira, através de campanha de comunicação, articulada entre os vários atores relevantes</li> <li>. Promoção do registo voluntário de capturas acidentais de espécies sensíveis pelos mestres de pesca através de sessões dirigidas</li> <li>. Sensibilização das comunidades piscatórias para o problema das capturas acidentais</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de medidas testadas;</li> <li>. Número de embarcações envolvidas;</li> <li>. Número de embarques realizados para teste de medidas de mitigação e boas práticas;</li> <li>. Número de registos voluntários de capturas acidentais introduzidos;</li> <li>. Número de pescadores envolvidos nas ações de sensibilização.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Docapesca   UALG   ONGA   Associações de Pesca   DRAP Algarve
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	FEAMPA, Fundo Ambiental, LIFE, Horizon Europe (HORIZON)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Diretiva Aves Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030

FICHA DE OPERAÇÃO_04 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Gestão das populações de gatos assilvestrados/errantes nas ilhas do PNRF</b>
PRIORIDADE	2 (Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>Pretende-se contribuir para a redução das populações de gatos assilvestrados ou errantes das ilhas do Parque Natural da Ria Formosa, nas seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Implementação de um programa de esterilização de todos os gatos assilvestrados ou errantes presentes nas ilhas</li> <li>. Campanhas de sensibilização direcionada à população local para os problemas resultantes do abandono de gatos</li> <li>. Campanhas de sensibilização direcionada aos turistas para os problemas resultantes da alimentação de gatos errantes</li> <li>. Campanha para registo de todos os gatos domésticos presentes nas ilhas</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	PNRF
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de gatos esterilizados;</li> <li>- Número de gatos assilvestrados não esterilizados;</li> <li>- Número de campanhas de sensibilização;</li> <li>- Proporção e número de gatos domésticos registados.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Câmaras Municipais   ONGA   Associações de moradores
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, Portugal 2030, LIFE, POSEUR
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Diretiva Aves Diretiva Habitats Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030

FICHA DE OPERAÇÃO_05 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Redução do conflito entre humanos e gaivotas</b>
PRIORIDADE	2 (Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>A gaivota-de-patas-amarelas é uma gaivota de grande porte, cuja alimentação oportunista, associada a uma disponibilidade de alimento de origem antropogénica elevada, particularmente recursos provenientes da atividade piscatória e das zonas fortemente urbanizadas, favorece o aumento populacional desta espécie. Pretende-se implementar esta operação através das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Monitorização a longo prazo de 2 colónias de reprodução naturais e 2 urbanas (abundância e parâmetros alimentares e reprodutores)</li> <li>. Seguimento individual de aves a reproduzir em meio urbano para identificação dos locais de alimentação (anilhas coloridas e sistemas de GPS)</li> <li>. Identificação das áreas geográficas de maior conflito</li> <li>. Identificação das principais fontes de alimento de origem antropogénica</li> <li>. Implementação de medidas de afugentamento nos 2 aterros sanitários do Algarve</li> <li>. Campanhas de sensibilização para a adoção de boas práticas pelos pescadores</li> <li>. Contribuir para a criação de um grupo multi-disciplinar a nível nacional</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	PNRF
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de gaivotas nidificantes em meio urbano e meio natural;</li> <li>- Número de campanhas de monitorização;</li> <li>- Número de aves seguidas individualmente;</li> <li>- Número de dias/ano com medias de afugentamento;</li> <li>- Número de campanhas de sensibilização;</li> <li>- Número de reuniões do grupo-multidisciplinar participadas por representantes regionais.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Câmaras Municipais   ONGA   Associações de moradores   Docapesca   DGRM   Universidades
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, Portugal 2030, LIFE, FEAMPA, POSEUR
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Diretiva Quadro Estratégia Marinha Diretiva Aves Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030

FICHA DE OPERAÇÃO_06 SPEA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Extensão dos limites marinhos da ZPE Ria Formosa e implementação de medidas de gestão</b>
PRIORIDADE	2 (Alta)
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e atividades</u></p> <p>Com o estabelecimento de novos elementos naturais na ZPE Ria Formosa, nomeadamente as colónias de reprodução de gaivota-de-audouin, torna-se necessário promover a atualização dos limites da ZPE e a implementação de medidas de gestão e monitorização. De salientar que a espécie se encontra em declínio acentuado a nível mundial, com um estatuto de conservação desfavorável e que a Ria Formosa alberga atualmente a maior colónia a nível mundial. Pretende-se assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Rever e estender os limites marinhos da ZPE Ria Formosa;</li> <li>. Adotar um plano de gestão, com carácter legal, para a ZPE Ria Formosa.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de reuniões;</li> <li>- Atualização da ZPE Ria Formosa publicada;</li> <li>- Número de medidas de gestão e monitorização identificadas;</li> <li>- Plano de gestão formalmente adotado.</li> </ul>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Câmaras Municipais   ONGA   DGRM   Universidades
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental, Portugal 2030, LIFE, FEAMPA, POSEUR
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Diretiva Aves Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 Diretiva Quadro Estratégia Marinha

#### 4.3.1.32 ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Estudo de Caracterização Ambiental e Cultural do Vale da Asseca (Tavira)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O turismo de massas, os vários episódios de vandalismo e os incêndios juntamente com as alterações climáticas que se fazem sentir em Portugal, com particular relevância no Algarve, são razões fortes que justificam um estudo de caracterização ambiental e cultural no Vale da Asseca.</p> <p>Pretende-se que este estudo incida sobre: a hidrologia, o coberto vegetal e os vários grupos que compõem a fauna desta área, muitos deles dependentes da água da ribeira. Incluindo na fase final a implementação de uma estratégia de sensibilização dos cidadãos (público escolar, população residente, proprietários e turistas) para a importância da preservação da área através de um plano de gestão e de um regulamento com o objetivo de classificação como Paisagem Protegida de âmbito local.</p> <p>O Pego do Inferno assim como toda a envolvente do Vale da Asseca deve ser visto como uma paisagem cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos, estratégia que deve acompanhar planos de gestão futuros.</p> <p>A paisagem foi sendo modelada e construída à medida que o Homem foi impondo os seus modelos de ocupação e exploração do território, daí a importância de incluir a população local nos processos de tomada de decisão. Estas diversas fases na forma de ocupação e exploração do território, constituem hoje um testemunho fundamental para o entendimento do património e da cultura da região, que deve ser preservado a par do património geológico e biológico.</p> <p>A delimitação da área de estudo proposta engloba: diferentes habitats; estruturas com interesse cultural e histórico; espécies com interesse de conservação e zonas de maior importância (em termos geológicos e em termos geomorfológicos).</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Este projeto tem como objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Caracterização biofísica do Vale da Asseca;</li> <li>2. Estudo do património cultural na área de estudo;</li> <li>3. Identificação de problemas ambientais e de ordenamento do território na área de estudo com vista à sua resolução para integração de regulamento próprio;</li> <li>4. Dinamização de atividades de sensibilização e educação ambiental nas diferentes áreas que serão abordadas para um público diverso (público escolar, população residente, proprietários e turistas);</li> <li>5. Divulgação dos resultados em linguagem acessível;</li> <li>6. Desenvolvimento do plano de gestão para o Vale da Asseca com principal foco na área do Pego do Inferno;</li> <li>7. Sessões de divulgação e esclarecimento sobre futura classificação do Vale da Asseca e/ou Pego do Inferno como Paisagem Protegida Local.</li> </ol> <p><u>Atividades</u></p> <p>A fase de Estudo e Caracterização engloba as seguintes temáticas através das ações listadas abaixo:</p>

## FICHA DE OPERAÇÃO\_01 ALMARGEM

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Geografia:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterização da paisagem física e do quadro socioeconómico da área, dominada fundamentalmente pelo uso agrícola do território;</li> <li>- Análise comparativa da cartografia e fotografia aérea existente para compreender a evolução da paisagem e da ocupação humana do vale da Asseca ao longo do século XX;</li> <li>- Levantamento fotográfico, completo, e realização de entrevistas a um número significativo de residentes ou utilizadores habituais da zona.</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Geologia:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo pormenorizado da singular formação carbonatada do Pego do Inferno e do contexto geológico em que se insere;</li> <li>- Estudo pormenorizado dos tufos calcários, em termos da sua: origem, composição, estrutura, evolução, datação e significado paleoambiental;</li> <li>- Recolha de cartografia e outros elementos provenientes de prospeções geológicas já efetuadas;</li> <li>- Realização de diversas saídas de campo para recolha de amostras e observação de ocorrências geomorfológicas relevantes.</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Hidrologia Superficial</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação sazonal e espacial dos principais parâmetros hidrológicos da Ribeira da Asseca;</li> <li>- Perfil longitudinal e diversos perfis transversais em pontos significativos da Ribeira da Asseca;</li> <li>- Variação sazonal e espacial de parâmetros físico-químicos da água, entre outros, velocidade da corrente, turbidez, temperatura, ph, oxigénio dissolvido, dureza, concentração de sais minerais e conteúdo em matéria orgânica.</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Biologia Aquática</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Amostragem e identificação da fauna aquática (peixes, macroinvertebrados);</li> <li>- Caracterização da galeria ripícola que protege todo o troço da ribeira em questão;</li> <li>- Uso de espécies bioindicadores para avaliação da qualidade ecológica dos cursos de água.</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Biologia Terrestre</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecimento dos ecossistemas naturais e humanizados do vale da Asseca;</li> <li>- Levantamento e cartografia do coberto vegetal da zona;</li> <li>- Inventariação exaustiva das espécies de fauna (mamíferos, aves, anfíbios, répteis, insetos) e flora existentes.</li> </ul> </li> <li>▪ <u>Património Cultural</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventariação dos principais edifícios com valor histórico e patrimonial;</li> <li>- Recolha de documentação relativa aos valores em causa;</li> <li>- Perfil histórico da zona;</li> <li>- Levantamento das tradições e memórias vivas;</li> <li>- Identificação de Problemas Ambientais e de Ordenamento do Território;</li> <li>- Recolher toda a informação pertinente relativa a aspetos que condicionam ou comprometem a qualidade do ambiente na região (e.g. contaminação da água, plantas e animais invasores, descargas de entulho);</li> </ul> </li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recolher informação e proceder à identificação dos problemas e ameaças resultantes da utilização recreativa da zona do Pego do Inferno;</li> <li>- Identificar constrangimentos e conflitos que coloquem em causa o equilíbrio do território;</li> <li>- Identificar e propor medidas, no âmbito do plano de gestão, que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A área de estudo incidirá sobre o Vale da Asseca que engloba o troço final da Ribeira com o mesmo nome, numa extensão de 3,8 Km.</p> <p>Localiza-se na freguesia de Santo Estevão (atualmente União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão), uns 5 km a noroeste da cidade de Tavira. Esta área tem cerca de 3 Km<sup>2</sup> (310ha) e está delimitada a este pelo Pego do Inferno e a oeste pelo Cerro do Major.</p> <p>Os limites norte e sul foram definidos aproximadamente pelas linhas de cumeeira situados a norte e a sul da ribeira e paralelas à mesma.</p>
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	120.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2025
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Anabela Santos – <a href="mailto:asantos@almargem.org">asantos@almargem.org</a>
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve



FICHA DE OPERAÇÃO_02 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reabilitação de habitats e remoção de invasores do Vale da Asseca (Tavira)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivos e Descrição</u></p> <p>Decorrente do estudo de caracterização do Vale da Asseca pretende-se reabilitar os habitats que venham a ser identificados com essa necessidade, bem como, remover as espécies de flora exóticas invasoras e posterior substituição por espécies autóctones, adaptadas ao território.</p> <p>Esta é uma medida estrutural de conservação de natureza, cada vez mais utilizada para salvaguardar diferentes vertentes: combate às alterações climáticas; redução da incidência e intensidade de fogos florestais (esta área foi afetada por incêndios em 2012 e 2019); promoção da biodiversidade; e ainda ao combate à escassez hídrica.</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>Principais ações a desenvolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Remoção de focos de plantas exóticas invasoras, usando metodologias adaptadas ao local e à espécie;</li> <li>▪ Plantação/semear de espécies autóctones mediterrânicas que promovam, em diferentes locais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção da erosão das margens da linha de água;</li> <li>- Aumento de população nativa de espécies polinizadoras;</li> <li>- Maior retenção de água no ecossistema;</li> <li>- Efeito tampão de fogos (espécies resistentes a incêndios florestais).</li> <li>- Manutenção dos locais intervencionados (ações de remoção pontuais e rega/poda dos indivíduos plantados/semeados).</li> </ul> </li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	<p>A área de estudo incidirá sobre o Vale da Asseca que engloba o troço final da Ribeira com o mesmo nome, numa extensão de 3,8 Km.</p> <p>Localiza-se na freguesia de Santo Estevão (atualmente União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estevão), uns 5 km a noroeste da cidade de Tavira.</p> <p>Esta área tem cerca de 3 Km<sup>2</sup> (310ha) e está delimitada a este pelo Pego do Inferno e a oeste pelo Cerro do Major.</p> <p>Os limites norte e sul foram definidos aproximadamente pelas linhas de cumeeira situados a norte e a sul da ribeira e paralelas à mesma.</p>
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	600.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2027

FICHA DE OPERAÇÃO_02 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
PONTO FOCAL	Anabela Santos – <a href="mailto:asantos@almargem.org">asantos@almargem.org</a>
PARTE INTERESSADA	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Valorização do Vale da Asseca através da instalação de infraestruturas verdes de apoio à visitação</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivos</u></p> <p>No ano 2000, a zona do Vale da Asseca foi alvo de uma grande intervenção paisagística empreendida pelo Município de Tavira com a construção de acessos, estacionamento, parque de merendas e passadiços o que reflete o reconhecimento e sensibilidade do poder político para o potencial turístico baseado na conservação e preservação dos valores naturais e culturais de um território. No Verão de 2012, um gigantesco incêndio proveniente da zona serrana, terminou justamente no Vale da Asseca, tendo destruído as infraestruturas existentes no Pego do Inferno, repetindo-se a catástrofe em junho de 2019, que consumiu três hectares de floresta, destruindo os passadiços e caminhos que ainda permitiam chegar ao local.</p> <p>Uma vez que existe a vontade política de classificação desta área em Paisagem Protegida de âmbito local e no seguimento do estudo de caracterização que se pretende desenvolver torna-se fundamental dotá-la de infraestruturas verdes que permitam a sua visitação e usufruto por parte de vários tipos de público: escolas, população residente na região e turistas.</p> <p><u>Descrição</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As infraestruturas que se pretendem implementar são:</li> <li>▪ Passadiço de acesso ao Pego do Inferno;</li> <li>▪ Contadores de passagens: como forma de contabilização dos visitantes;</li> <li>▪ Painéis informativos sobre a riqueza em termos de património ambiental e cultural da área e código de boa conduta;</li> <li>▪ Jogos interativos sobre a biodiversidade da área dirigidos para crianças e jovens;</li> </ul> <p>Baldes de lixo diferenciados.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Vale da Asseca

FICHA DE OPERAÇÃO_03 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.200.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; PTP; Algarve 2030 . <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u> : PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; PGFR; PNA PGFR; QAP 2021-2027; PRGPSC (em elaboração)

PONTO FOCAL	Anabela Santos – <a href="mailto:asantos@almargem.org">asantos@almargem.org</a>
PARTE INTERESSADA	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Renaturalização de áreas críticas da futura Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivo</u></p> <p>A remoção de espécies de flora exóticas invasoras e posterior substituição por espécies autóctones, adaptadas ao território, é uma medida estrutural de conservação de natureza, cada vez mais utilizada para salvaguardar diferentes vertentes: combate às alterações climáticas; redução da incidência e intensidade de fogos florestais; promoção da biodiversidade; e ainda ao combate à escassez hídrica.</p> <p>Pretende-se operacionalizar e concretizar medidas de conservação apontadas por diferentes estudos realizados na área nos últimos anos, tendo como objetivo criar condições para que a da futura Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal possa regenerar a nível de fauna e, principalmente, de flora, de forma progressiva nos anos vindouros.</p> <p>Esta operação irá também beneficiar toda a área, uma vez que se irá diminuir algumas das fontes de dispersão destas espécies.</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>A regeneração deverá ser acompanhada de um esforço mínimo para a erradicação regular de focos plantas invasoras através de ações de educação ambiental <i>in situ</i> enquadradas no Plano Municipal de Educação Ambiental da Câmara Municipal de Loulé, através do Divisão de Ambiente/Centro Ambiental de Loulé, e através da dinamização periódica de ações de voluntariado ambiental.</p> <p>Pretende-se que a população se orgulhe deste espaço e que o utilize como zona de lazer e usufruto.</p> <p><u>Objetivo Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Remoção de focos de plantas exóticas invasoras, usando metodologias adaptadas ao local e à espécie: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Arundo donax</i>: corte sucessivo e/ou remoção completa do rizoma com recurso a retroescavadoras;</li> <li>▪ <i>Opuntia ficus-indica</i>: corte e remoção completa do indivíduo;</li> <li>▪ <i>Agave americana</i>: corte e remoção completa do indivíduo; possível aplicação de herbicida para indivíduos de grande porte;</li> <li>▪ <i>Acacia sp</i>: descasque ou arranque (para indivíduos de muito pequeno porte).</li> </ul> </li> <li>- Plantação/semear de espécies autóctones mediterrânicas que promovam, em diferentes locais: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fixação das dunas;</li> <li>▪ Aumento de população nativa de espécies polinizadoras;</li> <li>▪ Maior retenção de água no ecossistema;</li> <li>▪ Efeito tampão de fogos (espécies resistentes a incêndios).</li> </ul> </li> <li>- Manutenção dos locais intervencionados (ações de remoção pontuais e rega/poda dos indivíduos plantados/semeados).</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Futura Reserva Natural Local da Foz do Almagem e Trafal
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	1.000.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2025-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PRGPSC (em elaboração)</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

PONTO FOCAL	André Pinheiro – <a href="mailto:apinheiro@almargem.org">apinheiro@almargem.org</a>
PARTE INTERESSADA	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_05 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Caracterização da população de anfíbios no concelho de Loulé e implementação de medidas de proteção</b>
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Atualmente, os anfíbios atravessam talvez um dos maiores desafios da sua já longa história. As modificações drásticas provocadas pelas atividades humanas nos equilíbrios globais da Terra ao longo das últimas décadas, têm levado muitas espécies à beira da extinção. Este acelerado desaparecimento dos Anfíbios, mesmo em locais pouco afetados pela presença humana, não tem uma explicação fácil e resulta da interação de múltiplos fatores.</p> <p>As mudanças climáticas representam e continuarão a representar grandes ameaças para a sobrevivência dos anfíbios num futuro muito próximo: a diminuição da precipitação juntamente com o aumento de temperatura poderá afetar os habitats de reprodução, reduzindo o hidroperíodo dos charcos temporários, podendo não permitir que as larvas de anfíbios completem a sua metamorfose; o aumento da temperatura poderá ter um efeito bastante negativo para populações cujo limiar superior de temperatura venha a ser ultrapassado; com o aumento da temperatura aumenta a probabilidade de surgirem mais fogos florestais, o que pode levar à destruição de habitats importantes como galerias ripícolas e florestas e à acidificação da água dos charcos por lixiviação da matéria ardida, o que pode ter consequências no desenvolvimento das larvas dos anfíbios.</p> <p>Os anfíbios têm sido um dos parentes pobres das políticas de conservação da natureza em Portugal. A nível europeu todas as espécies são protegidas através da Convenção de Berna e algumas através da Diretiva Habitats.</p> <p>De um estudo realizado em 2010 pela Associação Almargem concluiu-se que o concelho de Loulé é detentor de uma enorme riqueza biológica, contendo um dos mais ricos patrimónios genéticos de anfíbios da Europa.</p> <p>A biodiversidade que contém no interior dos seus limites é um privilégio, que deve ser um motivo de orgulho, mas também de uma consciente responsabilização dos seus cidadãos e autoridades locais, para que essa riqueza seja preservada permitindo que seja partilhada com as gerações futuras.</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>Justifica-se assim um estudo de caracterização da população de anfíbios no concelho de Loulé em que através de várias saídas de campo noturnas de especialistas, ao longo do período de chuvas, se possa fazer o:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantamento das espécies existentes e número de indivíduos;</li> <li>▪ Mapeamento de pontos de água e hot-spots de mortalidade viária.</li> <li>▪ Através desse estudo exaustivo de caracterização pretende-se ter o conhecimento necessário para poder intervir assertivamente, nomeadamente em:</li> <li>▪ Recuperação de charcos e pontos de água;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ações de controlo da espécie invasora lagostim vermelho da Louisiana (<i>Procambarus clarkii</i>);</li> <li>▪ Medidas de mitigação ao impacto das estradas através da implementação de estruturas condutoras (p.ex. barreiras condutoras paralelas à estrada e passagens inferiores e superiores para anfíbios) e sinalética rodoviária.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	800.000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	André Pinheiro – <a href="mailto:apinheiro@almargem.org">apinheiro@almargem.org</a>
PARTE INTERESSADA	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_06 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Recuperação de habitat de Cágado-de-carapaça-estriada – Praia do Garrão Nascente (Loulé)</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e Objetivo</u> Pretende-se recuperar o habitat envolvente da lagoa da Praia do Garrão Nascente (conhecida localmente como “Lagoa das Dunas Douradas”) usando como espécie-bandeira para esta intervenção, o cágado-de-carapaça-estriada ( <i>Emys orbicularis</i> ). As populações de cágado-de-carapaça-estriada foram estudadas e recuperadas nesta e outras áreas envolvente entre 2011 e 2013, no âmbito do projeto LIFE TRACHEMYS (LIFE09

FICHA DE OPERAÇÃO\_06 ALMARGEM

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>NAT/ES/000529). Infelizmente, desde que o projeto LIFE terminou, os locais sofreram uma degradação considerável, muitos dos quais voltaram a ser invadidos por espécies de cágados exóticas invasoras, nomeadamente de cágado-de-orelhas vermelhas (<i>Trachemys scripta scripta</i>) e cágado-de-orelhas amarelas (<i>Trachemys scripta elegans</i>). Houve também uma propagação de espécies exóticas invasoras de flora, nomeadamente de acácias (<i>Acacia sp.</i>) e cana (<i>Arundo donax</i>).</p> <p>É necessária uma intervenção holística no território, para que as populações de cágado-de-carapaça-estriada se possam voltar a estabelecer de forma natural, juntamente com outras espécies nativas (nomeadamente de anfíbios e de flora).</p> <p>Pretende-se operacionalizar e concretizar medidas de conservação utilizando como referência as metodologias desenvolvidas no âmbito do projeto LIFE TRACHEMYS, assim como metodologias adicionais de remoção de plantas exóticas invasoras para uma recuperação completa do <i>habitat</i> a longo prazo.</p> <p>A regeneração deverá ser acompanhada da erradicação regular de focos plantas invasoras através de ações de educação ambiental <i>in situ</i> enquadradas no Plano Municipal de Educação Ambiental da Câmara Municipal de Loulé, através do Divisão de Ambiente/Centro Ambiental de Loulé, e através da dinamização periódica de ações de voluntariado ambiental.</p> <p>Pretende-se que a população se orgulhe deste espaço e que o utilize como zona de lazer e usufruto.</p> <p><u>Objetivos Específicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Remoção de focos de plantas exóticas invasoras, usando metodologias adaptadas ao local e à espécie: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Arundo donax</i>: corte sucessivo e/ou remoção completa do rizoma com recurso a retroescavadoras.</li> <li>▪ <i>Acacia sp</i>: descasque ou arranque (para indivíduos de muito pequeno porte).</li> </ul> </li> <li>- Remoção de todos os indivíduos de cágados invasores, usando metodologias adaptadas ao local e à espécie, como nassas.</li> <li>- Plantação/semear de espécies autóctones mediterrânicas que promovam, em diferentes locais: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento de populações nativas de anfíbios;</li> <li>▪ Aumento de população nativa de espécies de insetos;</li> <li>▪ Maior retenção de água no ecossistema;</li> <li>▪ Efeito tampão de fogos (espécies resistentes a incêndios florestais).</li> </ul> </li> <li>- Manutenção dos locais intervencionados (ações de remoção pontuais e rega/poda dos indivíduos plantados/semeados).</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	750.000€

FICHA DE OPERAÇÃO_06 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2025-2028
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	André Pinheiro – <a href="mailto:apinheiro@almargem.org">apinheiro@almargem.org</a>
PARTE INTERESSADA	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_07 ALMARGEM	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Implementação de infraestruturas verdes de apoio à visita da GR13 – Via Algarviana e rede de infraestruturas complementares</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito e Objetivos</u></p> <p>A Via Algarviana é uma rede de percursos pedestres. O eixo principal é a Grande Rota pedestre (GR13), que liga Alcoutim ao cabo de São Vicente, sempre pelo interior do Algarve, ao longo de cerca de 300 km. Atravessa as três serras algarvias, a beira-serra, o barrocal, e termina com o mar à vista, no mítico cabo de São Vicente. Está dividida em 14 setores, sendo que cada um deles pode ser percorrido num dia. São necessários 14 dias para percorrer toda a grande rota na modalidade pedestre e 5 na modalidade BTT.</p> <p>Ao longo dos anos foram surgindo uma série de outros percursos complementares. Temos por um lado as 11 ligações, que são percursos lineares que permitem chegar ao eixo principal da GR13 a partir de diferentes pontos do Algarve. Os caminhantes ou ciclistas podem por exemplo apanhar a ligação que vai da estação de comboios de Loulé até Salir, e em Salir continuam então pelo percurso principal da GR13. E depois podem decidir terminar antes do final – podem apanhar a ligação desde Silves à estação de comboios do Parchal, já no concelho de Lagoa, e dessa forma fazer apenas alguns setores da grande rota, começar e terminar no ponto que lhes convém mais. Esta é uma excelente solução em termos de mobilidade, porque torna mais fácil chegar de uma cidade ou estação de comboio a um ponto do interior que cruza a Via Algarviana.</p> <p>Há ainda uma série de percursos pensados para quem quer fazer apenas um dia de caminhada, começando e terminando no mesmo local. O facto de serem circulares simplifica muito a logística. São as pequenas rotas, e neste momento já há 15 destes percursos.</p>



FICHA DE OPERAÇÃO\_07 ALMARGEM

TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Existem ainda 10 percursos áudio guiados, tanto em zonas rurais como em ambiente urbano, e quatro rotas temáticas, que permitem conhecer o Algarve através de temas marcantes na identidade e no património da região: o contrabando, em Alcoutim; a água, no concelho de Loulé; e, em Monchique, a rota das árvores monumentais e a da geologia.</p> <p>Uma das necessidades prementes para a melhor gestão de todo o “território Via Algarviana” é a de obter dados da visita, uma vez que neste momento ainda não se consegue aferir o real impacto de visitantes. Por outro lado, existem alguns dos produtos já instalados que necessitam de algumas infraestruturas de apoio à visita.</p> <p>Nos últimos anos a Via Algarviana ganhou uma enorme notoriedade nacional e internacional, com inúmeras publicações de reportagens, pelo que será importante começar a marcar presença em alguns feiras nacionais e internacionais e organizar algumas visitas de imprensa.</p> <p><u>Ações</u></p> <p>Detalham-se abaixo as ações que se pretendem desenvolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instalação de contadores para contabilização dos visitantes ao longo do eixo principal da GR13 – Via Algarviana e em algumas infraestruturas complementares e a monitorização do seu impacto;</li> <li>▪ Instalação de sinalética de apoio, nomeadamente painéis informativos com interpretação do território e algumas balizas direcionais nas seguintes infraestruturas já existentes: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 4 rotas temáticas;</li> <li>- 2 Roteiros de Birdwatching: Roteiro do Caldeirão (inclui hot-spots nos concelhos de Loulé e São Brás de Alportel) e Roteiro de Vila do Bispo.</li> <li>- 10 percursos áudio guiados.</li> </ul> </li> <li>▪ Organização de eventos promocionais e de divulgação (caminhadas abertas ao público-geral, jornadas técnicas, Press Trip’s e Fam Trip’s);</li> <li>▪ Participação em Feiras de Turismo.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Algarve (Via Algarviana)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   Municípios   Universidades   Associações de Desenvolvimento Local   ONG   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	300.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	Anabela Santos – Coordenadora da GR13 – Via Algarviana ( <a href="mailto:asantos@almargem.org">asantos@almargem.org</a> )
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

#### 4.3.1.33 Centro Ciência Viva do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_01 CentroCienciaViva</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Requalificação de Aquários. Conhecer e Proteger a Biodiversidade marinha</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A biodiversidade marinha e costeira representa vários serviços ecossistémicos muito importantes no que diz respeito aos recursos alimentares, mas igualmente à regulação do clima e adaptação às suas alterações. Existem no Centro Ciência Viva do Algarve vários equipamentos que dão a conhecer a biodiversidade marinha com o intuito de promover a sua conservação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- um aquário representativo de um ecossistema tropical,</li> <li>- um aquário representativo da zona inframareal da Ria Formosa, onde se podem observar por exemplo os cavalos marinhos (criados em cativeiro no CCMAR) e</li> <li>- um terceiro aquário representativo da zona intermareal da Ria Formosa, conhecido como apalpário.</li> </ul> <p>Estes equipamentos são utilizados para sensibilizar e promover a biodiversidade e a suas ameaças face às alterações climáticas e à ação humana.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Estes equipamentos têm perto de 20 anos e estão a precisar de uma requalificação técnica no que diz respeito aos sistemas elétricos e de recirculação de água como estético e funcional.</p> <p>São exemplos das intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A digitalização do equipamento para manutenção da qualidade dos ecossistemas de cada aquário,</li> <li>- A reestruturação, reformulação do apalpário para uma mais fácil colaboração e acessibilidade</li> <li>- A inclusão de um sistema de vídeo de observação dos aquários que poderá ser retransmitido em direto na internet para uma maior divulgação e sensibilização, e ser um recurso digital para o ensino à distância (no âmbito por exemplo do projeto Pr'Oceano).</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	ICNF   APA   Municípios   Universidades   Outros (CCMAR, PNRF, Escolas Azuis, Clubes Ciência Viva, Escola Ciência Viva e Agrupamentos Escolares, DGest e IPMA)

FICHA DE OPERAÇÃO_01 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	200.000€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2024-2027
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEAMPA; FA; PRR; Portugal 2030; Mar2030; POR Algarve; POCTEP.</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; DOEM, DQEM, PCP, DQA, DHabitats, ENCNB2030; ENMAR2030; Algarve 2030</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Construção de uma ecocasa na árvore para a observação inclusiva e acessível da biodiversidade da avifauna da Ria Formosa e da baixa de Faro</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O Parque Natural da Ria Formosa é referenciado como um dos melhores locais para a observação da avifauna, fazendo parte da rede Natura 2000. Existem ao longo do seu território vários locais de observação, mas poucos inclusivos e de acesso fácil para os a comunidade escolar.</p> <p>Considerando que o Centro Ciência Viva do Algarve já é considerado como um “Bird watching soft stop” com uma lista de mais de 100 espécies observadas e identificadas (<a href="https://ebird.org/portugal/hotspot/L4345878">https://ebird.org/portugal/hotspot/L4345878</a>), parece ser um local ideal para iniciar a população estudantil para a descoberta deste património natural, não reunindo no entanto as condições necessárias para se poder realizar observações de aves em grupo</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>Propõe-se neste projeto a criação de um equipamento ecológico e sustentável que permite a realização de observações de aves para grupos num espaço fechado, inclusivo, acessível, e ecológico, que reunirá as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção em madeira sobrelavada no espaço exterior do Centro Ciência Viva do Algarve</li> <li>- Inclusão de dois espaços fechados com lados envidraçados de observação, um virado para a Ria Formosa, outro virado para o Jardim Manuel Bívar</li> <li>- Acesso por rampa</li> <li>- Energia renovável e inovadora com por exemplo biojanelas com células fotovoltaicas (<a href="#">link1</a>, <a href="#">link2</a>, <a href="#">link3</a>)</li> <li>- Telhado vegetalizado para sustentar a biodiversidade urbana</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Centro de Ciência Viva do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_02 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Município de Faro   Universidade do Algarve   Outros (Escolas Azuis, Clubes Ciência Viva, Escola Ciência Viva e Agrupamentos Escolares e DGest)
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	250 000€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2024
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Horizonte Europa; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Jardim sensorial com base na Biodiversidade do Algarve</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Os jardins urbanos são hoje em dia os espaços naturalizados os mais visitados pela população de entre os espaços naturais provavelmente devido à proximidade, segurança e informação disponibilizada. No entanto, a maioria dos jardins urbanos não se focam na biodiversidade regional nem na acessibilidade para um público diverso e inclusivo, existindo somente um jardim sensorial no Algarve. <u>Objetivos</u> O presente projeto pretende recuperar o espaço ajardinado do Centro Ciência Viva e transforma-lo num espaço de exploração para todos e todas. O jardim sensorial deveria incluir: - sistema de distribuição de água tradicional; - um espaço para cada sentido (tato, visão, olfacto, audição, sabor) recorrendo a recursos regionais e endémicos, nomeadamente na biodiversidade vegetal.
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Faro
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   DRAP Algarve   Universidades   Municípios   Estabelecimentos de Ensino   ONG   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	A estabelecer
MONTANTE DE INVESTIMENTO	75.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2027
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve; POPNRF</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Sustentabilidade e reforço dos Postes de Ciência no litoral
PRIORIDADE	A estabelecer
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>O Litoral algarvio e a sua geodiversidade, estão submetidos a pressões importantes relacionadas com as alterações climáticas (subida do nível do mar e erosão costeira). A sensibilização dos cidadãos para estes assuntos e para a conservação da natureza é de extrema importância de forma a contribuírem ativamente para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Em 2015, o projeto “SciencePosts” (<a href="http://www.sciencepost.pt/">http://www.sciencepost.pt/</a>) foi desenvolvido para fomentar a ciência cidadã na monitorização do litoral e promover a importância do património natural e geológico.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>A plataforma informática desenvolvida para Projeto Science Post encontra-se obsoleta e precisa de ser adaptada às novas tecnologias.</p> <p>São objetivos deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Modernizar a plataforma informática de submissão de fotografias corrigido alguns erros e incluindo novas funcionalidades, o à Inteligência Artificial;</li> <li>- Aumentar a rede dos postes de Ciência ao longo do litoral implementando os Postes em falta (em relação ao projeto inicial) e propondo novos pontos;</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_04 CentroCienciaViva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	- Propor atividades para as escolas na área da ciência cidadão com nos postes de ciência e na informação recolhida ao longo do tempo.
ÂMBITO TERRITORIAL	Litoral Algarvio (Concelhos Lagoa e Albufeira)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Municípios   Outros
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	25.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH7; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 Centro Ciência Viva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural</li> <li>. Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais</li> </ul>
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Laboratório de Observação Virtual da Ria Formosa - LOVRia</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>A biodiversidade vegetal existente na Ria Formosa, a sua distribuição e evolução, confere ao Parque Natural da Ria Formosa uma variação visual, temporal e espacial que poucas pessoas conhecem e valorizam.</p> <p>As marés e as estações do ano revestem este território de diversos atributos – naturais, antropogénicos ou invasivos - que são de extrema importância monitorizar e conhecer para uma conservação adequada.</p> <p>A aplicação LOVRia foi desenvolvida no âmbito do projeto TOSCI (<a href="https://cima.ualg.pt/lov-ria/">https://cima.ualg.pt/lov-ria/</a>) e utiliza a informação fotográfica partilhada para reconhecer através de um algoritmo de inteligência artificial, várias espécies vegetais dunares.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>O presente projeto pretende não ampliar as espécies alvo de reconhecimento automático da aplicação de forma a monitorizar e melhor conhecer a evolução dos ecossistemas</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_05 Centro Ciência Viva	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>vegetais da Ria Formosa, mas igualmente dar a conhecer a aplicação às escolas e agrupamentos.</p> <p>Para tal é necessária mão de obra especializada para treinar o algoritmo e para efetuar as alterações necessárias no sistema.</p> <p>Este projeto compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção do conhecimento sobre o património ambiental e cultural;</li> <li>- Ações dirigidas à conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Ria Formosa (concelhos de Faro, Loulé, Olhão e Tavira)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   ICNF   Universidades   Municípios   Estabelecimentos de Ensino   Associações de Desenvolvimento local   ONG   Outros
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	10.000,00 € anuais
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: POPNRF; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: Planos de Ação de Espécie do Algarve; Espécies Invasoras no Algarve; PSCMRF</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Cristina Veiga-Pires
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Centro Ciência Viva do Algarve

#### 4.3.2 Fichas de Operações que não se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação

**Quadro 5 - Lista de Operações por organização que não se enquadram nas Tipologias de Operação do Plano de Ação e respetiva Origem de Financiamento**

Código da Operação/Designação da Operação	Origem de Financiamento	
	Sem origem definida	PR Algarve 2023
<b>03 DRAP Algarve</b> - Intervenção no Pomar Tradicional de Sequeiro, com principal foco na Alfarrobeira	X	—
<b>04 DRAP Algarve</b> - Emparcelamento rural	X	—
<b>06 DRAP Algarve</b> - Preservação e caracterização para a Valorização do Património Genético de variedades tradicionais de fruteiras mediterrânicas	X	—
<b>03 TurismoPortugal</b> - Programa Autocaravanismo Responsável – Criação de Rede Nacional de Áreas de Serviço para Autocaravanas	X	—
<b>06 TurismoPortugal</b> - Rota da Costa Atlântica Eurovelo 1 - Ecovia do Litoral Algarvio	—	Elegível no OE 2.8
<b>05 MLoulé</b> - Elaboração do cadastro rústico	X	—
<b>17 MLoulé</b> - Áreas de Serviço para Autocaravanas em Alte, Tôr e Benafim	—	Elegível no PADRE II
<b>18 MLoulé</b> - Criação de uma área de acampamento (camping) para suporte à realização de festivais/iniciativas pontuais na freguesia do Ameixial	—	Elegível no PADRE II
<b>01 MMonchique</b> - Dotar mais Edifícios Públicos de Equipamentos de Eficiência Energética	X	—
<b>11 MMonchique</b> - Adaptação e ampliação dos armazéns municipais para recolha de bioresíduos	—	Elegível no OE 2.6
<b>01 MPortimão</b> - Melhoramentos no Complexo Desportivo do Alvor	X	—
<b>02 MPortimão</b> - Construção e/ou consolidação de parques de estacionamento informais	X	—
<b>03 MPortimão</b> - Melhoramento das condições de acesso e estacionamento dos restaurantes na praia dos Três Irmãos*	X	—
<b>05 MPortimão</b> - Reperfilamento de via, incluindo a colocação de passeios e ciclovias	—	Elegível no OE 2.8
<b>06 MSilves</b> - Reutilização de Águas Residuais Tratadas da ETAR do Falacho	X	—
<b>07 MTavira</b> - Projeto “Pensa fora do Lixo” – Promoção da compostagem doméstica	—	Elegível no OE 2.6
<b>09 MTavira</b> - Percursos por Cachopo   Percursos por Santa Catarina – Valorizar o Promover o interior do concelho	—	Elegível no PADRE II
<b>01 ODIANA</b> - Caminhos de Santiago – Conclusão da sinalização e certificação do troço do “Caminho Nascente de Santiago”	—	Elegível no PADRE II



Código da Operação/Designação da Operação	Origem de Financiamento	
	Sem origem definida	PR Algarve 2023
<b>07 ATBG</b> - Criação de uma rede regional de pontos de carregamento de veículos elétricos	—	Elegível no OE 2.2
<b>08 ATBG</b> - Apoio à instalação de painéis solares e/ou fotovoltaicos nos edifícios públicos	—	Elegível no OE 2.1
<b>01 NERA</b> - Projeto Internacionalizar + Algarve 2.0   Turismo	X	—

#### 4.3.2.1 DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_03 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Intervenção no Pomar Tradicional de Sequeiro, com principal foco na Alfarrobeira</b>
PRIORIDADE	1 <i>Tratando-se do ecossistema de referência do Algarve, as Intervensões são prioritárias pelo seu reconhecido valor económico, social, ambiental e paisagístico.</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito e objetivos</u> Tendo em vista intervir no Pomar Tradicional de Sequeiro, prevê-se a sua manutenção e melhoria, mediante a limpeza e desmatação, entre outras operações assim como o adensamento e ocupação das clareiras existentes. <u>Atividades</u> Diversas ações relacionadas com a revitalização e crescimento da área e produção do Pomar tradicional de Sequeiro, com principal ênfase na Alfarrobeira: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza de matos;</li> <li>• Limpeza das árvores;</li> <li>• Adensamentos e preenchimento de clareiras libertadas pela decadência de figueiras e amendoeiras do clássico pomar tradicional de sequeiro;</li> <li>• Novas plantações em regime de sequeiro “ajudado” com regas na primavera /verão, nos primeiros anos, com recurso a depósitos acoplados a trator;</li> <li>• Plantações em regadio com consumo de pouca água, como apanágio da espécie, com consociação temporária, até dez anos, de amendoal, oliveiras, romãzeiras, etc.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	Toda a região do Algarve, predominantemente no barrocal e litoral
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	Áreas em manutenção e recuperação, e novas plantações
BENEFICIÁRIO(S)	DRAP Algarve   Produtores agrícolas
<b>FUNTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	PEPAC e todos os potenciais fundos adaptados e adaptáveis à realidade, atendendo ao seu potencial local e regional, sendo o ecossistema de referência do Algarve: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Novas plantações e adensamentos.</b> (PEPAC: 2.º Pilar Eixo C- Desenvolvimento Rural C2 - Investimento e Rejuvenescimento)</li> <li>• <b>Manutenção das plantações em produção integrada, agricultura biológica e/ou conversão em agricultura biológica</b> (PEPAC: 1.º Pilar Eixo A - Rendimento e Sustentabilidade A3 - Sustentabilidade “Ecoregimes”)</li> <li>• <b>Apoio ao Pomar Tradicional Sequeiro do Algarve, no âmbito das ajudas às Cultura Permanentes Tradicionais.</b> (PEPAC: 2.º Pilar Eixo C - Desenvolvimento Rural C1 - Gestão Ambiental e Climática C11 – Compromissos agroambientais e Clima C112 Manutenção de Sistemas Extensivos com Valor Ambiental ou Paisagístico)</li> </ul>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer (em função dos previstos nos diferentes fundos)</i>
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>• <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PGRH RH8; PROF Algarve; PRGP SMS; PRGP SC</li> </ul>

<b>PONTO FOCAL</b>	A designar
<b>PARTE INTERESSADA</b>	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

<b>FICHA DE OPERAÇÃO_04 DRAP Algarve</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Emparcelamento rural</b>
<b>PRIORIDADE</b>	2 Alta
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito e objetivos</u></p> <p>Incentivar os proprietários a investir na melhoria da estrutura fundiária da sua exploração com vista a aumentar a dimensão física e económica dos prédios, divulgando na região o programa “Emparcelar para Ordenar “e dando apoio ao emparcelamento simples, sempre que requerido, conforme previsto no Regime Jurídico da Estruturação Fundiária.</p> <p><u>Atividades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Dinamizar iniciativas que visem promover o ajustamento físico-estrutural do espaço agrícola e rural</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer objetivos de valorização e requalificação da paisagem, incentivando a melhoria da estrutura fundiária nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP).</li> </ul> </li> <li>• <u>Divulgação do programa “Emparcelar para Ordenar”</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar na região uma campanha de divulgação do programa “Emparcelar para Ordenar”, com publicitação no site da DRAP Algarve e nos Avisos Agrícolas, bem como disponibilização de folhetos nos locais de atendimento ao público, em feiras, seminários, etc.</li> <li>- Promover ações de divulgação presenciais, nomeadamente, nas freguesias abrangidas pelas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), considerando-se fundamental que no quadro da operação integrada de gestão da paisagem (OIGP) se incentivem os proprietários a realizarem operações de emparcelamento simples, visando a reorganização física das suas explorações.</li> <li>- Apoiar os proprietários nas ações de emparcelamento simples que se proponham realizar</li> </ul> </li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Número de ações de divulgação, identificando o universo de proprietários abrangidos;</li> <li>. Acompanhar a implementação do programa “Emparcelar para Ordenar” na região, identificando: <ul style="list-style-type: none"> <li>- nº de prédios e área sujeita ao redimensionamento predial;</li> <li>- n.º de prédios confinantes adquiridos e respetiva área;</li> <li>- n.º de prédios e área envolvidos nas operações de emparcelamento simples.</li> <li>- Realizar uma análise <i>benchmark</i> (casos de emparcelamento realizados no Algarve).</li> </ul> </li> </ul>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DGT   ICNF   DRAP Algarve   DGADR   AT   Municípios  Proprietários  Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	PRR, FFP, FA
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	250 000,00€

FICHA DE OPERAÇÃO_04 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENF2030; PTP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>
PONTO FOCAL	Joaquim Valamatos (valamatos@drapalgarve.gov.pt)
PARTE INTERESSADA	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_06 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Preservação e caracterização para a Valorização do Património Genético de variedades tradicionais de fruteiras mediterrânicas</b>
PRIORIDADE	1 Muito Alta
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Nos atuais programas de financiamento para preservação/conservação de recursos genéticos vegetais não são elegíveis as despesas relativas à manutenção das coleções instaladas, situação que poderá colocar em risco a sua continuidade, se não houver condições financeiras para suportar despesas com a aquisição dos fatores de produção, realização de operações culturais (podas, fertilizações, tratamentos fitofarmacêuticos, controle de infestantes, etc), manutenção de tratores, alfaías, sistema de rega e outros.</p> <p><u>Objetivos e Descrição</u> Esta operação pretende garantir um financiamento duradouro para a preservação/manutenção das coleções de fruteiras da DRAP Algarve, as quais foram constituídas na sequência de programas de prospeção realizados no passado com apoios financeiros dispersos. Atualmente a DRAP Algarve tem instaladas coleções de citrinos, alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras, nespereiras, macieiras/pero de Monchique, romãzeiras e de videiras. Este acervo compreende um total de 889 acessos conservados nas coleções de campo. Pretende-se constituir também coleções de pereira, marmeleiro, damasqueiro e ameixeira tradicionalmente cultivadas no Algarve.</p> <p>Pela sua natureza, as fruteiras, culturas perenes de ciclo de vida longo, requerem uma planificação e manutenção de longo prazo, o que deve estar dependente de projetos descontinuados no tempo, sob pena de se perderem irreversivelmente materiais vegetais que foram reunidos com muito esforço material e financeiro.</p> <p>Através da conservação/manutenção das coleções de variedades tradicionais instaladas em campo nos Centros de Experimentação da DRAP Algarve pretende-se evitar a erosão genética de variedades de fruteiras bem-adaptadas às condições edafo-climáticas do Algarve e que estão associadas à paisagem da região.</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 DRAP Algarve	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Todo este trabalho de preservação será imprescindível para podermos atingir o objetivo fundamental desta operação que é a valorização das variedades tradicionais das fruteiras mediterrânicas, e caracterização das variedades existentes potencialmente mais interessantes, de acordo com os Descritores Internacionais.</p> <p>A manutenção das diversas variedades tradicionais de fruteiras bem-adaptadas à região do Algarve reveste-se de grande interesse, pela conservação de material vegetal, associado à paisagem do Algarve, bem como pelos sabores e características de produtos que entram na dieta mediterrânica.</p> <p>As coleções constituem em acervo de diversidade onde se podem encontrar genes de interesse, nomeadamente de resistência a doenças, e genótipos com necessidades hídricas mais baixas, particularmente bem-adaptados a cenários de menor disponibilidade de água, resultantes das alterações climáticas em curso. Nos frutos das variedades tradicionais conservadas poderão ser descobertos compostos com interesse para uma alimentação saudável a partir de material vegetal típico da paisagem algarvia.</p> <p>O material vegetal conservado tem grande potencial, não só para utilização direta no sistema produtivo, como para vir a ser integrado em programas de melhoramento, donde poderão resultar novas variedades mais produtivas, com melhor qualidade da produção, mantendo a sua adaptação às características da região.</p> <p>Há pois todo um potencial de valorização nestes materiais que é imprescindível conhecer, divulgar e rentabilizar ao nível da região.</p> <p>Trabalho que será estendido, a partir de 2026, às Coleções que pretendemos instalar a curto prazo (pereira, marmeleiro, damasqueiro e ameixeira).</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Toda a região do Algarve.
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de variedades conservada- aumentar em 10%</li> <li>- Número de variedades coracterizadas-70</li> <li>- Número de visitantes às coleções-300/ano</li> </ul>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	DRAP Algarve   Universidades   Produtores agrícolas e viveiristas  Outros
<b> FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Nacional, no âmbito do PDR 2030, ou Regional, através de programas a criar no âmbito da descentralização
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	60 000€ /ano (Coleções do CEAT e CEHFP)
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p><u>Enquadramento da Operação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro: FEDER; FEADER; Programa Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve POCTEP</li> <li>. Instrumentos Estratégicos: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; ENF2030; PTP; P-3AC; PACS; PIAAC-AMAL; PANCD; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	João Pedro Valadas da Silva Monteiro
<b>PARTE INTERESSADA</b>	DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

#### 4.3.2.2 Turismo de Portugal

FICHA DE OPERAÇÃO_03 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Programa Autocaravanismo Responsável – Criação de Rede Nacional de Áreas de Serviço para Autocaravanas</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Alargar a Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve (RAARA) e enquadrar no programa nacional Autocaravanismo Responsável através do apoio à instalação ou requalificação de Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA) - pretende evitar ocupação excessiva e desordenada de espaços públicos, áreas costeiras e áreas classificadas por autocaravanas, com consequências negativas na paisagem, no ambiente, na saúde pública e no ordenamento do território.
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	ICNF   Turismo de Portugal   Municípios   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer com base no valor médio encontrado para instalação de uma ASA</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2024
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>
PONTO FOCAL	Leonor Picão (Leonor.Picao@turismodeportugal.pt); Susana Macedo (susana.macedo@turismodeportugal.pt)
PARTE INTERESSADA	Turismo de Portugal

FICHA DE OPERAÇÃO_06 TurismoPortugal	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Rota da Costa Atlântica Eurovelo 1 - Ecovia do Litoral Algarvio</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Produto de relevância estratégica para a atividade turística na medida em que contribui para afirmar o Algarve como um destino turístico de excelência na vertente do turismo natureza, ancorado nas seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribui para a mobilidade suave, desenvolvendo uma rota ciclável através das ciclovias existentes por estradas de tráfego misto com reduzidos volumes de circulação;</li> <li>- Cria percursos de natureza em áreas protegidas – através de caminhos de circulação restrita e condicionada, nomeadamente troços de circulação exclusiva a veículos não motorizados – e que conduzem os ciclistas, turistas e demais caminhantes através de paisagens magníficas ao longo do litoral algarvio;</li> <li>- Contribui para consolidar o traçado ao longo de toda a costa atlântica portuguesa e ligar Portugal à Noruega, passando por Espanha, França, Irlanda, Inglaterra.</li> </ul>
ÂMBITO TERRITORIAL	A <b>Rota da Costa Atlântica – Eurovelo 1 - Ecovia do Litoral Algarvio</b> é uma infraestrutura contínua, que atravessa todo o litoral sul Algarvio numa extensão de cerca de 214 km, desde o Cabo de S. Vicente – (Vila do Bispo) até Vila Real de Santo António, por caminhos próximos do mar, atravessando os 12 concelhos do litoral meridional algarvio. Constitui as secções 1 a 4 da <b>Rota da Costa Atlântica – Eurovelo</b> , a qual atravessa o Algarve na sua totalidade, desde a fronteira espanhola até Sagres, A <b>Rota da Costa Atlântica – Eurovelo</b> é um traçado âncora do projeto nacional “Portuguese Trails” que atravessa o território português de Vila Real de Santo António a Caminha, ligando Portugal à região Norueguesa de Nordkap, passando por Espanha, França, Irlanda, Inglaterra, num total de 9.000km.
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios Faro, Loulé, Lagos, Portimão, Olhão, Tavira, Silves
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	PO CRESC Algarve 2020 Turismo de Portugal - projeto turístico estruturante para a criação de valor da região do Algarve, para efeitos de apoio financeiro ao abrigo do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal, I.P.
MONTANTE DE INVESTIMENTO	2.650.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022-2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: POR Algarve; Turismo de Portugal</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Estratégia Turismo 2027; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro; Medida 9 da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 20-30</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRSa; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027; PROF Algarve.</li> </ul>

### 4.3.2.3 Município de Loulé

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Elaboração do cadastro rústico
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Estratégico (PMAC de Loulé)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir o risco de incêndio.</li> </ul> <p><u>Objetivo Específico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o conhecimento pormenorizado da propriedade rústica, associando-lhe uma localização geográfica.</li> </ul> <p><u>Descrição:</u></p> <p>Esta operação possibilitará a identificação dos proprietários dos terrenos rurais, bem como das suas principais características (tipo, forma de exploração, espécies utilizadas e/ou fins da produção) e, conseqüentemente, a promoção de uma efetiva gestão dos espaços agroflorestais, no contexto climático atual e futuro.</p> <p>Esta operação implica a implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (criado pela Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, com as especificidades constantes na Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto) e a sua atualização frequente, no Município de Loulé.</p> <p>O modelo de organização e desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado, através da plataforma ‘Balcão Único do Prédio’ (BUPi, desenvolve-se em dois níveis: (i) ao nível central, através de um Centro de Coordenação Técnica; (ii) ao nível municipal, através de uma rede de balcões de atendimento aos proprietários (Unidades de Competência Locais). Com a criação da Unidade de Competência Local de Loulé, o município disponibilizará os recursos técnicos e humanos necessários para apoiar a população no processo de georreferenciação das suas propriedades.</p> <p>Numa fase posterior, e com o objetivo de aproveitar as potencialidades simplificadoras das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como de promover a inclusão digital, poderá ser criada uma Unidade Móvel de Atendimento que apoie a população na identificação da sua propriedade em cartografia. Com essa informação, o proprietário poderá dirigir-se à respetiva Conservatória do Registo Predial, após marcação prévia, para proceder à Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) da sua propriedade.</p> <p>As competências dos municípios podem ser delegadas na entidade intermunicipal que estes integram, podendo ser exercidas exclusivamente pela entidade intermunicipal ou em conjunto com cada município.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Loulé
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	DGT   ICNF   AT   IRN   Município   Associação de Produtores Florestais
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2020-2022; 2023-2025



FICHA DE OPERAÇÃO_05 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENF2030; PTP; P-3AC; PIAAC-AMAL; PNGIFR; PNA PNGIFR; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_17 MLoulé	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Áreas de Serviço para Autocaravanas em Alte, Tôr e Benafim</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Geral</u></p> <p>Esta operação visa a criação/manutenção de infraestruturas de suporte à visitação e usufruto de espaços, com a recuperação/valorização de zonas notáveis do ponto de vista ambiental e cénico.</p> <p><u>Descrição</u></p> <p>Esta operação concretizar-se-á através da instalação e qualificação de estações de serviço para autocaravanas – projeto, obras, equipamentos e materiais de divulgação.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Freguesia de Alte e União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PORNSCMVRS; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_18 MLoule	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de uma área de acampamento (<i>camping</i>) para suporte à realização de festivais/iniciativas pontuais na freguesia do Ameixial</b>
PRIORIDADE	<i>Médio prazo</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Objetivo Específico:</u> Esta operação visa a criação de um espaço de apoio às atividades e festivais que se realizam pontualmente na freguesia do Ameixial, como eventos de BTT, bicicleta e caminhadas (atividades ao ar livre).</p> <p><u>Descrição:</u> Esta operação concretizar-se-á através da realização de obras de requalificação e adaptação de um espaço, e da plantação de árvores para a criação de zonas de sombreamento.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Freguesia do Ameixial (Concelho de Loulé)
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; ENCNB2030; CEP; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA; Plano Turismo + Sustentável; Plano +Algarve – Reativar o Turismo   Construir o Futuro</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PROT Algarve; PORNOCMVRSA; POPNRF; POPNSACV; PSRN2000; PGRN 2000; QAP 2021-2027</li> </ul>

#### 4.3.2.4 Município de Monchique

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Dotar mais Edifícios Públicos de Equipamentos de Eficiência Energética</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> A operação visa equipar e dotar os edifícios públicos do concelho de equipamentos com vista à melhoria do seu desempenho energético.
ÂMBITO TERRITORIAL	Município de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.000.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Algarve 2030</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_11 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Adaptação e ampliação dos armazéns municipais para recolha de bioresíduos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> A operação visa a adaptação e ampliação dos armazéns municipais para recolha de bioresíduos.
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho de Monchique
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município de Monchique
FONTES DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_11 MMonchique	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
MONTANTE DE INVESTIMENTO	500.000,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2024-2025
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FEADER; FEAGA; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; PEPAC; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Algarve 2030</li> </ul>

#### 4.3.2.5 Município de Portimão

FICHA DE OPERAÇÃO_01 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoramentos no Complexo Desportivo do Alvor</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Âmbito</u> Concretização do Plano de Intervenção da Frente Mar de Alvor/Portimão – Atualização 2022 de várias ações e intervenções previstas.  <u>Objetivo</u> A operação visa a implementação de melhorias no Complexo Desportivo do Alvor, contribuindo para a requalificação urbanística da área de intervenção
ÂMBITO TERRITORIAL	Frente de Mar do Alvor/Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Financiamento público (Município de Portimão e outros)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1,3 milhões de €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; CEP; Algarve 2030</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; PGRI RH8</li> <li>. <u>Outros Documentos</u> PIFMAP</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_02 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Construção e/ou consolidação de parques de estacionamento informais</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u> Concretização do Plano de Intervenção da Frente Mar de Alvor/Portimão – Atualização 2022 de várias ações e intervenções previstas.</p> <p><u>Objetivo</u> A operação visa a construção e/ou consolidação de parques de estacionamento informais (em redor das torres G, I, H e J e junto ao complexo desportivo). Estes parques são fundamentais para uma melhor gestão do estacionamento da zona litoral, nomeadamente nos períodos de pico de procura. O Parque de estacionamento 3ª servirá também para caravanismo, excetuando nos períodos da época turística.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Frente de Mar do Alvor/Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i> Financiamento público (Município de Portimão e outros)
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1,7 milhões de €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: PIFMAP</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_03 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Melhoramento das condições de acesso e estacionamento dos restaurantes na praia dos Três Irmãos*</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Concretização do Plano de Intervenção da Frente Mar de Alvor/Portimão – Atualização 2022 de várias ações e intervenções previstas.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação visa o melhoramento das condições de acesso e estacionamento dos restaurantes na praia dos Três Irmãos,</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Frente de Mar do Alvor/Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	APA   Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<p><i>A estabelecer</i></p> <p>Financiamento público (Município de Portimão e outros)</p>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	0,25 milhões de €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; PGRH RH8; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: PIFMAP</li> </ul>

(\* ) As acessibilidades não são elegíveis nos Fundos Estruturais Europeus de Investimento (FEEI). Consideram-se apenas as ações que contribuam diretamente para a salvaguarda dos valores naturais em presença.

FICHA DE OPERAÇÃO_05 MPortimão	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reperfilamento de via, incluindo a colocação de passeios e ciclovia</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Concretização do Plano de Intervenção da Frente Mar de Alvor/Portimão – Atualização 2022 de várias ações e intervenções previstas.</p> <p><u>Objetivo</u></p> <p>A operação visa o reperfilamento da via, entre a rotunda Pestana e o Complexo Desportivo do Alvor, incluindo a colocação de passeios e ciclovia.</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Frente de Mar do Alvor/Portimão
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<p><i>A estabelecer</i></p> <p>Financiamento público (Município de Portimão e outros)</p>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	0, 6 milhões de €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2022 -...
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve; POOC</li> <li>. <u>Outros Documentos</u>: PIFMAP</li> </ul>

#### 4.3.2.6 Município de Silves

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Reutilização de Águas Residuais Tratadas da ETAR do Falacho</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>Face às projeções de diminuição da disponibilidade hídrica para o Algarve, considera-se que a reutilização de águas residuais tratadas para a rega de espaços verdes e/ou agrícolas ou outros fins urbanos não potáveis, constitui uma boa prática, contribuindo para o aumento da disponibilidade de água.</p>

FICHA DE OPERAÇÃO_06 MSilves	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
	<p>Na Cidade de Silves, está instalada e em serviço uma rede de abastecimento de água não potável, que abastece o sistema de rega do parque da cidade (41.929m2 de área plantada), as Hortas Comunitárias e outros usos públicos compatíveis com águas não tratadas. A água é fornecida pela Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão.</p> <p>Na proximidade da ETAR do Falacho está em fase de elaboração o Plano Pormenor da Feitoria Fenícia, em fase de execução o Plano Pormenor da Quinta do Pateiro e o Plano de Urbanização da Atalaia, num total de 1900 camas.</p> <p>Conferido nível de tratamento adequado à reutilização dos efluentes tratados pela ETAR do Falacho, será possível a expansão da rede de abastecimento de água não potável até à ETAR e através de sistema de pressurização, suprir as necessidades de consumos de água não potável públicas e privados.</p> <p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conciliar as atividades humanas com a conservação da natureza.</li> <li>▪ Aumentar a disponibilidade de água.</li> <li>▪ Diminuição da pressão humana sobre os recursos hídricos, potenciando os recursos existentes através da reutilização da água da ETAR do Falacho para rega e outros fins não potáveis.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Freguesia de Silves (concelho de Silves)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	APA   Município   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023 -2026
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro:</u> FEDER; Life; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos:</u> EB-UE2030; CEP; ENF2030; P-3AC; PIAAC-AMAL; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão:</u> PROT Algarve; POPNSACV; PSRN2000; PGRH RH8; PRGPSMS</li> </ul>
<b>PONTO FOCAL</b>	Eng.º Rui Santos – Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente (dsua@cm-silves.pt; rui.santos@cm-silves.pt)
<b>PARTE INTERESSADA</b>	Município de Silves



#### 4.3.2.7 Município de Tavira

FICHA DE OPERAÇÃO_07 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	Projeto “Pensa fora do Lixo” – Promoção da compostagem doméstica
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<p><u>Descrição</u></p> <p>A operação “Pensa Fora do Lixo” do Município de Tavira, enquadra-se no aviso de abertura “Educação Ambiental + Transversal + Aberta + Participada 2022” ao Fundo Ambiental, tendo sido submetida a respetiva candidatura no final de agosto 2022. O projeto é constituído por duas componentes: - Valorização de resíduos: Pretende-se transmitir que os resíduos não são sinónimo de lixo e que o mesmo pode ser valorizado. Pretende-se dotar a comunidade com cerca de 400 compostores, abrangendo várias famílias, restaurantes, estabelecimentos escolares e outras instituições. A participação dos cidadãos no projeto passa pela separação da matéria orgânica do lixo doméstico, e fazer uso dela, para a produção de um composto útil para fertilizar o jardim ou horta doméstica. A segunda componente do Projeto: - Consumo de Produtos Menstruais, pretende demonstrar o impacto negativo no consumo de produtos menstruais descartáveis versus o consumo destes produtos reutilizáveis. O projeto “Pensa Fora do Lixo” possui um tema integrador “Tornar a Economia Circular”, enquadrando-se assim no referencial ENEA 2020 (eixos temáticos e medidas) e ODS 2030 (domínios).</p>
ÂMBITO TERRITORIAL	Concelho Tavira
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município de Tavira
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	Fundo Ambiental
MONTANTE DE INVESTIMENTO	76.260,00€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: . <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u> : FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP . <u>Instrumentos Estratégicos</u> : Algarve 2030

FICHA DE OPERAÇÃO_09 MTavira	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Percursos por Cachopo   Percursos por Santa Catarina – Valorizar o Promover o interior do concelho</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo e âmbito</u> A operação visa requalificar os Percursos das Freguesias do Interior: Santa Catarina e Cachopo, com o objetivo de valorizar e promover as zonas rurais. Nestas áreas existem alguns percursos homologados (Grandes e Pequenas Rotas) que necessitam ser requalificados, com implementação de nova sinalética e novos conteúdos.
ÂMBITO TERRITORIAL	Freguesias de Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Município   Outros
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	<i>A estabelecer</i>
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023/2024
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; ITI; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: EB-UE2030; Algarve 2030; EuroAAA</li> <li>. <u>Instrumentos de Planeamento e Gestão</u>: PROT Algarve</li> </ul>

#### 4.3.2.8 ODIANA – Associação ODIANA, território do Baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	. Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Caminhos de Santiago – Conclusão da sinalização e certificação do troço do «Caminho Nascente de Santiago»</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 ODIANA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<p><u>Âmbito</u></p> <p>Durante o ano 2021 a Associação Odiana, em parceria com a Associação Via Lusitana e os municípios de Castro Marim, Alcoutim e VRSA, procederam à sinalização do troço do «Caminho Nascente de Santiago», entre a Ribeira do Vascão e VRSA.</p> <p>No sentido de certificar o troço do «Caminho Nascente de Santiago» (Ribeira do Vascão – Tavira), pretende-se num futuro próximo concluir a definição e sinalização do último troço deste caminho entre VRSA e Tavira (Igreja de Santiago).</p> <p><u>Atividades</u></p> <p>Entre atividades a desenvolver refere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição e reconhecimento do traçado (VRSA – Tavira);</li> <li>• Sinalização do troço VRSA – Tavira (aquisição de sinalética e colocação);</li> <li>• Revisão e reforço de sinalética, no troço VRSA – Ribeira do Vascão;</li> <li>• Preparação do dossier de certificação do troço do «Caminho Nascente de Santiago» - Ribeira do Vascão – Tavira;</li> <li>• Elaboração de um plano de gestão a 3 anos, do troço a certificar;</li> <li>• Realização de eventos/ atividades de divulgação e promoção do caminho (seminários, <i>workshops</i>, caminhadas, jornadas temáticas, etc.</li> <li>• Conceção gráfica de brochura/guia promocional e respetiva impressão, em várias línguas;</li> <li>• Participação em feiras de turismo e outros eventos relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago;</li> <li>• Definição e implementação de uma rede de equipamentos de apoio ao peregrino, nomeadamente através da criação de pequenas unidades de alojamento do tipo albergues, ao longo do traçado (de 20 em 20 km), em parceria com as associações/clubes recreativos, IPSS, Juntas de Freguesia e Municípios;</li> <li>• Reabilitação de equipamentos de apoio (miradouros, parques de merenda) e acesso <i>wifi</i> nas principais aldeias e localidades por onde passa o traçado do caminho;</li> <li>• Ações de sensibilização e divulgação do Caminho, no sentido de promover a dinamização de novos serviços turísticos.</li> </ul>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Tavira - Vila Real de Santo António (VRSA)
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	Municípios   ONG   Associações   Outros
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	200.000,00€
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2 anos (2023-2024)
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	<p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>• <u>Instrumentos Estratégicos</u>: ENCNB2030; CEP; Algarve 2030; EuroAAA</li> </ul>

#### 4.3.2.9 ATBG – Associação Terras do Baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_07 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Criação de uma rede regional de pontos de carregamento de veículos elétricos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Apoio aos municípios do Algarve que pretendam instalar nos respetivos concelhos novos pontos de carregamento para veículos elétricos, para dar resposta às atuais limitações na aquisição de veículos elétricos.
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Municípios   Associação Terras do Baixo Guadiana
FONTE DE FINANCIAMENTO (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
MONTANTE DE INVESTIMENTO	1.500.000,00 €
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2023-2030
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Algarve 2030</li> </ul>

FICHA DE OPERAÇÃO_08 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
DOMÍNIO DE OPERAÇÃO	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	<b>Apoio à instalação de painéis solares e/ou fotovoltaicos nos edifícios públicos</b>
PRIORIDADE	<i>A estabelecer</i>
DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO	<u>Objetivo</u> Instalação de painéis solares para aquecimento de águas e/ou painéis fotovoltaicos para produção de energia.
ÂMBITO TERRITORIAL	Região do Algarve
INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO	<i>A estabelecer</i>
BENEFICIÁRIO(S)	Entidades do Setor público   Associação Terras do Baixo Guadiana

FICHA DE OPERAÇÃO_08 ATBG	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>
<b>MONTANTE DE INVESTIMENTO</b>	2.500.000,00 €
<b>PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	2023-2030
<b>ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO</b>	Enquadramento da Operação: <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Algarve 2030</li> </ul>

#### 4.3.2.10 NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve

FICHA DE OPERAÇÃO_01 NERA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
<b>DOMÍNIO DE OPERAÇÃO</b>	A Operação não se enquadra nas Tipologias de Operação do Plano de Ação.
<b>DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO</b>	<b>Projeto Internacionalizar + Algarve 2.0   Turismo</b>
<b>PRIORIDADE</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>DESCRIÇÃO E OBJETIVO DA OPERAÇÃO</b>	<u>Objetivo</u> <p>Este Projeto em curso que visa potenciar a internacionalização das PME da Região do Algarve, enquadrada no domínio da RIS3 Algarve - Turismo, através do estímulo a iniciativas coletivas inovadoras, do desenvolvimento de processos colaborativos de internacionalização, da partilha de conhecimento e capacitação das PME para a internacionalização e do desenvolvimento de mecanismos inovadores na prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados internacionais. Este Projeto visa ainda aumentar a notoriedade e visibilidade internacional da marca “Algarve” contribuindo para a valorização de massa crítica, para a promoção internacional conjunta de produtos turísticos complementares que permitam atenuar a sazonalidade, através da criação, dinamização e capacitando de redes colaborativas com PME do Algarve em setores complementares, de forma a potenciar o aumento das exportações e com isso tornar a região do Algarve mais competitiva.</p>
<b>ÂMBITO TERRITORIAL</b>	Região do Algarve
<b>INDICADORES DE RESULTADO E DE EXECUÇÃO</b>	<i>A estabelecer</i>
<b>BENEFICIÁRIO(S)</b>	NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b> (pública - europeia, nacional, municipal, ou outra, e/ou privada, identificando-as quando existentes)	<i>A estabelecer</i>

FICHA DE OPERAÇÃO_01 NERA	
TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
MONTANTE DE INVESTIMENTO	590.379,48€
PRAZO/CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	2019-2022
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E/OU JURÍDICO	<p>Este Projeto beneficia do cofinanciamento do CRESC Algarve 2020   Portugal 2020, de acordo com o definido no Aviso de Concurso N.º ALG-52-2018-21 do Eixo Prioritário 2 – Sistema de Apoio a Ações Coletivas   Internacionalização – Turismo</p> <p>Enquadramento da Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. <u>Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro</u>: FEDER; EEA Grants; FA; PRR; Portugal 2030; POR Algarve; POCTEP</li> <li>. <u>Instrumentos Estratégicos</u>: Algarve 2030</li> </ul>
PONTO FOCAL	Vera Deodato - Gabinete de Apoio ao Empresário e Projetos (nera@nera.pt)
PARTE INTERESSADA	NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**APA, 2022.** Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Guadiana - RH7. 3.º Ciclo 2022-2027. Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora.

**APA, 2022.** Plano de Gestão de Região das Ribeiras do Algarve – RH8. 3.º Ciclo 2022-2027. Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora.

**CCDRALGARVE, 2021.** Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030. CCDR Algarve. Algarve.

**CI-AMAL, 2019.** SANTOS, Luís Filipe Dias e Filipe Duarte (Coord.). Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve. Comunidade Intermunicipal do Algarve. Algarve.

**COM, 2020.** Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 - Trazer a natureza de volta às nossas vidas. Comissão Europeia. Bruxelas.

**CONSIDERA, 2022.** Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2021-2027. Proposta Final do Programa. Interreg Espanha-Portugal. Sevilha.

**Decreto n.º 4/2005.** Diário da República, 1.ª série – A —N.º 31 - 14 de fevereiro de 2005. Convenção Europeia da Paisagem.

**EUORREGIÃOAAA, 2021.** Junta de Andalucia; CCDR Algarve. Principais Prioridades e Projetos em Matéria de Cooperação Transfronteiriça da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia (EuroAAA) - Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço. Algarve.

**PORTUGAL2030.** [https://portugal2030.pt/?doing\\_wp\\_cron=1659356413.0704040527343750000000](https://portugal2030.pt/?doing_wp_cron=1659356413.0704040527343750000000)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2008.** Diário da República, 1.ª série — N.º 228 — 24 de Novembro de 2008. Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009.** Diário da República, 1.ª série — N.º 170 — 2 de Setembro de 2009. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011.** Diário da República, 1.ª série — N.º 25 — 4 de Fevereiro de 2011. Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018.** Diário da República, 1.ª série — N.º 87 — 7 de maio de 2018. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019.** Diário da República, 1.ª série — N.º 45 — 5 de março de 2019. Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019.** Diário da República, 1.ª série — N.º 147 - 2 de agosto de 2019. Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2020.** Diário da República, 1.ª série - N.º 121 -24 de junho de 2020.  
Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves.

### ***Páginas de Internet***

#### Horizonte Europa

[https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe\\_pt](https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe_pt)

[https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe\\_en](https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe_en)

[https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe\\_pt#caractersticas-do-programa](https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe_pt#caractersticas-do-programa)

<https://eurocid.mne.gov.pt/horizonte-europa>

#### PRR

<https://recuperarportugal.gov.pt/>

#### PEPAC

[https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/new-cap-2023-27\\_en](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/new-cap-2023-27_en)

[https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/new-cap-2023-27/key-policy-objectives-new-cap\\_en](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/new-cap-2023-27/key-policy-objectives-new-cap_en)

<https://www.gpp.pt/index.php/table/programas-e-apoios/pac-atual/>

<https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>



## 6 ANEXOS

### **Anexo A – Processo Participativo**

Anexo A.1 – Lista de Interessados Envolvidos

Anexo A.2 – Modelo de Formulário de Participação

### **Anexo B – Estratégias em Razão da Matéria**

Anexo B.1 - Instrumentos Estratégicos

Anexo B.2 - Instrumentos de Planeamento e Gestão

Anexo B.3 - Outros Documentos

### **Anexo C – Enquadramento Financeiro**

Anexo C.1 - Fundos, Documentos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro

## **ANEXO – A**

---

### **Processo Participativo**

## **Anexo – A.1**

---

### **Lista de Interessados Envolvidos**



# LISTA DE INTERESSADOS ENVOLVIDOS

## 1. Entidades de nível nacional

- DGT – Direção-Geral do Território
- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DGEG – Direção-Geral da Energia e Geologia
- AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
- TdP - Turismo de Portugal

## 2. Entidades de nível regional

- ICNF / DRCNF Algarve
- APA / ARH Algarve
- DRAP Algarve – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- DGEG / Divisão de Serviços de Minas e Pedreiras do Sul
- ERTA - Entidade Regional de Turismo do Algarve
- DRCAlg - Direção Regional de Cultura do Algarve
- AREPC – Autoridade Regional de Emergência e Proteção Civil

## 3. CIM e Autarquias

- AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve
- CM Albufeira
- CM Alcoutim
- CM Aljezur
- CM Castro Marim
- CM Faro
- CM Lagoa
- CM Lagos
- CM Loulé
- CM Monchique
- CM Olhão
- CM Portimão
- CM São Brás de Alportel
- CM Silves
- CM Tavira

- CM Vila do Bispo
- CM Vila Real de Santo António

#### **4. Entidades de ensino superior**

- UALG – Universidade do Algarve

#### **5. Organizações não governamentais**

##### **5.1 AMBIENTE**

- ALMARGEM
- ANP|WWF – Associação Natureza Portugal
- GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
- LPN
- QUERCUS
- SCIAENA – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação
- ZERO
- RWSW *Rewilding* Sudoeste – Associação de Desenvolvimento da Natureza e Ambiente

##### **5.2 DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

- BARLAVENTO – Agência de Desenvolvimento do Barlavento
- VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste
- IN LOCO
- ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
- ATBG - Associação Terras do Baixo Guadiana

#### **6. Associações Empresariais**

- ROTA VICENTINA – Associação para a Promoção do Turismo de Natureza
- Associações de Produtores Florestais: Monchique, Serra do Caldeirão (APFSC) e Cumeadas/APF das Terras do Baixo Guadiana
- NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve

#### **7. Associações setoriais**

- Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar
- ATA - Associação de Turismo do Algarve
- Federação de Caça do Algarve

## **Anexo – A.2**

---

### **Modelo de Formulário de Participação**





## PLANO DE AÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS VERDES E A BIODIVERSIDADE NO ALGARVE

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) determinou a elaboração do “Plano de Ação para as infraestruturas verdes e a biodiversidade no Algarve” (Plano de Ação) até final de 2022, tendo sido adjudicada a sua execução à Biodesign – Ambiente e Paisagem, Lda., que contará com a participação ativa das partes interessadas.

O Plano de Ação visa identificar e densificar tipologias de ação focadas na qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural, contribuindo para a promoção e diferenciação do Algarve, baseada na valorização da riqueza da sua paisagem e suster a perda de biodiversidade, nomeadamente no contexto das alterações climáticas.

As ações a considerar no presente Plano de Ação, deverão estar alinhadas com as ações previstas nos Documentos Estratégicos Setoriais relacionados, e deverão contribuir para atingir as metas neles contidas.

A concretização do Plano de Ação assenta no alinhamento e na articulação regional das prioridades de intervenção, devendo criar sinergias de investimento com o Programa Operacional Regional do Algarve (POR Algarve) e o Programa Operacional de Cooperação Territorial Europeia – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), com vista à aplicação dos fundos europeus da política de coesão, no período 2021-2027.

O Formulário que apresentamos seguidamente tem o objetivo de recolher contributos junto da vossa organização, mediante a identificação e descrição de ações (em curso ou propostas) consideradas relevantes, para integrarem o Plano de Ação.

As ações deverão estar enquadradas, nas seguintes áreas temáticas:

- Paisagem e Biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural;
- Áreas Florestais – Valorização ambiental das áreas florestais e gestão polivalente da floresta mediterrânica;
- Sistemas Litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais;
- Pedreiras – Pedreiras em situação crítica.

Agradecemos desde já a vossa disponibilidade e compromisso com a elaboração deste Plano de Ação e solicitamos que **o Formulário preenchido seja remetido à CCDR Algarve ([dsdr@ccdr-alg.pt](mailto:dsdr@ccdr-alg.pt)), até dia 8 de julho de 2022.**

Encontramo-nos à vossa disposição para esclarecimentos adicionais que se mostrem necessários através dos seguintes e-mail: [biodesign@biodesign.pt](mailto:biodesign@biodesign.pt); [dsdr@ccdr-alg.pt](mailto:dsdr@ccdr-alg.pt)

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES PARA O PLANO DE AÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS VERDES E A BIODIVERSIDADE NO ALGARVE	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA PARTE INTERESSADA</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PONTO FOCAL DA ORGANIZAÇÃO</b> (tendo em vista a agilização de futuras interações)	
<b>AÇÕES*</b> Propostas ou em curso	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
	<b>DESCRIÇÃO</b>
	<b>HORIZONTE TEMPORAL</b>
	<b>CUSTO ESTIMADO</b>
	<b>ENQUADRAMENTO</b> (no documento estratégico ou instrumento operacional)
<b>INFORMAÇÃO ADICIONAL CONSIDERADA RELEVANTE</b>	

\*Deve ser preenchido um formulário por ação

## **ANEXO B -Estratégias em Razão da Matéria**

---



## **1. Instrumentos Estratégicos**

- Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 (EB-UE2030)
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030 (ENCNB2030)
- Convenção Europeia da Paisagem (CEP)
- Estratégia Nacional das Florestas 2030 (ENF2030)
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
- Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) (em elaboração)
- Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL)
- Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
- Gestão Integrada de Fogos Rurais
  - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)
  - Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
- Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (Plano de Intervenção)
- Plano Estratégico de Regularização de Pedreiras do Algarve
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 (Algarve 2030)
- Principais Prioridades e Projetos em Matéria de Cooperação Transfronteiriça da EuroRegiãoAAA (EuroAAA) - Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço
- Crescimento Azul para o Algarve – Projeto AtlaAzul (em elaboração)

## **2. Instrumentos de Planeamento e Gestão**

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)
- Planos Especiais das Áreas Protegidas
  - Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (PORNSCMVRSA)
  - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNRFF)
  - Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)
- Rede Natura 2000
  - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
  - Planos de Gestão da Rede Natura 2000 (PGRN 2000) (em elaboração)
  - Quadro de Ação Prioritária (QAP) para a Rede Natura 2000 em Portugal Continental e para o espaço marítimo adjacente 2021-2027 (QAP 2021-2027)
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica
  - Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Guadiana - RH7
  - Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) das Ribeiras do Algarve – RH8
- Programa de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve)
- Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS)

### 3. **Outros Documentos**

- Planos de Ação de Espécie do Algarve (em elaboração)
- Espécies Invasoras no Algarve: Habitats prioritários da Rede Natura 2000 afetados
- Plano de Salvaguarda dos Cavalos-Marinheiros na Ria Formosa (PSCMRF)

## **Anexo – B.1**

---

### **Instrumentos Estratégicos**





## ESTRATÉGIA DE BIODIVERSIDADE DA UE PARA 2030 (EB-UE2030)

### Âmbito do documento

O âmbito da EB-UE2030 (publicada em maio de 2020) é proteger e restaurar a Natureza na União Europeia (EU), colocando a biodiversidade na via da recuperação até 2030 através da intensificação da proteção e da restauração da natureza, melhorando e alargando a rede de áreas protegidas de forma coerente.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

### Objetivos

- O objetivo principal do Plano da UE de Restauração da Natureza, é que a Europa assuma a liderança na reversão da perda de biodiversidade e na ambição na restauração da natureza a nível mundial até 2050.
- O objetivo intermédio consiste em assegurar que a biodiversidade da Europa entra no caminho da recuperação até 2030.
- Proteger pelo menos 30 % das terras e 30 % dos mares no território da EU.
- Proteger estritamente, pelo menos um terço das áreas protegidas — representando 10 % das terras e 10 % dos mares da EU.
- Proteger estritamente superfícies significativas de outros ecossistemas ricos em carbono, como as turfeiras, os prados, as zonas húmidas, os mangais e as pradarias de ervas marinhas.
- Dispor de uma rede transeuropeia de natureza verdadeiramente coerente e resiliente através da criação de corredores ecológicos.
- Gerir eficazmente todas as áreas protegidas, através da definição de objetivos e medidas de conservação claros.
- Monitorizar as áreas protegidas de forma adequada.

## Medidas de concretização

Plano da UE de Restauração da Natureza assenta em 10 princípios:

### *1. Reforçar o quadro jurídico da UE relativo à restauração da natureza.*

Propostas de metas da UE de restauração da natureza, juridicamente vinculativas, que enunciarão as condições subjacentes à concretização das metas, bem como as medidas mais eficazes para as alcançar.

Possibilidade de estabelecer uma metodologia a nível da UE para cartografar e avaliar ecossistemas e alcançar boas condições para os mesmos, de modo que possam gerar benefícios.

Impedir qualquer deterioração do estado ou das tendências de conservação de todos os *habitats* e espécies protegidas até 2030.

A Comissão e a Agência Europeia do Ambiente fornecerão orientações aos Estados-Membros sobre o modo de selecionar e hierarquizar as espécies e os *habitats* até 2020.

### *2. Trazer a natureza de volta às terras agrícolas*

Necessidade de trabalhar com os agricultores no sentido de apoiar e incentivar a transição para práticas plenamente sustentáveis e melhorar as condições da diversidade dos ecossistemas agrícolas aumentando a resiliência do setor às alterações climáticas, aos riscos ambientais e aos choques socioeconómicos.

Necessidade de reverter o declínio da diversidade genética facilitando a utilização de variedades de culturas e raças tradicionais.

### *3. A questão da ocupação artificial do solo e a restauração dos ecossistemas dos solos*

O solo um recurso não renovável, extremamente importante para a produção de alimentos e de novos medicamentos e, portanto, vital para a saúde humana e para a economia. A degradação do solo está associada a más práticas agrícolas, silvícolas e pecuárias agravada com a impermeabilização devida às atividades de construção e expansão de áreas urbanas. É fundamental intensificar os esforços para proteger a fertilidade, reduzir a erosão e aumentar a matéria orgânica dos solos.

Importância na identificação de zonas com solos contaminados, na recuperação de solos degradados, na definição das condições adequadas ao seu bom estado ecológico.

Introdução de objetivos de reabilitação e na melhoria da monitorização da qualidade do solo.

### *4. Aumentar a quantidade de florestas e melhorar a saúde e resiliência destas*

Assegurar uma gestão sustentável das florestas e restaurar e manter a biodiversidade nas florestas.

Conferir o grau de proteção estrita a todas as florestas primárias e seculares que subsistem no território da UE e aumentar a quantidade, a qualidade e a resiliência das florestas na UE.

A percentagem de zonas florestais abrangidas por planos de gestão deve incluir todas as florestas geridas pelo Estado e um número crescente de florestas privadas.

A plantação de árvores nas cidades é extremamente benéfica para o clima urbano e para a biodiversidade. Em meio rural é muito útil na agrossilvicultura e muito interessante como elemento paisagístico.

### *5. Soluções mutuamente vantajosas para a produção de energia*

O recurso fontes de energia renovável mais sustentáveis é essencial para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Será dada prioridade a soluções como a energia oceânica, a energia eólica marítima, que também favorece a regeneração de unidades populacionais de peixes, os parques solares, que proporcionam uma cobertura do solo favorável à biodiversidade, e a bioenergia sustentável. A utilização de árvores inteiras e de culturas destinadas à alimentação humana ou animal, produzidas na UE ou importadas, para a produção de energia deve ser minimizada.

A transição para biocombustíveis avançados, baseados em resíduos, incluindo os resíduos não reutilizáveis e não recicláveis deve ser promovida.

Esta abordagem deve ser mantida para todas as formas de bioenergia.

### *6. Restabelecer o bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos*

O bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos acarreta substâncias benefícios económicos, sociais não só para as comunidades costeiras como para a EU no seu todo.

A constituição de áreas de proteção estrita, a restauração de ecossistemas ricos em carbono e de importantes áreas de desova e de reprodução de peixes contribuem para o bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos.

Práticas ilegais de captura de recursos marinhos e de destruição de fundos marinhos não podem ser toleradas.

Eliminar as capturas acessórias de espécies ameaçadas de extinção, ou reduzi-las para níveis que permitam a recuperação total, assim como em relação às espécies que se encontram em mau estado de conservação ou que não se encontram em bom estado ambiental.

Eliminar a captura acessória de outras espécies ou, se tal não for possível, reduzida ao mínimo, de modo a não ameaçar o estado de conservação dessas espécies.

Necessidade de intensificar a recolha de dados sobre capturas acessórias de todas as espécies sensíveis.

Com base nos melhores pareceres científicos disponíveis e de acordo com objetivos de conservação claramente definidos estabelecer medidas de gestão das pescas em todas as áreas marinhas protegidas.

### *7. Restauração dos ecossistemas de água doce*

A aplicação e fiscalização dos objetivos da Diretiva-Quadro da Água (DQA) estão atrasados e são necessários mais esforços para restaurar os ecossistemas de água doce e as funções naturais dos rios.

O restabelecimento do curso natural dos rios, melhorando o fluxo natural da água e dos sedimentos através da remoção e/ou ajustamento de obstáculos, a restauração das planícies aluviais e de zonas húmidas são essenciais para atingir os objetivos da DQA.

As licenças de captação e represamento de águas, devem ser revistas pelos estados-membros de modo a garantir o estabelecimento dos fluxos ecológicos que permitam alcançar o bom estado ou potencial de todas as águas de superfície e o bom estado de todas as águas subterrâneas, o mais tardar até 2027, em conformidade com a DQA.

Para o efeito, até 2023, a Comissão prestará apoio técnico em relação às medidas a tomar pelos Estados-Membros.

### *8. Ecologização das zonas urbanas e periurbanas*

Os benefícios dos espaços verdes urbanos para a qualidade de vida das populações e do seu bem-estar físico e mental são irrefutáveis. A grande variedade de espaços verdes urbanos, desde parques e jardins até coberturas ajardinadas e hortas urbanas, jardins verticais, ruas arborizadas, prados urbanos e sebes urbanas proporcionam um vasto leque de serviços

ecossistémicos. Reduzem a poluição atmosférica, hídrica e sonora, oferecem proteção contra inundações, secas e ondas de calor e mantêm uma ligação entre o ser humano e a natureza, promovem a biodiversidade no ambiente urbano.

A elaboração de Planos de Ecologização Urbana para cidades com pelo menos 20 000 habitantes que visem o aumento das áreas de espaços verdes devem também contribuir para melhorar as ligações entre os espaços verdes, eliminar a utilização de pesticidas e limitar o desgaste excessivo dos espaços verdes urbanos e outras práticas nocivas para a biodiversidade.

#### 9. Reduzir a poluição

Sendo a poluição o principal fator de perda de biodiversidade e de ter um impacto negativo na nossa saúde e no ambiente e dispor a UE de um quadro jurídico robusto para reduzir a poluição, são ainda necessários mais esforços para atingir este objetivo.

No âmbito da ambição da Comissão de poluição zero para um ambiente isento de substâncias tóxicas, será apresentada uma nova estratégia da UE para os produtos químicos num contexto de sustentabilidade, juntamente com um plano de ação para a poluição zero no ar, na água e no solo.

#### 10. Combater as espécies exóticas invasoras

Para reduzir os riscos e danos causados pelas espécies exóticas invasoras há que reforçar a aplicação dos regulamentos relativos a estas espécies e os acordos internacionais aplicáveis procurando minimizar e eliminar a sua introdução e estabelecimento na UE.

#### Indicadores

- 30% de áreas protegidas na EU;
- 10% de áreas protegidas com estatuto de áreas estritas;
- 30 % das espécies e dos *habitats* que não se encontram atualmente em estado favorável alcançam essa categoria ou apresentam uma forte tendência positiva até 2030;
- Reduzir a utilização global e o risco dos pesticidas químicos em 50 % até 2030;
- Reduzir a utilização dos pesticidas mais perigosos em 50 % até 2030;
- Reconverter rapidamente pelo menos 10 % da superfície agrícola em elementos paisagísticos de grande diversidade, nomeadamente faixas-tampão, terras em pousio, permanente ou rotativo, sebes, árvores não produtivas, muros de socacos e lagoas;
- A reconvenção de 10% da área Agrícola em elementos paisagísticos de grande diversidade deverão ter consideração o restabelecimento da conectividade dos *habitats*;
- Pelo menos 25 % das terras agrícolas da UE devem ser cultivadas em modo de produção biológico até 2030;
- Plantação de, pelo menos, 3 mil milhões de novas árvores na UE até 2030;
- Eliminação gradual de biocombustíveis com elevado risco de alteração indireta do uso do solo até 2030;
- Restabelecido o curso natural de rios, numa extensão de, pelo menos, 25 000 km até 2030;
- Elaboração de Planos de Ecologização Urbana para todas as cidades com mais de 20 000 habitantes até 2021;
- Plano de ação para a poluição zero no ar, na água e no solo;
- Reduzir as perdas de nutrientes em, pelo menos, 50 %;
- Reduzir a utilização de fertilizantes em, pelo menos, 20 %;
- Reduzir em 50 % o número de espécies da Lista Vermelha ameaçadas pelas espécies exóticas invasoras.

## Prazos

2021

- Definição de critérios e orientações para as novas áreas protegidas;
- Planos nacionais de ordenamento do espaço marítimo;
- Elaboração de Planos de Ecologização Urbana para cidades com mais de 20000 habitantes;
- A Comissão estabelecerá uma plataforma de ecologização urbana da UE, ao abrigo de um novo Acordo Cidade Verde.

2022

- A Comissão, em colaboração com os Estados-Membros, elaborará um plano de ação para a gestão integrada dos nutrientes.

2023

- Demonstração por parte dos estados-membros dos progressos significativos na designação legal de novas áreas protegidas e na integração de corredores ecológicos;
- A Comissão prestará apoio técnico em relação às medidas a tomar pelos Estados-Membros para cumprimento da DQA.

2024

- Apreciação por parte da EU das medidas adotadas pelos estados-membros em relação aos objetivos definidos.

2027

- Revisão pelas autoridades dos estados-membros de todas as captações e represamentos de águas superficiais e subterrâneas.

S/Data

- A Comissão irá desenvolver um conjunto de indicadores para a redução progressiva da poluição e estabelecerá bases de referência para monitorizar os progressos.

## Instrumentos de execução

- Legislação aplicável
- Estratégia da Biodiversidade
- Estratégia do Prado ao Prato
- Nova PAC
- Estratégia temática da UE de Proteção do Solo
- Plano de ação para a poluição zero no ar, na água e no solo
- Estratégia da UE para as florestas
- Sistema de Informação Florestal para a Europa
- Planos de Ecologização Urbana
- Plataforma europeia de ecologização urbana
- LIFE
- Novo Plano de ação para a conservação dos recursos pesqueiros e a proteção dos ecossistemas marinhos
- Planos nacionais de ordenamento do espaço marítimo

## Beneficiários

Estados-membros

## **ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE PARA 2030 (ENCNB2030)**

### Âmbito do documento

A ENCNB 2030 (publicado em 2018) é um instrumento fundamental da prossecução da política de ambiente e de resposta às responsabilidades nacionais e internacionais de reduzir a perda de biodiversidade.

Esta estratégia caracteriza o país no que se refere à sua biodiversidade e o seu capital natural e inclui:

- o diagnóstico e a situação de referência do património natural português;
- a ambição e a visão para a conservação da natureza e da biodiversidade;
- os eixos e matriz estratégica;
- os financiamentos e recursos;
- a governação e o acompanhamento da implementação da ECNB2030.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Eixos | Objetivos | Medidas de Concretização | Indicadores | Prioridade | Prazo | Instrumentos de Execução | Beneficiários

No quadro seguinte são seleccionados os objetivos e as medidas de concretização enquadradoras do Plano de Ação, incluindo os respetivos indicadores, prioridades, prazos, instrumentos de execução e beneficiários.

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervinentes
<b>Eixo 1 — Melhorar o estado de conservação do património natural</b>									
1.1 — Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada	Avaliar a eficácia da gestão das áreas protegidas	N.º de áreas protegidas avaliadas	1	2030	Relatórios de avaliação	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB	ICNF, CIM, Autarquias	APA, DGRM, CCDR, ONG, Academia, organizações Setoriais
	Contribuir para a concretização da meta 17 de Aichi e 14.5 dos ODS através da consolidação da rede de áreas marinhas do SNAC	Área de cobertura da rede de áreas marinhas no SNAC	1	2025	Cartografia e diplomas de criação	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000, ENM, DQEM	ICNF, DGRM	IPMA, SEPNA, AMN e Marinha, ONG, Academia, organizações Setoriais
	Definir um conjunto de geossítios a integrar o SNAC, ou com normas de proteção específicos nos instrumentos de gestão territorial relevantes	Percentagem de geossítios que integram o SNAC ou com normas de proteção nos instrumentos de gestão territorial relevantes	2	2025	Cartografia e regulamentação	Fundos UE	RJ CNB	ICNF	DGEG, LNEG, CCDR, Autarquias, CIM, ONG, Academia, TdP
1.2 — Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional	Aumentar o n.º de avaliações do estado de conservação ou tendência positivas	Percentagem de aumento de avaliações positivas obtidas para o período 2019-2024	1	2025	Relatórios de aplicação das Diretivas Aves e Habitats (ao abrigo dos artigos 12.º e 17.º, respetivamente)	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, LBGPPSOTU/RJ IGT, LBOGEM, RJ AIA, RJ AAE, DQA, DQEM, DAH	ICNF	APA, DGRM, CCDR, CIM, Autarquias, ONG, Academia
1.3 — Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats ao nível nacional	Executar 80 % de cada um dos planos de ação de espécies até à sua data de revisão	Percentagem de execução de cada plano de ação de espécies	1	2030	Relatórios de acompanhamento da execução	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, ENAAC, ENF, PANCD	ICNF	APA, DGRM, CCDR, CIM, Autarquias, ONG, Academia
	Iniciar a execução de 50 % das medidas de adaptação às alterações climáticas, dando prioridade às relativas a espécies e habitats dulciaquícolas e costeiros	Percentagem de medidas de adaptação com execução iniciada	2	2025	Relatórios de acompanhamento da execução	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, ENAAC, ENF, PANCD	ICNF	APA, DGRM, CCDR, CIM, Autarquias, ONG, Academia
	Iniciar a execução de 50 % das medidas do PANCD relativas à bio- diversidade	Percentagem de medidas de combate à desertificação com execução iniciada	2	2025	Relatórios de acompanhamento da execução	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, ENAAC, ENF, PANCD	ICNF	APA, DGRM, CCDR, CIM, Autarquias, ONG, Academia
	Executar pelo menos 30 % das intervenções do quadro de referência sobre espécies e habitats	Percentagem de execução de intervenções	2	2030	Quadro de referência, relatórios de acompanhamento da execução	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, ENAAC, ENF, PANCD	ICNF	APA, DGRM, CCDR, CIM, Autarquias, ONG, Academia

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervinentes
1.7 — Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade	Desenvolver e executar planos integrados de fiscalização anual concertados com as várias autoridades	Taxa de execução dos planos de fiscalização	1	2030	Relatórios de acompanhamento da execução com cartografia georreferenciada as- sociada	Orçamento do Estado	RJ CNB, RJ RN2000, Lei das Contraordenações ambientais	ICNF, DGAV, DGRM, APA, DGT, autoridades policiais, ASAE, autoridades marítimas, CCCR	ONG
	Promover a formação contínua dos Vigilantes da Natureza, SEPNA e de outras autoridades policiais e fiscalizadoras	N.º de ações de formação/ano	2	2030	Relatórios de formação	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	Autoridades policiais, fiscalizadoras e aduaneiras, SEPNA, Autoridade Marítima Nacional e Marinha, ICNF	ONG, Academia, ICNF
	Concluir a delimitação e inventariação dos geossítios de relevância nacional e internacional	N.º de geossítios delimitados N.º de geossítios integrados na plataforma	2	2022	Relatórios e cartografia dos geossítios	Fundos UE	RJ CNB, Resolução n.º 883/2015-M, de 7 de outubro, e Lei n.º 54/2015, de 22 de junho	ICNF, DGEG	LNEG, ONG, Academia, empresas
	Assegurar que pelo menos 95 % das espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Aves e Habitats têm um estado de conservação ou tendência populacional conhecidos	Percentagem de espécies e habitats protegidos com estado de conservação ou tendência populacional conhecidos	1	2025	Relatórios de aplicação das Diretivas Aves e Habitats ao abrigo dos artigos 12.º e 17.º, respetivamente	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	ICNF	ONG, Academia, empresas
	Efetuar o levantamento das espécies autóctones típicas e estabelecer as espécies-chave de referência (indicadoras) de zonas áridas e semiáridas	Percentagem de área (ha) de zonas áridas e semiáridas com levantamento de espécies autóctones	3	2025	Relatórios de levantamento de espécies e respetiva cartografia	Fundos UE	PANCD, ENAAC	CNCCD	ICNF, outras entidades públicas Setoriais, ONG, empresas
		Data de definição de espécies indicadoras de zonas áridas e semiáridas	3	2022	Relatórios	Fundos UE	PANCD, ENAAC	CNCCD	ICNF, outras entidades públicas Setoriais, ONG, empresas
	Determinar o elenco de espécies e habitats naturais com vulnerabilidade significativa aos processos de desertificação e de degradação do solo	Data de definição do elenco de espécies ou habitats vulneráveis aos processos de desertificação e de degradação do solo	3	2022	Relatórios	Fundos UE	PANCD, ENAAC	CNCCD	ICNF, outras entidades públicas Setoriais, empresas
Determinar o elenco de espécies com vulnerabilidade significativa às alterações climáticas, dando prioridade às de ecossistemas costeiros e dulciaquícolas	Data de definição do elenco de espécies vulneráveis às alterações climáticas	3	2022	Relatórios	Fundo Ambiental	EN AAC	ICNF	Academia, ONG, IPMA, GPP, DGADR, DGRM, APA	



Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervinentes
1.9 — Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais	Estabelecer e iniciar a execução do Programa Nacional de Monitorização de Geossítios	Número de geossítios alvo da aplicação do Programa Nacional de acompanhamento e monitorização		2030	Relatórios de acompanhamento da execução	Fundos UE	RJ CNB, Resolução n.º 883/2015-M, de 7 de outubro, e Lei n.º 54/2015, de 22 de junho	DGEG, ICNF	LNEG, DGRM, CCDR, TdP, ONG, CIM, Autarquias, Academia, Geoparques
	Estabelecer o Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização de espécies (flora e fauna) e habitats naturais	Data de aprovação do Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização de espécies e habitats	2	2025	Programa	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	ICNF, RAA,	APA, DGRM, CCDR, ONG, CIM, Autarquias, Academia, organizações Setoriais e empresas
	Executar o Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização, de espécies e habitats, em situações piloto.	N.º de situações piloto-alvo da aplicação do Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização	2	2030	Relatórios de execução do programa	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	ICNF	APA, DGRM, CCDR, ONG, CIM, Autarquias, Academia, organizações Setoriais e empresas
1.10 — Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecos- sistemas	Planear e executar um sistema de formação e sensibilização para públicos-alvo com destaque para agentes da comunicação social e institucionais, incluindo autárquicos e judiciais, professores, agricultores e produtores florestais, pescadores e suas organizações.	N.º de ações de formação/ano	2	2030	Relatórios	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	ICNF, MJ, ME, ANMP, DGRM, GPP	DGADR, ONG, Academia, escolas, organizações Setoriais e empresas
	Executar um sistema de informação sobre património natural e espécies exóticas invasoras, disponível num portal nacional adequado à participação de entidades externas (citizen participation e citizen science).	Data de operacionalização do sistema	3	2025	Registos no sistema; Relatórios	Fundos UE	RJ CNB	ICNF	ONG, Academia, Administração Pública
	Aumentar a participação pública nos processos de decisão em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, incluindo debates temáticos, seminários e sessões públicas de esclarecimento	Média de participações colocadas nas plataformas participativas por processo de decisão ou evento participativo	2	2030	Relatórios		Convenção de Arhus	ICNF em parceria com outras entidades	ONG, sociedade civil, Academia

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervinentes
----------	--------------------------	--------------------------	------------	-------	----------------------	------------------------------------	--	------------------------	-------------------------

**Eixo 2 — Promover o reconhecimento do valor do património natural**

2.1 — Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecos- sistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano	Promover o desenvolvimento de infra-estruturas verdes costeiras, rurais e urbanas	Valor de investimento associado a projetos de execução de infraestruturas verdes	2	2030	Relatórios de execução de projetos	Fundos UE e Fundo Ambiental	RJ CNB, RJ RN2000, ENAAC, PANCD, EN- GIZC	Autarquias, ICNF	APA, ONG, Academia, em- presas
2.2 — Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida	Estimar o valor económico dos principais serviços dos ecossistemas a nível nacional	Data de conclusão do estudo	2	2025	Relatórios	Fundos UE	RJ CNB, RJ RN2000	ICNF em parceria com outras entidades, RAA, RAM	APA, DGPM, DGRM, TdP, Autarquias, CIM, Academia, organizações Setoriais, ONG
2.4 — Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade	Identificar e operacionalizar um pacote de incentivos fiscais adequados à conservação da natureza e biodiversidade	Data de estabelecimento do pacote de incentivos	2	2025	Relatórios de execução do pacote de incentivos	Orçamento do Estado	Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro	MF	ICNF, Organizações Setoriais e empresas

**Eixo 3 — Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade**

3.1 — Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	Assegurar a conceção do sistema integrado de apoios comunitários ao desenvolvimento rural (PDR) e dos pagamentos por práticas agrícolas e florestais benéficas para o clima e ambiente, bem como a respetiva concretização, em particular nas áreas classificadas	Data de conclusão do sistema Porcentagem de concretização da programação prevista	1	2021 2030	Portais e estruturas de governação, relatórios de execução e avaliação do PDR	Fundos UE	ENF, RJ Ordenamento e Gestão Florestal, RJ RN2000, RJ IGT	GPP, ICNF, RAA, RAM, DRAP, AG PDR, organizações Setoriais	Autarquias, CIM, ONG, Academia
---	---	--	---	--------------	---	-----------	---	---	--------------------------------

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervenientes
3.1 — Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	Abranger o território agrícola e florestal de áreas classificadas por sistemas organizados e abrangentes de mobilização dos apoios comunitários ao desenvolvimento rural (PDR)	Percentagem do território de áreas classificadas abrangido por apoios comunitários ao desenvolvimento rural	1	2025	Relatórios de execução e avaliação do PDR	Fundos UE	ENF, RJ Ordenamento e Gestão Florestal, RJ RN2000, RJ IGT	GPP, AG PDR, DRAP, ICNF	Autarquias, CIM, ONG, Academia, empresas, organizações Setoriais
3.2 — Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	Adotar medidas que promovam o aumento em pelo menos 20 % a área florestal, abrangida por um PGF	Variação da área florestal submetida a PGF em 2025 face à submetida em 2017	1	2025	Relatórios de execução da ENF	Fundos UE, Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)	ENF, LB da Política Florestal, RJ Ordenamento e Gestão Florestal	ICNF, organizações de produtores florestais	AG PDR, DRAP empresas, organizações Setoriais
	Zelar pela densificação de medidas específicas necessárias à gestão das espécies e habitats florestais nos PGF e outros instrumentos de gestão complementares com incidência territorial em áreas protegidas de âmbito nacional e na Rede Natura 2000	Percentagem da área florestal em áreas classificadas abrangida por medidas de conservação/gestão	1	2030	PGF e planos de ordenamento e de gestão de áreas classificadas	Fundos UE	ENF, RJ CNB, RJ Ordenamento e Gestão Florestal, RJ RN2000, RJ IGT	ICNF, organizações de produtores florestais	AG PDR, Autarquias empresas, organizações Setoriais
3.3 — Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos	Identificar os ecossistemas marinhos vulneráveis, integrando-os na RFCN e assegurar a gestão das atividades marítimas	Percentagem de ecossistemas marinhos vulneráveis identificados e classificados com plano de gestão e exploração em vigor	2	2030	Planos de gestão e exploração ou outros documentos reguladores da gestão pesqueira	Fundos UE	Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, DQEM, PCP, DAH	DGRM, DGPM, IPMA, ICNF	ONG, Academia, empresas, organizações Setoriais
	Desenvolver os planos de adaptação de práticas de pesca lesivas dos habitats bentónicos, incluindo no-take zones	Data de conclusão dos planos	2	2025	Planos, Relatórios de execução	Fundos UE	Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, DQEM, PCP, DAH	DGRM, DGPM, IPMA, ICNF	AMN, ONG, Academia, empresas, organizações Setoriais
	Constituir plataformas de cogestão da atividade da pesca em áreas marinhas protegidas	N.º de pescarias geridas de forma participativa	3	2030	Acordos de cogestão	Fundos UE	PCP, Regulamentação da Pesca	DGRM e MSC Portugal	ICNF, IPMA, Autarquias, Associações, ONGA, Universidades, organizações Setoriais
3.5 — Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais	Elaborar, ou rever, 80 % dos planos de gestão e exploração dos recursos aquícolas de águas interiores ou outros documentos reguladores da pesca, nas áreas sobre gestão do ICNF e 20 % dos planos ou outros documentos nas áreas geridas por outras entidades	Percentagem de planos de gestão e exploração ou outros documentos reguladores da pesca revistos ou elaborados	3	2030	Planos, Relatórios de execução	Fundos UE	Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, DAH, DQA, DQEM	ICNF e outras entidades gestoras	AMN, IPMA, ONG, Academia, empresas, organizações Setoriais

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Meios de verificação	Instrumentos financeiros e fiscais	Instrumentos de execução (jurídicos e políticos)	Entidades Responsáveis	Entidades Intervinentes
3.8 — Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural	Qualificar o património edificado, as infraestruturas e os espaços de uso coletivo em áreas classificadas	Intervenções em infraestruturas qualificadas em áreas classificadas iniciadas até 2030 Variação do número de dormidas em áreas classificadas	1	2030	Inquéritos às CM e alojamentos inseridos em áreas classificadas Conta satélite do turismo Portal do TdP	Fundos UE	ET 2027, PNTN, Estratégia e plano de gestão da marca Natural.PT, Regulamento de adesão à marca	ICNF, Autarquias	TdP, organizações Setoriais
	Articular e promover o reconhecimento de empresas de «Turismo de Natureza»	Taxa de crescimento média anual do número de empresas	1	2030	Relatórios, Portal do Turismo de Portugal, Portal do TdP	Fundos UE	ET 2027, PNTN	ICNF, ER Turismo	Empresas e ONG
3.13 — Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade	Garantir a cobertura total do território nacional por programas e planos territoriais que estabeleçam estruturas e corredores ecológicos destinados a assegurar a conectividade da rede fundamental da conservação da natureza	Percentagem de território nacional coberto por planos e programas que definem estruturas e corredores ecológicos	2	2030	Planos e Programas territoriais	Fundos UE	LBGPPSOTU, RJ IGT, RJ AAPP, RJ CNB, RJ RN2000	Entidades públicas Setoriais e regionais, ICNF, CCDR, CIM, Autarquias	ONG, sociedade civil
	Integrar a componente de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas em todas as políticas relevantes e instrumentos de planeamento	Percentagem de instrumentos de planeamento	3	2030	Informação disponível e tratada no sistema de monitorização e avaliação de temas e indicadores	Fundos UE	ENAA	ICNF, RAA, RAM, DGT, CCDR, CIM, Autarquias, APA e outras entidades públicas Setoriais, DGRM, DGPM	Sociedade civil, ONG, Academia

## CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM (CEP)

### Âmbito do documento e objetivo

A CEP, publicada pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro, é uma iniciativa do Conselho da Europa que reconhece a importância das paisagens europeias como sendo um recurso comum, identitário, fundamental para o desenvolvimento sustentável, ambiental, cultural e social das suas populações. Reconhece também que para a sua proteção, gestão e ordenamento é importante a cooperação entre os signatários e procura estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias.

O objetivo da CEP é promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio e a encorajar a cooperação transfronteiriça ao nível local e regional e a elaborar e implementar programas comuns de valorização da paisagem.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
- Pedreiras - Pedreiras em situação crítica

### Ações

Constituem medidas gerais da CEP as seguintes:

- a) A reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
- b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adoção das medidas específicas;
- c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b) anterior;
- d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacto direto ou indireto na paisagem.

São ainda contempladas medidas específicas, relacionadas com a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, com o seu papel e as suas transformações; assim como ações na área da formação quer de especialistas quer do público em geral e ao nível dos diferentes níveis de ensino.

A identificação e avaliação das paisagens integra as medidas específicas assim como a definição de objetivos de qualidade paisagística.

## ESTRATÉGIA NACIONAL DAS FLORESTAS 2030 (ENF2030)

### Âmbito do documento

A ENF foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro e é um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. A ENF foi atualizada no que concerne às linhas estratégicas antes definidas e reformula a matriz de operacionalização, com o horizonte de 2030, salvaguardando, porém, o enquadramento da programação dos instrumentos financeiros para o período 2014-2020.

A atualização da ENF tem como grande objetivo a gestão sustentável das florestas, em linha com a nova 692-(10) Diário da República, 1.ª série — N.º 24 — 4 de fevereiro de 2015 Estratégia da União Europeia para as Florestas e o Setor Florestal e a Visão para as Florestas Europeias 2020, acordada na Conferência Ministerial de Oslo (2011). (...)

Por outro lado a ENF atende e incorpora para Portugal as especificidades e os objetivos regionais do «Quadro Estratégico das Florestas Mediterrânicas: orientações políticas para o ordenamento integrado dos ecossistemas florestais nas Paisagens Mediterrânicas», integrando (i) o desenvolvimento e a promoção dos bens e serviços providos pelos ecossistemas e outras áreas florestais Mediterrânicas; (ii) a promoção da resiliência dos ecossistemas e outras áreas florestais do Mediterrâneo para responder às notáveis expressões regionais das mudanças globais; (iii) o reforço das capacidades das organizações setoriais e a necessária mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas e de outras áreas florestais Mediterrânicas.

As Alterações Climáticas, Biodiversidade e Combate à Desertificação e Seca, e o Instrumento Internacional para as Florestas, compromissos globais assumidos na convenção do Rio, são também atendidos na revisão da ENF.

A ENF define seis objetivos estratégicos e para cada um elenca vários objetivos específicos, que se listam seguidamente:

### **A-Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos**

#### A defesa da floresta contra incêndios

- A.1.1 Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- A.1.2 Redução da incidência dos incêndios
- A.1.3 Garantir o cumprimento do PNDFCI

#### A proteção contra agentes bióticos

- A.4 Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos
- A.5 Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas
- A.6 Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos
- A.7 Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos
- A.8. Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas

#### A reabilitação dos ecossistemas afetados

- A.9 Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados

## **B-Especialização do território de acordo com a função florestal de apoio à elaboração dos PROF**

- B.1 Planear a abordagem regional
- B.2 Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação
- B.3 Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade
- B.4 Promover a proteção das áreas costeiras
- B.5 Conservar o regime hídrico
- B.6 Adequar as espécies às características da estação
- B.7 Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas

## **C-Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos**

- C.1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos
- C.2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais

## **D-Internacionalização e aumento do valor dos produtos**

- D.1 Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados
- D.2 Reforçar a orientação para o mercado
- D.3 Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras
- D.4 Modernizar e capacitar as empresas florestais

## **E-Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector**

- E.1. Recolher e processar informação do setor de forma sistemática
- E.2 Promover o Inventário da propriedade florestal
- E.3 Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor
- E.4 Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais
- E.5 Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais
- E.6 Qualificar os agentes do setor
- E.7 Fomentar a cooperação internacional

## **F-Racionalização e simplificação dos instrumentos de política**

- F.1 Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas
- F.2 Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal
- F.3 Racionalizar e simplificar o quadro legislativo
- F.4 Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal

Enquadrados no âmbito do presente Plano de Ação, encontram-se os objetivos estratégicos A, B, e C e respetivos objetivos específicos.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Ações

Visando a prossecução dos objetivos da ENF, o seu Programa de Execução identifica uma matriz de operacionalização da estratégia onde são definidos, para além dos objetivos estratégicos e específicos, os indicadores de resultados, as metas, os instrumentos e os responsáveis pela sua realização.

### Responsabilidade/Beneficiários

- Entidade gestora dos Fundos de Coesão e FEADER
- Entidades gestoras dos PO regionais
- ICNF
- ANPC
- APA
- Ministério da Educação e Ciência
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)
- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)
- Direção-Geral de Veterinária (DGAV)
- Direção-Geral de Agricultura e Pescas (DRAP),
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
- Municípios
- GNR
- PSP
- Entidades de investigação
- Entidades gestoras das infraestruturas
- Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF
- Órgãos de administração de baldios.
- Entidades gestoras das equipas sapadores
- Centros de Competência
- Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços
- Associações profissionais
- ONGA



. Objetivo estratégico. A - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS DE INCÊNDIO E DE AGENTES BIÓTICOS NOCIVOS

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> -% da média móvel de 10 anos, de povoamentos florestais ardidos face à área total de floresta, a calcular anualmente no período 2018 a 2030</p> <p><b>Metas:</b> - 0,8%</p>	A1.1. Implementar a rede primária de faixas de gestão de combustível	% do total da rede primária planeada em PDDFCI que foi implementada	33% até 2015 100% até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundos de Coesão</li> <li>FEADER</li> <li>PO SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora dos Fundos de Coesão e FEADER</li> <li>Autarquias locais</li> <li>entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF,</li> <li>órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	A1.2. Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Área de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, prevista em PEIF e PDFCI, que foi implementada	25% até 2015 100% até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Autarquias locais</li> <li>entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF,</li> <li>órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	A1.3. Implementar a rede secundária nas zonas de interface urbano/floresta	Área de rede secundária, prevista nos PMDFCI, com intervenção	50% até 2015 100% até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundos de Coesão</li> <li>FEADER</li> <li>PO SEUR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidade gestora dos Fundos de Coesão e FEADER</li> <li>Autarquias locais</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> <li>Entidades gestoras das infraestruturas</li> </ul>
	A1.4. Instalar infraestruturas integradas nas redes regionais de DFCI	Quantidade de infraestruturas, previstas em PMDFCI, executada	50% até 2015 100% até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundos de Coesão FEDER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidade gestora dos Fundos de Coesão</li> <li>GNR</li> <li>Autarquias locais</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A1. Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> -% da média móvel de 10 anos, de povoamentos florestais ardidos face à área total de floresta, a calcular anualmente no período 2018 a 2030</p> <p><b>Metas:</b> - 0,8%</p>	A1.5. Aumentar área de intervenção das Equipas de Sapadores Florestais	Aumento percentual da área intervencionada, face a 2010	25% até 2020 50% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidades gestoras das equipas sapadores</li> </ul>
	A1.6. Aumentar o número de equipas de sapadores florestais	Aumento do número de equipas de sapadores florestais	500 até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidades gestoras das equipas sapadores</li> </ul>
	A1.7. Integrar o trabalho das equipas de sapadores florestais	Nº de equipas de sapadores florestais que trabalham em conjunto por ano	20 até 2015 Mais 20, por ano, até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidades gestoras das equipas sapadores</li> </ul>
	A1.8. Executar um Plano Nacional de Gestão Integrada do Fogo, enquadrando o uso do fogo pela população, em particular para pastoreio, o uso profissional do fogo na prevenção e o uso profissional do fogo na gestão de incêndios.	Relatórios anuais de avaliação do plano	1 relatório anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> <li>▪ FEADER</li> <li>▪ Orçamento do Estado (OE)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ ANPC</li> <li>▪ Organizações dos produtores, entidades gestoras de ZIF</li> <li>▪ Órgãos de gestão dos baldios</li> </ul>
<p>A.2. Reduzir a incidência dos incêndios</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>-% da média móvel de 10 anos do número de ocorrências, a calcular anualmente entre 2015 e 2030</p> <p><b>Metas:</b> - 20%)</p>	A2.1. Implementar um Plano de Ação Nacional de redução do n.º de ocorrências, incluindo informação e sensibilização florestal, com um horizonte temporal de 20 anos, dirigido especialmente para a população escolar e grupos de risco identificados em função do conhecimento das causas dos incêndios e suas motivações.	Relatórios anuais de avaliação das campanhas	Um relatório anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> <li>▪ FEADER</li> <li>▪</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ ANPC</li> <li>▪ GNR</li> <li>▪ Organizações dos produtores</li> </ul>
	A2.2 Fomentar ações de sensibilização especialmente direcionada para a população escolar e grupos de risco	Relatórios anuais de avaliação das campanhas	Um relatório anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FFP</li> <li>▪ FEADER</li> <li>▪</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ ANPC</li> <li>▪ Ministério da Educação e Ciência</li> <li>▪ GNR</li> <li>▪ PSP</li> <li>▪ Organizações dos produtores</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A3. Garantir o cumprimento do PNDFCI.</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>-Relatórios de avaliação da implementação do PNDFCI</p> <p><b>Metas:</b> - Avaliação intercalar a concluir em 2014 e avaliação bianual até 2020.</p>	A3.1. Monitorizar o SNDFCI e o cumprimento de todos os eixos do PNDFCI, incluindo a nível regional	N.º de centros de monitorização	Criar em 2015 um centro de monitorização nacional e cinco regionais de DFCI.	<ul style="list-style-type: none"> <li>FFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>GNR</li> </ul>
<p>A4. Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos.</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>- Distribuição e quantificação das pragas e doenças associadas aos vários sistemas florestais no território continental</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>- 50% dos sistemas até final de 2017</p> <p>100% dos sistemas até final de 2020</p>	A4.1. Estabelecer e divulgar procedimentos uniformizados de prospeção de pragas	Número de procedimentos uniformizados a divulgar pelos agentes do setor	6 até final de 2014, com revisão anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)</li> <li>Direção-Geral de Veterinária (DGAV)</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> </ul>
	A4.2. Conhecer a distribuição geográfica e o grau de perigosidade dos principais agentes bióticos nocivos por sistema florestal	% de área avaliada por sistema florestal	50% até final de 2017 100% até final de 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> <li>Autarquias locais</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> </ul>
	A4.3. Conhecer os impactos reais e potenciais da ação dos agentes bióticos nocivos	% de área avaliada por sistema florestal	50% até final de 2017 100% até final de 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> <li>Autarquias locais</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> </ul>
	A4.4. Criar um sistema de informação centralizado relativo à prospeção, monitorização e controlo de agentes bióticos nocivos	Entrada em funcionamento do sistema	2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A5. Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> - % de povoamentos com danos graves</p> <p><b>Metas:</b> - 10% até 2020</p>	A5.1. Assegurar a formação dos agentes do setor sobre os agentes biótico	Número de ações de formação realizadas por ano	5 por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> <li>FSE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> <li>Autarquias locais</li> <li>Entidades de investigação</li> <li>Produtores e prestadores de serviços e suas organizações</li> </ul>
	A5.2. Promover ações de sensibilização para transferência de conhecimento científico atualizado e divulgação de métodos de monitorização e controlo	Número de ações de sensibilização realizadas por ano	10 por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> <li>FFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> <li>Direção-Geral de Agricultura e Pescas (DRAP)</li> <li>Autarquias locais e</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> <li>Centros de Competência</li> <li>Outros agentes do setor</li> </ul>
	A5.3. Reforçar a capacidade de prevenção e controlo dos agentes bióticos nocivos	Número de planos de prevenção e controlo implementados por ano	5 por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços e outros agentes do setor</li> </ul>
		Adequação das estratégias de prevenção e controlo face ao conhecimento adquirido	Revisão anual dos planos de prevenção e controlo implementados	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> </ul>
	A5.4. Estabelecer um circuito de informação para apoio às decisões de gestão florestal	Entrada em funcionamento do circuito	2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> </ul>
	A5.5. Assegurar a formação dos inspetores fitossanitários	N.º de ações de formação/reciclagem	1 por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DGAV</li> <li>ICNF</li> <li>DRAP</li> </ul>
	A5.6. Assegurar o controlo do material vegetal	Inspeção/fiscalização de operadores económicos que opere, com material vegetal suscetível	Pelo menos 50% dos operadores económicos por ano, para além das inspeções obrigatórias	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> <li>DRAP</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A6. Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos.</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>- % de inspeções fitossanitárias</p> <p><b>Metas:</b> - Mais 20% para além do que é anualmente obrigatório</p>	A6.3. Reforçar a capacidade de deteção precoce dos agentes bióticos invasores, com apoio dos parceiros	Número de ações de formação/informação dirigidas para deteção precoce de novas pragas, por ano	2 por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços e outros agentes do setor</li> </ul>
<p>A7. Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos.</p> <p><b>Indicador de resultados:</b></p> <p>- Linhas prioritárias de investigação concluídas</p> <p><b>Meta:</b> - 50% das linhas de investigação até final de 2017; 100% das linhas de investigação até final de 2020</p>	A7.1. Definir linhas prioritárias de investigação associadas aos principais sistemas florestais	Apresentação de linhas prioritárias de investigação para os 5 principais sistemas florestais	Linhas prioritárias de investigação definidas até final de 2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> <li>Entidades de investigação</li> <li>INIAV</li> <li>FCT</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> <li>Centros de Competência</li> <li>Outros agentes do setor</li> </ul>
	A7.2. Promover a realização de avaliações de risco a potenciais pragas	N.º de avaliações de risco realizadas para pragas não existentes em Portugal	de 3 em 3 anos até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>FFP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>INIAV</li> <li>DGAV</li> </ul>
	A7.3. Promover ações de investigação direcionadas para a prevenção e controlo dos agentes bióticos nocivos	Projetos de investigação implementados	Início de projetos de investigação para 50% das linhas prioritárias definidas, até 2015. Início de projetos de investigação para 100% das linhas prioritárias até 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> <li>FFP</li> <li>Horizonte 2020</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>INIAV</li> <li>Organismos de Investigação</li> <li>Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)</li> <li>ICNF</li> <li>DGAV</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> <li>Centros de Competência</li> <li>Outros agentes do setor</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A8. Diminuir os riscos de ocorrência, de desenvolvimento e de dispersão de espécies invasoras lenhosas</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>- Área com ocupação de espécies invasoras lenhosas</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>- Até 2030 a área ocupada por espécies invasoras lenhosas estabiliza</p>	<p>A8.1. Preparar um Programa de Ação Nacional de Combate a Invasoras lenhosas</p>	<p>Programa aprovado</p> <p>Identificação de áreas prioritárias de intervenção à escala regional e/ sub-regional</p> <p>Implementação de Subprogramas na Rede Nacional de Áreas Classificadas e na Rede de Matas Nacionais</p>	<p>Programa aprovado até ao final do 1.º semestre de 2015</p> <p>Áreas prioritárias de intervenção identificadas até final de 2015</p> <p>Até 2016 estão em implementação subprogramas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OE</li> <li>▪ Programa LIFE</li> <li>▪ PO SEUR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Organizações de produtores florestais e dos prestadores de serviços</li> <li>▪ ONGA</li> </ul>
	<p>A8.2. Apoiar intervenções de controlo de invasoras lenhosas nos instrumentos de apoio financeiro</p>	<p>Existência de apoios ao controlo e de recuperação áreas afetadas por invasoras lenhosas nas medidas florestais</p> <p>Área afetada objeto de recuperação</p>	<p>O PDR 2020 apoia ações de controlo e de recuperação áreas afetadas por invasoras lenhosas nas medidas florestais</p> <p>1.500 ha recuperados no SNAC até 2030</p> <p>Recuperação de, no mínimo, metade da área afetada por invasoras lenhosas até 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OE</li> <li>▪ Programa LIFE</li> <li>▪ PO SEUR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ APA</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
<p>A9. Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>-% dos incêndios com área superior a 500 ha que são alvo de avaliação</p> <p>Área florestal afetada por agentes bióticos</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>-Até 2020: 100% Área florestal afetada em 2030 reduz em relação a 2010</p>	<p>A9.1. Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500 ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência</p>	<p>% de incêndios com área maior que 500 ha avaliados anualmente</p>	<p>100% até 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>A9. Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>-% dos incêndios com área superior a 500 ha que são alvo de avaliação Área florestal afetada por agentes bióticos</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>-Até 2020: 100% Área florestal afetada em 2030 reduz em relação a 2010</p>	<p>A9.2. Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio com base nos relatórios produzidos pelo ICNF, I.P</p>	<p>% da área ardida sujeita a ações de restabelecimento de emergência com base em relatórios produzidos pelo ICNF, I.P.</p>	<p>80% até 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas e órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	<p>A9.3. Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio</p>	<p>Área de povoamentos recuperados promovida em áreas com dimensão (nomeadamente ZIF ou outras áreas agrupadas)</p>	<p>Até 2020: 50.000 ha Até 2030: 100.000 ha</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas e órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	<p>A9.4. Restabelecer o potencial de produção silvícola das áreas afetadas por agentes bióticos nocivos</p>	<p>Área de floresta afetada por agentes bióticos nocivos recuperada</p>	<p>70% de área afetada intervencionada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas e órgãos de administração de baldios</li> </ul>

. Objetivo estratégico B - ESPECIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>B1. Planear a abordagem regional</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> Grau de concretização da matriz de especialização do território</p> <p><b>Metas:</b> - Valor de área florestal total dentro do intervalo mínimo e máximo</p>	<p>B1.1. Promover a revisão dos PROF, desenvolvendo as orientações da ENF e de outros instrumentos estratégicos e divulgar os resultados</p>	<p>Publicação dos PROF revistos</p>	<p>Em 2016 são publicados os PROF revistos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> </ul>
<p>B2. Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> Evolução do estado de conservação do solo nas áreas suscetíveis a processos de desertificação</p> <p><b>Metas:</b> - Até 2030, a evolução é positiva</p>	<p>B2.1. Apoiar a florestação e a beneficiação de povoamentos florestais em áreas de elevada suscetibilidade à desertificação</p>	<p>Área de povoamentos florestais na área suscetível à desertificação recuperada, invertendo a tendência regressiva, e promovendo as economias associadas</p>	<p>Na área suscetível, as espécies com interesse para a conservação do solo situam-se dentro do leque definido pelo PROF respetivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de entidades gestoras de organização, incluindo ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
<p>B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> Estado de conservação dos <i>habitats</i> florestais na Rede natura</p> <p><b>Metas:</b> - Em 2020 assinala-se progresso favorável em relação ao relatório 2013</p>	<p>B3.1. Apoio à conservação e recuperação de <i>habitats</i> florestais/áreas florestais de elevado valor natural</p>	<p><i>Habitats</i>/Áreas florestais de elevado valor natural beneficiadas e mantidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existem apoios à manutenção e beneficiação de <i>habitats</i> florestais entre 2014 e 2020</li> <li>▪ 30.000 ha de <i>Habitats</i> / Áreas florestais de elevado valor natural beneficiadas e mantidas até 2020</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> <li>▪ PO SEUR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	<p>B3.2. Assegurar a gestão ativa dos espaços florestais que constituem <i>habitat</i> de espécies protegidas</p>	<p>N.º de projetos de gestão ativa de <i>habitats</i> por espécies alvo</p>	<p>50</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PO SEUR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>



Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
B3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade <b>Indicadores de resultado:</b> Estado de conservação dos <i>habitats</i> florestais na Rede natura <b>Metas:</b> - Em 2020 assinala-se progresso favorável em relação ao relatório 2013	B3.3. Manutenção e recuperação de galerias ribeirinhas	Área de galerias ribeirinhas recuperada	1000 ha	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	B3.4. Tipificação e qualificação dos matos e matagais dos espaços florestais	Conceitos e metodologias de IFN aproximados aos da Diretiva <i>Habitats</i> e sua aplicação	2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> </ul>
B4. Promover a proteção das áreas costeiras <b>Indicadores de resultado:</b> Área de floresta em áreas costeiras <b>Metas:</b> Em 2030: aumento face a 2010	B4.1. Incluir áreas florestais do litoral no Regime Florestal	Área florestal do litoral incluída em Regime Florestal	20% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> <li>n.a.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> </ul>
	B4.2. Elaboração de PGF para todas as matas nacionais e atualização dos existentes	% de matas nacionais com PGF atualizado	Em 2017: 100%	<ul style="list-style-type: none"> <li>O.E.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> </ul>
	B4.3. Execução dos PGF das matas nacionais do litoral	Grau de execução dos PGF	80% dos PGF com execução a 100%, 3 anos após a sua aprovação / atualização	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> </ul>
B5. Conservar o regime hídrico <b>Indicadores de resultado:</b> % da área arborizada nas zonas sensíveis para a proteção do solo <b>Metas:</b> Em 2020: aumento 10% face a 2010	B5.1. Implementar ações de regulação do regime hídrico	Apoios financeiros para a implementação de ações que visam a conservação do regime hídrico.  Projetos de arborização e reabilitação de povoamentos em zonas de montanha	Entre 2014 e 2020 existem apoios para a implementação de ações que visam a conservação do regime hídrico.  100 unidades de baldio executam projetos de arborização e reabilitação de povoamentos em zonas de montanha até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>B6. Adequar as espécies às características da estação</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>- Grau de concretização das orientações estratégicas definidas para as sub-regiões homogéneas dos PROF</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>Em 2030 a ocupação florestal evolui no sentido das orientações estratégicas dos PROF</p>	B6.1. Apoiar a reconversão de povoamentos instalados em condições ecológicas desajustadas, utilizando para o efeito espécies mais bem-adaptadas	Área de povoamentos instalados em condições ecológicas desajustadas reconvertido	30.000 ha até 2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	B6.2. Apoiar a instalação de povoamentos florestais	Apoio financeiro à instalação de povoamentos florestais	Até 2020 existem apoios financeiros para a instalação de povoamentos florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> </ul>
		Área de povoamentos florestais instalados com apoios públicos.	Até 2020: cerca de 10.000 ha por ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
<p>B7. Aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <p>- Stock e fluxo anual de carbono orgânico no solo</p> <p>- Stock e fluxo anual de carbono na biomassa florestal</p> <p><b>Metas:</b></p> <p>Em 2025: Aumento face a 2010</p>	B7.1. Promover técnicas silvícolas que aumentem o stock de carbono no solo	Atualização do manual de boas práticas para projetos florestais;	Até 2016 é atualizado e publicado o manual de boas práticas para apoio à elaboração de projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>OE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> </ul>
		Apoio à instalação e gestão de pastagens permanentes semeadas biodiversas ricas em leguminosas sob coberto	Até 2020 apoiada a instalação de 40.000 ha	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>APA</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade	
<p>B8. Promover a resiliência da floresta</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Densidade dos povoamentos de sobreiro</li> <li>Recorrência de incêndios em área de pinheiro bravo</li> </ul> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-A densidade média dos povoamentos de sobreiro não diminui face aos valores de 2010;</li> <li>-Diminuição da recorrência de incêndios em pinheiro bravo face a 2010</li> </ul>	<p>B8.1. Apoiar investimentos que promovam a resiliência dos povoamentos florestais</p>	<p>Apoios para investimentos que promovam a densidade adequada dos povoamentos florestais</p>	<p>Entre 2014 e 2020 existem apoios para a promoção da densidade adequada dos povoamentos florestais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF, I.P.,</li> <li>▪ Entidade gestora do FEADER</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>	
		<p>Área de pinheiro-bravo sujeita a redução da densidade excessiva/condução regeneração natural</p>	<p>60.000 ha</p>			
		<p>Área de montado de sobreiro e de azinho sujeita a operações de rejuvenescimento e melhoria do estado vegetativo</p>	<p>150.000 ha</p>			
<p>B9. Desenvolver a importância da floresta enquanto componentes da Infraestrutura Verde</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Extensão de povoamentos florestais acompanhando estruturas lineares</li> <li>-Área de floresta urbana e periurbana</li> </ul> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Aumentar a área acompanhando estruturas lineares face a 2010</li> <li>-Aumentar área floresta urbana e periurbana face a 2010</li> </ul>	<p>B9.1. Apoiar as ações e planos de defesa, ampliação e gestão florestal envolvente de estruturas lineares</p>	<p>Apoios para investimentos que promovam a instalação e gestão de vegetação ribeirinha</p>	<p>Entre 2014 e 2020 existem 50 km de linhas de água intervencionadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PO regionais</li> <li>▪ FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Entidades gestoras dos PO regionais e FEADER</li> <li>▪ Autarquias locais</li> <li>▪ Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>▪ Órgãos de administração de baldios</li> </ul>	
	<p>B9.2. Apoiar as ações e planos de gestão e ampliação de áreas florestais urbanas e periurbanas que promovam a qualidade de vida das populações residentes</p>	<p>Enquadramento para investimentos que promovam a renovação, instalação ou gestão de áreas florestais urbanas e periurbanas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entre 2014 e 2020 são criadas normas para florestas urbanas e periurbanas e um programa de ação específico</li> <li>▪ Entre 2014 e 2020 a percentagem de área florestal em perímetros urbanos cresce 10%</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PO regionais</li> <li>▪ FEADER</li> </ul>

. Objetivo estratégico C: MELHORIA DA GESTÃO FLORESTAL E DA PRODUTIVIDADE DOS POVOAMENTOS

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
<p>C1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos <b>Indicadores de resultado:</b> Área florestal não sujeita a qualquer tipo de gestão</p> <p><b>Metas:</b> - A área florestal não sujeita a qualquer tipo de gestão diminui face à estimativa de 2014</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> Volume/ha dos povoamentos das espécies dos principais sistemas silvo-lenhosos</p> <p><b>Metas:</b> - Até 2030 o volume /ha aumenta face aos valores do IFN6</p>	C1.1. Aumentar a área sujeita a PGF	Área florestal submetida a PGF	Área submetida a PGF em 2020 aumenta face a 2014 em 20 %	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	C1.3. Promover a melhoria do valor económico dos povoamentos	Apoios à melhoria do valor económico dos povoamentos florestais	Entre 2014 e 2020 existem apoios à melhoria do valor económico dos povoamentos florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP),</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas e</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>
	Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva	100.000 ha em 2020			
<p>C2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais</p> <p><b>Indicadores de resultado:</b> Valor total das jornadas de caça e de pesca e valor da resina e de outros produtos não lenhosos</p> <p><b>Metas:</b> - Em 2030, aumento face a 2014</p>	C2.1. Aumentar o contributo da cinegética, da pesca, da silvo pastorícia, da apicultura, da produção de resina, cogumelos e de outros produtos não lenhosos no valor económico da floresta	Apoios ao ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos, aquícolas e de produtos não lenhosos n.º de projetos apoiados	<p>-Entre 2014 e 2020 existem apoios ao ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e aquícolas e de produtos não lenhosos</p> <p>-N.º de projetos apoiados: 200</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>GPP</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Entidades gestoras/proprietárias de espaços florestais e suas formas de organização, incluindo entidades gestoras de ZIF ou de áreas agrupadas</li> <li>Órgãos de administração de baldios</li> </ul>

Objetivos Específicos	Objetivos operacionais	Indicadores de realização	Metas	Instrumentos	Responsabilidade
C3. Promover a gestão florestal ativa e profissional <b>Indicadores de resultado:</b> % da área florestal que implementa os modelos de silvicultura e modelos de gestão dos PROF <b>Metas:</b> Até 2030: pelo menos 30%	C3.1. Promover a oferta de serviços para melhorar o desempenho global das explorações florestais	Apoio para o aconselhamento técnico a proprietários e produtores florestais N.º de beneficiários do aconselhamento	Entre 2014 e 2020 existem apoios para o aconselhamento técnico a proprietários e produtores florestais 6000 beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> </ul>
	C3.2. Promover a implementação dos modelos e normas de gestão dos PROF	N.º de projetos de divulgação e formação junto dos proprietários e produtores florestais	Entre 2014 e 2020 realizam-se 30 ações de formação e divulgação que incidem sobre modelos de silvicultura e normas de gestão dos PROF	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Entidade gestora do FEADER</li> <li>Organizações dos produtores e dos prestadores de serviços</li> </ul>

## PROGRAMA DE AÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (P-3AC)

### Âmbito do documento

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), (publicado em 2019 pela RCM130/2019), pretende concretizar o segundo objetivo da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAA 2020), ou seja, implementar medidas de adaptação, identificando as intervenções físicas com impacto direto no território.

Pode-se considerar que o P-3AC é um guia de orientação para a integração da adaptação às alterações climáticas nos planos setoriais e no desenho dos programas de financiamento, apoiando a valorização do território e a construção de uma sociedade mais adaptada às alterações climáticas.

O P-3AC estabelece as linhas de ação e as medidas prioritárias de adaptação, identifica as entidades envolvidas, define indicadores de acompanhamento e identifica potenciais fontes de financiamento.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Ações

O P-3AC identifica nove linhas de ação cujo objetivo é a redução dos principais impactos e vulnerabilidades do território. Oito destas linhas de ação são medidas concretas de intervenção no território e nas infraestruturas, sendo a nona linha de ação de carácter transversal.

Linhas de ação:

1. Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais;
2. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo;
3. Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no Setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez;
4. Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas;
5. Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais;
6. Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações;
7. Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundações;
8. Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

### Periodicidade

Elaboração de um relatório anual de monitorização por parte da entidade reguladora do P -3AC (APA).

### Indicadores de resultado e Metas

<b>Indicadores de resultado</b>	<b>Metas 2030</b>
Municípios abrangidos por planos de adaptação (municipais, intermunicipais ou regionais)	100 %
Municípios com planos de defesa da floresta contra incêndios que integram avaliações de vulnerabilidade climática futura e medidas de adaptação	100 %
Linha de costa continental em situação crítica de erosão	10%
Redução do n.º de pessoas afetadas em episódios de cheias e inundações em zonas de risco identificadas nos Planos de Gestão de Riscos de Inundações (face ao anterior ciclo dos PGRI)	-25%
Redução da área de distribuição geográfica das espécies exóticas invasoras (face ao ano de referência)	-10%
Eficiência no uso da água no consumo urbano	85%
Eficiência no uso da água no consumo agrícola	80%
População alvo de campanhas de sensibilização ou divulgação relacionadas com impactes das alterações climáticas e medidas de adaptação	25%

### Prazo

A execução do P-3AC contempla objetivos de curto prazo (2020) e médio prazo (2030) estando os de médio prazo enquadrados no Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021 -2027.

### Beneficiários

- Entidades da Administração Local e suas associações incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG,
- Entidades da Administração Central e Regional
- Entidades do setor empresarial do Estado
- Empresas (setores comércio e serviços, incluindo turismo)
- Proprietários/empresários individuais
- Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF
- ONGA
- Associações de produtores
- Agricultores e produtores florestais
- Instituições de Solidariedade Social
- Operadores de serviços de transporte público
- Entidades detentoras de infraestruturas
- Empresas de comércio, serviços e indústrias
- Empresas de comunicações eletrónicas
- Instituições científicas e académicas

### Fontes de Financiamento

O P-3AC beneficiará das linhas de financiamento do futuro quadro financeiro plurianual da União Europeia.

### Montantes de Investimento

- Os montantes a alocar a esta fase do P 3 AC serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas.
- Na linha de ação 3, prevê-se um reforço de pelo menos 350 M€ do CUA
- Na linha de ação 7, 390 M€ na prevenção cheias e secas
- Na linha de ação 8, realizar 560 M€ de investimento público na proteção do litoral

### Coordenação

APA

Entidades que compõem o Grupo de Coordenação da ENAAC 2020.



**Linha de Ação 1 Prevenção de incêndios rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir biomassa combustível</li> <li>▪ Reduzir a velocidade de propagação de incêndios</li> <li>▪ Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios</li> <li>▪ Garantir a segurança de pessoas e bens</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Introdução de faixas ou manchas de descontinuidade através de:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ (re)arborização com outras espécies florestais resilientes ao risco de incêndio;</li> <li>▪ Controlo de densidades excessivas de regeneração natural após incêndio</li> <li>▪ Introdução de mosaico agrícola;</li> <li>▪ Criação de áreas para pastoreio e utilização de caprinos para controlo da vegetação espontânea;</li> <li>▪ Reconversão e reconfiguração de estruturas lineares de transporte e distribuição de energia elétrica que atravessam áreas florestais (e.g. enterramento de cabos; alterações de traçado)</li> <li>▪ Reconversão e reconfiguração das redes de telecomunicações em áreas florestais;</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Área intervencionada (por categoria)</li> <li>▪ km de redes intervencionadas</li> <li>▪ Montantes pagos/ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a alocar a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura e</li> <li>▪ Energia segurança energética</li> <li>▪ Florestas</li> <li>▪ Segurança de pessoas e bens</li> <li>▪ Transportes e comunicações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidades da Administração Local em suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>▪ Entidades da Administração Pública Central e Regional;</li> <li>▪ Entidades gestoras de infraestruturas de transportes;</li> <li>▪ Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF</li> <li>▪ Associações de produtores</li> <li>▪ Proprietários/empresários individuais</li> <li>▪ Entidades detentoras de infraestruturas;</li> <li>▪ Empresas de comunicações eletrónicas;</li> <li>▪ Empresas de transporte e distribuição de energia</li> <li>▪ Instituições científicas e académicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;</li> <li>▪ Aumento da suscetibilidade à desertificação</li> <li>▪ Aumento da temperatura máxima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundo Ambiental,</li> <li>▪ PDR 2020</li> <li>▪ Fundo Florestal Permanente</li> <li>▪ PO SEUR</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação</p>

**Linha de Ação 2- Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Minimizar a erosão dos solos</li> <li>▪ Aumentar os teores de matéria orgânica no solo;</li> <li>▪ Melhorar a capacidade de retenção de água do solo;</li> <li>▪ Reduzir escoamento originado por eventos de precipitação extrema;</li> <li>▪ Aumentar a biodiversidade nos solos;</li> <li>▪ Diminuir a vulnerabilidade dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das AC;</li> <li>▪ Aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis:               <ul style="list-style-type: none"> <li>i. nas cabeceiras das bacias hidrográficas;</li> <li>ii. nas encostas mais declivosas e propensas à erosão;</li> <li>iii. na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial;</li> </ul> </li> <li>▪ -Recuperar áreas de solos e vegetação degradados, prioritariamente nas áreas mais suscetíveis à desertificação:               <ul style="list-style-type: none"> <li>i. áreas ardidas, rurais e florestais;</li> <li>ii. áreas erosionadas, salinizadas e outras</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arborização com espécies melhoradoras do solo – revoluções longas;</li> <li>▪ Incorporação de estrumes e compostados, rotações com leguminosas, culturas de cobertura e com sobrantes de origem agrícola ou florestal (provenientes das operações de limpeza ou desmatamento);</li> <li>▪ Sementeira direta ou mobilização na linha; rotação de culturas com diferentes tipos de sistemas radiculares;</li> <li>▪ Enrelvamento da entrelinha nas culturas permanentes;</li> <li>▪ Instalação de pastagens sob coberto e de pastagens biodiversas;</li> <li>▪ Consolidação e recuperação de taludes e margens de linhas de água privilegiando técnicas de engenharia natural;</li> <li>▪ Intervenção com estruturas/barreiras naturais para o controlo de erosão em áreas ardidas;</li> <li>▪ Reposição/reabilitação da galeria ripícola (plantação e/ou sementeira de espécies autóctones);</li> <li>▪ Criação de jardins de infiltração e outras soluções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Área intervencionada (por categoria e por Unidade Administrativa)</li> <li>▪ N.º explorações / instalações abrangidas;</li> <li>▪ Montantes pagos/ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a alocar a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura;</li> <li>▪ Biodiversidade</li> <li>▪ Florestas;</li> <li>▪ Recursos hídricos;</li> <li>▪ Transportes e comunicações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidades da Administração Local em suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>▪ Entidades da Administração Pública Central e Regional;</li> <li>▪ Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF;</li> <li>▪ -Associações de produtores;</li> <li>▪ Agricultores e produtores florestais;</li> <li>▪ Instituições científicas e académicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;</li> <li>▪ Aumento da suscetibilidade à desertificação;</li> <li>▪ Aumento da frequência e intensidade de eventos de precipitação extrema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ PDR 2020</li> <li>▪ Fundo Florestal Permanente</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação</p>

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
degradadas; iii. áreas afetadas por exóticas invasoras lenhosas; iv. áreas com solos degradados por sobre-exploração por encabeçamentos desajustados ou desregradados; v. áreas de extração de inertes									

**Linha de Ação 3- Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na aquicultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactes decorrentes de fenómenos de seca e de escassez**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o consumo de água nos vários Setores;</li> <li>▪ Incrementar a eficiência hídrica nos vários Setores;</li> <li>▪ Melhorar a resiliência e produtividade das espécies e variedades;</li> <li>▪ Aumentar a resiliência das infraestruturas de abastecimento de água (agrícola, industrial, turístico, doméstico)</li> </ul>	<p>Adoção de boas práticas de gestão de água no setor urbano com vista à redução do consumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação de sistemas de distribuição de água e instalação de sistemas de monitorização de perdas;</li> <li>▪ Implementação de sistemas diferenciados de abastecimento para efeitos de reforço e diversificação das origens de água;</li> <li>▪ Instalação de novos equipamentos e substituição de antigos equipamentos em infraestruturas e espaços públicos e privados;</li> <li>▪ Sistemas de rega inteligentes, por aspersão, e localizada por micro aspersão ou gota -a-gota em jardins, hortas e outros espaços verdes públicos;</li> <li>▪ Requalificação dos espaços verdes com espécies autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas locais;</li> <li>▪ Utilização de águas pluviais ou residuais tratadas para a limpeza urbana, rega de espaços verdes e para instalações para produção em aquaponia/hidroponia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Área intervencionada (por categoria e por Unidade Administrativa)</li> <li>▪ Equipamentos instalados</li> <li>▪ Infraestruturas remodeladas/reabilitadas</li> <li>▪ N.º explorações / instalações abrangidas;</li> <li>▪ Montantes pagos/ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a aloca a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas; pelo menos 350 M€ no CUA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura</li> <li>▪ Economia (indústria, turismo e serviços)</li> <li>▪ Florestas</li> <li>▪ Ordenamento do território</li> <li>▪ Recursos hídricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>▪ Entidades da Administração Pública Central e Regional;</li> <li>▪ Entidades do setor empresarial do Estado</li> <li>▪ Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF;</li> <li>▪ Associações de produtores;</li> <li>▪ Agricultores e produtores florestais;</li> <li>▪ Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água;</li> <li>▪ Entidades gestoras de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais</li> <li>▪ Entidades hoteleiras e similares</li> <li>▪ Instituições científicas e académicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;</li> <li>▪ Aumento da suscetibilidade à desertificação</li> <li>▪ Aumento da temperatura máxima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ PDR 2020</li> <li>▪ PO SEUR</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação.</p>

**Linha de Ação 4 - Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter ou recuperar galerias ripícolas;</li> <li>Minimizar os efeitos de barreira e diminuir os obstáculos na rede hidrográfica;</li> <li>Implementar os regimes de caudais ambientais;</li> <li>Conservar e gerir sistemas de charcos temporários;</li> <li>Fomentar a criação de refúgios e corredores ecológicos para espécies vulneráveis da fauna:</li> <li>Instalar sistemas de reprodução ex situ para os peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis;</li> <li>Assegurar os níveis freáticos dos aquíferos em áreas onde existem ecossistemas dependentes de águas subterrâneas;</li> <li>Monitorizar e gerir os ecossistemas estuarinos lagunares e marinhos de modo a assegurar atividades de pesca e aquicultura sustentáveis e o seu bom funcionamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenção nas galerias ripícolas prioritariamente em: <ul style="list-style-type: none"> <li>áreas de distribuição das populações de bivalves de água doce ou de Saramugo (<i>Anaocypris hispanica</i>);</li> <li>pequenas bacias costeiras intermitentes do centro e sul que albergam as espécies endémicas ameaçadas de peixes dulciaquícolas;</li> <li>áreas importantes para a conservação das populações de anfíbios e répteis de água doce vulneráveis.</li> </ul> </li> <li>Conservação e reabilitação de cursos de água, com vista à manutenção de caudais ambientais e do contínuo fluvial nas áreas de distribuição das espécies endémicas (com destaque para o Saramugo – <i>Anaocypris hispanica</i>)</li> <li>Regular os volumes de água captados para irrigação a partir de pegos que servem de refúgio estival às espécies de peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis.</li> <li>Instalação ou adequação de dispositivos de transposição nos açudes para peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis.</li> <li>Instalação ou adequação das passagens/atravessamentos de fauna na rodovia/ferrovia.</li> <li>Conservação dos sistemas de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área intervencionada (por categoria e por Unidade Administrativa)</li> <li>Equipamentos instalados</li> <li>Infraestruturas remodeladas / reabilitadas</li> <li>N.º explorações / instalações abrangidas;</li> <li>Montantes pagos/ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a alocar a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura</li> <li>Biodiversidade</li> <li>Florestas</li> <li>Recursos hídricos</li> <li>Transportes e comunicações</li> <li>Zonas costeiras e mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>Entidades da Administração Pública Central e Regional;</li> <li>Entidades do setor empresarial do Estado</li> <li>Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF;</li> <li>Associações de produtores;</li> <li>Agricultores e produtores florestais;</li> <li>Instituições científicas e académicas;</li> <li>Entidades gestoras de infraestruturas de transportes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais</li> <li>Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;</li> <li>Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;</li> <li>Aumento da suscetibilidade à desertificação;</li> <li>Aumento da temperatura máxima</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundo Ambiental</li> <li>PO SEUR</li> <li>PO Regionais</li> <li>PDR 2020</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação.</p>

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
	<p>charcos temporários:</p> <p>i. locais com populações importantes de Cágado-de-carapaça-estriada (<i>Emys orbicularis</i>) e Cágado - mediterrânico (<i>Mauremys leprosa</i>);</p> <p>ii. com orientação preferencial de N/S em zonas abertas, longe de estradas e que mantenham 10 - 70% de cobertura florestal, adequados às várias espécies de anfíbios vulneráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de refúgios e corredores ecológicos para espécies vulneráveis da fauna:</li> </ul> <p>i. nas pequenas bacias costeiras intermitentes do centro e sul, em setores a montante dos principais fatores de pressão antropogénica, para salvaguarda da ictiofauna nativa;</p> <p>ii. de baixa para alta altitude em áreas florestais importantes para espécies de anfíbios e répteis de montanha; e</p> <p>iii. em ecossistemas agrícolas e florestais importantes para anfíbios e répteis, criando pequenas áreas de micro habitats com espécies autóctones nas áreas presentemente ocupadas por monoculturas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Adaptação das condições de reprodução ex situ existentes nos postos aquícolas</li> </ul>								

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Execução das medidas do plano de reprodução ex situ de Saramugo (<i>Anaocypris hispanica</i>)</li> <li>▪ Promover, conservar e valorizar o património genético animal, vegetal e florestal, tendo em vista o aumento da resiliência às AC (resistência à seca, às doenças e pragas)</li> <li>▪ Adaptar práticas de pesca promovendo o não desperdício e minimizando as capturas acessórias de espécies mais vulneráveis no novo enquadramento climático;</li> <li>▪ Redirecionar a atividade aquícola para as espécies autóctones com maior resiliência climática</li> </ul>								

**Linha de Ação 6 - Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar e erradicar espécies exóticas invasoras</li> <li>▪ Controlar pragas e doenças emergentes em sistemas agrícolas e florestais</li> <li>▪ Recuperar espécies e habitats afetados por espécies exóticas invasoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço da vigilância entomológica a nível nacional, designadamente quanto à distribuição geográfica e sazonal de vetores que podem transportar agentes transmissores de doenças provenientes de outras latitudes, através da expansão do Programa Nacional de Vigilância dos Vetores Culicídeos (REVIVE);</li> <li>▪ Identificação de áreas de risco recorrendo ao mapeamento e georreferenciação e disponibilização da informação em plataforma eletrónica;</li> <li>▪ Prevenção, controlo e erradicação de doenças emergentes dos ecossistemas agrícolas e florestais transmitidas por vetores potenciados pelas AC;</li> <li>▪ Criação de um sistema centralizado de avisos agrícolas e florestais (agentes bióticos e abióticos);</li> <li>▪ Desenvolvimento de plataformas de informação, alerta precoce e vias de introdução de espécies exóticas;</li> <li>▪ Controlo de espécies exóticas invasoras, e quando possível erradicação nos locais prioritários para as espécies mais vulneráveis, como por exemplo anfíbios e répteis e nas áreas de distribuição de Saramugo (<i>Anaocypris hispanica</i>).</li> <li>▪ Valorização do material genético de variedades e espécies agrícolas e florestais no sentido de reduzir a suscetibilidade a doenças e pragas emergentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ N.º ações realizadas</li> <li>▪ População alvo abrangida</li> <li>▪ Vetores e vias identificados</li> <li>▪ N.º locais monitorizados</li> <li>▪ Área intervencionada (espécies exóticas / invasoras)</li> <li>▪ N.º de espécies invasoras controladas</li> <li>▪ Montantes pagos por ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a aloca a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura</li> <li>▪ Biodiversidade</li> <li>▪ Florestas</li> <li>▪ Recursos hídricos</li> <li>▪ Zonas costeiras e mar</li> <li>▪ Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>▪ Entidades da Administração Central e Regional;</li> <li>▪ Entidades do setor empresarial do Estado;</li> <li>▪ Entidades gestoras de baldios, de ZIF, EGF e UGF</li> <li>▪ Associações de produtores</li> <li>▪ Agricultores e produtores florestais</li> <li>▪ Instituições científicas e académicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;</li> <li>▪ Aumento da temperatura máxima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PO SEUR</li> <li>▪ PDR 2020</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação</p>



**Linha de Ação 7 - Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheias e de inundações**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir o risco de cheias ou inundações fluviais e urbanas</li> <li>Aumentar a resiliência das infraestruturas</li> <li>Concretizar os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações</li> </ul>	<p>Criação de áreas de infiltração através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Construção e/ou recuperação de bacias de retenção (escavação e dique);</li> <li>Reconversão de áreas de superfície impermeáveis (e.g. renaturalização de ecossistemas ribeirinhos, instalação de pavimentação drenante);</li> </ul> <p>Proteção das linhas de água e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Operações de restauro ecológico e de manutenção da vegetação ripícola;</li> </ul> <p>Implementação de técnicas de drenagem urbana sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de pavimentos permeáveis e de rugosidade em acordo com condições de escoamento adequadas;</li> <li>Sistemas de retenção de escoamentos pluviais em locais relevantes</li> <li>Criação de percursos de escoamento pluvial preferenciais;</li> <li>Delimitação/criação de áreas de infiltração;</li> <li>Construção de poços ou trincheiras de infiltração;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º ações realizadas</li> <li>População alvo abrangida</li> <li>Vetores e vias identificados</li> <li>N.º locais monitorizados</li> <li>Área intervencionada (espécies exóticas/invasoras)</li> <li>N.º de espécies invasoras controladas</li> <li>Montantes pagos por ação (€)</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a alocar a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas /pelo menos 390 M€ na prevenção cheias e secas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura</li> <li>Economia (indústria, turismo e serviços)</li> <li>Energia e segurança energética</li> <li>Florestas</li> <li>Ordenamento do território</li> <li>Recursos hídricos</li> <li>Segurança de pessoas e bens</li> <li>Transportes e comunicações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>Entidades da Administração Central e Regional;</li> <li>Entidades do setor empresarial do Estado;</li> <li>Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água;</li> <li>Entidades gestoras de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais;</li> <li>Entidades gestoras de infraestruturas de transportes;</li> <li>Entidades detentoras de infraestruturas;</li> <li>Empresas de comércio, serviços e indústrias;</li> <li>Empresas de comunicações eletrónicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PO SEUR</li> <li>Fundo Ambiental</li> <li>PO regionais</li> <li>PDR 2020</li> <li>EEA Grants 2014 - 2021</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação.</p>

**Linha de Ação 8 - Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter ou recuperar zonas de transição naturais entre ecossistemas costeiros e terrestres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções em sistemas dunares (incluindo renaturalização com espécies autóctones e manutenção e recuperação de dunas secundárias importantes para espécies vulneráveis de anfíbios e répteis vulneráveis;</li> <li>Intervenções visando a reposição sedimentar nos sistemas litorais;</li> <li>Proteção e reabilitação de sistemas costeiros;</li> <li>Intervenções em arribas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Linha de costa intervencionada;</li> <li>Intervenções realizadas;</li> <li>Municípios abrangidos;</li> <li>Montantes pagos por ação (€).</li> </ul>	ND	2030	Realizar 560 M€ de investimento público na proteção do litoral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Biodiversidade</li> <li>Economia (indústria, turismo e serviços)</li> <li>Ordenamento do território</li> <li>Transportes e comunicações</li> <li>Zonas costeiras e mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG;</li> <li>Entidades da Administração Central e Regional;</li> <li>Administrações Portuárias e outras entidades com competências no espaço marítimo;</li> <li>Entidades gestoras de infraestruturas de transportes e de comunicações;</li> <li>Instituições científicas e académicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema;</li> <li>Subida do nível das águas do mar</li> <li>Aumento de frequência e da intensidade de fenómenos extremos que provocam galgamento e erosão costeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PO SEUR</li> <li>Fundo Ambiental</li> <li>PO Regionais</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação.</p>

**Linha de Ação 9 - Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização**

Objetivo	Medidas de Concretização	Indicadores de resultado	Prioridade	Prazo	Metas	Setores abrangidos ENAAC2020	Entidades executoras/beneficiárias:	Impactos e vulnerabilidades associados:	Instrumentos de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;</li> <li>Sensibilizar, mobilizar e consciencializar cidadãos, comunidades; decisores políticos, técnicos da administração (central, regional e local) e <i>stakeholders</i>;</li> <li>Demonstrar e monitorizar os impactos às alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações de comunicação, divulgação, educação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas e medidas de adaptação</li> <li>Desenvolvimento de Planos de Adaptação às Alterações Climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º ações desenvolvidas;</li> <li>População alvo abrangida;</li> <li>Nº Planos de Adaptação às AC</li> <li>Montantes pagos por ação (€).</li> </ul>	ND	2030	Os montantes a alocar a esta área serão reforçados em linha com as orientações decorrentes do quadro das prioridades já definidas para o Objetivo Político de Uma Europa mais verde e hipocarbónica, incluindo a adaptação às alterações climáticas	Todos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades da Administração Central e Regional;</li> <li>ONGA</li> <li>Organizações de Voluntariado de Proteção Civil;</li> <li>Entidades da Administração Local e suas associações, incluindo juntas de freguesia, empresas municipais e consórcios liderados por municípios e associações de municípios com parceiros como: a) Associações e Fundações; b) Empresas, independentemente da sua forma jurídica; e c) ONG.</li> <li>Instituições científicas e académicas;</li> <li>Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água</li> <li>Entidades gestoras de sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais</li> <li>Entidades Gestoras de infraestruturas de transportes</li> <li>Operadores de serviços de transporte público;</li> </ul>	Todos os impactos e vulnerabilidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>POSEUR</li> <li>Fundo Ambiental</li> <li>PDR 2020</li> <li>PO Regionais</li> <li>EEA <i>Grants</i> 2014 - 2021</li> </ul> <p>NOTA: Apenas se identificam os instrumentos de gestão nacional, para os instrumentos de gestão comunitária centralizada não é possível prever utilização futura para Portugal em matéria de adaptação.</p>

## PLANO INTERMUNICIPAL DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DO ALGARVE (PIAAC-AMAL)

### Âmbito e Objetivos

O PIAAC-AMAL (datado de 2019) tem como objetivo melhorar o conhecimento sobre as alterações climáticas e identificar as principais vulnerabilidades climáticas (atuais e futuras) na região. Apresenta um estudo de possíveis estratégias de adaptação para os municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), considerando as áreas Setoriais definidas na ENAAC, debruçando-se os seguintes Setores prioritários: Ordenamento do território, Recursos Hídricos, Agricultura, Biodiversidade, Economia, Energia, Florestas, Saúde Humana, Segurança de Pessoas e Bens, Transportes e Comunicações, Zonas Costeiras e Mar, sendo os dois primeiros transversais a todos os restantes.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Ações / Medidas

Para cada setor prioritário, excetuando o Ordenamento do Território, foi definido um objetivo específico de adaptação, que foi desenvolvido com base em 3 cenários futuros, que integram 3 dos 5 cenários socioeconómicos desenvolvidos no 5º Relatório de Avaliação do IPCC sobre Alterações Climáticas (AR5). As três alternativas assentam em formas distintas de desenvolvimento futuro, nomeadamente:

- 1) em agir como habitualmente;
- 2) no desenvolvimento baseado na alta tecnologia e produtividade;
- 3) no desenvolvimento baseado na preocupação ambiental.

O Plano identifica várias medidas de adaptação, setoriais e transversais, para cada uma das áreas definidas na ENAAC, e que procuram dar resposta:

- à magnitude projetada dos impactos futuros, comparativamente à situação atual
- ao momento em que poderão ocorrer tais impactos (curto, médio ou longo prazo)
- à reversibilidade e persistência de tais impactos
- ao grau de confiança nas estimativas
- à sua distribuição geográfica
- à importância do sistema em risco

De entre as medidas Setoriais por objetivo estratégico elencadas pelo documento, destacam-se as seguintes, que se encontram direta ou indiretamente relacionadas, com o Plano do presente relatório, nomeadamente:

1. Recursos hídricos
  - a) RH1 - Aumentar a disponibilidade de recursos hídricos
    - RH1.2: Tratar e reutilizar águas residuais para fins agrícolas e menos nobres
    - RH1.3: Implementar técnicas que promovam a recarga artificial dos aquíferos

- RH1.4: Reavaliar a viabilidade de novas barragens e promover a sua construção
- RH1.5: Reavaliar a viabilidade de uma central de dessalinização e promover a sua construção

## 2. Agricultura

- a) AGRI1 - Minimizar as consequências da escassez de água
  - AGRI1.2: Utilizar espécies (preferencialmente autóctones) ou variedades adaptadas às condições edafoclimáticas do Algarve
  - AGRI1.4: Instalar cortinas de proteção para o vento (sebes com espécies autóctones) para minimizar a evaporação
- b) AGRI2 - Manter a fertilidade do solo e prevenir a degradação e erosão
  - AGRI2.2: Implementar boas práticas de gestão de coberto do solo
  - AGRI2.3: Proceder ao enriquecimento orgânico do solo
- c) AGRI3 - Promover a capacidade de adaptação na comunidade agrícola
  - AGRI3.1: Promover ações de formação e sensibilização
  - AGRI3.2: Incentivar a reocupação do território abandonado

## 3. Biodiversidade

- a) BIODIV1 - Melhorar a qualidade e gestão dos habitats
  - BIODIV1.1: Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (atividades económicas ou que delas resultem), através da elaboração de planos de gestão
  - BIODIV1.2: Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (resíduos domésticos)
  - BIODIV1.3: Monitorizar as pressões sobre os habitats naturais (com especial relevância sobre os Sítios da Rede Natura 2000)
  - BIODIV1.4: Monitorizar e controlar as espécies invasoras e seus efeitos sobre os ecossistemas naturais
- b) BIODIV2 - Adaptar a proteção da biodiversidade às alterações climáticas
  - BIODIV2.1: Aumentar a conectividade entre sítios da Rede Natura 2000
  - BIODIV2.2: Criar planos e áreas protegidas dinâmicas
  - BIODIV2.3: Planear ações de translocação de espécies
  - BIODIV2.4: Monitorizar os impactos da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos estuários e lagoas costeiras

## 4. Florestas

- a) FLORT1. Minimizar a suscetibilidade das florestas aos incêndios florestais
  - FLORT1.1: Reconverter monoculturas para mosaicos de vegetação (povoamentos mistos), preferencialmente autóctones, de modo a criar descontinuidade no coberto florestal e zonas de clareira
  - FLORT1.2: Utilizar espécies autóctones adaptadas às condições edafoclimáticas do Algarve
  - FLORT1.3: Adotar práticas de gestão florestal sustentável e silvicultura preventiva
- b) FLORT2. Responder à deslocação geográfica dos limites de tolerância das espécies
  - FLORT2.1: Substituir espécies florestais por outras mais tolerantes à seca

- FLORT2.2: Promover a investigação científica com vista à introdução de espécies adaptadas a climas quentes e secos

**5. Saúde humana**

- a) SH1 Minimizar a vulnerabilidade da população a situações de temperatura elevada
- b) SH3 Minimizar a vulnerabilidade da população à poluição atmosférica
  - SH3.1: Expandir e aperfeiçoar as redes de medição de poluentes atmosféricos e agentes aerobiológicos

**6. Zonas Costeiras**

- a) ZC1 Proceder ao recuo da ocupação em zonas costeiras vulneráveis
  - ZC1.1: Renaturalizar áreas desocupadas
- b) ZC2 Proteger zonas costeiras vulneráveis
  - ZC2.1: Promover a estabilização das arribas
  - ZC2.2: Promover derrocadas controladas de arribas e proteger contra a queda de blocos

Setor prioritário 1 – Recursos Hídricos

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Reforçar a capacidade de armazenamento, a eficácia e a reutilização de águas, face a uma diminuição da disponibilidade hídrica	RH 1 - Aumentar a disponibilidade de recursos hídricos	Toda a Região	<p>2- Tratar e reutilizar águas residuais para fins agrícolas e menos nobres</p> <p>3-Implementar técnicas que promovam a recarga artificial dos aquíferos</p> <p>4-Reavaliar a viabilidade de novas barragens e promover a sua construção</p> <p>5-Reavaliar a viabilidade de uma central de dessalinização e promover a sua construção</p>	<p>MT02-Diminuir necessidades de água nos espaços verdes urbanos e promover a biodiversidade;</p> <p>MT03-Implementar técnicas de retenção de água e autoabastecimento;</p> <p>MT04-Criar bacias de retenção, construção/reabilitação de açudes e reservatórios;</p> <p>MT05-Garantir o bom estado ecológico das massas de água superficiais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Águas do Algarve</li> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ Gestores de Perímetros de Rega</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ JASPERS (assistência a candidaturas)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ Organizações não governamentais</li> <li>▪ Proprietários</li> <li>▪ Serviços de água e saneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ AUI - Portugal 2020 (Ações Urbanas Inovadoras)</li> <li>▪ FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos)</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>▪ INTERREG Sudoe</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ Orçamento de Estado</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ POSEUR</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE</li> </ul>

**Setor prioritário 2– Agricultura**

<b>Objetivo</b>	<b>Opção estratégica</b>	<b>Incidência territorial</b>	<b>Medidas da opção estratégica</b>	<b>Medidas transversais</b>	<b>Entidades a envolver na execução</b>	<b>Instrumentos de financiamento</b>
Promover uma agricultura moderna, adaptada às alterações climáticas, com eficiência crescente na utilização dos fatores de produção, nomeadamente água e solo	AGRI 1 – Minimizar as consequências da escassez de água	As tendências podem ser generalizadas a todo o Algarve, embora na serra de Monchique os efeitos sejam menos gravosos. No nordeste da região do Algarve são esperados os maiores impactos.	2- Utilizar espécies preferencialmente autóctones ou variedades adaptadas às condições edafoclimáticas do Algarve  4- Instalar cortinas de proteção para o vento (sebes com espécies autóctones) para minimizar a evaporação	MT03-Implementar técnicas de retenção de água e autoabastecimento;  MT04-Criar bacias de retenção, construção/reabilitação de açudes e reservatórios;  MT06 - Reconverter monoculturas para sistemas agroflorestais ou pastagens;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ Associações de Produtores</li> <li>▪ Associações de regantes</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ DRAP Algarve</li> <li>▪ Gestores de Perímetros de Rega</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos)</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Europa</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ Orçamento de Estado</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE</li> </ul>



Setor prioritário 2 – Agricultura (cont.)

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Promover uma agricultura moderna, adaptada às alterações climáticas, com eficiência crescente na utilização dos fatores de produção, nomeadamente água e solo	AGRI 2 - Manter a fertilidade do solo e prevenir a degradação e erosão	As tendências podem ser generalizadas a todo o Algarve, com maior incidência no Barrocal	2- Implementar boas práticas de gestão de coberto do solo  3- Proceder ao enriquecimento orgânico do solo	MT07- Implementar práticas agrícolas que melhorem a capacidade de infiltração e retenção de água pelo solo;	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associações de Produtores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ DRAP Algarve</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ Proprietários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos)</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Europa</li> <li>▪ INTERREG Sudoeste</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE .</li> </ul>
	AGRI 3- Promover a capacidade de adaptação na comunidade agrícola	Toda a região	1-Promover ações de formação e sensibilização 2-Incentivar a reocupação do território abandonado	Não apresenta	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associações de Produtores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ DRAP Algarve</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Europa</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE</li> </ul>

Setor prioritário 3 – Biodiversidade

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Investir e melhorar o conhecimento da biodiversidade algarvia para responder atempadamente a modificações nas comunidades biológicas como consequências das alterações climáticas	BIODIV1 - Melhorar a qualidade e gestão dos habitats	Toda a região, particular atenção ao Barrocal e Sotavento e áreas da RN 2000.	1-Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (atividades económicas ou que delas resultem), através da elaboração de planos de gestão 2- Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (resíduos domésticos) 3-Monitorizar as pressões sobre os habitats naturais (com especial relevância sobre os Sítios da RN 2000) 4- Monitorizar e controlar as espécies invasoras e seus efeitos sobre os ecossistemas naturais	MT05 - Garantir o bom estado ecológico das massas de água superficiais. MT08 - Gerir a pressão humana sobre as áreas protegidas (compatibilizar atividades desportivas e/ou lazer com valores naturais. MT09 - Sensibilizar a população para a importância dos ecossistemas MT10 - Amortecer o pico de cheia com recurso a técnicas de engenharia biofísica (renaturalização ou restauro dos ecossistemas ripícolas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associações de Produtores</li> <li>CCDR Algarve</li> <li>AMAL</li> <li>DGADR</li> <li>DRAP Algarve</li> <li>Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>Municípios</li> <li>Proprietários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CRESC Algarve 2020</li> <li>Fundo Ambiental</li> <li>H2020</li> <li>INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>INTERREG Europe</li> <li>INTERREG Sudoe</li> <li>Municipal</li> <li>POCTEP</li> <li>POSEUR</li> <li>Programa LIFE</li> </ul>
	BIODV 2 - Adaptar a proteção da biodiversidade às alterações climáticas	Dependente da medida considerada. Zonas naturais, especialmente RN 2000, ou em Zonas urbanas	1-Aumentar a conectividade entre sítios da RN 2000 2-Criar planos e áreas protegidas dinâmicas 3- Planejar ações de translocação de espécies; 4-- Monitorizar os impactos da evolução da cunha salina e da subida do nível médio do mar nos estuários e lagoas costeiras	MT02 -Diminuir as necessidades de água nos espaços verdes urbanos e promover a biodiversidade; MT11- Estabelecer programas de monitorização das comunidades biológicas e ecossistemas, como base para a adoção de medidas informadas (e.g. valorização dos ecossistemas) MT12 – Aumentar as áreas verdes (recorrendo a espécies autóctones sempre que possível) de modo a aumentar as áreas de infiltração e o conforto térmico em meio urbano; MT13 – Proteger as dunas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>APA/ARH Alagarve</li> <li>CCDR Algarve</li> <li>AMAL</li> <li>ICNF</li> <li>Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>Municípios</li> <li>ONG</li> <li>Proprietários</li> <li>PSP E GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>AUI – Portugal 2020 (ações urbanas Inovadoras)</li> <li>CRESC Algarve2020</li> <li>Fundo Ambiental</li> <li>H2020</li> <li>INTERREG Europa</li> <li>INTERREG Sudoe</li> <li>Municipal</li> <li>PDR2020</li> <li>POCTEP</li> <li>POSEUR</li> <li>Programa LIFE.</li> </ul>

Setor prioritário 6– Florestas

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Apostar nas espécies florestais autóctones e valorizar as variedades locais, que são naturalmente adaptadas às condições climáticas da região e menos exigentes em água	FLORT1 Minimizar a suscetibilidade das florestas aos incêndios florestais	Toda a região com especial incidência no interior	<p>1-Reconverter monoculturas para mosaicos de vegetação (povoamentos mistos), preferencialmente autóctones, de modo a criar descontinuidade no coberto florestal e zonas de clareira</p> <p>2 Utilizar espécies autóctones, adaptadas às condições edafoclimáticas do Algarve</p> <p>3 Adotar práticas de gestão florestal sustentável e silvicultura preventiva</p>	MT06 Reconverter monoculturas para sistemas agroflorestais ou pastagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ Associações de produtores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ DRAP Algarve</li> <li>▪ Entidades ligadas à Proteção Civil</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CRESC Algarve 2020</li> <li>▪ FEIE</li> <li>▪ FFP</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE</li> </ul>
	FLORT2 Responder à deslocação geográfica dos limites de tolerância das espécies	Toda a região com especial incidência no interior	<p>1 1 Substituir espécies florestais por outras mais tolerantes à seca, preferencialmente autóctones</p> <p>2 Promover investigação científica com vista à introdução de espécies adaptadas a climas quentes e secos</p>	Não apresenta	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associações de produtores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGADR</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEIE</li> <li>▪ FFP</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Sudoeste</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ PDR2020</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa LIFE</li> </ul>

Setor prioritário 7– Saúde Humana

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Promover uma região com população mais saudável e preparada para os efeitos das alterações climáticas	SH1 - Minimizar a vulnerabilidade da população a situações de temperatura elevada	Atualmente no nordeste do Sotavento, expandindo-se de forma progressiva, para todo o Sotavento Algarvio e posteriormente para alguns municípios do Barlavento	Não apresenta	<p>MT12 Aumentar as áreas verdes (recorrendo a espécies autóctones sempre que possível), de modo a aumentar as áreas de infiltração e o conforto térmico em meio urbano</p> <p>MT14 Elaborar estudos bioclimáticos do espaço público (existente e futuro)</p> <p>MT18 Introduzir estruturas artificiais para promover a presença de água no espaço público</p> <p>MT19 Controlar a temperatura do ar através de microaspersores</p> <p>MT20 Gerar áreas de sombreamento com recurso a materiais artificiais ou naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ADENE</li> <li>▪ AREAL</li> <li>▪ Associações de comércio, turismo, serviços e indústria</li> <li>▪ Associações de Moradores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ Cooperativas de habitação</li> <li>▪ DGS/ARS</li> <li>▪ ELENA (European Local Energy Assistance)</li> <li>▪ Entidades Ligadas à Proteção Civil</li> <li>▪ IPSS e outras entidades de apoio social</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ Operadores de transportes</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ AUI - Portugal 2020 (Ações Urbanas Inovadoras)</li> <li>▪ CRESC Algarve 2020</li> <li>▪ EEEF</li> <li>▪ FEE</li> <li>▪ FEIE</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ IFRRU</li> <li>▪ INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>▪ INTERREG Europe</li> <li>▪ INTERREG Sudoeste</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ PPEC</li> <li>▪ Privado</li> <li>▪ Programa Casa Eficiente 2020</li> </ul>
Promover uma região com população mais saudável e preparada para os efeitos das alterações climáticas	SH3 Minimizar a vulnerabilidade da população à poluição atmosférica	Todo o território	<p>1 Expandir e aperfeiçoar as redes de medição de poluentes atmosféricos e agentes aerobiológicos</p> <p>2 Reforçar e/ou capacitar as estruturas do Serviço Nacional de Saúde para os efeitos da poluição atmosférica e agentes aerobiológicos</p>	<p>MT37 - Sensibilizar a população para os efeitos da poluição atmosférica e agentes aerobiológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ DGS/ARS</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ AUI - Portugal 2020 (Ações Urbanas Inovadoras)</li> <li>▪ CRESC Algarve 2020</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ Privado</li> </ul>

Setor prioritário 10– Zonas Costeiras e Mar

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Gerir e adaptar a costa à subida do nível médio do mar	ZC1 Proceder ao recuo da ocupação em zonas costeiras vulneráveis	Os municípios do litoral Algarvio com ocupação humana com risco de perda de bens materiais face à subida do NMM e ao impacto de tempestades: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Loulé (Troço D)</li> <li>▪ Faro (Troços E e F)</li> </ul>	1 Renaturalizar áreas desocupadas, após retirada da ocupação	MT23 Delimitar faixas de risco costeiro MT30 Proceder à alimentação artificial de praias e dunas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Administração dos Portos de Sines e do Algarve</li> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ Associações de comércio, turismo, serviços e indústria</li> <li>▪ Associações de Moradores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ Empresas</li> <li>▪ Entidades Ligadas à Proteção Civil</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ IP (Infraestruturas de Portugal)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> <li>▪ RTA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEIE</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>▪ INTERREG Sudoe</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ Orçamento de Estado</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ POSEUR</li> </ul>

Setor prioritário 10– Zonas Costeiras e Mar (Continuação)

Objetivo	Opção estratégica	Incidência territorial	Medidas da opção estratégica	Medidas transversais	Entidades a envolver na execução	Instrumentos de financiamento
Gerir e adaptar a costa à subida do nível médio do mar	ZC2 Proteger zonas costeiras vulneráveis	Todo o litoral Algarvio rochoso e arenoso com ocupação humana e/ utilização da zona costeira, onde aumenta o risco de perda de bens materiais e ambientais face à subida do nível médio do mar e ao impacto de tempestades (Troços A a F)	1 Promover a estabilização de arribas 2 Promover derrocadas controladas de arribas e proteger contra a queda de blocos	MT09 Sensibilizar a população para a importância dos ecossistemas MT13 Proteger as dunas MT23 Delimitar faixas de risco costeiro MT24 Reduzir a pressão sobre os sistemas ou áreas de risco costeiros MT29 Proteger com alimentação artificial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Administração dos Portos de Sines e do Algarve</li> <li>▪ APA/ARH Algarve</li> <li>▪ Associações de comércio, turismo, serviços e indústria</li> <li>▪ Associações de Moradores</li> <li>▪ CCDR Algarve</li> <li>▪ AMAL</li> <li>▪ Empresas</li> <li>▪ Entidades Ligadas à Proteção Civil</li> <li>▪ ICNF</li> <li>▪ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos</li> <li>▪ Institutos de Investigação (e.g. Universidades)</li> <li>▪ IP (Infraestruturas de Portugal)</li> <li>▪ Municípios</li> <li>▪ ONG</li> <li>▪ Proprietários</li> <li>▪ RTA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FEIE</li> <li>▪ Fundo Ambiental</li> <li>▪ H2020</li> <li>▪ INTERREG Espaço Atlântico</li> <li>▪ INTERREG Sudoe</li> <li>▪ Municipal</li> <li>▪ Orçamento de Estado</li> <li>▪ POCTEP</li> <li>▪ POSEUR</li> </ul>

## PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (PANCD)

### Âmbito do documento

O PANCD (revisão de 2014) teve, como principal objetivo orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as ações de combate à desertificação e minimizar dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que são mais notórias e problemáticas a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.

O Programa tem aplicação nas áreas consideradas suscetíveis à desertificação, que inclui, entre outras, o Sul de Portugal, encontrando-se o território alvo do presente Plano de Ação incluído nesta área.

O Programa apresenta um conjunto de objetivos e linhas de ação articulados e operacionalmente conexos com a ENCNB, a ENAAC, a ENF e os PROF.

O Programa define 4 objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico 1 – Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;
- Objetivo Estratégico 2 – Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;
- Objetivo Estratégico 3 - Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;
- Objetivo estratégico 4 – Promover e mobilizar recursos para a aplicação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD) e do PANCD

No contexto do presente Plano de Ação, consideram-se aplicáveis os objetivos estratégicos 2 e 3.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

Objetivos específicos, Linhas de ação, Impactos e Metas.

**Objetivo Estratégico 2 - Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas.**

(Tipologia de impactes: lp – longo prazo, mlp – médio longo prazo; cp – curto prazo; cmp – curto médio prazo; cmlp – curto médio longo prazo)

Objetivo específico	Linhas de ação	Impactes esperados e Metas	Indicadores de avaliação CNUCD	Indicadores de avaliação nacionais
2.1 – Conservar e promover os montados e outros sistemas agroflorestais mediterrânicos e macaronésicos	<p>2.1.1 — Salvar e promover os povoamentos e as estruturas viáveis nas estações adequadas;</p> <p>2.1.2 — Promover intervenções de beneficiação florestal em geral;</p> <p>2.1.3 — Proteger e conduzir as regenerações naturais de arvoredo autóctone;</p> <p>2.1.4 — Promover as pastagens mediterrânicas naturais ou melhoradas sob coberto;</p> <p>2.1.5 — Promover a utilização de espécies, raças e variedades autóctones;</p> <p>2.1.6 — Adotar e promover boas práticas agrícolas, silvícolas e pastoris, incluindo o desenvolvimento de sistemas de aconselhamento agrícola e florestal.</p>	<p>I — lp: recuperação das áreas de povoamentos de azinheira em pelo menos 10% da área atual, invertendo a tendência regressiva e promover as economias associadas;</p> <p>II — mlp: manutenção das atuais áreas de povoamentos de sobreiro adequando a sua silvicultura às condições áridas e promoção de novos povoamentos nas orlas das situações sub-húmidas secas e húmidas;</p> <p>III — mlp: crescimento das áreas de outras quercíneas dos ambientes áridos em 10% e promoção das economias associada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> <li>▪ Tendências da produtividade das terras</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Fragmentação florestal</li> <li>▪ Estado de sanidade dos povoamentos florestais</li> </ul>
2.2 – Promover, conservar e gerir adequadamente as outras florestas e os matagais mediterrânicos e macaronésicos	<p>2.2.1 — Estabelecer um programa específico de arborização com espécies arbóreas e arbustivas xerofíticas autóctones, incluindo <i>Juniperus spp.</i>, <i>Quercus coccifera</i>, <i>Olea sylvestris</i>, <i>Olea madeirenses</i>, <i>Phillyrea spp.</i>, <i>Pistacia spp.</i>, <i>Arbutus unedo</i>, <i>Dracaena draco</i>, <i>Euphorbia piscatoria</i> e outras;</p> <p>2.2.2 — Promover novas arborizações de povoamentos de quercíneas ou mistos destas;</p> <p>2.2.3 — Conduzir e adequar a gestão dos povoamentos e estruturas existentes ou a instalar;</p> <p>2.2.4 — Promover a conservação e a recuperação de galerias ripícolas;</p> <p>2.2.5 — Salvar, reabilitar e promover as formações relíquias e os núcleos de exemplares notáveis da flora lenhosa autóctone;</p> <p>2.2.6 — Desenvolver as medidas estruturais de defesa e proteção destas estruturas contra incêndios, fenómenos meteorológicos extremos e agentes biótico</p>	<p>I — cp: criação de um programa específico de arborização com espécies lenhosas xerofíticas autóctones e promoção das economias associadas;</p> <p>II — cp: sanar e resolver os desajustes com as estações e a realidade decorrentes dos processos de financiamentos anteriores para instalação de povoamentos mistos de resinosas com quercíneas;</p> <p>III — mlp: a taxa de perda dos habitats naturais incluídos, designadamente as florestas e galerias ripícolas, e a degradação e fragmentação destas estruturas é significativamente reduzida;</p> <p>IV — mlp: assegurar a total salvaguarda das formações relíquias e dos núcleos da flora xerofítica autóctone;</p> <p>V — mlp: crescimento em 300% da área das formações xerofíticas autóctones;</p> <p>VI — mlp: crescimento linear e estrutural das galerias ripícolas em 50%</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> <li>▪ Tendências da produtividade das terras</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Rede estrutural de defesa contra incêndios</li> <li>▪ Fragmentação florestal</li> <li>▪ Estado de sanidade dos povoamentos florestais</li> </ul>



Objetivo específico	Linhas de ação	Impactes esperados e Metas	Indicadores de avaliação CNUCD	Indicadores de avaliação nacionais
2.3 — Conservar e promover os sistemas de produção agrícola mediterrânicos com adequação às especificidades regionais.	<p>2.3.1 — Fomentar os modos de produção sustentável (e. g., a agricultura biológica, a produção integrada e o pastoreio extensivo);</p> <p>2.3.2 — Promover as pastagens mediterrânicas melhoradas;</p> <p>2.3.3 — Adotar e promover as boas práticas agrícolas e pastoris, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água nas culturas anuais e permanentes (olivais, vinhas e pomares mediterrânicos), incluindo o desenvolvimento de sistemas de aconselhamento agrícola e florestal;</p> <p>2.3.4 — Promover a utilização de raças pecuárias autóctones</p>	<p>I - mlp: aumento em 10 % das áreas de pastagens permanentes melhoradas;</p> <p>II - mp: conseguir a proteção das populações e núcleos viáveis das raças e variedades dos gados autóctones bem-adaptadas e aumento das mesmas em 10 % no mlp;</p> <p>III - cmlp: aumento de stock de carbono no solo e biomassa vegetal;</p> <p>IV - aumento da área em modo de produção mais sustentável (modo de produção biológico e produção integrada, entre outros);</p> <p>V - cmp: desenvolvimento e melhoria de sistemas de aconselhamento/aviso de rega, de proteção de plantas, de fertilização</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> <li>▪ Tendências da produtividade das terras</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Melhoria da degradação do solo</li> </ul>
2.4 - Controlar e recuperar áreas degradadas	<p>2.4.1 — Incentivar e apoiar o restauro e a requalificação ambiental e paisagística das áreas afetadas, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) áreas percorridas por incêndios rurais, incluindo florestais,</li> <li>(ii) áreas erosionadas, salinizadas e outras degradadas,</li> <li>(iii) exóticas invasoras lenhosas,</li> <li>(iv) solos degradados por sobre-exploração, designadamente das áreas com encabeçamentos desajustados ou desregrados e</li> <li>(v) áreas de extração de inertes;</li> </ul> <p>2.4.2 — Aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis através de intervenções visando a conservação do solo e da água:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) nas cabeceiras das bacias hidrográficas,</li> <li>(ii) nas encostas mais declivosas e propensas à erosão</li> <li>(ii) na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial.</li> </ul> <p>2.4.3 — Promover a recuperação de áreas de regadio com infraestruturas degradadas;</p>	<p>I - cmlp: estabelecer e desenvolver a informação e a cartografia de referência sobre a degradação dos solos e outras áreas sob efeito da desertificação, degradação das terras e seca (DDTS);</p> <p>II - cp: criação de um programa específico para incentivar e apoiar o restauro de áreas degradadas e a requalificação das suscetíveis à desertificação;</p> <p>III — mlp: pelo menos 15% das áreas degradadas são restauradas e 10% das suscetíveis são requalificadas;</p> <p>V — mp: a área ocupada por espécies invasoras lenhosas estabiliza e cp: foi promovida a recuperação da utilidade económica dos respetivos povoamentos.</p> <p>VI - cmlp: recuperar o potencial produtivo e a reabilitação dos ecossistemas e das comunidades afetadas por incêndios e agentes bióticos nocivos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> <li>▪ Tendências da produtividade das terras</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> <li>▪ Stocks de carbono orgânico acima do solo;</li> <li>▪ stocks de carbono orgânico no solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Fragmentação florestal</li> </ul>

**Objectivo Estratégico 3 - Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis.**

(Tipologias de impactes: lp – longo prazo, mlp – médio longo prazo; cp – curto prazo; cmp – curto médio prazo; cmlp – curto médio longo prazo)

Objetivo específico	Linhas de ação	Impactes esperados e Metas	Indicadores de avaliação CNUCD	Indicadores de avaliação nacionais
3.1 — Proteger e conservar o solo	<p>3.1.1 — Promover e valorizar os modos de produção sustentáveis e a certificação da gestão que tenham em conta a proteção dos solos, incluindo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) a produção integrada, a agricultura biológica e o pastoreio extensivo;</li> <li>(ii) a aplicação das normas da condicionalidade, de compromissos específicos agro-silvo-ambientais e das restrições em zonas vulneráveis a nitratos</li> <li>(iii) manutenção da matéria orgânica no solo, designadamente através de rotações adequadas;</li> </ul> <p>3.1.2 — Promover uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo na linha da Estratégia Temática da UE, que inclua:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) aplicar de medidas de prevenção/controlo da erosão e da torrencialidade hídricas;</li> <li>(ii) promover a drenagem dos solos, quando apropriado;</li> <li>(iii) aumentar o sequestro de carbono no solo agrícola e florestal;</li> <li>(iv) monitorizar e avaliar com periodicidade adequada as características físicas e químicas dos solos portugueses,</li> <li>(v) promover a cartografia de referência dos tipos e qualidade dos solos,</li> <li>(vi) avaliar e monitorizar a evolução da Reserva Agrícola Nacional e as questões da erosão e outras correlacionadas com a conservação dos solos da Reserva Ecológica Nacional;</li> <li>(vii) promover a aplicação de boas práticas de uso e conservação do solo (e. g., mobilizações mínimas, sementeiras diretas, enrelvamento entre linhas e cobertura e rotação de culturas);</li> </ul>	<p>I — cmlp: incremento das áreas sob gestão sustentável certificada, que incluam a aplicação de boas práticas de uso do solo;</p> <p>III — cmp: desenvolver o sistema nacional de monitorização da qualidade dos solos e organização de bases de dados de indicadores relevantes (e. g., carbono orgânico no solo a cada cinco anos);</p> <p>VI — cmp: revisão e desenvolvimento de códigos de boas práticas agrícolas, pecuárias e silvícolas, diferenciadas a nível regional ou local e por cada subsetor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> <li>▪ Tendências da produtividade das terras</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> <li>▪ Stocks de carbono orgânico no solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Território sobre gestão sustentável</li> </ul>

Objetivo específico	Linhas de ação	Impactes esperados e Metas	Indicadores de avaliação CNUCD	Indicadores de avaliação nacionais
3.2 - Promover o aproveitamento e a gestão sustentável da água	<p>3.2.1 — Minimizar os impactes qualitativos e quantitativos sobre a água;</p> <p>3.2.2 — Promover o uso eficiente da água;</p> <p>3.2.3 — Promover a utilização de fontes não convencionais de água, incluindo a melhoria das capacidades de captação das águas pluviais e sua qualificação, a promoção da reutilização de águas residuais e o recurso a novas origens que não comprometam a qualidade das massas de água (e.g. salinização e sobreexploração dos aquíferos);</p> <p>3.2.4 - Desenvolver a sustentabilidade dos regadios (públicos e privados), incluindo redução de perdas nos sistemas e promoção de métodos de utilização mais eficientes;</p> <p>3.2.5 - Prevenir e mitigar os efeitos da seca, com desenvolvimento e aplicação do Sistema de Previsão e Gestão de Secas e prevenção da escassez de água;</p> <p>3.2.6 — Promover a conservação do regime hídrico nas áreas das cabeceiras das bacias hidrográfica</p>	<p>II — Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, em particular no cmlp atingir as seguintes metas: redução do consumo de água até 2020: 20 % no setor urbano, 35 % na agricultura e 15 % no industrial;</p> <p>IV — Prevenção e mitigação dos efeitos da seca e prevenção da escassez de água, incluindo preparação de medidas excecionais em situação de seca e operacionalização dos planos de emergência;</p> <p>V — mp: atingir o bom estado das massas de água em 2015, com reavaliação em 2021 e 2027;</p> <p>VI — mp: proceder à inclusão dos objetivos de conservação do regime hídrico nos planos de gestão florestais das áreas públicas e privadas.</p> <p>VIII — Desenvolver e concretizar uma estratégia de intervenção para o regadio público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências do coberto vegetal do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Tendências na precipitação sazonal</li> <li>▪ Estado das massas de água superficiais e subterrâneas</li> <li>▪ Disponibilidades hídricas e usos da água</li> <li>▪ área regada;</li> <li>▪ área que transita do sequeiro para o regadio por ano;</li> <li>▪ área e n.º de sistemas de rega reabilitados;</li> <li>▪ teores de nitratos nas áreas vulneráveis.</li> </ul>
3.3 - Conservar e promover a biodiversidade das zonas áridas e sub-húmidas secas	<p>3.3.1 — Identificar e reconhecer os <i>habitats</i> naturais e as espécies da flora e da fauna classificadas características dos sistemas áridos e sub-húmidos secos em Portugal;</p> <p>3.3.2 — Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade característica e promover o seu uso sustentável;</p> <p>3.3.3 — Melhorar a situação da biodiversidade através da defesa dos ecossistemas, espécies e diversidade genética</p> <p>3.3.4 — Envolver a população na integração territorial da biodiversidade característica e nas ações para resolver as causas da sua perda;</p> <p>3.3.5 — Avaliar os impactes na DDTS das medidas da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.</p>	<p>I — mlp: reduzir significativamente a taxa de perda de <i>habitats</i> naturais e da sua degradação e fragmentação;</p> <p>II — mlp: impedir a extinção de espécies ameaçadas e melhorar o seu estado de conservação, aplicando adequados planos de recuperação.</p> <p>III — mlp: manter a biodiversidade doméstica e aplicar estratégias para minimizar a erosão genética e salvaguardar a diversidade genética;</p> <p>IV - cmlp: criação de corredores ecológicos/<i>stepping-stones</i>;</p> <p>V — mp: avaliar a fragmentação dos corredores ecológicos e reduzi-la.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Stocks</i> de carbono orgânico acima do solo;</li> <li>▪ <i>Stocks</i> de carbono orgânico no solo.</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies selecionadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Território sobre gestão sustentável</li> <li>▪ Alterações no uso do solo por decénio</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Evolução da fragmentação florestal</li> <li>▪ área de <i>habitats</i> naturais prioritários e área de flora e fauna prioritários e outros classificados característicos da DDTS na Rede Natura 2000 representadas nas áreas suscetíveis/ total da sua representação em Portugal</li> </ul>

Objetivo específico	Linhas de ação	Impactes esperados e Metas	Indicadores de avaliação CNUCD	Indicadores de avaliação nacionais
<p>3.4 - Promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas</p>	<p>3.4.1 — Promover a mitigação, incluindo</p> <p>(i) atividades que contribuam para reduzir emissões e aumentar sumidouros (e. g., gestão dos efluentes da pecuária através da valorização energética; aumento do sequestro de carbono no solo agrícola, por sementeira direta e instalação de pastagens permanentes bio diversas; aumento do sequestro de carbono da floresta através da melhoria da gestão florestal e da florestação de novas áreas);</p> <p>(ii) conhecer e reduzir as emissões ou promover o sequestro de cada atividade de âmbito rural;</p> <p>(iii) conhecer e desenvolver as tecnologias, as práticas e os processos que permitam reduzir emissões ou aumentar o sequestro;</p> <p>3.4.2 — Promover a adaptação, incluindo o desenvolvimento de atividades que melhorem a resiliência dos sistemas agrícolas e florestais, designadamente o conhecimento</p> <p>(i) das espécies e cultivos adaptados;</p> <p>(ii) da relação entre as atividades e a sua exposição a efeitos climáticos;</p> <p>(iii) das tecnologias, práticas e processos que aumentem a resiliência, bem como a respetiva aplicação</p> <p>3.4.3 — Avaliar os impactes na DDTs das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p>	<p>I – Concretização dos objetivos e do Programa Nacional para as Alterações Climáticas e da Estratégia Nacional de Adaptação à Alterações Climáticas, especialmente da estratégia setorial para a agricultura e para as florestas;</p> <p>II — Reconversão dos povoamentos de espécies florestais ecologicamente desajustadas e aumento das produtividades (cp: reconversão de 50 000 ha e lp: os restantes);</p> <p>III — cmlp: redução da área ardida/ano para valores médios inferiores a 100 000 ha;</p> <p>IV — mlp: redução da área de povoamentos florestais ardidos para menos de 0,8 % da área florestal;</p> <p>V — cp: aumentar a utilização de biomassa para energia, resultante de operações de silvicultura preventiva;</p> <p>VI — cmlp: promoção da exploração de culturas regadas mais resiliente aos fenómenos climáticos e apoio às infraestruturas de regadio para uso eficiente da água e da energia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Stocks de carbono orgânico acima do solo;</li> <li>▪ Stocks de carbono orgânico no solo.</li> <li>▪ Tendências na abundância e distribuição de espécies seleccionadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tendências na precipitação sazonal</li> <li>▪ Território sobre gestão sustentável</li> <li>▪ Áreas de pastagens melhoradas e espontâneas</li> <li>▪ Áreas com sementeira directa</li> <li>▪ Avaliação da degradação do solo</li> <li>▪ Áreas sujeitas a intervenções de adaptação</li> </ul>

## GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

### Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)

#### Âmbito do documento e Objetivos

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), RCM 45-A/2020 de 16 de junho, surge como resposta aos grandes incêndios rurais de 2017 e tem como objetivo proteger Portugal de incêndios rurais graves. Tem como meta reduzir para metade, nos próximos dez anos, abrangendo o período de 2020-2030, a área anualmente ardida. *O PNGIFR aplica-se a todo o território vinculando todas as entidades públicas e privadas e todos os cidadãos, encorajando-os através de um programa de ação dotado de recursos, a assumir de forma exigente as suas responsabilidades e atribuições.*

O PNGIFR é composto por dois documentos:

- Estratégia 20•30 e a sua Cadeia de Processos (RCM 45-A/2020)
- Programa de Ação Nacional e Programas Regionais, a serem elaborados pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF)

*A Estratégia 2020-2030 estabelece a visão, a missão, valores identifica o contexto, designa as orientações e objetivos estratégicos, apresenta as metas e introduz um novo modelo de governança e de gestão do risco, detalhado no documento específico da Cadeia de Processos.*

*O Programa de Ação, com base na Estratégia, aprofunda, atribui prioridades e detalha as linhas de ação, ou projetos a implementar, com a respetiva calendarização, orçamento e entidades primariamente responsáveis e participantes, incorporando e reforçando, também, medidas que têm já vindo a ser implementadas nos últimos dois anos.*

Da Visão e Missão do PNGIFR importa salientar no âmbito do Plano de Ação:

#### ▪ **Visão**

- Reconhecer que os fogos rurais não podem ser completamente erradicados;
- Necessidade de preparar o território, as pessoas, e os operacionais no sentido de aumentar a segurança de todos;
- Recorrer à utilização do fogo, de forma tecnicamente sustentável, como fator de gestão agrícola, florestal e de *habitats*;
- Apostar na prevenção, educando e sensibilizando as comunidades para alterarem comportamentos;
- Gerir a vegetação, para que os incêndios rurais graves, que possam ocorrer, sejam em menor número, menos destrutivos e representem uma menor ameaça para a segurança e vida das pessoas.

#### ▪ **Missão**

- Proteger as pessoas e bens dos incêndios rurais;
- Valorizar os espaços silvestres, mantendo os ecossistemas em bom estado de conservação;
- Elaborar um programa coeso de ações e projetos para o período 2020-2030;
- Substituir o atual Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SGIFR).

A Estratégia 20•30 e Cadeia de Processos identifica dois eixos estratégicos considerados fundamentais para a redução do impacto dos incêndios rurais:

- Gestão de Fogos Rurais (GFR)
- Proteção Contra Incêndios Rurais (PCIR)

Para além daqueles eixos fundamentais o Plano considera ainda 4 orientações estratégicas (OE) interdependentes: Valorizar, Cuidar, Modificar e Gerir.

- OE1. Valorizar os espaços rurais
- OE2. Cuidar dos espaços rurais
- OE3. Modificar comportamentos
- OE4. Gerir o risco eficientemente

Sendo aplicáveis ao Plano de Ação as OE1 e OE2.

*As quatro orientações estratégicas materializam-se em diversos objetivos estratégicos (OB) que procuram capitalizar as potencialidades e explorar as oportunidades identificadas, reduzindo vulnerabilidades e mitigando, tanto quanto possível, as ameaças a que o território está sujeito.*

Para o âmbito do Plano de ação aplicam-se os Objetivos estratégicos (OB) das OE 1 e OE2.

OE1. Valorizar os espaços rurais

OB1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal

OB1.2. Reformar o modelo de gestão florestal

OB1.3. Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico

OE2. Cuidar dos espaços rurais

OB2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada

OB2.2. Diminuir a carga combustível à escala da paisagem

OB2.3 Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

#### Metas

- Investimento estimado de €500 Milhões/ano (público e privado)
- Redução para metade da área anualmente ardida em fogos rurais
- Desenvolvimento de Programas de Ação Nacional e de Programas de Ação Regionais
- Aposta na clarificação de responsabilidade nos processos e na especialização e qualificação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)
- A perda de vidas humanas em incêndios, embora sendo possível, seja um fenómeno raro;
- A percentagem dos incêndios com mais de 500ha se fixar abaixo de 0.3% do total de incêndios;

- A área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000ha (a atualizar até 2023 para valor considerando perdas de bens e serviços).

#### Cadeia de processos

No modelo adotado no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) para o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) existe uma cadeia de processos definida, com atribuição de responsabilidades em cada processo. A cadeia de processos é constituída por seis fases:

Planeamento, Preparação, Prevenção, Pré-supressão, Supressão e Socorro, e Pós-evento.

*A Prevenção prevê a execução de ações que reduzam a exposição e a vulnerabilidade ao fogo, atuando nessas variáveis para que o fogo não produza efeitos destrutivos, ou mesmo para que os elementos em risco reduzam ou anulem a sua exposição.*

Dos 4 grandes processos da Prevenção o primeiro é o que mais se relaciona com o PAIVB:

- **PV1 Gestão de território rural, as ações que tornam o território preparado para o fogo, como gestão de combustível, redes de defesa, novas paisagens e práticas de valorização;**
- PV2 Proteção do território edificado, a criação e manutenção de boas práticas de defesa do edificado e aglomerados populacionais;
- PV3 Verificação das condições de segurança, a verificação no terreno do estado de conservação e funcionamento de estruturas e equipamentos de proteção e supressão, entre outros, as infraestruturas de abrigo e refúgio e as redes de defesa;
- PV4 Fiscalização, do cumprimento das medidas de prevenção e sinalização central das situações de incumprimento com a necessária georreferenciação.

Nos processos Pós-Evento (PE) salienta-se com potencial interesse para o PAIVB:

- *PE2. Recuperação Aplicação das medidas previstas em sede de planeamento para recuperação do território e regresso das comunidades às suas condições de normalidade, ou melhor adaptação às condições geradas, explorando todas as oportunidades identificadas para as tornar mais resilientes a incêndios futuros, sem prejuízo de ações de estabilização de emergência e reposição de serviços essenciais, durante as ocorrências. Este processo deve acautelar a estabilização de emergência do território rural, a recuperação do potencial produtivo agrícola e florestal, do património edificado, bem como da organização do tecido social, entre outras valências.*

PV1. Gestão do Território Rural. Ações que tornam o território preparado para o fogo como gestão de combustível, redes de defesa, novas paisagens e práticas de valorização.

N.º da Ação	Designação	Entidade Coordenadora	Descrição	RASCIFAA
1	Preparação da ação conforme planeamento anual	ICNF, I. P.	A preparação das ações deve atender à priorização de intervenções tendo em conta as propostas de execução à escala municipal e atendendo à definição das APPS. A intervenção nas parcelas pressupõe a definição clara de objetivos, técnicas e frequência de tratamentos que melhor potenciem a obtenção de resultados.	R- ICNF, I. P., A-Tutela S- EAC, EAL, PRV C -ANEPC I - Cidadãos F - Aa - AGIF, I. P.
2	Execução da rede primária e das redes de defesa de infraestruturas	ICNF, I. P.	A rede primária é uma infraestrutura de gestão de combustível implantada em território rural que contribui para a compartimentação dos territórios florestais e serve de apoio a ações de supressão, através do estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate a incêndios rurais. A rede primária encontra-se definida nos PRA e obrigatoriamente integrada nos PSA e PME, com uma calendarização para a implementação e manutenção em 10 anos, sendo neste período que o orçamento e a contratação de recursos deve ser realizada. Sendo uma infraestrutura de implementação obrigatória, está sujeita a definição prévia e, por atravessar terrenos rurais privados, depende de declaração de utilidade pública para ser implementada. Este processo inclui também o tratamento da gestão de combustível nas redes viárias e ferroviárias, e das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, que integram a rede secundária de faixas de gestão de combustível.	R- ICNF, I. P. A- S- EAL, GNR, ANEPC, FFAA, CB, PRV C -ANEPC I - Cidadãos F -GNR Aa - AGIF, I. P.
3	Execução de áreas de gestão estratégica de combustível	ICNF, I. P.	A gestão do território rural contempla a implementação de áreas de gestão estratégica de combustível com vista a minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos. A localização e a dimensão das áreas de gestão estratégica de combustíveis encontra-se definida nos PSA e obrigatoriamente integrada nos PME.	R- ICNF, I. P. A- S- EAL, GNR, ANEPC, FFAA, CB, PRV C -ANEPC I - Cidadãos F -GNR Aa - AGIF, I. P.
4	Gestão agrícola e silvopastoril	ICNF, I. P.	A intervenção à escala da paisagem, com o objetivo da diversificação do mosaico agroflorestal, deve potenciar o desenvolvimento sustentado da atividade agrícola em locais estratégicos com vista a minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais. A instalação, em locais estratégicos, de pastagens melhoradas e de áreas agrícolas em contínuo de floresta, deverá ser considerado estruturante, promovendo a sua manutenção enquanto atividade essencial para a preparação do território rural para o fogo.	R- ICNF, I. P. A- S- DRA, DGAV, EAL, PRV, CC C - I - ANEPC, PRV, Cidadãos F - Aa - AGIF, I. P.
5	Realizar a Manutenção	ICNF, I. P.	Caso haja necessidade executar ações de manutenção e a atualização do respetivo plano. Pressupõe que [2], [3] e [4] foi anteriormente executada e que foi atribuída a respetiva responsabilidade de manutenção.	R- ICNF, I. P. A- S- EAL, GNR, ANEPC, FFAA, CB, PRV C -ANEPC I -Cidadãos F - GNR Aa -AGIF, I. P.,



N.º da Ação	Designação	Entidade Coordenadora	Descrição	RASCIFAA
6	Registar em plataforma interoperável para a gestão de incêndios rurais	AGIF, I. P.,	Registo de toda a informação relativa à execução e manutenção da rede primária, gestão estratégica de combustível e gestão agrícola e silvopastoril. Após concluído dá passagem para o processo de verificação das condições de segurança ((PV3))	R- ICNF, I. P. A- S- EAL, GNR, ANEPC, FFAA, PRV C - I Todo o Sistema F - Aa AGIF, I. P.,

Processo | Ação | Designação | Entidade Coordenadora | Descrição | Modelo RASCIFAA

PE. Processo Pós-evento. PE2. Recuperação.

N.º da Ação	Designação	Entidade Coordenadora	Descrição	RASCIFAA
1	Inventariação e localização de danos	CM	Identificar danos nos territórios rurais e infraestruturas e serviços ao nível local e registo na plataforma interoperável para a gestão de incêndios rurais. Elaborar relatório de danos e a severidade, que sustente as propostas de ações de estabilização de emergência, de reabilitação e recuperação, em territórios rurais, e que justifique as necessidades de financiamento para a execução, identificando danos imediatos e de longo prazo e os impactos socioeconómicos. Este processo inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas. Avaliar a necessidade de se proceder a ações de reabilitação ou se apenas é necessária a recuperação em territórios rurais.	R- ICNF, I. P., ANEPC A- S- Todo o Sistema C- I- F- Aa
2	Estabilização de emergência	ICNF, I. P.	A primeira fase de recuperação de áreas ardidas é designada por estabilização de emergência, e poderá ocorrer logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de supressão do incêndio. Visa, não só, o controlo da erosão e a proteção de bacias hidrográficas e do solo, mas também medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e das medidas com impacto na segurança das infraestruturas.	R ICNF, I. P., A- S EAL, EAC, PRV C I Todo o Sistema F Aa
3	Reabilitação	ICNF, I. P.	No caso de ter sido reconhecida a necessidade de reabilitação têm de ser executadas as ações necessárias nos dois anos seguintes, e em que se procede, entre outras ações, à avaliação dos danos e da reação dos ecossistemas, à recolha de salvados e eventualmente, ao controlo fitossanitário, a ações de recuperação biofísica e à reflorestação de zonas sensíveis. Para além da contenção da penetração de invasoras e redução de impactos fitossanitários, há ainda lugar à recuperação de infraestruturas danificadas, a fazer no mesmo intervalo de tempo, até dois anos pós extinção. As ações de reabilitações decorrem de acordo com as diretrizes operacional definidas no processo ((PL2)).	R ICNF, I. P., A- S EAL, EAC, CB, PRV C I Todo o Sistema F Aa

N.º da Ação	Designação	Entidade Coordenadora	Descrição	RASCIFAA
4	Recuperação	ICNF, I. P. ANEPC	As atividades de recuperação têm como objetivo a mitigação de impactos e a recuperação de ecossistemas naturais e de desempenho social. As ações de recuperação deverão ter como perspetiva um modelo de ordenamento da paisagem e adoção de medidas agroflorestais que permitam ganhos de escala, mobilizando os agentes com capacidade de intervenção no território e incentivando sistemas de produção biodiversos, resilientes, viáveis e sustentáveis do ponto de vista socioeconómico. Decorrem ao nível local, de acordo com as diretrizes operacionais definidas em ((PL2)), observando como princípio genérico a necessidade de avaliar a capacidade de restabelecimento do potencial produtivo, nos primeiros dois anos após extinção, após o que, nos anos seguintes, se restabelece a paisagem com rearboreção, gestão de densidades, de pastagens e de potencial cinegético. Em paralelo, envolvendo os dois eixos de especialização do sistema, desenha-se uma nova paisagem identificando as melhores opções, num novo enquadramento social, institucional e financeiro.	R ICNF, I. P., ANEPC A- S EAL, EAC, CB, PRV C I Todo o Sistema F Aa

Modelo RASCIFAA EC- Entidade Coordenadora; R-Entidade responsável pela execução da ação; A-Entidade que aprova a ação; S entidade que suporta, financia, a ação; C- Entidades que são consultadas sobre a ação; I- Entidade que são informadas da realização da ação; F- Entidade que fiscaliza a ação; Aa- entidade que avalia o resultado da ação.

Entidades: APPS-Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança, CB – Corpos de Bombeiros, CM – Camaras Municipais, DGAV- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, DRA- Direção Regional de Agricultura e Pescas, EAC- Entidade da administração central, EAL-Entidade da administração local, FFAA – Forças Armadas, PRA-Plano Regional de Ação, PRV – Privados, PME- Programa Municipal de Execução; PSA-Plano Sub-Regional de Ação PL2- Diretrizes Operacionais que consistem na tradução da estratégia nacional com as respetivas adaptações a diferente escala;

## **Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)**

### Âmbito do documento

O Programa Nacional de Ação (PNA), RCM 71-A/2021 de 8 de junho, concretiza, no território continental português, as opções estratégicas definidas no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

*A elaboração do PNA foi coordenada pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF, I. P.) em articulação com as entidades públicas do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), que, em conjunto, construíram os programas, definiram os projetos, orçamentos e suas metas, incorporando os contributos das principais partes interessadas.*

Para responder às Orientações Estratégicas definidos no PNGIFR, o PNA define 12 objetivos estratégicos a serem alcançados através de 28 programas, que se desdobram em 97 projetos.

A despesa total anual, distribuída pelos 4 Objetivos estratégicos será:

- OE1 – Valorizar os Espaços Rurais, 69M€ /ano
- OE2 - Cuidar os Espaços Rurais, 207M€ /ano
- OE3 - Modificar Comportamentos, 70M€ /ano
- OE4 - Gerir Eficientemente o Risco, 301M€/ano

Com a aplicação destes programas pretende-se atingir as metas do PNGIFR:

- A perda de vidas humanas em incêndios, embora sendo possível, seja um fenómeno raro,
- A percentagem dos incêndios com mais de 500ha se fixar abaixo de 0.3% do total de Incêndios,
- A área ardida acumulada no período da década seja inferior a 660.000ha.

Foram ainda definidas, por orientação estratégica, 20 metas no âmbito do PNA, com resultados globais e específicos esperados em 2030.

Os programas que se relacionam com o Plano de Ação são os programas dos Objetivos estratégicos 1 e 2 que se apresentam nos quadros constantes do Anexo D.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

**ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 1(OE1): VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS**

Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	Beneficiários (Suporta) *	Orçamento	Implementação Regional	Fonte de financiamento
<b>OB1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal</b>	1.1.1 Informação Temática de Suporte	1.1.1.1 Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)	ICNF, SEJ	24,8M EUR		FA, FEDER, PRR
		1.1.1.2 Inventário Florestal Nacional (IFN)	DGT	5M EUR		ICNF, FA, PRR
		1.1.1.3 Desenvolvimento da informação estatística oficial sobre a fileira florestal	METD, DGAE, Organizações da fileira florestal e organizações associativas do setor	100K EUR		OE
	1.1.2 Cadastro da propriedade	1.1.2.1 Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)	DGT	2,6M EUR	Sim	OE, SAMA
		1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada	DGT, AT/MF	25,7 M EUR	Sim	OE, SAMA, PRR, FA
	1.1.3 Redimensionamento da propriedade rústica	1.1.3.1 Revisão de mecanismos reguladores de prédios rústicos	MF	SC/OI	Sim	NA
1.1.3.2 Programa de Emparcelamento		DGT, AT/MF	1,5M EUR	Sim	FA, PRR	
<b>OB1.2 Reformar modelo da gestão florestal</b>	1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada	1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais	DGT, OPF, E EG ZIF Municípios, Organizações de baldios, federações de baldios, Agrupamento de baldios	41M EUR	Sim	FA, PRR
		1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	ICNF, DRAP, AGIF, Municípios, IRN	4,2M EUR	Sim	FA, PO SEUR, PRR
		1.2.1.3 Projeto de área de gestão pública	Municípios	SC/OI	Sim	NA

Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	Beneficiários (Suporta) *	Orçamento	Implementação Regional	Fonte de financiamento
<b>OB1.2 Reformar modelo da gestão florestal</b>	1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos	1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade	SEVI CCDR	11M EUR	Sim	FA, PO e PO Regionais, Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER
		1.2.2.3 Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular	SECNFOT	27,5M EUR	Sim	FA, PO, PRR
		1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural	SECNFOT, Turismo de Portugal, ForestWise, MC	55 M EUR	Sim	PO e PO Regionais, FA e Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER
		1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais	ICNF, DGADR, DGAV, SEVI	110 M EUR	Sim	FEADER, PRR, Privados
	1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal	1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal no território	SEVI, SECNFOT, FostestWise	165 M EUR	Sim	PO e PO Regionais, FA Fundos de Investimento, Horizonte Europa, OE, FEADER
		1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais	OPF, Organizações de fileira e organizações associativas do setor florestal	5,9M EUR	Sim	FEADER, Privados
<b>OB1.3 Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico</b>	1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território	1.3.1.1 Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais	SECNFOT, SEAAF, CNSF	SC/OI		NA

NA- Não aplicável SC/ -Sem custo ou Sem orçamento identificável

\*O PNA não identifica diretamente os beneficiários. Indica, contudo, as entidades que suportam os responsáveis pelo programa a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer

## ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2 (OE2): CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	Beneficiários (Suporta) *	Orçamento	Implementação Regional	Fonte de financiamento
<b>OB2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada</b>	2.1.1 Reconverter a paisagem	2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)	Florestgal, OPF, Municípios, DRAP	240 M EUR	Sim	FEADER, FA, PRR
		2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	Empresas, Proprietários, OPF, ForestWise	80,5 M EUR	Sim	FA, FEADER, FEAGA, PRR
		2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais	ANEPC, APA, DGT, Municípios, OPF	115,5 M EUR	Sim	FEADER, FA, OE, PDR
		2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	DGT, CIM	SC/OI	Sim	NA
<b>OB2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem</b>	2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível	2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	DGT AGIF ANEPC Municípios,	10,4 M EUR	Sim	SAMA OE
		2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis	Municípios OPF CIM	298,2 M EUR	Sim	FA FEADER FEAGA OE PRR Privados
		2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária		567 M EUR	Sim	FSUE OE FA Privados

Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	Beneficiários (Suporta) *	Orçamento	Implementação Regional	Fonte de financiamento
<b>OB2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem</b>	2.2.1. Executar o programa plurianual de gestão de combustível	2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	EG ESF, Empresas	526,84 M EUR	Sim	FA OE PRR FAEDER
		2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	GNR/UEPS ANEPC/FEPC ICNF/ESF Empresas	192,43 M EUR	Sim	FA OE FAEDER Privados PRR
		2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	Municípios OPF EG ZIF Empresas florestais	44 M EUR	Sim	FEADER FC FA
		2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	DRAP SEVI	5 M EUR	Sim	FA FC FEADER PDR
		2.2.1.8 Aplicar regras de corte	OPF Empresas	SC/OI	Sim	NA
		2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão Fogos Rurais	Proprietários florestais EG ZIF EG ESF Empresas ANEPC CIM Municípios GNR DGADR	1 M EUR	Sim	FA OE PRR

Objetivos estratégicos	Programas	Projetos	Beneficiários (Suporta) *	Orçamento	Implementação Regional	Fonte de financiamento
<b>OB2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem</b>	2.2.2. Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes	2.2.2.1 Promover processos de compostagem	DGAL ICNF CCDR Proprietários APA	2 M EUR	Sim	POSEUR FEDER PO Regionais FEADER FA PRR
		2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa	Municípios DGADR Privados Centro Pinus	100 M EUR	Sim	FA FC PRR
<b>OB2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado</b>	2.3.1. Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas	2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	ICNF Municípios AGIF	63 M EUR	Sim	OE
		Sim 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	OPF ANEPC CIM Org. Agricultores	30 M EUR	Sim	FEADER OE FA PDR PRR Privados
		Sim 2.3.1.3 Incrementar a resiliência do edificado	AGIF ICNF DGT MCTES	100 K EUR	Sim	OE
		2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	GNR	1.3 M EUR	Sim	POSEUR PRR
		Sim 2.3.1.5 Mecanismos de cobertura e garantia de correta gestão do risco da edificação		SC/OI	Sim	Privado
		2.3.1.6 Robustecer os incentivos financeiros	MTED Municípios Privados	SC/OI		NA

NA- Não aplicável SC/ -Sem custo ou Sem orçamento identificável

\*O PNA não identifica diretamente os beneficiários. Indica, contudo, as entidades que suportam os responsáveis pelo programa a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer



## **PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PLANO DE INTERVENÇÃO)**

### Âmbito do documento

O Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (publicado em março de 2019), executado entre 2019 e 2021, contempla como objetivos a identificação das pedreiras, que comportem um ou mais fatores de criticidade para pessoas e bens e para o ambiente, resultantes da sua atividade e do seu impacto na envolvente, independentemente do estado atual de licenciamento ou de atividade, e se definem as medidas prioritárias, urgentes e extraordinárias, a iniciar no ano de 2019, com vista a evitar ou, pelo menos, reduzir a situação potencial de criticidade detetada, identificando a priorização das pedreiras em situação crítica e estimar um orçamento global.

No Plano de Intervenção são identificadas:

- As pedreiras que se localizem em Portugal Continental, organizadas por regiões;
- As pedreiras de classe 1 e classe 2, cujo licenciamento é da responsabilidade da DGEG, em articulação com as demais entidades públicas;
- As pedreiras que comportem situações críticas para pessoas e bens, independentemente de tais pedreiras se encontrarem ou não licenciadas, ou da sua atual situação de exploração.

### Áreas temáticas relacionadas

- Pedreiras – pedreiras em situação crítica

### Ações

Realizar um levantamento das pedreiras que comportem situações críticas para pessoas e bens e para o ambiente (externos à atividade da pedreira), a nível do País e para cada região, incluindo:

- Identificação das pedreiras (classes 1 e 2) em situação crítica - 3 pedreiras em situação crítica, na região do Algarve;
- Situação administrativa de licenciamento - 3 pedreiras em situação crítica licenciadas, na região do Algarve;
- Situação de atividade - 3 pedreiras em situação crítica em exploração/em recuperação, na região do Algarve;
- Medidas Preventivas- para as 3 pedreiras em situação crítica, na região do Algarve, são estabelecidas medidas de sinalização, vedação e estudos prévios/projetos de execução;
- Priorizar as pedreiras em situação crítica - das 3 pedreiras em situação crítica, na região do Algarve, 1 tem prioridade elevada e 2 têm prioridade reduzida;
- Estimar um orçamento global.

### Indicadores e Periodicidade

A DGEG, em articulação com as CCDR, o ICNF, e a APA deve elaborar e apresentar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da geologia e do ambiente:

- Relatórios de acompanhamento que evidenciem a execução do Plano de Intervenção, com periodicidade trimestral;
- Relatórios de balanço anual dos resultados alcançados no âmbito da execução das medidas nele previstas, os quais devem ser apresentados até 31 de janeiro do ano seguinte ao qual se reporta;
- Relatório final que evidencie a execução do Plano de Intervenção, até 31 de janeiro de 2022.

#### Prazo

- 2019-2022

#### Beneficiários

- DGEG / Divisão de Serviços de Minas e Pedreiras do Sul - coordenação e acompanhamento;
- CCDR Algarve – acompanhamento;
- ICNF / DR Algarve - acompanhamento;
- APA / ARH Algarve - acompanhamento.
- ICNF / DR Algarve

#### Fontes de Financiamento

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. assegura a aquisição e a colocação da sinalização nas pedreiras em situação crítica com esta necessidade identificada sendo esta ação é desenvolvida em articulação com as câmaras municipais competentes e demais entidades.

A estimativa para a globalidade das intervenções, serão a custos dos exploradores e/ou proprietários dos terrenos, e o Fundo Ambiental vai assegurar uma verba por ano para que a EDM, intervenha em caso de incumprimento dos proprietários, sendo desencadeado o processo judicial tendente ao ressarcimento das verbas utilizadas.

#### Montantes de Investimento

- Sinalização – 2.700,00 €
- Vedação – 216.000 €
- Estudos prévios/projetos de execução - 60.000 €

## **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALGARVE 2030 (ALGARVE 2030)**

#### Âmbito do documento

A Estratégia Algarve 2030 (aprovada em setembro de 2020) sistematizou as linhas de intervenção consideradas prioritárias nos diferentes contributos recebidos, assumindo temas estratégicos para o Algarve, independentemente do enquadramento financeiro ou da escala adequada de intervenção. Adotou uma abordagem concertada, integrada e interSetorial, coordenada pela CCDR Algarve em estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal no Algarve (CIM-AMAL) e contando com um forte envolvimento dos atores regionais.

Preconiza, como visão estratégica para o Algarve 2030:

*Uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade de vida e identidade, dotada de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a um Algarve +Inteligente, +Verde e Hipocarbónico, + Conectado, +Social e +Próximo das pessoas.*

Esta visão será concretizada através de 5 objetivos específicos dos quais se destaca, pela convergência com as temáticas a contemplar no Plano de Ação para as infraestruturas verdes e a biodiversidade no Algarve, o *OP2 - Um Algarve mais verde e hipocarbónico*, alinhado com o Objetivo de Política 2 presente nas Recomendações do Semestre Europeu dirigidas a Portugal (COM), que tem em vista:

- *Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética);*
- *Aumentar a resiliência territorial, económica e social, aos novos desafios climáticos;*
- *Preservar os ecossistemas e recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular;*
- *Ativar os territórios com proteção ambiental na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis;*
- *Potenciar a mobilidade suave através da adaptação dos centros urbanos com perfis, mais inclusivos e seguros.*

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Investimentos

Os investimentos prioritários conducentes à concretização da visão estratégica para o Algarve 2030 estão alinhados com os Objetivos de Política, e traduzem iniciativas e/ou equipamentos de âmbito regional ou sub-regional, que reforcem o seu papel no contexto nacional e internacional.

Em particular para o *OP2 - Um Algarve mais verde e hipocarbónico*, identificam-se:

- Disponibilidade hídrica - gestão eficiente do ciclo da água e desenvolvimento de novas soluções de concertação oferta e procura;
- PIAAC - concretização das ações de mitigação e adaptação adequadas ao território regional;
- Estratégia Regional de Energia 2030 - operacionalização das ações conducentes à transição energética.

#### Beneficiários

- Administrações Públicas (locais, regionais e nacionais);
- CCDR Algarve - liderança e coordenação;
- CIM-AMAL - gestão de proximidade;
- Entidades gestoras dos Grupos de Ação Local (GAL) - animação territorial.

## PRINCIPAIS PRIORIDADES E PROJETOS EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA EUROREGIÃO AAA (EUROAAA) - ESTRATÉGIA COMUM DE DESENVOLVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO

### Âmbito do documento

O AAA elenca as principais prioridades e projetos para a EuroRegião Alentejo-Algarve-Andaluzia (2021) continuando a fortalecer as relações de cooperação neste espaço geográfico, conjugando esforços para valorizar o potencial existente e para que seja retomado um crescimento sustentável, inteligente e integrador.

Encontra-se em elaboração a Estratégia Conjunta de Cooperação Territorial que deve guiar a aplicação do FEDER durante o período 2021-2027 no espaço transfronteiriço Portugal-Espanha, com o propósito de identificar prioridades comuns e alinhar as suas estratégias correspondentes, alcançando assim sinergias e projetos de cooperação conjunta de ambos os lados da fronteira.

Encontra-se igualmente em preparação a Estratégia de Cooperação Territorial Transfronteiriça da EuroRegião Alentejo-Algarve-Andaluzia Horizonte 2027 que, além de os elementos anteriormente referidos, terão em conta as prioridades estabelecidas no âmbito da EuroRegião definidas na Declaração de 29 de julho de 2020.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

### Ações

A Estratégia elenca os projetos prioritários em 12 áreas Setoriais nas quais se destacam no âmbito deste plano os seguintes:

- 1- Desenvolvimento, infraestruturas e ordenamento do território
  - a) Ações de melhoria da mobilidade transfronteiriça, nível de uma rede de ciclovias e de percursos pedonais, desenvolvendo uma atividade turística responsável e que permita revitalizar as zonas rurais nomeadamente:
    - Grande Rota do Guadiana (GR15) 75km início na Reserva Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António, até Mértola, valorizando o património natural transfronteiriço;
    - Percursos pedonais no Parque Natural da Ria Formosa;
    - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Continuação da Rota da Costa Atlântica em bicicleta - Eurovelo.1 e ligação desta à Rota Eurovelo 8, ligando os territórios do Algarve e Andaluzia;
    - Proposta de valorização dos percursos pedonais nas áreas classificadas da Rede Natura 2000;
    - Proposta de valorização do território do futuro Geoparque Algarvensis;
  - b) Ações que visem a melhoria do espaço público no território transfronteiriço para minimizar os efeitos das alterações climática.
- 2- Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca
  - a) Ações relacionadas com a gestão florestal e o declínio das árvores do género *Quercus*;
  - b) Ações relacionadas com a replantação de áreas queimadas em ambas as margens do rio Guadiana com árvores do género *Quercus*;

- c) Ações relacionadas com a melhoria das características edáficas do solo;
  - d) Ações relacionadas com a vigilância e controlo de pragas.
- 3- Cultura e Património Histórico
- Iniciativas ligadas à identificação e registo de paisagens culturais, bem como identificação de propostas de desenvolvimento sustentável baseadas em valores culturais do território.
- 4- Sustentabilidade e Ambiente
- a) Promover medidas transfronteiriças de prevenção das AC, ações ao nível do conhecimento, preparação e implementação de estratégias de gestão do risco de desastres naturais tais como secas, incêndios florestais, perda de biodiversidade e inundações;
  - b) Campanhas de sensibilização, proteção, gestão da terra, floresta e dos rios (incluindo as alterações hidromorfológicas das Bacias Hidrográficas) com especial atenção aos ecossistemas no contexto transfronteiriço;
  - c) Considerar a utilização de espécies autóctones com características de adaptação ao aumento do *stress* hídrico;
  - d) Considerar os usos da água em termos da saúde dos ecossistemas;
  - e) Promover abordagens comuns e/ou conjuntas para a gestão das áreas protegidas ao longo da fronteira, bem como regimes de proteção de espécies, incluindo o reforço dos conhecimentos adequados, a disponibilidade de dados e comunicação com as partes interessadas. Esta ação pode promover o apoio a protocolos conjuntos que permitam uma coordenação eficaz entre as agências ou instituições regionais/locais envolvidas na gestão dos recursos naturais, desenvolvimento das redes de infraestruturas verdes, intercambio de informação e sensibilização e/ou desenvolvimento de políticas relevantes para estes temas;
  - f) Ações que apoiem a biodiversidade nomeadamente preparação de planos de gestão conjuntos, projetos de restauro de ecossistema, ações para melhorar a base dos conhecimentos e o intercambio de experiências entre as partes interessadas no contexto transfronteiriço;
  - g) Ações de desassoreamento de salinas, nomeadamente a salina da Venta dos Moinhos em Castro Marim;
  - h) As ações de colaboração na prevenção e luta contra os incêndios florestais constituem uma linha de trabalho prioritária.
- 5- Turismo
- O cicloturismo e o apoio a uma rede de ciclovias transfronteiriças;
  - Ações que potenciem as experiências do *Algarve Nature Week* e *Algarve Nature Fest* desenvolvendo um evento transfronteiriço para estabelecer a conexão entre os territórios AAA.

#### Beneficiários

- Administrações Públicas (locais, regionais e nacionais);
- Agências de Desenvolvimento Regional (Setoriais ou transversais);
- Universidades e Centros de Investigação;
- Confederações Hidrográficas;
- Associações para a defesa e gestão do Património Natural;
- Grupos de interesse, incluindo ONG e organizações da sociedade civil.

#### Fonte de Financiamento

- FEDER



## **Anexo – B.2**

---

### **Instrumentos de Planeamento e Gestão**





## PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROT ALGARVE)

### Âmbito do documento

O PROT Algarve (publicado em 2007) define as opções estratégicas, o modelo territorial e as normas orientadoras que constituem o referencial fundamental para as diversas intervenções políticas sectoriais com incidência no ordenamento do território da região do Algarve.

O PROT Algarve estabelece como ambição a afirmação do Algarve como “uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento”, assente em quatro objetivos estratégicos dos quais é aplicável ao Plano de Ação:

- Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

A estratégia territorial do PROT Algarve assume sete opções estratégicas correspondentes a grandes objetivos e linhas de intervenção estruturantes da organização, ordenamento e desenvolvimento territorial da região, sendo aplicáveis ao Plano de Ação:

- Sustentabilidade Ambiental, que incorpora as preocupações de proteção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade;
- Reequilíbrio Territorial, integrando objetivos de coesão territorial e de fomento do desenvolvimento das áreas mais desfavorecidas do interior da Região;
- Qualificação e Diversificação do Turismo, com o objetivo fundamental de melhorar a competitividade e a sustentabilidade do cluster turismo/lazer, evoluindo para uma oferta de maior qualidade e para uma maior diversidade de produtos turísticos.

Para cada opção estratégica o PROT Algarve define orientações estratégicas e objetivos operativos.

As orientações estratégicas da opção Sustentabilidade Ambiental aplicáveis ao Plano de Ação correspondem a dois sistemas interligados:

- sistema do litoral, que visa salvaguardar as áreas costeiras mais sensíveis, prevenir situações de risco e conter a urbanização massiva da faixa costeira sul;
- sistema ambiental, que visa garantir a estrutura e função dos sistemas naturais e seminaturais, promover a conservação da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as atividades socioeconómicas. Concretiza-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) que abrange as áreas fundamentais para a conservação da natureza sistematizados em duas componentes fundamentais: áreas nucleares (Áreas Protegidas e Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial da Rede Natura 2000) e corredores ecológicos (Costeiro, Meridional, Serrano e Guadiana).

O modelo territorial do PROT Algarve traduz espacialmente as opções estratégicas de base territorial e visa orientar a reconfiguração territorial e funcional do Algarve, sendo composto por cinco sistemas estruturantes, sendo aplicáveis ao Plano de Ação:

- Sistema de turismo (em particular ao nível do turismo náutico e do turismo de natureza e da requalificação de áreas na faixa costeira e respetiva retaguarda);

- Sistema do litoral (através de atuações que visem a preservação, defesa e valorização dos valores ambientais, em especial para usos turísticos, nas áreas que integram a Zona Marítima de Proteção, a Faixa Costeira e a ERPVA);
- Sistema Ambiente (integra a ERPVA (áreas nucleares: Barrocal, Caldeirão, Castro Marim, Costa Vicentina, Guadiana, Monchique, Ria de Alvor, Ria Formosa, Ribeira de Quarteira, Cerro da Cabeça e Ribeiras do Arade e Odelouca; corredores ecológicos: Corredores fluviais da bacia do Guadiana, Corredores fluviais serranos, Corredores fluviais meridionais e Corredores costeiros).

O modelo territorial estabelece ainda unidades e sub-unidades territoriais.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
- Pedreiras - Pedreiras em situação crítica

#### Ações

No programa de execução do PROT Algarve foram estabelecidos conjuntos de ações e projetos que se inserem em programas estratégicos, que visavam assegurar a execução da estratégia territorial do Plano, e que poderiam assumir a forma de Programas de Ação Territorial.

Programas estratégicos com aplicação no Plano de Ação, e respetivas medidas:

<b>Programa estratégico</b>	<b>Medidas</b>
PE03. Valorização e Requalificação Ambiental	- Discriminação positiva de áreas classificadas - Intervenções na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - Fomento de energias renováveis - Ordenamento e valorização de zonas húmidas
PE 06. Valorização do litoral e frentes de mar	- Requalificação e valorização das frentes de mar - Implementação dos POOC - Intervenções em ordenamento e estruturação de espaços - Dinâmica costeira
PE 07. Valorização do Baixo Guadiana	- Navegabilidade do rio, valorização da área envolvente e seu aproveitamento turístico - Articulação inter-regional com Andaluzia e Baixo Alentejo - Dinamização de atividades económicas sustentáveis
PE 08. Valorização Turística e Ambiental do Território do Arade/Costa Vicentina	- Navegabilidade do rio e seu aproveitamento turístico - Criação de um produto turístico que associe a componente ambiental, cultural, histórica e paisagística
PE 09. Desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade	- Desenvolvimento rural - Correção de assimetrias regionais - Valorização dos recursos endógenos para a fixação de população - Estímulo às iniciativas económicas e empresariais
PE 10. Mar Algarvio, um oceano de oportunidades	- Intervenções estruturantes nas pescas, aquicultura e produção de sal - Apoios ao recreio náutico - Investigação científico

### Indicadores, periodicidade e metas

A implementação do PROT Algarve é assegurada por uma estrutura de acompanhamento, monitorização e avaliação dos processos de execução e desenvolvimento preconizados no Plano.

A avaliação e monitorização é assegurada pela CCDR Algarve de forma articulada com o Observatório do PROT.

De entre os indicadores de sustentabilidade estabelecidos no PROT Algarve importam para o âmbito do Plano de Ação:

- Espécies de fauna e flora ameaçadas
- Espécies de fauna e flora protegidas
- Habitat-chave
- Áreas sensíveis
- Área ardida
- Coberto florestal
- Manutenção de sistemas agrícolas e florestais com interesse para a conservação da natureza
- Ações de gestão e conservação da natureza
- Evolução da linha de costa
- Medidas de gestão no litoral
- Evolução da área da Reserva Ecológica Nacional
- Espaços verdes de utilização pública
- Recuperação de áreas degradadas
- Solo potencialmente contaminado
- Monitorização ambiental
- Investimento e despesa pública com o ambiente e o ordenamento do território

As metas definidas para os indicadores estabelecidos consideram os horizontes 2025 e 2045.

### Beneficiários

- Ministério da Economia
- Direções Gerais de Florestas, Pescas, Aquicultura
- Direções Regionais de Agricultura e de Florestas
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- Junta Andaluzia
- Universidade do Algarve
- Câmaras Municipais
- Associações de agricultores e de regantes
- Privado

### Fontes de Financiamento

- Administrações Públicas (locais, regionais e centrais)
- Privados

## PLANOS ESPECIAIS DAS ÁREAS PROTEGIDAS

### Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (POPRNSCMVRSa)

#### Âmbito do documento

Visando a salvaguarda dos recursos e valores naturais, o PORNSCMVRSa (publicado em 2008) fixa os usos e o regime de gestão compatível com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais, e a biodiversidade da respetiva área de intervenção.

Derivado do interesse na proteção, conservação e gestão do território, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António integra a Zona de Proteção Especial de Castro Marim (PTZPE 0018), no âmbito da Diretiva Aves, e ainda o sítio da Ria Formosa/Castro Marim (PTCON 0013), nos termos da Diretiva Habitats.

Enquadrado no âmbito do Plano de Ação para as infraestruturas verdes e biodiversidade no Algarve, destacam-se seguidamente os objetivos gerais do PORNSCMVRSa:

- “a) Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos ou a adquirir sobre o património natural desta área, uma correta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objetivos que presidiram à sua classificação como reserva natural;
- b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens protegidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08/11;
- c) Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida;
- d) Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respetivas prioridades de intervenção.”

Relativamente aos objetivos específicos do PORNSCMVRSa, salientam-se os seguintes:

- a) Promover a conservação e a recuperação dos habitats naturais terrestres e aquáticos e das espécies da flora e da fauna indígenas, em particular os valores naturais de interesse comunitário nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08/11;
- c) Promover o ordenamento dos diferentes usos e atividades realizadas no plano de água e nas zonas adjacentes, nomeadamente a correta exploração dos recursos haliêuticos, de forma a garantir a sua sustentabilidade e a minimização dos impactes sobre a biodiversidade;
- d) Corrigir os processos que possam conduzir à degradação dos valores naturais e paisagísticos em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- e) Reconverter as atividades que, de acordo com o regime de proteção definido para cada área, se encontrem desajustadas relativamente aos objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;

- i) Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas presentes, bem como a monitorização dos seus habitats naturais e das populações das espécies da flora e da fauna, contribuindo para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico;
- j) Promover a educação ambiental, divulgação e conhecimento dos valores naturais e socioculturais, contribuindo assim para o reconhecimento do valor da RNSCMVRSa, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção;
- l) Assegurar a informação, sensibilização e formação, em particular das populações locais, com vista à participação da sociedade civil na gestão dos valores naturais em presença e no desenvolvimento sustentável da região.”

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

#### Ações

Tendo em vista a prossecução dos objetivos do PORNCSMVRSa, o seu Programa de Execução identifica um conjunto de medidas e ações a desenvolver, para o horizonte de 2018.

No âmbito do Plano de Ação para as Infraestruturas Verdes e a Biodiversidade no Algarve, destacam-se as seguintes ações e atividades a promover:

- “a) A conservação dos habitats naturais mais relevantes na RNSCMVRSa, especialmente dos habitats naturais de interesse comunitário listados em legislação específica, nomeadamente a vegetação sensível dos sapais, as estepes salgadas mediterrânicas, os urzais-tojais sobre arenitos e cascalheiras, os charcos temporários e as pastagens extensivas e pousios;
- b) A conservação dos valores florísticos mais relevantes, especialmente das espécies de interesse comunitário listadas em legislação específica e de outras espécies endémicas e ou ameaçadas, tais como *Picris willkommii* e *Halopeplis amplexicaulis*, entre outras;
- c) A conservação dos valores faunísticos mais relevantes, especialmente as comunidades de aves aquáticas nidificantes, invernantes e migradoras, e de outras espécies de interesse comunitário listadas em legislação específica;
- d) A requalificação da paisagem, nomeadamente dos espaços ocupados por povoamentos florestais estremos;
- e) O controlo ou erradicação de espécies vegetais não indígenas invasoras, tais como a acácia — *Acacia spp.*, o chorão — *Carpobrotus edulis* e a *Spartina densiflora*;
- f) A adequação da utilização do solo ao regime de proteção definido pelo presente Regulamento, promovendo modelos de gestão sustentável de forma a garantir a compatibilidade entre as atividades humanas e a conservação dos valores naturais;
- g) A promoção do uso sustentável dos recursos da RNSCMVRSa, nomeadamente através de parcerias a estabelecer com as Câmaras Municipais de Castro Marim e de Vila Real de Santo António, com outras entidades relevantes e com os proprietários privados;
- h) A salicultura, particularmente nas suas formas artesanais, no contexto do uso sustentável dos recursos da RNSCMVRSa e da diversificação dos habitats naturais para as aves aquáticas e outras espécies sensíveis da flora e da fauna;

- i) As atividades agrícolas e pastoris através de práticas adequadas à exploração do solo e de que não resulte a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente pela promoção dos produtos tradicionais de base regional, pela divulgação de métodos de proteção integrada, produção integrada e agricultura biológica e pelo fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção;
- j) As práticas agroflorestais extensivas, conduzindo ao estabelecimento de uma floresta de uso múltiplo com espécies indígenas e promovendo uma gestão ativa que potencie o seu uso múltiplo e a redução de risco de incêndio, através de ações e medidas preventivas compatíveis com a conservação dos valores naturais;
- m) A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural;
- n) As ações de informação e formação que promovam o conhecimento e a difusão dos valores naturais e socioculturais com vista à obtenção de uma maior compreensão e participação pública na gestão da RNSCMVRSa;
- o) A exploração sustentável dos recursos haliêuticos, respeitando os limites impostos pelos imperativos de conservação do património natural;
- p) A regulação das instalações e atividades suscetíveis de gerar impactes negativos, ordenando a sua implantação e funcionamento e condicionando-as ao cumprimento de medidas de minimização dos impactes;
- q) A recuperação e valorização do património cultural, nomeadamente dos elementos arqueológicos e arquitetónicos mais relevantes, compatibilizando o seu uso com os objetivos de conservação da natureza;
- r) A investigação científica e a monitorização dos habitats naturais, das espécies da flora e da fauna, e processos hidrológicos, sedimentares, ecológicos e socioeconómicos mais relevantes no contexto da RNSCMVRSa, designadamente através da criação de condições para a receção e trabalho de técnicos e investigadores, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico;
- s) O ensaio de novas tecnologias e soluções inovadoras, a desenvolver sob forma de projetos piloto em regime experimental, na área da gestão direta da biodiversidade, minimização e compensação de impactes, com exceção das ações que decorram de processos de avaliação de impacte ambiental.”

#### Beneficiários

- CCDR Algarve
- ICNF
- DRAP-Algarve
- Câmara Municipal de Castro Marim
- Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
- Universidades
- Centros de Investigação
- Associação ODIANA
- Associações e cooperativas de agricultores

## Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNR)

### Âmbito do documento

Criado com o objetivo de preservar a fauna e flora específicas da região, com destaque para as aves migratórias e respetivos habitats, o POPNR (publicado em 2009) estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais. Incidindo sobre área terrestre e área costeira e lagunar, o Plano fixa o regime de gestão do Parque Natural da Ria Formosa, visando a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a biodiversidade da respetiva área de intervenção.

Enquadrados no âmbito do Plano de Ação para as infraestruturas verdes e biodiversidade no Algarve, destacam-se os seguintes objetivos gerais do POPNR:

- “a) Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma melhor adequação do plano de ordenamento aos objetivos que levaram à criação do Parque Natural da Ria Formosa;
- b) Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08/11;
- c) Fixar o regime de gestão compatível com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida.”

Relativamente aos objetivos específicos identificados pelo POPNR, destacam-se os seguintes:

- “a) Promover a conservação e a recuperação dos *habitats* terrestres e aquáticos e das espécies da flora e da fauna indígenas, em particular dos valores naturais de interesse comunitário, nos termos da legislação em vigor;
- b) Recuperar e restaurar os *habitats* das espécies da avifauna aquática e manter ou recuperar o estado de conservação favorável das espécies da flora globalmente ameaçadas;
- c) Impedir a degradação de sistemas geológicos e geomorfológicos sensíveis;
- d) Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais e paisagísticos em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- e) Promover o ordenamento das diferentes atividades realizadas no plano de água e nas zonas adjacentes, nomeadamente a correta exploração dos recursos haliêuticos, de forma a garantir a sua sustentabilidade e a minimização dos impactes sobre a biodiversidade;
- f) Assegurar a salvaguarda e a valorização do património arqueológico (terrestre e subaquático), cultural, arquitetónico, histórico e tradicional da região em complementaridade com a conservação da natureza e da biodiversidade;
- j) Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas presentes, bem como a monitorização dos seus *habitats* naturais e das populações das espécies da flora e da fauna, contribuindo para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.”

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Ações

Visando a prossecução dos objetivos do POPNRF, o seu Programa de Execução identifica um conjunto de medidas e ações a desenvolver, para o horizonte de 2013.

No âmbito do Plano de Ação para as Infraestruturas Verdes e a Biodiversidade no Algarve, salientam-se as seguintes ações e atividades a promover:

- “a) A conservação dos *habitats* naturais mais relevantes no Parque Natural da Ria Formosa, especialmente os de interesse comunitário listados em legislação específica, tais como prados salgados, matos halófitos, estepes salgadas e dunas e charcos temporários;
- b) A conservação dos valores florísticos e faunísticos mais relevantes no Parque Natural da Ria Formosa, especialmente das espécies de interesse comunitário listadas em legislação específica e de outras espécies endémicas ou ameaçadas, tais como *Armeria velutina*, *Tuberaria major*, *Thymus lotocephalus*, *Ixobrychus minutus*, *Porphyrrio porphyrio* e *Charadrius hiaticula*;
- c) O controlo de espécies vegetais não indígenas invasoras, tais como a *Acacia spp.*, o chorão *Carpobrotus edulis* e a *Spartina densiflora*;
- d) As ações de recuperação das áreas florestais degradadas, em particular daquelas onde existem excecionais valores botânicos, como sejam os *habitats* naturais de *Tuberaria major* e *Thymus lotocephalus*;
- e) A requalificação da paisagem, nomeadamente dos espaços ocupados por povoamentos florestais estremos;
- h) A reconversão das práticas silvícolas para floresta extensiva de uso múltiplo com espécies indígenas;
- i) A exploração sustentada dos recursos haliêuticos;
- m) A gestão ativa dos povoamentos florestais, que potencie o seu uso múltiplo e a redução de risco de incêndio, através de ações e medidas preventivas compatíveis com a conservação dos valores naturais;
- n) A atividade agrícola através de práticas adequadas à exploração do solo e de que não resulte a degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente pela divulgação de modos de produção integrada e agricultura biológica, e pelo fornecimento de informação relativa a boas práticas agrícolas;
- o) A promoção dos produtos tradicionais de base regional e de atividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região;
- q) A educação ambiental e a difusão de conhecimentos dos valores naturais e socioculturais, visando uma maior compreensão e apoio público à gestão e à promoção do estatuto de classificação do Parque Natural da Ria Formosa;
- r) A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros associados a atividades recreativas, desportivas, culturais ou educativas, visando o reconhecimento dos valores naturais, bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais;
- s) O desenvolvimento de estudos científicos, em particular os de caracterização e monitorização dos valores biológicos, e de dinâmica sedimentar costeira, e a criação de condições para a receção e trabalho de técnicos e investigadores;



t) A recuperação e valorização do património cultural, nomeadamente dos elementos arqueológicos e arquitetónicos mais relevantes, compatibilizando o seu uso com os objetivos da conservação da natureza e da biodiversidade.”

#### Beneficiários

- CCDR Algarve
- APA/ARH Algarve
- ICNF
- DGRM
- DGRF
- DGPA
- AMN
- Águas do Algarve
- RTA
- Municípios
- Universidades
- Associações viveiristas
- Associações profissionais

### **Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)**

#### Âmbito do documento

O POPNSACV (publicado em 2011) visa a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais. Incidindo sobre área terrestre e área marinha e fluvial, o POPNSACV destaca-se pela sua diversidade paisagística e ecológica, integrando o Sítio de Importância Comunitária das regiões biogeográficas atlântica e mediterrânea (SIC Costa Sudoeste – PTCO 0012), a Zona de Proteção Especial da Costa Sudoeste (PTZPE 0015), ambos inseridos na Rede Natura 2000; e ainda a Reserva Biogenética da Ponta de Sagres e a IBA (*Important Bird Area*) Costa Sudoeste (PT 031).

De entre os objetivos gerais do Plano, destacam-se os seguintes:

- “a) Assegurar a gestão e utilização sustentável dos valores naturais, paisagísticos e culturais, visando a sua efetiva conservação, em particular em locais considerados prioritários ou fundamentais para a manutenção das funções ecológicas vitais para a sua evolução e perpetuação dinâmica;
- e) Sustentar os processos que conduzem à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- f) Criar as condições que possibilitem assegurar a participação ativa das entidades públicas e privadas e das populações residentes e visitantes na conservação dos valores naturais e no desenvolvimento sustentável da região;
- g) Fixar o regime de gestão compatível com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial incidentes na área protegida.”

No contexto do presente Plano de Ação para as infraestruturas verdes e biodiversidade no Algarve, destacam-se ainda os seguintes objetivos específicos identificados no âmbito do POPNSACV:

- “a) Gerir os recursos naturais e paisagísticos característicos da região e desenvolver ações de conservação dos valores paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos;
- b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de modo compatível com os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- e) Contribuir para a promoção da gestão e utilização sustentável dos recursos marinhos.”

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Ações

Com vista à prossecução dos objetivos do POPNSACV, e potenciando o desenvolvimento sustentado da área protegida, o Programa de Execução identificou um conjunto de ações enquadradas por sete objetivos estratégicos, para o horizonte temporal de 2015. De entre estes objetivos, destacam-se as ações contempladas no âmbito da “Conservação da Natureza e da Biodiversidade”, procurando manter as condições ecológicas e/ou o restabelecimento das condições naturais existentes; e ainda a “Utilização sustentável dos recursos naturais”, cujas medidas visam um modelo de desenvolvimento sustentável, compatibilizando as atividades económicas com a conservação dos recursos e valores naturais.

No âmbito das ações e atividades estabelecidas no Regulamento, destacam-se para a área terrestre do PNSACV:

- “a) A conservação dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna mais relevantes, especialmente os de interesse comunitário listados em legislação específica;
- b) A valorização da paisagem, incluindo medidas de recuperação de espaços degradados;
- c) A erradicação ou o controlo de espécies invasoras e de espécies que comportam risco ecológico;
- d) O desenvolvimento de práticas, agrícolas e florestais, compatíveis com a conservação dos valores naturais em presença, por exemplo, a agricultura biológica e a produção integrada;
- e) A reconversão das atividades que, de acordo com o nível de proteção definido para cada área, sejam incompatíveis com a manutenção do estado de conservação favorável dos valores naturais;
- j) As ações de informação e formação que promovam o conhecimento e a difusão dos valores naturais e socioculturais, visando uma maior compreensão e participação pública na gestão do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;
- m) A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros associados a atividades recreativas, desportivas, culturais ou educativas;
- p) A investigação científica, a avaliação do estado de conservação dos valores naturais e a monitorização dos processos hidrológicos, sedimentares, ecológicos e socioeconómicos mais relevantes no contexto do território do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, designadamente através da criação de condições para a receção e trabalho de técnicos e investigadores;
- q) A recolha de informação sistematizada e a elaboração de uma base de dados sobre os recursos genéticos animais e vegetais existentes no território do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina;”

Relativamente à área marinha e fluvial, destacam-se as seguintes ações:

- “a) A conservação da biodiversidade marinha e fluvial;
- b) A manutenção ou recuperação de populações de espécies exploradas comercialmente com estatuto desfavorável;
- c) A investigação científica e a avaliação do estado de conservação dos valores naturais e dos recursos vivos marinhos;
- d) A exploração sustentável dos recursos haliêuticos e a promoção da certificação dos produtos do mar;
- f) A promoção do turismo de natureza na ótica da valorização e da conservação dos recursos.”

#### Beneficiários

- ICNF
- APA/ARH Algarve
- DGADR
- DGAM
- DGRM
- DRAP-Alentejo
- INIAV
- Câmara Municipal de Sines
- Câmara Municipal de Odemira
- Câmara Municipal de Aljezur
- Câmara Municipal de Vila do Bispo
- Capitania do Porto de Sines
- Capitania do Porto de Lagos
- ONGA
- Universidades
- SPEA
- Associação de Agricultores
- Associações de Pesca
- Associações de Aquicultores
- Associação de Beneficiários do Mira

## **REDE NATURA 2000**

### **Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)**

#### Âmbito do documento

A Rede Natura 2000 constitui um instrumento fundamental da política da União Europeia, em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade. A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica, integrando as Zonas de Proteção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Diretiva Aves (Diretiva n.º 79/409/CEE, de 2 de abril), destinadas a garantir a conservação das espécies de aves e respetivos habitats, e ainda por Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats (Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio de 1992), cujo objetivo consiste em assegurar a conservação dos habitats naturais das espécies da flora e da fauna identificados no instrumento.

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) constitui assim o instrumento de concretização da política nacional de conservação da biodiversidade, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e ZPE do território continental, bem como a manutenção nestas áreas das espécies e habitats num estado de conservação favorável.

Visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social, as atividades humanas previstas sobre estas áreas deverão ser compatíveis com a preservação dos valores em presença.

Constituem objetivos do PSRN 2000 os seguintes:

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais
- Pedreiras - Pedreiras em situação crítica

#### Ações

No que diz respeito a informação e monitorização de valores naturais torna-se urgente colmatar lacunas nas seguintes áreas:

- Informação de base referente aos invertebrados e aos briófitos;
- Cartografia da flora – desenvolver e implementar um programa de cartografia sistemática das áreas de ocorrência, a iniciar-se pelas espécies mais ameaçadas;
- Cartografia dos habitats naturais – rever a cartografia mais deficitária, adotando como base de produção a escala de 1:25 000. A revisão global desta cartografia deve basear-se na informação constante das fichas de habitats elaboradas para o PSRN2000;
- Cartografia das espécies da fauna – rever e atualizar a distribuição das espécies nas áreas em falta e, nos casos em que se justifique, proceder ao zonamento da área da ocorrência identificando áreas de

disjunção, isoladas geneticamente e funcionalmente diversas (reprodução, repouso, alimentação); compatibilizar a base cartográfica para as diferentes espécies ou grupos de espécies;

- Para a globalidade dos valores naturais identificar o seu estado de conservação nas áreas de distribuição, bem como a sua representatividade em cada Sítio ou ZPE, e no conjunto da Rede Natura 2000.

Complementarmente, devem desenvolver-se e implementar-se programas de monitorização a nível da totalidade do território continental orientados para:

- o acompanhamento da evolução do estado de conservação dos valores naturais;
- a avaliação da eficácia das medidas de gestão adotadas em função dos objetivos de conservação;
- a avaliação dos impactes das ações decorrentes da implementação de projetos, planos e programas;
- a avaliação dos resultados da execução das medidas de compensação e de minimização estabelecidas no âmbito dos processos de licenciamento ou autorização de projetos.

Atendendo ao âmbito territorial do Plano de Ação, de seguida são apresentadas para cada uma das ZEC e ZPE as respetivas orientações de gestão, bem como as orientações específicas.

Orientações de Gestão	Orientações Específicas
<b>PTCON0012 – Costa Sudoeste</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a conservação das galerias ripícolas, das lagoas temporárias e urzais húmidos, dos ecossistemas marinhos e litorais, como as lagoas costeiras, charnecas costeiras, zimbrais, dunas (móveis e consolidadas) e falésias (topo e encostas);</li> <li>▪ Assegurar a conservação do património florístico, concedendo especial atenção ao Planalto Vicentino e à região de Aivados;</li> <li>▪ Contemplar a preservação do mosaico de habitats existente, mantendo manchas florestais de montado de sobro e azinho e a vegetação dos barrancos (vales encaixados com densa cobertura vegetal), utilizados como refúgio e locais de reprodução de diversas espécies, em paralelo com a manutenção de sistemas agrícolas extensivos com rotações tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;</li> <li>▪ Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo;</li> <li>▪ Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes;</li> <li>▪ Definir zonas de proteção para a espécie/habitat;</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução;</li> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Consolidar galerias de minas importantes;</li> <li>▪ Desobstruir a entrada de abrigos;</li> <li>▪ Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados;</li> <li>▪ Manter as edificações que possam albergar colónias/Populações;</li> <li>▪ Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;</li> <li>▪ Promover a manutenção de prados húmidos;</li> <li>▪ Conservar/recuperar vegetação palustre;</li> </ul>

Orientações de Gestão	Orientações Específicas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes.</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos</li> </ul>
<b>PTCON0013 - RIA FORMOSA/CASTRO MARIM</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Preservação de habitats aquáticos e de ecossistemas dunares;</li> <li>▪ Na área do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio, para além das orientações de gestão identificadas, deverão ver-se cumpridas as exigências das boas práticas agrícolas em vigor;</li> <li>▪ Deverá ser assegurada a promoção do uso sustentável dos recursos existentes, particularmente pelas atividades de turismo, recreio e lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Conservar/recuperar vegetação palustre</li> <li>▪ Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;</li> <li>▪ Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas.</li> </ul>
<b>PTCON0036 - Guadiana</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação das margens das linhas de água, vegetação ripícola associada e das espécies que dependem do meio aquático;</li> <li>▪ Gestão de caudais, a melhoria da qualidade da água, a manutenção da morfologia do leito do rio e a preservação da vegetação ribeirinha;</li> <li>▪ Definir zonas de proteção relativamente à utilização pelo gado das margens das linhas de água (em cenários de seca);</li> <li>▪ Promover o desenvolvimento dos bosques de azinho, zambujeiro e alfarrobeira, proporcionando condições para a regeneração natural e incentivar as atividades agro-silvo-pastoris em regime extensivo, compatíveis com as condicionantes mesológicas do vale do Guadiana;</li> <li>▪ Controlar o impacto turístico, ordenando as atividades em regimes compatíveis com um modelo de desenvolvimento sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes;</li> <li>▪ Controlar efetivos de animais assilvestrados;</li> <li>▪ Condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e colheita de espécies;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas;</li> <li>▪ Definir zonas de proteção para a espécie/habitat;</li> <li>▪ Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos;</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Manter as edificações que possam albergar colónias/populações.</li> </ul>
<b>PTCON0037 - Monchique</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação dos habitats mais</li> <li>▪ relevantes na área, como os matagais mediterrânicos, vegetação ripícola e manchas de floresta autóctone, habitats que são igualmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definir zonas de proteção para a espécie/habitat;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução;</li> </ul>

Orientações de Gestão	Orientações Específicas
<p>importantes para a conservação de várias espécies da fauna.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reversão de povoamentos florestais de espécies exóticas, de modo a restabelecer povoamentos de folhosas autóctones ou povoamentos mistos, mais favoráveis à conservação dos valores em causa;</li> <li>▪ Deverão ser adotadas técnicas silvícolas específicas na gestão dos povoamentos florestais, devendo ser contemplada a manutenção de faixas de matos (a compatibilizar com as ações necessárias à prevenção de incêndios florestais);</li> <li>▪ Assegurar a regeneração natural da floresta e contrariar as intervenções segundo as linhas de maior declive como forma de salvaguarda da erosão;</li> <li>▪ Assegurar a manutenção do mosaico silvo -pastoril e a utilização de boas práticas agrícolas, contribuindo para o aumento das populações de espécies-presa;</li> <li>▪ Incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;</li> <li>▪ Conservação/recuperação das linhas de água (leito e margem), galeria ripícola e florestas aluviais;</li> <li>▪ Aposta na melhoria da qualidade da água, através do controlo das fontes de poluição.</li> <li>▪ Ordenar a atividade cinegética, tendo em conta a preservação de áreas mais sensíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo;</li> <li>▪ Controlar efetivos de animais assilvestrados;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes;</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos;</li> <li>▪ Promover a manutenção de prados húmidos;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Consolidar galerias de minas importantes;</li> <li>▪ Desobstruir a entrada de abrigos;</li> <li>▪ Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados;</li> <li>▪ Manter as edificações que possam albergar colónias/populações.</li> </ul>
<b>PTCON0038 – Ribeira de Quarteira</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperação e conservação das comunidades ribeirinhas e dos matagais altos e matos baixos calcícolas, constituindo estes últimos os habitats preferenciais da espécie prioritária <i>Thymus lotocephalu</i>;</li> <li>▪ Assegurar um uso e ocupação agro-pastoril extensivos;</li> <li>▪ Ordenar as atividades de recreio e lazer, compatibilizando a manutenção dos valores de ecossistemas ribeirinhos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos.</li> </ul>
<b>PTCON0049 - Barrocal</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação dos afloramentos rochosos, das grutas e algares, dos matagais altos e matos baixos e prados calcícolas, assim como para a flora rupícola e ainda para várias espécies de morcegos que ocorrem;</li> <li>▪ Assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, visando a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Consolidar galerias de minas importantes;</li> <li>▪ Desobstruir a entrada de abrigos;</li> <li>▪ Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados;</li> </ul>

Orientações de Gestão	Orientações Específicas
<p>preservação dos afloramentos rochosos e ecossistemas rupícolas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ordenar a expansão urbano-turística e a extração de inertes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manter as edificações que possam albergar colónias/ populações;</li> <li>▪ Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;</li> <li>▪ Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo;</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes;</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos;</li> <li>▪ Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas Associados;</li> <li>▪ Promover a manutenção de prados húmidos;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Definir zonas de proteção para a espécie;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/ reintrodução.</li> </ul>
<b>PTCON0050 – Cerro da Cabeça</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação da flora e vegetação rupícola.</li> <li>▪ Preservar as áreas dos afloramentos rochosos nos cerros, condicionando as alterações ao uso atual do solo, nomeadamente pela expansão urbano-turística e extração de inertes;</li> <li>▪ Assegurar o mosaico de habitats e manter a ocupação agro-silvo-pastoril extensiva, sobretudo no sopé dos cerros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;</li> <li>▪ Manter/recuperar habitats contíguos;</li> <li>▪ Efetuar desmatações seletivas;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/ controlar existentes;</li> <li>▪ Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo;</li> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Desobstruir a entrada de abrigos;</li> <li>▪ Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados.</li> </ul>
<b>PTCON0052 – Arade/Odelouca</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação das linhas de água e espécies que dependem do meio aquático;</li> <li>▪ Melhoria da qualidade da água, a manutenção da morfologia do leito do rio e a preservação da vegetação ribeirinha;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/ reintrodução;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes;</li> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Desobstruir a entrada de abrigos;</li> </ul>



Orientações de Gestão	Orientações Específicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cumprimento das boas práticas agrícolas na área do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão, para além das orientações de gestão;</li> <li>▪ Controlar o impacto turístico, ordenando as atividades em regimes compatíveis com um modelo de desenvolvimento sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado.</li> </ul>
<b>PTCON0057 - Caldeirão</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação dos montados e recuperação de áreas de matagal mediterrânico;</li> <li>▪ Definição e implementação de modelos de uso múltiplo do montado, baseado em sistemas extensivos;</li> <li>▪ Conservação das manchas florestais naturais mais desenvolvidas – azinhais, sobreirais e medronhais (condicionar cortes);</li> <li>▪ Controlo da instalação de novos povoamentos florestais, no que respeita a localização (preservando montado e azinhais), dimensão, composição e infraestruturas de apoio (rede viária, corta-fogos, etc.), assim como a sua gestão futura;</li> <li>▪ Promoção da regeneração natural nos montados e bosques de sobre e azinho;</li> <li>▪ Manutenção de faixas de matos, compatibilizando com as ações necessárias à prevenção de incêndios florestais.</li> <li>▪ Manutenção do mosaico silvo-pastoril e a utilização de boas práticas agrícolas, contribuindo para o aumento das populações de espécies-presa;</li> <li>▪ Ordenar a atividade cinegética, atendendo à preservação de áreas mais sensíveis.</li> <li>▪ Incrementar a sustentabilidade económica das atividades com interesse para a conservação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Efetuar desmatamentos seletivos;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas;</li> <li>▪ Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução;</li> <li>▪ Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes;</li> <li>▪ Controlar efetivos de animais assilvestrados;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes;</li> <li>▪ Condicionar o acesso;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas.</li> </ul>
<b>PTCON0058 – Ria de Alvor</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservação e recuperação dos ecossistemas dunares, das áreas de sapal e da vegetação halófila, devendo assegurar igualmente a conservação das espécies da flora que ocorrem em áreas agro-pastoris;</li> <li>▪ Cumprimento das boas práticas agrícolas na área do Aproveitamento Hidroagrícola de Alvor, inclusivamente no exterior à área do Sítio, dado o impacto do uso de agroquímicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone;</li> <li>▪ Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>▪ Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes;</li> <li>▪ Recuperar zonas húmidas;</li> <li>▪ Manter as edificações que possam albergar colónias/populações.</li> </ul>

Orientações de Gestão	Orientações Específicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cumprimento das orientações de gestão na área do Aproveitamento Hidroagrícola sobreposta à área do Sítio, que abrange sapais ocupados por pastagens naturais e funciona como defesa contra inundações a montante;</li> <li>▪ Ordenamento do uso urbano e ou turístico, das atividades de recreio e lazer e das acessibilidades; - Acautelar os impactes, sobre os valores naturais em presença, de dragagens e da implantação de infraestruturas.</li> </ul>	

#### Metas/Periodicidade

O PSRN2000 identificava como um dos seus objetivos gerais que todas as ZEC e ZPE apresentassem os respetivos instrumentos de gestão operacional até final de 2010. Considerava ainda, e face ao âmbito do Plano de Ação, como prioritária a elaboração dos planos de gestão dos seguintes ZEC e ZPE:

- Barrocal (ZEC)
- Monchique (ZEC e ZPE)
- Caldeirão (ZEC e ZPE)

### **Quadro de Ação Prioritária (QAP) para a Rede Natura 2000 em Portugal Continental e para o espaço marítimo adjacente 2021-2027 (QAP 2021-2027)**

#### Âmbito do documento

O Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (QAP) constitui um documento estratégico de planeamento, destinado a fornecer uma visão global das medidas necessárias à implantação da Rede Natura 2000 e respetivas infraestruturas verdes ao nível da União Europeia (UE). Este QAP identifica as necessidades de financiamento das medidas e estabelece a correspondência entre as medidas e os programas de financiamento UE.

Está contemplado que sejam apresentadas medidas adicionais e outras necessidades de financiamento para infraestruturas verdes, que contribuam para a coerência ecológica da RN2000.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

De seguida é apresentado um excerto das medidas consideradas prioritárias pelo QAP.

Para a descrição das medidas identificadas no quadro abaixo, recomenda-se a consulta do documento original.

Medida	Custo estimado em euros (anualizado)*	Possível fonte de cofinanciamento da UE
E.1. Medidas Horizontais e Custos Administrativos ligados à Rede Natura 2000		
E.1.1. Designação do sítio e planeamento e gestão		
Medida 1.1.1 Designação de novos SIC - realização dos estudos para identificação das áreas a classificar	350 000 €	N/A
Medida 1.1.2 Revisão de limites de ZEC e ZPE: realização dos estudos para identificação espacial das alterações	200 000 €	N/A
Medida 1.1.3 Elaboração e avaliação intercalar de Planos de Gestão de ZEC e ZPE	250 000 €	N/A
Medida 1.1.4. Controle e erradicação de exóticas: planos de controlo e medidas preventivas	500 000 €	LIFE; Fundos de Coesão
Medida 1.1.5. Controle e erradicação de exóticas: planos de ação e procedimentos fronteiriços	100 000 €	LIFE; Fundos da Coesão; PAC
E.1.2. Administração do sítio e comunicação com as partes interessadas		
Medida 1.2.1 Promover a realização de ações de formação em áreas da rede Natura 2000	95 000 €	PAC
Medida 1.2.2 Realização ações de divulgação e, sessões participativas em áreas da rede Natura 2000	50 000 €	LIFE
Medida 1.2.3 Aquisição de terrenos e pequenas áreas, determinantes para a recuperação de área de distribuição de espécies e áreas de ocorrência de habitats naturais	2 000 000 €	LIFE
Medida 1.2.4 Estabelecimento de contratos de gestão com proprietários	2 700 000 €	LIFE
Medida 1.2.5 Estabelecimento de microreservas para gestão localizada de espécies raras e ameaçadas da flora	500 000 €	LIFE
Medida 1.2.6 Aumentar a capacidade fiscalizadora operacional da autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade	600 000 €	N/A
Medida 1.2.7 Aumentar a capacidade fiscalizadora operacional da autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade em equipamentos	400 000 €	N/A
Medida 1.2.8. Instalação de estruturas (locais) de apoio - ou equivalente - para mobilização, aplicação e acompanhamento das medidas do Plano Estratégico da PAC relevantes, designadamente regimes ecológicos e medidas de natureza agro e silvo-ambiental e de investimentos dirigidas a áreas da rede Natura 2000, da Rede Nacional de Áreas Protegidas ou de escala nacional (onde justificável)	1 500 000 €	PAC
Medida 1.2.9. Desenvolver sistemas de aconselhamento agrícola e florestal de suporte à mobilização das medidas, operações e apoio ao	1 500 000 €	PAC

Medida	Custo estimado em euros (anualizado)*	Possível fonte de cofinanciamento da UE
investimento previstas nos instrumentos relevantes da política agrícola comum (PAC) e direcionados para a gestão da rede Natura 2000 e a promoção a biodiversidade dependente de sistemas agrícolas e florestais		
Medida 1.2.10. Identificação e implementação de modelos de cogestão, aplicados ao meio marinho, em particular às pescas e áreas marinhas com estatuto de proteção	130 000€	FEAMP
<b>E.1.3. Vigilância e comunicação de informações</b>		
Medida 1.3.1 Conção do programa nacional de monitorização do estado de conservação de espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves	215 000 €	Fundos de Coesão
Medida 1.3.2 Implementação de ações de monitorização de continuidade de espécies e habitats	3 000 000 €	LIFE; FEDER; PAC
Medida 1.3.3 Implementação e operacionalização de sistema de informação do património natural	55 000 €	Fundo de Coesão
<b>E.1.4. Lacunas de conhecimento subsistentes e necessidades de investigação</b>		
Medida 1.4.1 Avaliação da coerência e eficácia da rede Natura 2000	200 000 €	N/A
Medida 1.4.2 Avaliação do efeito de atividades humanas sobre espécies protegidas em sítios da rede natura 2000	400 000 €	N/A
Medida 1.4.3 Melhoria de conhecimento de espécies e habitats protegidos – realização de estudos, que englobem espécies e habitats com estado de conservação desconhecido, insuficientemente representadas na rede Natura 2000, a necessitar de estudos de ecologia e de caracterização genética e morfológica	770 000 €	LIFE; Fundo de Coesão
Medida 1.4.4. Revisão e atualização das fichas de habitats naturais da Diretiva Habitats e constantes do Plano Setorial da rede Natura 2000, com propostas de metodologia de monitorização	100 000 €	N/A
Medida 1.4.5 Desenvolvimento de um estudo que contemple a cenarização climática com vista à antecipação de fenómenos relacionados com as alterações climáticas, potenciando a gestão adaptativa em áreas da rede Natura 2000	2 000 000 €	N/A
Medida 1.4.6 Mapeamento e caracterização dos ecossistemas e valoração dos seus serviços em território nacional, prioritariamente na rede Natura 2000	1 000 000 €	Fundo de Coesão
Medida 1.4.7 Desenvolvimento de um sistema de monitorização comum das alterações climáticas, da biodiversidade e da desertificação em Portugal Continental, com base em indicadores KPI aplicados às áreas da rede Natura 2000	800 000 €	Fundo de Coesão
Medida 1.4.8 Desenvolvimento de estudos de avaliação da integração dos objetivos de conservação da natureza e	1 500 000 €	N/A

Medida	Custo estimado em euros (anualizado)*	Possível fonte de cofinanciamento da UE
biodiversidade nos instrumentos de planeamento do espaço terrestre e marítimo e identificação e correção de lacunas		
<b>E.2 Medidas de conservação e restabelecimento relativas aos sítios, dentro e fora da rede Natura 2000</b>		
E.2.1. Águas marinhas e costeiras	2 542 500 €	LIFE, FEAMP
E.2.2. Charnecas e arbustos	12 514 336 €	PAC, Fundo de Coesão
E.2.3. Turfeiras, turfeiras baixas, pântanos e outras zonas húmidas	6 986 280 €	PAC, Fundo de Coesão, LIFE
E.2.4. Prados	7 448 894 €	PAC, LIFE, Fundo de Coesão
E.2.5. Outros ecossistemas agrícolas (incluindo terrenos de cultivo)	53 536 766 €	PAC
E.2.6. Zonas arborizadas e florestas	41 213 268 €	PAC
E.2.7. Habitats rochosos, dunas e terrenos de escassa vegetação	3 143 680 €	PAC, LIFE, Fundo de Coesão
E.2.8. Habitats de águas doces (rios e lagos)	8 191 000 €	LIFE, Fundo de Coesão, PAC
E.2.9. Outros (grutas, etc.)	44 000 €	-
<b>E.3. Medidas adicionais específicas por espécie não ligadas a ecossistemas ou habitats específicos</b>		
<b>E.3.1. Medidas e programas específicos</b>		
Medida 3.1.1 Instalação/Recuperação de viveiros para produção de espécies protegidas e criação de bancos de germoplasma	600 000 €	N/A
Medida 3.1.2. Instalação de programas de conservação ex-situ para espécies da fauna protegidas/ameaçadas	300 000 €	LIFE; Fundo de Coesão
Medida 3.1.3. Medidas de conservação e gestão de espécies da avifauna (rapinas, estepárias, aves aquáticas),	400 000 €	LIFE; Fundo de Coesão
Medida 3.1.4. Medidas de conservação e gestão para espécies de mamíferos ameaçados: implementação de planos de ação	2 000 000€	LIFE; Fundo de Coesão; PAC
Medida 3.1.5. Medidas de conservação e gestão de espécies marinhas:	2 000 000 €	LIFE, FEAMP
E.3.2. Prevenção, atenuação ou compensação pelos danos causados por espécies protegidas	502 000 €	N/A

\*os montantes apresentados dizem respeito à implementação das medidas para o território do continente, mar territorial e sub-área de zona económica exclusiva adjacente.

#### Prazo

O QAP prevê a afetação das verbas da Rede Natura 2000 no âmbito dos fundos da UE, para o horizonte de 2027.

#### Beneficiários

- Entidades públicas
- Organizações não-governamentais

#### Fontes de Financiamento

- FEDER

- Fundo de Coesão
- FEAMP
- Programa LIFE
- PAC

## PLANOS DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

### Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Guadiana - RH7

#### Âmbito do documento

Derivado da sua relevância para a saúde humana e para os ecossistemas, destacando-se ainda o seu papel fundamental na regulação do clima, bem como para o desenvolvimento de diversos setores, o PGRH constitui o documento base na gestão dos recursos hídricos.

Integrando os principais objetivos dos instrumentos de planeamento e as áreas temáticas consideradas nas Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), destacam-se os seguintes objetivos estratégicos (OE) identificados pelo PGRH Guadiana (em fase de Consulta Pública), associados aos respetivos objetivos operacionais (OO):

- “OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos
  - OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água;
  - OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água.
- OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água
  - OO3.1 - Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões;
- OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras
  - OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas;
  - OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva;
  - OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água.
- OE5- Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade
  - OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição;
  - OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável.
- OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água”
  - OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição;
  - OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural

#### Ações | Montantes de Investimento | Entidades Responsáveis

Medida			Caracterização		
Código	Designação	Tipologia	Programação física	Investimento (mil €)	Entidade Responsável
PTE3P03M06_SUP_RH7	Estudo de viabilidade técnica de adaptação de órgãos para libertação de caudal ecológico na barragem de Odeleite, no concelho de Castro Marim	Base	2023-2027	250,00	Agência Portuguesa do Ambiente
PTE3P03M07_SUP_RH7	Estudo de viabilidade técnica de adaptação de órgãos para libertação de caudal ecológico na barragem de Beliche, no concelho de Castro Marim	Base	2023-2027	250,00	Agência Portuguesa do Ambiente
PTE9P07M01_SUP_RH7_3Ciclo	Elaboração do Programa Especial de Ordenamento do Estuário do rio Guadiana	Suplementar	2022-2027	200,00	Agência Portuguesa do Ambiente

Seguidamente são apresentados os indicadores e metas referentes aos objetivos operacionais, de acordo com as áreas temáticas correspondentes.

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
2 – Qualidade da Água	7 - Degradação da qualidade da água afluente de Espanha	OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água	OO3.1. – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água superficiais fronteiriças e transfronteiriças em Bom estado	Estado	36% em 2021 72% em 2027 100% após 2027
		OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1. - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Disponibilização de informação das pressões sobre as massas de água superficiais fronteiriças e transfronteiriças	Pressão	100% em 2027
	8 - Agravamento da qualidade da água devido aos sedimentos (arrastamento e suspensão)	OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água	OO3.1. – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água superficiais em Bom estado	Estado	40% em 2021 68% em 2027 100% após 2027
	9 - Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos			Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	38% em 2021 63% em 2027 100% após 2027
	10 - Contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas			Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	40% em 2021 68% em 2027 100% após 2027
	11 - Poluição orgânica e nutrientes das águas superficiais			Massas de água superficiais em Bom estado/potencial ecológico	Estado	78% em 2021 98% em 2027 100% após 2027
	12 - Poluição química das águas superficiais			Massas de água superficiais em Bom estado químico	Estado	57% em 2021 64% em 2027 100% após 2027
	13 - Poluição microbiológica das águas superficiais			Zonas protegidas em massas de água superficiais em conformidade (captações de abastecimento público e zonas balneares)	Estado	40% em 2021 68% em 2027 100% após 2027



Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
3 - Quantidade de água	14 - Diminuição dos caudais afluentes de Espanha	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas	Massas de água superficiais fronteiriças e transfronteiriças com implementação dos caudais ecológicos face ao número total de massas de água onde seja necessário implementar esta medida	Estado	50% em 2027 75% após 2027
		OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1. - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Disponibilização da informação sobre os caudais das massas de água superficiais fronteiriças e transfronteiriças	Pressão	100% em 2027
	15 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas	Infraestruturas hidráulicas com regime de caudais ecológicos implementado face ao número de infraestruturas hidráulicas em que é necessário garantir a implementação dos caudais ecológicos nas massas de água superficiais	Estado	50% em 2027 75% após 2027
	16 - Alterações do regime de escoamento			Massas de água com garantia de caudais ambientais face ao número total de massas de água subterrâneas	Resposta	70% em 2027 90% após 2027
	18 - Escassez de água		OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva	Utilizações licenciadas com base no índice de escassez face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% em 2027 90% após 2027
	19 - Sobre-exploração de aquíferos					
	20 - Intrusão salina nas águas superficiais					
21 - Intrusão nas águas subterrâneas (salina e outras origens)						
4 - Biodiversidade	22 - Alteração das comunidades da fauna e da flora	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2. - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Massas de água com medidas de controlo sobre as comunidades face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
	23 - Destrução/fragmentação de <i>habitats</i>	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1. - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Inventariação da informação sobre obstáculos como pressões hidromorfológicas sobre a água	Pressão	100% em 2027

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
4 - Biodiversidade	23 - Destruição/fragmentação de habitats	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.1. – Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição.	Estruturas obsoletas removidas face ao número de estruturas obsoletas consideradas adequadas para remoção	Resposta	50% em 2027 75% após 2027
				Passagem para peixes (PPP) implementadas face ao número de PPP considerado necessário implementar	Resposta	50% em 2027 75% após 2027
	24 - Aumento de ocorrências de espécies invasoras	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1. – Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Inventariação da informação sobre espécies invasoras como pressões biológicas sobre a água	Pressão	100% em 2027
				Massas de água com medidas de controlo sobre as espécies invasoras face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
	25 - Alterações da dinâmica sedimentar na bacia (erosão e assoreamentos)	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2. – Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Massas de água com medidas de controlo da erosão face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
5 - Gestão de riscos	26 - Degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar)	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas realizadas face às necessárias para diminuição da exposição a perigos identificados nas zonas costeiras	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do Programa COSMO (Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental)	Resposta	100% em 2027
	27 - Secas	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos Planos de Gestão de Secas e Escassez (PGSE)	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
				OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SPGS)	Resposta

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta	
5 - Gestão de riscos	27 - Secas	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva	Utilizações licenciadas com base no índice de escassez face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% em 2027 90% após 2027	
	28 – Inundações	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI)	Resposta	75% em 2027 90% após 2027	
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SVARH)	Resposta	100% em 2027	
	29 - Contaminação radioativa	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas realizadas face às necessárias para diminuição da exposição a perigos identificados no caso de contaminação radioativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
				Ações realizadas face às consideradas adequadas para promover a melhoria do conhecimento das situações de risco	Resposta	75% em 2027 90% após 2027	
				Ações realizadas face às consideradas adequadas para promover a operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação	Resposta	75% em 2027 90% após 2027	

## Plano de Gestão de Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve – RH8

### Âmbito do documento

Derivado da sua relevância para a saúde humana e para os ecossistemas, destacando-se ainda o seu papel fundamental na regulação do clima, bem como para o desenvolvimento de diversos setores, o PGRH constitui o documento base na gestão dos recursos hídricos.

Integrando os principais objetivos dos instrumentos de planeamento e as áreas temáticas consideradas nas Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA), destacam-se os seguintes objetivos estratégicos (OE) identificados pelo PGRH Ribeiras do Algarve (em fase de Consulta Pública), associados aos respetivos objetivos operacionais (OO):

- “OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos
  - OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água;
  - OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água.
- OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água
  - OO3.1 - Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões;
- OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras
  - OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas;
  - OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva;
  - OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água.
- OE5- Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade
  - OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição;
  - OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável.
- OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água”
  - OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição;
  - OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade – Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

Ações | Montantes de Investimento | Entidades Responsáveis

Medida			Caracterização		
Código	Designação	Tipologia	Programação física	Investimento (mil €)	Entidade Responsável
PTE1P11M01_SUP_RH8_3Ciclo	Implementação de melhorias no Aterro Sanitário do Barlavento com o objetivo da melhoria da massa de água	Base	2024-2027	50,00	ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
PTE1P13M01_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água nos sistemas lagunares - dragagens direcionadas para a melhoria das águas conquícolas, nos concelhos de Lagos, Portimão, Loulé, Faro, Olhão e Tavira	Suplementar	2022-2027	2 000,00	Docapesca, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
PTE2P01M02_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão integrada de origens no perímetro do aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão, no Barlavento Algarvio	Suplementar	2022-2026	2 000,00	Agência Portuguesa do Ambiente, Águas do Algarve, Associação de Regantes e Beneficiários de Silves Lagoa e Portimão
PTE3P02M01_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água na ribeira de Aljezur - intervenção na foz da ribeira	Suplementar	2022-2027	100,00	Câmara Municipal de Aljezur
PTE3P02M02_SUP_RH8_3Ciclo	Gestão da capacidade de renovação de água nos sistemas lagunares - dragagens seletivas nas barras de maré para gestão diferenciada dos prismas de maré, nos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Portimão e Lagos	Suplementar	2022-2027	12 000,00	Agência Portuguesa do Ambiente, Docapesca Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
PTE3P02M03_SUP_RH8_3Ciclo	Renaturalização e recuperação de áreas artificializadas nos sistemas estuarino-lagunares do Algarve	Suplementar	2022-2027	1 200,00	Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Câmaras Municipais
PTE3P02M04_SUP_RH8_3Ciclo	Reabilitação da ribeira do Cadouço, no concelho de Loulé - parte 1	Suplementar	2022-2023	1 000,00	Câmara Municipal de Loulé
PTE3P03M01_SUP_RH8	Estudo de viabilidade técnica de adaptação de órgãos para libertação de caudal ecológico na barragem da Bravura, no concelho Lagos, e nas barragens do Arade e do Funcho, no concelho de Silves	Base	2022-2027	120,00	Associação de Regantes e Beneficiários de Alvor, Associação de Regantes e Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, Agência Portuguesa do Ambiente
PTE8P02M01_RH8_3Ciclo	Laboratório vivo de boas práticas para gestão da água	Suplementar	2022-2027	500,00	Agência Portuguesa do Ambiente, Águas do Algarve, Câmaras Municipais
PTE8P02M02_RH8_3Ciclo	Programa de voluntariado ambiental para a água	Suplementar	2022-2027	140,00	Agência Portuguesa do Ambiente
PTE9P07M01_SUP_RH8_3Ciclo	Elaboração do Programa Especial de Ordenamento do Estuário do rio Arade	Suplementar	2022-2027	200,00	Agência Portuguesa do Ambiente

Objetivos Estratégicos | Objetivos Operacionais | Indicadores | Metas

Seguidamente são apresentados os indicadores e metas referentes aos objetivos operacionais, de acordo com as áreas temáticas correspondentes.

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
2 – Qualidade da Água	8 - Agravamento da qualidade da água devido aos sedimentos (arrastamento e suspensão)	OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água	OO3.1. – Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões	Massas de água superficiais em Bom estado	Estado	62% em 2021 79% em 2027 100% após 2027
	9 - Contaminação de águas subterrâneas por parâmetros físico-químicos			Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	80% em 2021 96% em 2027 100% após 2027
	10 - Contaminação de águas subterrâneas por substâncias perigosas			Massas de água subterrâneas em Bom estado químico	Estado	66% em 2021 78% em 2027 100% após 2027
	11 - Poluição orgânica e nutrientes das águas superficiais			Massas de água superficiais em Bom estado/potencial ecológico	Estado	89% em 2021 95% em 2027 100% após 2027
	12 - Poluição química das águas superficiais			Massas de água superficiais em Bom estado químico	Estado	91% em 2021 100% em 2027
	13 - Poluição microbiológica das águas superficiais			Zonas protegidas em massas de água superficiais em conformidade (captações de abastecimento público e zonas balneares)	Estado	62% em 2021 79% em 2027 100% após 2027
3 - Quantidade de água	15 - Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas	Infraestruturas hidráulicas com regime de caudais ecológicos implementado face ao número de infraestruturas hidráulicas em que é necessário garantir a implementação dos caudais ecológicos nas massas de água superficiais	Estado	50% em 2027 75% após 2027
	16 - Alterações do regime de escoamento			Massas de água com garantia de caudais ambientais face ao número total de massas de água subterrâneas	Resposta	100% em 2027

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
3 - Quantidade de água	18 - Escassez de água	OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva	Utilizações licenciadas com base no índice de escassez face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% em 2027 90% após 2027
	19 - Sobre-exploração de aquíferos					
	20 - Intrusão salina nas águas superficiais					
	21 - Intrusão nas águas subterrâneas (salina e outras origens)					
4 - Biodiversidade	22 - Alteração das comunidades da fauna e da flora	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2. – Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Massas de água com medidas de controlo sobre as comunidades face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
	23 - Destruição/fragmentação de habitats	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1.- Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Inventariação da informação sobre obstáculos como pressões hidromorfológicas sobre a água	Pressão	100% em 2027
		OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.1. – Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição.	Estruturas obsoletas removidas face ao número de estruturas obsoletas consideradas adequadas para remoção	Resposta	50% em 2027 75% após 2027
				Passagem para peixes (PPP) implementadas face ao número de PPP considerado necessário implementar	Resposta	50% em 2027 75% após 2027
	24 - Aumento de ocorrências de espécies invasoras	OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos	OO2.1. – Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água	Inventariação da informação sobre espécies invasoras como pressões biológicas sobre a água	Pressão	100% em 2027
		OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2. – Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Massas de água com medidas de controlo sobre as espécies invasoras face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
25 - Alterações da dinâmica sedimentar na bacia (erosão e assoreamentos)	OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade	OO5.2. – Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável	Massas de água com medidas de controlo da erosão face ao número de massas de água com esta pressão significativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027	

Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
5 - Gestão de riscos	26 - Degradação de zonas costeiras (erosão, alterações hidromorfológicas, dinâmica sedimentar)	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas realizadas face às necessárias para diminuição da exposição a perigos identificados nas zonas costeiras	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do Programa COSMO (Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental)	Resposta	100% em 2027
	27 - Secas	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos Planos de Gestão de Secas e Escassez (PGSE)	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SPGS)	Resposta	100% em 2027
		OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras	OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva	Utilizações licenciadas com base no índice de escassez face ao total do número de pedidos de utilizações viáveis para licenciamento	Resposta	70% em 2027 90% após 2027
	28 - Inundações	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas implementadas face às definidas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI)	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
			OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Medidas realizadas face às necessárias para operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação (SVARH)	Resposta	100% em 2027
	29 - Contaminação radioativa	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição	Medidas realizadas face às necessárias para diminuição da exposição a perigos identificados no caso de contaminação radioativa	Resposta	75% em 2027 90% após 2027



Área Temática	Problemas QSiGA	Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Indicador	Classificação do Indicador	Meta
5 - Gestão de riscos	29 - Contaminação radioativa	OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água	OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação	Ações realizadas face às consideradas adequadas para promover a melhoria do conhecimento das situações de risco	Resposta	75% em 2027 90% após 2027
				Ações realizadas face às consideradas adequadas para promover a operacionalização do sistema de previsão, alerta e comunicação	Resposta	75% em 2027 90% após 2027

## PROGRAMA DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALGARVE (PROF ALGARVE)

### Âmbito do documento

O PROF Algarve é um instrumento de política setorial que define para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, de forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços adotando como referências os anos de 2030 e 2050, para as suas metas e objetivos.

A abordagem do PROF é uma abordagem multifuncional, que integra as funções gerais dos espaços florestais:

- a) Produção;
- b) Proteção;
- c) Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- d) Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores;
- e) Recreio e valorização da paisagem.

O PROF Algarve concretiza, no seu âmbito e natureza o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, compatibilizando-se com os demais programas setoriais. Por outro lado, as normas do PROF Algarve que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM).

O PROF Algarve reflete os objetivos estratégicos assim como os objetivos específicos aplicáveis na região, definidos na ENF:

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- b) Especialização do território;
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

O PROF Algarve define, no capítulo o uso, ocupação e ordenamento florestal, o regime florestal e a floresta modelo:

- a) As áreas que estão obrigadas à elaboração de Planos de Gestão Florestal (PGF);
- b) As espécies protegidas e os sistemas florestais objeto de medidas de proteção específicas;
- c) Os corredores ecológicos, as intervenções florestais que são objeto de normas específicas, o tratamento específico a que devem estar sujeitos e a sua inclusão na definição dos corredores ecológicos municipais,

e ainda a compatibilização dos corredores ecológicos com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios;

- d) A delimitação de sub-regiões homogéneas (SRH), que correspondem a *unidades territoriais com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais.*

Para as sub-regiões homogéneas (a) Barrocal; b) Costa Vicentina; c) Litoral; d) Meia Serra; e) Nordeste; f) Serra de Monchique; g) Serra de Silves; h) Serra do Caldeirão), são definidos modelos de organização territorial que assentam:

- a) Em normas gerais;
- b) Em normas de acordo com a função atribuída aos espaços florestais da sub-região homogénea
- c) Em normas que são de aplicação localizada, que têm apenas aplicação em determinadas áreas específicas:
  - i) Corredores ecológicos;
  - ii) Áreas florestais sensíveis, (risco de incêndio e áreas expostas a pragas e doenças).
- d) Em modelos de silvicultura com espécies de árvores florestais a privilegiar.

Para cada sub-região são definidas as funções gerais (produção; proteção; conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; recreio e valorização da paisagem), as normas de silvicultura a aplicar e as espécies florestais a privilegiar.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Objetivos

Foram definidos nove objetivos gerais para a região PROF – ALG, que enquadram objetivos específicos em cada SRH:

- 1) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal **(AP)**
- 2) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal, no quadro de um Programa de Gestão de Combustível com expressão prática no ordenamento de cada SRH **(IF)**
- 3) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas (CSA)
- 4) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas. **(CB)**
- 5) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta. **(GC)**

- 6) Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril em sistemas de produção, numa lógica de aumento de rendimento, DFCI e promoção da biodiversidade. **(C&SP)**
- 7) Promover o aproveitamento do mel, das plantas aromáticas e medicinais e dos cogumelos no quadro dos sistemas de exploração florestal a promover. **(PLN)**
- 8) Promover a utilização turística dos espaços florestais. **(T)**
- 9) Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal

Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Entidade	Instrumento de Planeamento/ Entidade que Aprova	Processo de Licenciamento/ Entidade(S) que Licencia(M)	Políticas e Programas Relacionados	Entidades Relacionadas	Horizontes Temporais Relevante
AP	Selecionar espécies com aproveitamento produtivo local ou regional	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021- 2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020 DFCI	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021- 2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020 POAAP	GPP – MAFDR IFAP APA	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021- 2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020 PNSR2000 POSEUR	GPP – MAFDR IFAP CCDR-Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021- 2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF POEC/ICNF PG/ICNF	RJAAR/ICNF Concessão ZC/ICNF Municípios	PDR2020 Lei e Regulamento da Caça	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020	GPP – MAFDR DRAP Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021- 2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH	OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	PDR2020 PO Algarve CRESC 2020 Estratégia Turismo	GPP – MAFDR IFAP DRA Alg CCDR - Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento

Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Entidade	Instrumento de Planeamento/ Entidade que Aprova	Processo de Licenciamento/ Entidade(S) que Licencia(M)	Políticas e Programas Relacionados	Entidades Relacionadas	Horizontes Temporais Relevante
IF	Aplicar as normas de silvicultura no âmbito da DFCL previstas nos respetivos Planos	ICNF Municípios Proprietários e gestores florestais	PNDFCI PRDFCI PMDFCI	ICNF	PDR2020 CRESC 2020 FFP	GPP – MAFDR IFAP DRA Alg CCDR - Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Ajustar as prioridades de intervenção da DFCL ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas	ICNF Municípios	PRDFCI PMDFCI PEIF PGF	ICNF	PSRN2000 CRESC2020 FFP FA	GPP – MAFDR IFAP DRA Alg CCDR - Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	PRDFCI PMDFCI PGF/ICNF PEIF POEC/ICNF	Concessão ZC/ICNF	PDR2020 Lei e Regulamento da Caça FFP	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Aplicar normas de gestão de combustível aos povoamentos e sistemas florestais, nomeadamente o fogo controlado	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	PGF/ICNF PEIF/ICNF POEC/ICNF Municípios	ICNF	Plano Nacional de Fogo Controlado	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
	Ajustar as prioridades de intervenção da DFCL tendo em atenção a utilização turística dos espaços florestais	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores de atividades turísticas no espaço florestal	PRDFCI PMDFCI PGF/ICNF PEIF/ICNF Municípios	ICNF	CRESC2020	CCDR - Alg	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Elaboração do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
CSA	Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas de produção florestal prioritários	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	RJAAR/ICNF	Plano Nacional da Água POAAP PGRH PANCD	CCDR – Alg APA	Horizontes de Revisão dos Planos envolvidos

Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Entidade	Instrumento de Planeamento/ Entidade que Aprova	Processo de Licenciamento/ Entidade(S) que Licencia(M)	Políticas e Programas Relacionados	Entidades Relacionadas	Horizontes Temporais Relevante
<b>CSA</b>	Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF Municípios	ICNF	Plano Nacional da Água Planos de Regiões Hidrográficas Serviços dos Ecossistemas PANCD	APA	Horizontes de Revisão dos Planos envolvidos
<b>CB</b>	Promover a diversificação de <i>habitats</i> no contexto dos sistemas e espécies a prioritários	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	PGF/ICNF POEC Municípios	ICNF	PSRN2000		Horizonte de revisão do PSRN2000 Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Promover a diminuição do risco de destruição de <i>habitats</i> e espécies classificadas e destruição maciça de <i>habitat</i>	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores	PGF/ICNF	ICNF	DFCI		Revisão dos Planos DFCI
	Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	PGF/ICNF Planos de Gestão de Áreas Classificadas	ICNF	PSRN2000 PDR2020 FA	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Integrar a gestão cinegética e silvopastoril na gestão de <i>habitats</i> e espécies a conservar no âmbito dos sítios PTCO0012; PTCO0037; PTCO0049; PTCO0057	ICNF OPF Proprietários e gestores florestais EGF Gestores Cinegéticos	PGF/ICNF POEC	ICNF	PSRN2000 Política Cinegética	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
<b>GC</b>	Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF	ICNF	PFR2020	GPP – MAFDR IFAP	Horizonte de revisão do PSRN2000 2020 – Fim do período de programação PDR 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027

Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Entidade	Instrumento de Planeamento/ Entidade que Aprova	Processo de Licenciamento/ Entidade(S) que Licencia(M)	Políticas e Programas Relacionados	Entidades Relacionadas	Horizontes Temporais Relevante
<b>GC</b>	Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF PEIF/ICNF PRDFCI PMDFCI	ICNF	DFCI	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027
	Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF	ICNF	Plano Nacional da Água	GPP – MAFDR IFAP APA	2020 – Fim do período de programação PDR 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 Horizonte de revisão dos PGRH
	Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF	ICNF	PSRN2000	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR e outros Fundos Estruturais e de Investimento 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF PEIF/ICNF	ICNF	Política Cinegética DFCI	GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação PDR 2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027
	Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais	PGF/ICNF	-	Política de Turismo CRESC2020	CCDR-Alg	2020 – Fim do período de programação 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento
<b>C&amp;SP</b>	Fomentar a silvopastorícia a caça e a pesca	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	-	ICNF	Política Cinegética	DRAP – Alg GPP – MAFDR	2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027
<b>C&amp;SP</b>	Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção floresta	ICNF OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Cinegéticos	PGF/ICNF PEIF/ICNF POEC	ICNF	Política Cinegética PDR2020	DRAP – Alg GPP – MAFDR	2017-2019 – Programação do novo PDR 2021-2027 Declaração das ZEC / Planos de Gestão



Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Entidade	Instrumento de Planeamento/ Entidade que Aprova	Processo de Licenciamento/ Entidade(S) que Licencia(M)	Políticas e Programas Relacionados	Entidades Relacionadas	Horizontes Temporais Relevante
<b>C&amp;SP</b>	Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça, configurando-a como uma atividade de turismo de natureza	OSC ICNF/Tutela Turismo de Portugal	-	-	Estratégia Turismo ENF	-	-
<b>T</b>	Fomentar a utilização turística	ICNF Turismo de Portugal	-	-	Estratégia Turismo ENF PSRN2000	-	-
	Valorizar os espaços florestais classificados através da sua utilização turística	ICNF Turismo de Portugal	PGF/ICNF		Estratégia Turismo PSRN2000 CRESC2020	CRESC2020	2020 – Fim do período de programação Fundos Estruturais e de Investimento 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento Declaração das ZEC / Planos de Gestão
	Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais	OPF EGF Proprietários e gestores florestais Gestores Turísticos			CRESC2020	DRAP – Alg GPP – MAFDR IFAP	2020 – Fim do período de programação Fundos Estruturais e de Investimento 2021-2027 outros Fundos Estruturais e de Investimento

## PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DE MONCHIQUE E SILVES (PRGPSMS)

### Âmbito do documento

Alinhado com as medidas de política do Programa de Ação do PNPOT, o PRGPSMS (publicado em junho de 2020) visa a valorização do território através da paisagem, bem como o ordenamento e revitalização dos territórios da floresta.

Tendo por visão que a área de intervenção constitua um referencial para “uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade, que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos, que promove a resiliência ao fogo e que assegura maiores rendimentos remunerando os serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelos mercados, através de um processo participado de base local que reforça a cultura territorial e a capacidade dos atores”.

Neste sentido, o PRGPSMS identifica os seguintes objetivos fundamentais:

- “1 — Promover uma paisagem florestal multifuncional, biodiversa e resiliente;
- 2 — Promover cadeias económicas diversificadas e sustentáveis, promovendo uma nova economia local;
- 3 — Valorizar os serviços dos ecossistemas.”

Para a prossecução destes objetivos, o PRGPSMS identifica duas áreas prioritárias: “Corredor Verde” no concelho de Monchique e, “Nova Serra” no concelho de Silves, com objetivos e diretrizes próprios para a respetiva operação e execução; bem como três ações temáticas prioritárias, designadamente:

- “5.1. Valorização das linhas de água e mosaicos de gestão de combustível;
- 5.2. Reabilitação do sistema de socialcos;
- 5.3. Valorização de sobrantes de biomassa florestal”

De referir ainda que cada uma das ações temáticas prioritárias integra objetivos próprios e diretrizes para a respetiva execução.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

### Tipologias de Intervenção | Fontes de Financiamento

Grupo de Tipologias	Tipologias de Intervenção	Fonte de Financiamento
Alterações de uso do solo com melhoria na provisão de serviços dos ecossistemas	Conversão de áreas de eucaliptal ardidadas em estações de baixa aptidão produtiva para sistemas de mosaico incluindo folhosas autóctones e áreas de vegetação herbácea	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental

Grupo de Tipologias	Tipologias de Intervenção	Fonte de Financiamento
Alterações de uso do solo com melhoria na provisão de serviços dos ecossistemas	Conversão de áreas de eucaliptal em áreas não ardidas em estações de baixa aptidão produtiva para sistemas de mosaico incluindo folhosas autóctones e áreas de vegetação herbácea	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental
	Conversão de áreas de pinheiro-bravo ardido em sistemas de mosaico incluindo folhosas autóctones e áreas de vegetação herbácea	
	Conversão de áreas de pinheiro -manso ardido em sistemas de mosaico incluindo folhosas autóctones e áreas de vegetação herbácea	
	Conversão de matagais em mosaico com áreas de vegetação herbácea	
Intervenções em áreas ardidas visando a melhoria na provisão de serviços dos ecossistemas	Adensamentos e aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones em áreas ardidas	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental
	Gestão de matagais com medronheiro, incluindo manutenção de áreas abertas	
	Manutenção de áreas de agricultura	
	Recuperação de galerias ripícolas em áreas ardidas	
Reparação e manutenção em produção de áreas de socalcos (designação local: “canteiros”)	Recuperação e manutenção de “canteiros” e manutenção da sua utilização agrícola	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental
Gestão de combustíveis	Gestão de combustíveis e manutenção de mosaico com áreas de vegetação herbácea em zonas estratégicas para limitação da propagação dos incêndios, incluindo intervenções de gestão de combustíveis em zonas ripícolas	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental
	Abertura de faixas da rede primária de gestão de combustíveis	Fundo Florestal Permanente
Intervenções em galerias ripícolas	Aumento da extensão e superfície da galeria ripícola, remoção de espécies exóticas e invasoras e sua substituição por espécies autóctones	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, Fundo Ambiental

#### Indicadores | Periodicidade

Áreas temáticas e indicadores	Tipo de indicador	Periodicidade
<i>Manutenção de habitats/biodiversidade</i>		
Riqueza e abundância de aves nidificantes	Impacto	Anual
Inventário florístico		Quinquenal
Núcleos de vegetação RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção)		Anual
Espécies invasoras (área ocupada)		Quinquenal
Espécies piscícolas		Anual
<i>Regulação hidrológica e controlo da erosão</i>		
Escoamento de superfície; infiltração; evapotranspiração	Impacto	Contínua

Áreas temáticas e indicadores	Tipo de indicador	Periodicidade
Perda de solo		Anual
Perigosidade de incêndio		
<i>Alterações na ocupação do solo</i>		
Alteração de uso do solo (COS)	Impacto	Anual
Atualização registo fotográfico de locais indicadores		
<i>Sequestro de carbono</i>		
Captura de carbono (Ton C/(ha.ano))	Impacto	Quinquenal
Carbono armazenado (Ton C/(ha.ano))		
<i>Economia — Floresta e agricultura</i>		
VAB produção lenhosa	Impacto	---
VAB produtos não lenhosos		---
Efetivo pecuário em regime silvo pastoril (CN)		Anual
<i>Educação e investigação</i>		
Eventos científicos/divulgação	Impacto	Anual
Publicações científicas		

#### Montantes de Investimento

		Programa de Desenvolvimento Rural 2020	Fundo Ambiental	Fundo Florestal Permanente	Total
Áreas prioritárias	Corredor verde	€ 2 000 000,00	€ 4 400 000,00	-	€ 6 400 000,00
	Nova Serra	€ 2 300 000,00	€ 2 000 000,00	-	€ 4 300 000,00
Ações temáticas prioritárias	Valorização das linhas de água e mosaicos de gestão de combustível	€ 4 000 000,00	€ 1 100 000,00	€ 1 100 000,00	€ 6 200 000,00
	Reabilitação do sistema de socalcos	-	€ 1 600 000,00	-	€ 1 600 000,00
Gestão		-	€ 2.000.000,00	-	€ 2 000 000,00
<b>Total</b>		<b>€ 8 300 000,00</b>	<b>€ 11 100 000,00</b>	<b>€ 1 100 000,00</b>	<b>€ 20 500 000,00</b>

## **Anexo – B.3**

---

### **Outros Documentos**



## ESPÉCIES INVASORAS NO ALGARVE: *HABITATS* PRIORITÁRIOS DA REDE NATURA 2000 AFETADOS

### Âmbito do documento

Dando resposta ao Regulamento EU 1143/2014 do Parlamento Europeu, relativamente à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras, é publicado o Decreto-Lei n.º92/2019 de 10 de julho.

Tem por objetivo contribuir para a melhoria do conhecimento sobre a distribuição de plantas alienígenas invasoras, sendo a base de apoio para o desenvolvimento de planos regionais de contingência.

O documento apresenta uma lista preliminar de espécies exóticas invasoras observadas na região do Algarve, bem como informações sobre a ocorrência de espécies exóticas invasoras e os principais tipos de *habitats* invadidos.

Refere ainda que as espécies exóticas invasoras representam uma das principais ameaças à biodiversidade, em particular sobre as zonas protegidas mais relevantes, como a Rede Natural 2000 e *habitats* presentes na região do Algarve.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Identificação dos *Habitats* Prioritário

O documento apresenta a listagem dos *habitats* prioritários ameaçados por espécies invasoras, assim como a listagem das potenciais espécies invasoras por grandes áreas geográficas.

De referir que se encontra em elaboração o documento referente ao cruzamento entre as espécies invasoras e os *habitats* prioritários a seguir listados.

<b>Habitats prioritários</b>	<b>Descrição</b>	<b>Distribuição e abundância</b>
1430	Matos halónitrófilos ( <i>Pegano-Salsoletea</i> )	Promontório Vicentino e Algarvio, Sapais dos rios Aljezur e Guadiana e das rias do Alvor e Formosa
*2130	Dunas fixas com vegetação herbácea (dunas cinzentas)	Algarviense, Costeiro Vicentino
*2150	Dunas fixas descalcificadas atlânticas ( <i>Calluno-Ulicetea</i> )	Costeiro Vicentino
2190	Depressões húmidas intradunares	Algarviense, Costeiro Vicentino
2230	Dunas com prados da <i>Malcolmietalia</i>	Algarviense, Costeiro Vicentino e Promontório Vicentino
*2250	Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp (*)	Algarviense, Costeiro Vicentino e Promontório Vicentino
2260	Dunas com vegetação esclerófila da <i>Cisto-Lavenduletalia</i>	Algarviense, Costeiro Vicentino e Promontório Vicentino

<b>Habitats prioritários</b>	<b>Descrição</b>	<b>Distribuição e abundância</b>
3170*	Charcos temporários mediterrânicos (*)	Algarviense, Serrano Monchiquense
4030	Charnecas secas europeias	Algarviense e Serrano Monchiquense
5140	Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas (*)	Algarviense, Costeiro Vicentino e Promontório Vicentino
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus</i> spp.	Algarviense (Barrocal algarvio), Costa vicentina
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	Serrano Monchiquense, Algarviense (Barrocal algarvio)
5410	Friganas mediterrânicas ocidentais dos cumos de falésia ( <i>Astragalo-Plantaginetum subulatae</i> )	Promontório Vicentino (Sagres, Cabo de São Vicente) e áreas calcárias adjacentes
6210	Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário ( <i>Festuco-Brometalia</i> ) (*importantes habitats de orquídeas)	Algarviense (Barrocal algarvio)
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>	Costa Vicentina, Algarviense (orla litoral sul), Algarviense (Barrocal algarvio), Serrano Monchiquense
92B0	Florestas-galeria junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies.	Serrano Monchiquense
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	Serrano Monchiquense, Algarviense (Barrocal algarvio)

## PLANO DE SALVAGUARDA DOS CAVALOS-MARINHOS NA RIA FORMOSA (PSCMRF)

### Âmbito do documento

O Plano de Salvaguarda dos Cavalos-Marinheiros na Ria Formosa visa implementar uma série de medidas e ações para a sua salvaguarda.

De entre as medidas a adotar, fazem parte a criação de áreas de refúgio onde os usos e atividades humanas sejam restringidos ao máximo, sendo primordial para a proteção e conservação das espécies na Ria Formosa.

Para garantir a eficácia das áreas de refúgio é as medidas e ações devem promover uma mudança de paradigma sobre os usos e atividades dentro da área do Parque Natural da Ria Formosa, incentivando os utentes da Ria, em particular, e as pessoas em geral, para as causas da conservação da natureza e os processos de decisão.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural



- Sistemas litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Metas/Objetivos do Plano

- Médio-prazo (2021) recuperação das populações de cavalos-marinhos na Ria Formosa para valores da estimativa populacional estimada para o ano 2012 (747.300 indivíduos) baseada na área total do subtidal da Ria Formosa (14,1 km<sup>2</sup>), correspondente a uma densidade média de 5,3 ind./100 m<sup>2</sup> para os pontos de amostragem (MC01-15) (conforme parecer da Universidade do Algarve);
- Implementar os fundeadouros previstos no Plano de Ordenamento do PNRF, com regras de utilização evitando-se a ancoragem em áreas sensíveis;
- Atualizar os conhecimentos sobre um dos *habitats* preferenciais de cavalos-marinhos (ervas marinhas);
- Desincentivar a pesca ilegal dentro do espaço lagunar, mudando os hábitos de consumo de espécies capturadas com artes ilegais.

#### Medidas e Ações

As medidas e ações do Plano de Salvaguarda dos Cavalos Marinhos encontram-se resumidas nos quadros seguintes.

Medida	Sub divisão	Ação	Descrição	Entidades a envolver na execução	Público-alvo	Instrumentos de Financiamento	Prazo
Medida 0 Estatuto de espécie protegida a nível nacional	---	---	Publicação do Decreto-Lei n.º 38/2021 de 31 de maio	---	---	---	Realizado 31/ de Maio de 2021
Medida 1 Criação de áreas de refúgio para os cavalos-marinhos na Ria Formosa. Assinalamento das zonas de santuário/refúgio A e B Área A - Geada Área B -Canal da Culatra	---	Ação 1 – Delimitação e sinalização das áreas de refúgio	As áreas de refúgio são delimitadas e sinalizadas por estacas com iluminação fotovoltaica acopladas com placas informativas das áreas de refúgio. Nestas áreas as atividades humanas são restringidas ao máximo. Apenas podem ser realizadas ações de investigação e de vigilância e fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Capitanias</li> <li>Câmara Municipal de Olhão</li> </ul>	---	---	---
		Ação 2 – Elaboração de editais pelas Capitanias de Faro e de Olhão	Incompatibilidade de navegação nas áreas delimitadas, Editais afixados nas Capitanias do Porto de Faro, de Olhão, de Tavira e de Vila Real de Santo António.	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>Capitanias de Faro e Olhão</li> </ul>	Público em geral	---	---
Medida 3 Enriquecimento e monitorização de <i>habitat</i>	C.1. Ponto de situação do caso estudo na área de refúgio da Geada	Ação 1 - Instalação de estruturas artificiais e repovoamento com ervas marinhas para repovoamento natural de cavalos-marinhos	---	---	---	---	---
	C.2. Enquadramento para mais áreas de refúgio	Ação 2 – Monitorização e avaliação do enriquecimento do <i>habitat</i>	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>UAlg</li> </ul>	---	---	---
Medida 4 Criação, implementação e regulação dos fundeadouros na área lagunar da Ria Formosa previstos no POPNRF	D.1. Apresentação do Geoportal do ICNF e definição de critérios de utilização dos fundeadouros	Ação 1 – Criação de regras de ancoragem na área lagunar contígua à área de refúgio B (Culatra)	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF</li> <li>UAlg</li> <li>APA/ARH Algarve</li> <li>Docapesca – Portos e Lotas, Lda</li> <li>Capitanias com jurisdição na Ria Formosa</li> </ul>	---	---	Curto prazo
	D.2. Ponto situação dos concursos (Docapesca)	---	---	---	---	---	---

Medida	Sub divisão	Ação	Descrição	Entidades a envolver na execução	Público-alvo	Instrumentos de Financiamento	Prazo
Medida 4 Criação, implementação e regulação dos fundeadouros na área lagunar da Ria Formosa previstos no POPNRF	D.3. Ponto de situação do levantamento dos valores naturais presentes nas áreas de fundeadouros	Ação 2 – Levantamento dos valores naturais presentes nas áreas de fundeadouros	---	▪ Grupo ALGAE UAlg	---	---	---
		Ação 3 – Implementação de áreas de fundeadouros na área lagunar da Ria Formosa		▪ APA-ARH Algarve ▪ Docapesca ▪ ICNF ▪ Autoridade Marítima	---	---	---
Medida 5 Criação de equipas conjuntas de vigilância e fiscalização na Ria Formosa	---	---	---	▪ ICNF ▪ GNR-Controlo Costeiro ▪ Autoridade Marítima	---	---	Orçamento do Estado
Medida 6 Formação e educação ambiental	E.1. Integração futura nos planos de ação da CO-GESTÃO das medidas 6, 11 e 12;	Ação 1 - Curso de formação sobre biologia, conservação e monitorização dos cavalos-marinhos e outra fauna marinha	---	▪ UAlg ▪ ICNF	▪ Equipas de vigilância e fiscalização; ▪ Empresas Marítimo-Turísticas; ▪ Comunidade piscatória; ▪ Técnicos da DRCNF – Algarve	---	---
		Ação 2 - Campanhas de sensibilização para o cavalo-marinho	Campanhas publicitárias (televisiva e radiofónica)	▪ Fundação Oceano Azul ▪ ICNF	▪ Público em geral	▪ Fundação Oceano Azul; ▪ Fundo Ambiental	---
			Linha SOS	▪ Autoridade Marítima, ▪ GNR-Controlo Costeiro e ▪ ICNF	▪ pescadores, ▪ empresas marítimo-turísticas ▪ campanhas de sensibilização	---	---
Conceção de folhetos e posters	▪ Fundação Oceano Azul, ▪ UALG ▪ ICNF	▪ Pescadores; ▪ atividades marítimo-turísticas; ▪ Público em geral	---	---			

Medida	Sub divisão	Ação	Descrição	Entidades a envolver na execução	Público-alvo	Instrumentos de Financiamento	Prazo	
Medida 6 Formação e educação ambiental	E.1. Integração futura nos planos de ação da CO-GESTÃO das medidas 6, 11 e 12;	Ação 3 – Realização de seminários temáticos sobre os usos e atividades no Parque Natural (ambiente terrestre e lagunar)	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação Oceano Azul;</li> <li>Câmaras Municipais;</li> <li>UAlg;</li> <li>ICNF,</li> <li>ONGA (Sciaena); DGRM;</li> <li>IPMA.</li> </ul>	---	---	---	
	E.2. Ponto de situação das ações realizadas pelas entidades responsáveis.	---	---	---	---	---	---	
Medida 7 Contenção da pesca ilegal	F.1. Resultados gerais do Grupo de Trabalho Pesca Ilegal;	Ação 1 – Mapeamento das áreas usadas pela arte de arrasto de vara	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades com capacidade de fiscalização e vigilância, o</li> <li>IPMA,</li> <li>UAlg</li> <li>Comunidade piscatória</li> </ul>	---	---	---	
	F.2. Ações de fiscalização ICNF (reporte da DVPF);							
	F.3. Contato com o Instituto Superior do Porto (Fundação Oceano Azul)	Ação 2 – Colocação de estruturas físicas anti-arrasto	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação Oceano Azul</li> </ul>	---	---	---	
	F.4. Campanhas de sensibilização contra a pesca ilegal:	Ação 3 – Acompanhamento regular das áreas com estruturas anti-arrasto	---	---	---	---	---	---
	i. Ponto de situação das diferentes entidades responsáveis							
ii. Integração futura nos planos de ação da CO-GESTÃO	Ação 4 – Campanha de sensibilização contra a pesca ilegal	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fundação Oceano Azul,</li> <li>Câmaras Municipais,</li> <li>UAlg</li> <li>ICNF</li> <li>Setor da Restauração</li> <li>ONGA(Sciaena),</li> <li>DGRM</li> <li>IPMA</li> </ul>	---	---	---		

Medida	Sub divisão	Ação	Descrição	Entidades a envolver na execução	Público-alvo	Instrumentos de Financiamento	Prazo
Medida 8 Mapeamento das áreas de cavalos-marinhos na Ria Formosa	---	---	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>UAlg</li> </ul>	DRCNF - Algarve	---	---
Medida 9 Mapeamento e avaliação das áreas de pradarias marinhas no espaço lagunar da Ria Formosa	---	---	<i>Habitats</i> 1110 1110pt3 1110pt4 1140 1140pt2	<ul style="list-style-type: none"> <li>UAlg</li> </ul>	ICNF - PNRF	---	---
Medida 10 Implementação de regulamentação para observação de cavalos-marinhos	---	Ação 1 – Acompanhamento e monitorização das áreas de observação para o cavalo-marinho	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>ICNF;</li> <li>UAlg</li> </ul>	Empresas de atividades marítimo-turísticas	---	---
		Ação 2 – Criação dum manual de boas práticas para observação dos cavalos-marinhos e outra fauna marinha associada	Esta ação encontra-se abrangida no âmbito da educação e sensibilização ambiental. (Medida 6.1)	---	---	---	---
		Ação 3 – Conção do relatório de observação de cavalos-marinhos	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>UAlg</li> </ul>	---	---	---
Medida 11 Campanhas de limpeza do espaço lagunar da Ria Formosa	G.1. Ponto de situação das ações realizadas;	Ação 1 – Remoção das embarcações de recreio abandonadas na Ria Formosa	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estaleiros</li> </ul>	---	---	---
	G.2. Integração nos planos de ação de Cogestão	Ação 2 – Realização de campanhas de remoção de resíduos no espaço lagunar da Ria Formosa	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmaras Municipais</li> </ul>	Sociedade civil	---	---

Medida	Sub divisão	Ação	Descrição	Entidades a envolver na execução	Público-alvo	Instrumentos de Financiamento	Prazo
Medida 12 Ações de conservação da natureza na Ria Formosa	H.1. Ponto de situação das ações 1 e 4 (CCMAR)	Ação 1: Repovoamento com fêmeas de <i>Cymodocea nodosa</i>	Ação de conservação da natureza para a recuperação do <i>habitat</i> 1110 – subtipo 1110pt2 – Bancos com <i>Cymodocea nodosa</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ UAlg</li> <li>▪ CCMAR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunidade piscatória</li> <li>▪ Comunidade científica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Candidatura a financiamento</li> </ul>	---
		Ação 2 – Recuperação de áreas de pradarias marinhas	Dependente da Medida 9	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ UAlg</li> <li>▪ CCMAR</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Candidatura a financiamento</li> </ul>	---
		Ação 3: Ação de pesca dirigida à espécie exótica caranguejo-azul ( <i>Callinectes sapidus</i> )	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ UAlg</li> <li>▪ CCMAR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunidade piscatória</li> <li>▪ Comunidade científica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Candidatura a financiamento</li> </ul>	---
		Ação 4 – Avaliação dos impactes da espécie <i>Caulerpa prolifera</i> na estrutura funcional da Ria Formosa	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ UAlg</li> <li>▪ CCMAR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunidade científica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Candidatura a financiamento</li> </ul>	---
	H.2. Ponto situação de outros projetos a decorrer na UALG, e.g., “Caracterização da distribuição do caranguejo azul ( <i>Callinectes sapidus</i> ) e corvina americana ( <i>Cynoscion regalis</i> ) no sul de Portugal”	---	---	---	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ UAlg</li> </ul>	---	---

## **ANEXO – C**

---

### **Enquadramento Financeiro**





## 1. **Fundos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro**

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)
- Fundo de Coesão (FC)
- Fundo Social Europeu Mais (FSE+)
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)
- Fundo de Transição Justa (FTJ)
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)
- Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA)
- Horizonte Europa
- Programa *Life*
- *European Economic Area Agreement* (EEA Grants)
- Fundo Ambiental (FA)
- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
- Acordo de Parceria Portugal 2030 (Portugal 2030)
- Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC)
- Programa Operacional Regional do Algarve (POR Algarve 2030) (em elaboração)
- Investimento Territorial Integrado (ITI) do Algarve e Alentejo (*em elaboração*)
- Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2021-2027 (POCTEP)



## **Anexo – C.1**

---

### **Fundos, Documentos e Instrumentos de Enquadramento Financeiro**



## FUNDOS E DOCUMENTOS DE ENQUADRAMENTO FINANCEIRO

### FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FEDER)

#### Âmbito do documento

O FEDER é um fundo que visa contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais na União e reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as que enfrentam desafios decorrentes de compromissos em matéria de descarbonização.

O FEDER tem os seguintes objetivos específicos:

- Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente (reforçando as capacidades de investigação e inovação, aproveitando as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos e reforçando o crescimento e a competitividade das PME);
- Uma Europa mais verde e hipocarbónica, promovendo a transição para uma energia limpa e justa, os investimentos verdes e azuis, a economia circular, a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos
- Uma Europa mais conectada, fomentando a mobilidade e a conectividade regional em matéria de TIC
- Uma Europa mais social que aplica o Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos, fomentando o desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras e as iniciativas locais.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Prazo

- 2021 – 2027

#### Montantes de investimento

Com 11,5 mil milhões de EUR, o FEDER impulsionará a competitividade das regiões portuguesas. Deste montante, 5,3 mil milhões de EUR servirão para reforçar o ecossistema de investigação e inovação, a digitalização das pequenas e médias empresas e instalar a banda larga rápida em todo o território. Os fundos do FEDER servirão ainda para modernizar a administração local e regional, a fim de melhorar o acesso aos serviços públicos através de meios digitais.

O FEDER, o FC e o FEAMPA dedicarão 5,5 mil milhões de EUR à execução do Pacto Ecológico Europeu, através do desenvolvimento de uma economia circular e sustentável e de um sistema de transportes respeitador do ambiente, e da preservação da biodiversidade.

## FUNDO DE COESÃO (FC)

### Âmbito do documento

O FC visa a redução das disparidades económicas e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros cujo rendimento nacional bruto (RNB) por habitante seja inferior a 90% da média da UE.

O Fundo de Coesão tem por objetivos específicos o investimento no crescimento e no emprego; uma Europa mais conectada, fomentando a mobilidade e a conectividade regional em matéria de TIC:

- Desenvolvendo uma rede transeuropeia em matéria de infraestruturas de transportes (RTE-T) sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal;
- Desenvolvendo uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça;
- Promovendo a mobilidade urbana multimodal sustentável.

### Áreas temáticas relacionadas

- *O FSE não se encontra diretamente relacionado com as áreas temáticas do Plano de Ação.*

## FUNDO SOCIAL EUROPEU MAIS (FSE+)

### Âmbito do documento

O FSE+ constitui o principal instrumento europeu para investir nas pessoas, contribuindo para as políticas da UE no âmbito social, de emprego e educação e competências.

O FSE+ apresenta-se como um dos principais instrumentos para minimizar as consequências da atual crise económica, contribuindo para reduzir o desemprego, melhorar a qualidade e igualdade de oportunidades no âmbito da educação e formação, e ainda a inclusão e integração social.

O financiamento do FSE+ incide sobre os objetivos relativos à inclusão social, educação e habilidades, e emprego.

O investimento de 7,8 mil milhões de EUR para Portugal incidirá de entre outras, sobre medidas que combinem apoio social e emprego e experiência profissional, melhoria das competências e requalificação, educação de qualidade, formação profissional e orientação profissional.

### Áreas temáticas relacionadas

*O FSE não se encontra diretamente relacionado com as áreas temáticas do Plano de Ação.*

### Prazo

- 2021 – 2027

### Montantes de investimento

O Fundo Social Europeu Mais (FSE+) investirá 7,8 mil milhões de EUR para melhorar o acesso ao mercado de trabalho, em especial através de medidas que combinem apoio social e emprego e experiência profissional, melhoria das competências e requalificação, educação de qualidade, formação profissional e orientação profissional. A luta contra a pobreza e a exclusão social será igualmente apoiada, em especial através de assistência alimentar e material, incluindo para as crianças, contribuindo assim para a implementação da Garantia Europeia para a Infância.

## **FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS, DAS PESCAS E DA AQUICULTURA (FEAMPA)**

### Âmbito do documento

O FEAMPA constitui um apoio à política comum das pescas, política marítima e agenda da UE para a gestão dos oceanos e promove o desenvolvimento de projetos inovadores que assegurem uma utilização sustentável dos recursos aquáticos e marítimos.

Alinhado com os objetivos socioeconómicos da UE, com o ODS 14 (“conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos”), e ainda, com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, o fundo promove uma pesca sustentável, bem como a conservação dos recursos biológicos marinhos, prosseguindo:

- A segurança alimentar através do fornecimento de produtos do mar;
- O crescimento de uma economia azul sustentável;
- Os mares e oceanos saudáveis, seguros e geridos de forma sustentável.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

### Prazo

- 2021 – 2027

### Montantes de investimento

Cerca de 400 milhões de EUR do FEAMPA facilitarão a transição ecológica dos setores da pesca e da aquicultura de Portugal e fomentarão a economia azul.

O financiamento contribuirá para alinhar os produtos do mar e os produtos da aquicultura com as expectativas dos consumidores para terem escolhas alimentares sustentáveis, apoiar a pequena pesca costeira, melhorar a resiliência dos setores e impulsionar a aceitação de soluções inovadoras para os desafios atuais.

## FUNDO DE TRANSIÇÃO JUSTA (FTJ)

O FTJ integra um dos mecanismos que visa uma transição para a neutralidade climática. Apoiando a diversificação e a reconversão económica dos territórios que sejam mais afetados negativamente pela transição ecológica, o fundo incide nos seguintes âmbitos:

- Investimentos em pequenas e médias empresas;
- Criação de novas empresas;
- Investigação e inovação;
- Recuperação ambiental;
- Energias limpas;
- Atualização e requalificação dos trabalhadores;
- Assistência na procura de emprego;
- Transformação das instalações atuais com uma utilização intensiva de carbono.

Constituindo-se como um dos pilares do Mecanismo para a Transição Justa, o FTJ é aplicável sobre os projetos abrangidos em Planos Territoriais para uma Transição Justa (PTTJ). De referir que os projetos que não estejam integrados em PTTJ também poderão beneficiar de financiamento, desde que contribuam para as necessidades de desenvolvimento decorrentes da transição destes territórios.

Com um financiamento de 224 milhões de euros, o FTJ pretende promover os territórios portugueses mais afetados pela transição climática, dando resposta aos impactos sociais e económicos negativos.

### Áreas temáticas relacionadas

*O FTJ não se encontra diretamente relacionado com as áreas temáticas do Plano de Ação.*

### Prazo

- 2021 – 2027

### Montantes de investimento

Com um financiamento de 224 milhões de euros, o FTJ ajudará os territórios portugueses mais afetados pela transição climática a fazer face aos respetivos impactos sociais e económicos negativos, a diversificar as suas economias e a criar novas oportunidades de emprego e desenvolvimento de competências.

## FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FEADER) E FUNDO EUROPEU DE GARANTIA AGRÍCOLA (FEAGA)

### Âmbito do documento

O FEADER é o principal instrumento de financiamento para a implementação 2º Pilar da Política Agrícola Comum da UE, para alcançar objetivos europeus de política de desenvolvimento rural, tais como, melhorar a competitividade das empresas



agrícolas, florestais e agroalimentares, ajudar a proteger a natureza e o ambiente, apoiar as economias rurais e ajudar a qualidade de vida nas zonas rurais, tendo em vista enfrentar os muitos desafios económicos, ambientais e sociais do século XXI.

Prevê um maior grau de flexibilidade (em comparação com o primeiro pilar) dado que permite que as autoridades regionais, nacionais e locais elaborem os seus próprios programas plurianuais de desenvolvimento rural a partir de um conjunto de medidas europeias, cofinanciados por fundos da UE e por fundos regionais ou nacionais.

Os principais objetivos são:

- Incentivar a competitividade da agricultura;
- Assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e ações no domínio do clima;
- Alcançar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, nomeadamente através da criação e manutenção de emprego.

Estes objetivos traduziram-se nas seguintes seis prioridades da UE para a política de desenvolvimento rural no período de 2014-2020:

- Fomentar a transferência de conhecimentos nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas;
- Promover a organização da cadeia alimentar e a gestão dos riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e das florestas;
- Promover a utilização eficaz dos recursos e apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de CO2 e resistente às alterações climáticas nos setores da agricultura, da alimentação e da silvicultura;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

O FEADER financia também estratégias de desenvolvimento local e ações de assistência técnica (projetos do tipo "Leader"). O FEADER deverá contribuir para a realização da Estratégia Europa 2020 através da promoção do desenvolvimento rural sustentável em toda a União, em complementaridade com os outros instrumentos da política agrícola comum, da política de coesão e da política comum das pescas.

Com as negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho, que decorreram sobre a PAC para o período de 2021-2027, ficou adiado para 1 de janeiro de 2023 o início da reforma da PAC. Existe, no entanto, um regulamento de transição (Regulamento 2020/2220) que mantém em vigor as regras do período de 2014-2020 para os anos de 2021 e 2022.

São assim estabelecidas determinadas disposições transitórias para que o apoio possa continuar a ser concedido aos agricultores e a outros beneficiários do FEADER e do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) em 2021 e 2022 e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e (UE) n.º 1307/2013 no respeitante aos recursos e à aplicação em 2021 e 2022, bem como o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 no respeitante aos recursos e à distribuição desse apoio em 2021 e 2022.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural;
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica.

### Gestão, Indicadores e Periodicidade

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, no âmbito da agricultura e pescas.

Com o objetivo de uma melhor proteção dos interesses financeiros da União Europeia e aumento da transparência no que se refere à utilização dos Fundos Comunitários, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), o IFAP assegura a publicação anual à posteriori dos beneficiários do FEADER e do FEAGA.

### Prazo

- 2014 - 2022

### Beneficiários

- Empresas agrícolas, florestais e agroalimentares

### Fontes de Financiamento

No âmbito do FEADER a Comissão Europeia contempla um apoio de 51 milhões de euros para a agricultura portuguesa.

### Montantes de Investimento

A Comissão Europeia apresentou, durante o Conselho Europeu dos Ministros da Agricultura e das Pescas da União Europeia (UE), uma medida excecional ao abrigo do FEADER, que vem complementar a anterior medida reserva de crise, sendo particularmente importante na capacitação de cada Estado Membro para, em igualdade e equilíbrio, responder aos desafios da atual crise.

Este apoio assume a forma de um pagamento aos agricultores e Pequenas e Médias Empresas (PMEs) afetadas pelos impactos provocados pela guerra na Ucrânia, podendo atingir um limite individual máximo de 15 mil euros (agricultores) e 100 mil euros (empresas), por forma a ajudar os agricultores a fazerem face aos aumentos dos custos de produção, num total de 51,1 milhões de euros, a que acresce a comparticipação nacional.

## **HORIZONTE EUROPA**

### Âmbito

O Horizonte Europa é o principal programa de financiamento da União Europeia (UE) para pesquisa e inovação para o horizonte 2021-2027, que sucede ao Programa Horizonte 2020.

O programa visa combater as alterações climáticas por forma a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e impulsionar a competitividade e o crescimento da UE.

O Horizonte Europa tem como objetivo facilitar a colaboração e gerar impacto científico, económico e societal positivo na investigação e na inovação no que diz respeito ao desenvolvimento, apoio e execução das políticas da UE e apoia a criação e uma melhor difusão de tecnologias e conhecimentos de excelência.

E como objetivos específicos:

- Apoiar a criação e difusão de novos conhecimentos, competências, tecnologias e soluções de elevada qualidade para enfrentar os desafios globais;
- Reforçar o impacto da investigação e da inovação no que diz respeito ao desenvolvimento, apoio e execução das políticas da União e apoio à aceitação de soluções inovadoras pela indústria e pela sociedade para enfrentar desafios globais;
- Promover todas as formas de inovação, incluindo a inovação revolucionária, reforçar a implantação no mercado de soluções inovadoras;
- Otimizar os resultados do Programa com vista a um maior impacto no âmbito de um Espaço Europeu da Investigação reforçado.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Áreas temáticas | Financiamento

Com um orçamento de 95Mil Milhões € para a EU, para Portugal foram destinados mais de 73,4 Milhões € do Programa Horizonte Europa para financiar a Investigação e Desenvolvimento de 124 projetos de 152 empresas portuguesas, no desenvolvimento de projetos de promoção da literacia, comunidades inclusivas, segurança civil e sistemas 6G.

Foram identificadas cinco áreas temáticas de financiamento preferencial, das quais importam para o Plano de Ação:

- Adaptação às alterações climáticas;
- Cidades neutras em termos climáticos e inteligentes;
- Oceanos, mares e águas;

#### Beneficiários

- Administração pública central e regional;
- Câmaras municipais;
- Universidades;
- Empresas;
- Associações empresariais;
- Centros de investigação e tecnológicos;

- Bancos e sociedades mutualistas.

### Governança | Implementação

A Agência Nacional da Inovação (ANI) é em Portugal a entidade responsável pelo acompanhamento da participação da comunidade científica, tecnológica e de inovação em projetos do Horizonte Europa.

Cada área é acompanhada por Pontos de Contacto Nacionais (NCP), responsáveis por divulgar e promover ações específicas e esclarecer e auxiliar os interessados no processo de candidatura.

## **PROGRAMA LIFE**

### Âmbito do documento

O Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE), constitui um instrumento financeiro que visa contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, neutra para o clima e resiliente, tendo por base as energias renováveis.

O programa LIFE tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, eficiente do ponto de vista energético, assente em energias renováveis, com um impacto neutro no clima e resiliente;
- Proteger, restaurar e melhorar a qualidade do ambiente, nomeadamente do ar, da água e dos solos;
- Travar e inverter a perda de biodiversidade;
- Combater a degradação dos ecossistemas.

Alinhados com os objetivos elencados acima, destacam-se os seus objetivos específicos, nomeadamente:

- Desenvolver, demonstrar e promover técnicas, métodos e abordagens inovadoras, com vista a atingir os objetivos da legislação e das políticas da UE, contribuindo para a base de conhecimentos e para a aplicação de boas práticas, em particular relativamente à natureza e à biodiversidade, através do apoio à Rede Natura 2000;
- Apoiar o desenvolvimento, a aplicação, o acompanhamento e a execução da legislação e das políticas relevantes da UE, nos domínios do ambiente e da ação climática, tendo por base a melhoria da governação e o reforço das capacidades de participação da sociedade civil e dos intervenientes dos setores público e privado;
- Atuar como catalisador para o desenvolvimento em grande escala de soluções técnicas de sucesso e relacionadas com as políticas para a implementação da legislação e das políticas relevantes da União, nos domínios do ambiente e da ação climática, pela replicação dos resultados, integração com outras políticas e práticas, e ainda a mobilização de investimentos e a melhoria do acesso ao financiamento.

Este programa encontra-se estruturado de acordo com dois domínios e os respetivos subprogramas, nomeadamente:

Domínio do **Ambiente**:

- Natureza e biodiversidade;
- Economia circular e qualidade de vida.

#### Domínio da **Ação Climática**:

- Mitigação e Adaptação às alterações climáticas;
- Transição para energias limpas.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Financiamento

A execução do programa LIFE contempla para o período 2021-2027 um financiamento de 5 432 000 000 de euros, repartido da seguinte forma:

Para o domínio do Ambiente: 3 488 000 000€

- Natureza e biodiversidade: 2 143 000 000 €
- Economia circular e qualidade de vida: 1 345 000 000€

Para o domínio do Ação Climática: 1 944 000 000€

- Mitigação e Adaptação às alterações climáticas: 947 000 000€
- Transição para energias limpas: 997 000 000€

## **EUROPEAN ECONOMIC AREA AGREEMENT (EEA GRANTS)**

#### Âmbito do documento

Através do Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE), assinado na cidade do Porto em maio de 1992, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia.

Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do Espaço Económico Europeu estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como *EEA Grants*, através do qual a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega apoiam financeiramente os Estados membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB per capita, onde se inclui Portugal, reforçando as relações bilaterais com os Estados beneficiários.

Os dois grandes objetivos são:

- Reduzir as disparidades económicas e sociais no Espaço Económico Europeu;
- Reforçar as relações bilaterais entre os países beneficiários e os países doadores.

São apoiados 5 programas diferentes:

**a) Crescimento Azul**

O principal objetivo do Programa Crescimento Azul é aumentar a criação de valor e o crescimento sustentável na economia azul portuguesa. Para além disso, a intenção é aumentar a investigação e promover a educação e a formação nas áreas marinha e marítimas.

O programa contribuirá para o objetivo global de reduzir as disparidades económicas e sociais e reforçar a relação bilateral através do financiamento de diferentes projetos, considerando alcançar resultados, nas seguintes três áreas do Programa:

- Desenvolvimento de negócios, inovação e PMEs;
- Investigação;
- Educação, Bolsas de Estudo, Literacia e Empreendedorismo Jovem.

Para as três áreas referidas, são os seguintes os resultados pretendidos atingir:

- Aumento da competitividade das empresas portuguesas na área do Crescimento Azul;
- Apoio à eficiência de recursos nas empresas do setor marítimo;
- Melhoria do desempenho das organizações de investigação portuguesas;
- Reforço da educação, formação e cooperação em questões marinhas e marítimas;
- Maior colaboração entre o beneficiário e os Estados doadores envolvidos no programa.

Este Programa visa o aumento da criação de valor e o crescimento sustentável, incluindo o crescimento económico marinho e marítimo de longo prazo, a coesão social (em termos de comunidades locais e atividades marítimas) e a proteção do meio marinho.

O Programa contribuirá para os objetivos globais dos *EEA Grants*, financiando iniciativas para aumentar a competitividade e a rentabilidade das PMEs portuguesas e trazer mais inovação aos seus produtos, serviços e processos. Para além disso, o programa fortalecerá a cooperação entre países doadores e beneficiários, através de projetos conjuntos e parcerias.

**b) Ambiente**

O programa promove a Economia Circular, a descarbonização da sociedade e valorização do território. No âmbito dos *EEA Grants 2014-2021*, a Secretaria-Geral do Ambiente e Ação Climática é a operadora do Programa "Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono", que assenta em três áreas de atuação:

- Promover a Economia Circular

Desenvolvimento de projetos inovadores e criativos para promover a aplicação dos princípios da economia circular, através da redução do uso dos materiais e produção de resíduos, em particular, de um sistema de retorno das garrafas de plásticos e da aplicação de inovação ao nível dos materiais de construção.

- Descarbonizar a sociedade

Aumentar a resiliência às alterações climáticas, através de medidas concretas de adaptação às alterações climáticas, a nível local, e soluções tecnológicas de baixo carbono e de mitigação às alterações climáticas em cidades.

- Valorização do território

Serão prioridade os projetos que apoiem a gestão e a sustentabilidade nas 11 Reservas da Biosfera, desenvolvendo a sua economia e promovendo o envolvimento da população local e a atração de visitantes.

**c) Conciliação e Igualdade de Género**

O programa promove a igualdade de género e a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. O programa promove a igualdade de género e a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

**d) Cultura**

As principais áreas de atuação deste programa incidem no Património costeiro e no apoio às artes.

**e) Cidadãos Ativ@s**

Este programa apoia iniciativas que visam o reforço da sociedade civil e da cidadania ativa e visa empoderar os grupos vulneráveis.

Áreas temáticas relacionadas

*O EEA Grants não se encontra diretamente relacionado com as áreas temáticas do Plano de Ação.*

Prazo

- 2014 – 2022

Fontes de Financiamento

O **EEA Grants** constitui um mecanismo financeiro plurianual, através do qual a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega apoiam financeiramente os Estados membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB *per capita*, onde se inclui Portugal.

Montantes de Investimento

- a) Crescimento Azul: €39 000 000
- b) Ambiente: €25 000 000
- c) Conciliação e Igualdade de Género: €9 000 000
- d) Cultura: €6 000 000
- e) Cidadãos Ativ@s: €11 500 000

## FUNDO AMBIENTAL (FA)

### Âmbito do documento

O Fundo Ambiental constitui o principal instrumento financeiro para as políticas de Ambiente, de nível nacional.

O Decreto-Lei n.º 42-A/2016, que entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2017, teve por objeto proceder à criação do Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a sua atribuição, gestão, acompanhamento e execução das respetivas receitas e apoios a conceder.

O Fundo Ambiental, criado pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, tem um orçamento de 1125 milhões de euros para 2022, o maior de sempre, segundo o Despacho n.º 3143-B/2022 que determina os apoios a atribuir durante o corrente ano.

O Fundo tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:

- a) Mitigação das alterações climáticas;
- b) Adaptação às alterações climáticas;
- c) Cooperação na área das alterações climáticas;
- d) Sequestro de carbono;
- e) Recurso ao mercado de carbono para cumprimento de metas internacionais;
- f) Fomento da participação de entidades no mercado de carbono;
- g) Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos;
- h) Sustentabilidade dos serviços de águas;
- i) Prevenção e reparação de danos ambientais;
- j) Cumprimento dos objetivos e metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos urbanos;
- k) Transição para uma economia circular;
- l) Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- m) Capacitação e sensibilização em matéria ambiental;
- n) Investigação e desenvolvimento em matéria ambiental.

O Fundo pode estabelecer mecanismos de articulação com outras entidades públicas e privadas, designadamente com outros fundos públicos ou privados nacionais, europeus ou internacionais, relacionados com o desenvolvimento de políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Os apoios dos fundos distribuem-se nas seguintes áreas:

- Mitigação das Alterações Climáticas (*o âmbito dos apoios não se aplica ao Plano de Ação*);
- Conservação da Natureza e da Biodiversidade:
  - Projetos de erradicação e controle de espécies invasoras prioritárias;
  - Melhoria das condições de visitação em áreas protegidas de âmbito nacional e cogestão.



- Sensibilização Ambiental:
  - Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2022.
- Floresta e Gestão Florestal Sustentável:
  - Prevenção e controle de espécies exóticas invasoras lenhosas;
  - Valorização, reabilitação e reconversão da paisagem das serras de Monchique e Silves.

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e Biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas Litorais - Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

#### Gestão, Indicadores e Periodicidade

O Fundo é dirigido por um diretor e coadjuvado por um subdiretor, que são, por inerência, o secretário geral e o secretário geral adjunto do Ministério do Ambiente.

A direção do Fundo é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno para prevenir e detetar irregularidades, que seja apto a tomar as medidas corretivas adequadas, bem como por um sistema adequado de verificação da realização dos projetos e das intervenções e de validação das despesas, definindo regras de avaliação formal e final de cada projeto, e de qualificação e quantificação dos impactos positivos e negativos do mesmo, quando aplicável.

#### Prazo

- 2022

#### Beneficiários

- ICNF
- DGT
- CCDR
- APA
- IGAMAOT
- Municípios
- Universidades
- ONG
- Associações Empresariais e Setoriais
- Outros

#### Fontes de Financiamento

Constituem receitas para o Fundo em 2022, as elencadas no Quadro 1 do Despacho n.º 3143-B/2022, com um valor total de €1 125 515 118,00.

### Montantes de Investimento

O plano anual de atribuição de apoios e utilização das receitas constante do Despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, integra um programa de avisos para apresentação de candidaturas a algumas ou a todas as tipologias de apoios.

O Fundo Ambiental apresente uma disponibilidade de €211 808 474 para atribuir a novos projetos e avisos, os quais têm a seguinte alocação:

- Apoio direto a projetos definidos pelo Despacho, no valor de €192 558 474;
- Avisos para a apresentação de candidaturas no valor de €19 250 000.

Os apoios a projetos encontram-se detalhados no Quadro 4 do referido Despacho, sendo que os valores considerados se referem à despesa a apoiar em 2022.

## **PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)**

### Âmbito do documento

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) constitui um programa de aplicação nacional (com um período de execução até 2026) que visa repor o crescimento económico sustentado após a pandemia SARS-CoV-2 e responder aos desafios da transição climática e digital, reforçando a convergência com a Europa na próxima década.

O *Next Generation EU* foi criado pelo Conselho Europeu e corresponde a um instrumento temporário de recuperação e de mitigação do impacto económico e social da crise promovida pela pandemia, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do PRR foi estabelecido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 29-B/2021, de 4 de maio.

O PRR agrega um conjunto de reformas e de investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O PRR está ainda alinhado com os pilares relevantes da estratégia europeia 2030, entre os quais o da “Transição Verde” e o da “Coesão social e territorial” que enquadram o Plano de Ação.

O PRR é ainda um dos instrumentos de concretização da Estratégia Portugal 2030.

O Plano de Ação integra-se em duas das três dimensões estruturantes do PRR: Resiliência e Transição Climática.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica
- Sistemas litorais – Proteção, reabilitação e renaturalização ecológica de áreas dos sistemas litorais

## Dimensões | Desafios | Componentes | Reformas | Investimentos Associados

As Dimensões, Desafios, Componentes, Reformas e Investimentos Associados do PRR aplicáveis ao Plano de Ação:

Dimensões	Desafios	Componentes	Reformas	Investimentos Associados	
Resiliência	Território Competitivo e Coeso	C8. Florestas	Transformar a paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	615M€*
			Prevenção e combate aos fogos rurais	Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária	
				Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	
		Programa MAIS Floresta			
		C9. Gestão Hídrica	Gestão integrada e circular dos recursos hídricos em situação de escassez	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	390M€*
Transição Climática	---	C10. Mar	Reforma do ecossistema de infraestruturas de suporte à economia azul	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azu	252M€*
		C12. Bioeconomia Sustentável	Bioeconomia sustentável	Bioeconomia	

\* Valor global do investimento associado a cada componente

Cada dimensão integra um conjunto de reformas e investimentos que se encontram desenvolvidos em pormenor no documento PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (em particular no Anexo 1.5) e na página de *internet* [www.recuperarportugal.gov.pt](http://www.recuperarportugal.gov.pt).

O acesso aos financiamentos é efetuado mediante apresentação de candidaturas aos Avisos referentes ao PRR publicados.

### Modelo de Governação

A aplicação do PRR está suportada num modelo de governação organizado em quatro níveis de coordenação:

- Nível estratégico de coordenação política assegurado pela Comissão Interministerial do PRR;
- Nível de acompanhamento assegurado pela Comissão Nacional de Acompanhamento;
- Nível de coordenação técnica e de monitorização assegurado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal;
- Nível de auditoria e controlo assegurado por uma Comissão de Auditoria e Controlo.

### Beneficiários

- Entidades públicas;
- Autarquias e áreas metropolitanas;
- Instituições do ensino superior;
- Instituições do sistema científico e tecnológico;
- Empresas públicas;
- Empresas;
- Instituições da economia solidária e social.

## PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PEPAC)

### Âmbito do documento

A nova Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, para o horizonte 2023-2027, terá um papel fundamental para a garantia do futuro sustentável da agricultura e da silvicultura e para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e as estratégias de biodiversidade.

A PAC 2023-2027 foi constituída em torno de 10 objetivos principais de âmbito ambientais, sociais principais, dos quais têm aplicação para o Plano de Ação:

- Adaptação às alterações climáticas;
- Gestão eficiente dos recursos naturais;
- Preservação da paisagem e da biodiversidade;
- Promoção de áreas rurais dinâmicas.

E de nove objetivos específicos (SO), dos quais têm aplicação no Plano de Ação:

- SO4 Contribuir para a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, nomeadamente através da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço do sequestro de carbono, bem como promover a energia sustentável;
- SO5 Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente dos recursos naturais, como a água, os solos e o ar, nomeadamente através da redução da dependência de substâncias químicas;
- SO6 Contribuir para travar e inverter a perda de biodiversidade, melhorar os serviços ecossistémicos e preservar os habitats e as paisagens.

Em dezembro de 2021 foi adotado o acordo sobre a reforma da PAC pelos países da União Europeia. Cada Estado Membro ficou com a incumbência de estabelecer um plano estratégico nacional (Plano Estratégico da PAC – PEPAC), com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2023, que agrega um conjunto de medidas políticas abrangentes moldadas em função das necessidades e capacidades nacionais, combinando financiamento para apoio ao rendimento, desenvolvimento rural e medidas de mercado.

A resiliência do recurso solo com utilização agrícola, florestal e agroflorestal em todo o território constitui a condição necessária para atingir os objetivos da PAC em Portugal.

### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

### Intervenções | Montantes de Financiamento

No âmbito do PEPAC Portugal foram definidas 127 necessidades e 180 intervenções estabelecidas por tipologia (orientada para determinado objetivo; integrada quer ao nível setorial, quer ao nível territorial; específicas para as regiões autónomas) atendendo aos pilares da PAC, para alcançar os seus objetivos.

São aplicáveis ao Plano de Ação as seguintes tipologias de ação por pilar:

Pilar \ Tipologia	Orientada	Integrada
1.º Pilar	Eixo A Rendimento e Sustentabilidade	Eixo B Abordagem Setorial Integrada
2.º Pilar	Eixo C Desenvolvimento Rural	Eixo D Abordagem Territorial Integrada

Foram atribuídos à PAC 387 mil milhões de euros em financiamento para o período 2021-2027, com origem em dois fundos diferentes: 291,1 bilhões de euros do Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA) e 95,5 mil milhões de euros do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que correspondem respetivamente aos dois pilares da PAC (1.º Pilar: FEAGA – “Garantia agrícola”; 2.º Pilar: FEADER – “Desenvolvimento Rural”).

O envelope financeiro nacional do PEPAC é superior a 6 800M€, para o período 2023-27, com possibilidade de execução da componente de Desenvolvimento Rural até 2029.

Objetivo específico	Intervenções	Montante disponível	
		Intervenções aplicáveis ao Plano de Ação	Objetivo específico
SO4 Contribuir para a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, nomeadamente através da redução das emissões de gases com efeito de estufa e do reforço do sequestro de carbono, bem como promover a energia sustentável	A.3.1 - Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)	1 775 M€	2 489 M€ (37% PEPAC)
	A.3.2 - Produção Integrada (PRODI) – Culturas Agrícolas		
	A.3.3.1 - Gestão do solo - Maneio da pastagem permanente		
	A.3.3.2 - Gestão do solo - Promoção da Fertilização Orgânica		
	C.1.1.1.1.3 - Conservação do solo - Pastagens Biodiversas		
	C.1.1.1.2 - Uso eficiente da água		
	C.1.1.2.1 - Montados e Lameiros		
	C.1.1.2.2 - Culturas Permanentes e Paisagens Tradicionais		
	C.1.1.3 - Mosaico Agroflorestal		
	C.3.2.8 - Prémio à perda de rendimento e à manutenção de investimentos florestais		
	D.2.2 - Gestão do Montado por Resultados		
	C.3.2.1 - Florestação de terras agrícolas e não agrícolas		
	C.3.2.2 - Instalação de sistemas agroflorestais		
	C.3.2.4 - Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climatéricos adversos ou de acontecimentos catastróficos		
	C.3.2.5 - Promoção dos serviços de ecossistema		
	C.3.2.6 - Melhoria do valor económico das florestas		
	C.3.2.7 - Gestão de Fauna Selvagem		
	C.4.1.2 - Prevenção de calamidades e catástrofes naturais		
D.3.1 - Desenvolvimento do regadio sustentável			
D.3.2 - Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes			

Objetivo específico	Intervenções	Montante disponível	
		Intervenções aplicáveis ao Plano de Ação	Objetivo específico
	E.3.1 - Melhoria do desempenho das explorações agrícolas		
	E.5.2 - Infraestruturas Florestais (caminhos)		
	E.8.1 - Investimentos Florestais		
	E.8.2 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental dos Ecossistemas Florestais - NÃO PRODUTIVO		
	F.1.1 - Investimento nas explorações agrícolas		
	F.1.4 - Investimento em regadios coletivos		
	F.1.6 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola		
	F.2.1 - Investimento na florestação e arborização		
	F.2.2 - Investimento na Criação e Regeneração de sistemas agroflorestais		
	F.2.4 - Investimento no restabelecimento da floresta		
	F.2.5 - Investimento na melhoria da resiliência e valor ambiental das florestas		
SO5 Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente dos recursos naturais, como a água, os solos e o ar, nomeadamente através da redução da dependência de substâncias químicas	A.3.1 - Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)	1 242 M€	1 780 M€ (27% do PEPAC)
	A.3.2 – Produção Integrada (PRODI) – Culturas Agrícolas		
	A.3.3.1 – Gestão do solo – Maneio da pastagem permanente		
	C.1.1.1.1.1 - Conservação do solo – Sementeira direta		
	C.1.1.1.1.2 - Conservação do solo - Enrelvamento		
	C.1.1.1.1.3 - Conservação do solo – Pastagens Biodiversas		
	C.1.1.1.2 – Uso eficiente da água		
	C.2.1.2 – Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental		
	C.3.1.2 - Investimento na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental		
	C.3.2.1 - Florestação de terras agrícolas e não agrícolas		
	C.3.2.2 - Instalação de sistemas agroflorestais		
	C.3.2.4 – Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climatéricos adversos ou de acontecimentos catastróficos		
	C.3.2.5 - Promoção dos serviços de ecossistema		
	C.3.2.6 – Melhoria do valor económico das florestas		
	C.4.1.2 - Prevenção de calamidades e catástrofes naturais		
	D.3.1 – Desenvolvimento do regadio sustentável		
	D.3.2 – Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes		
	E.5.2 – Infraestruturas Florestais caminhos)		
	E.8.1 – Investimentos Florestais		
	E.8.2 – Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental dos Ecossistemas Florestais – NÃO PRODUTIVO		
E.10.1 – Agricultura Biológica - Conversão e Manutenção			

Objetivo específico	Intervenções	Montante disponível	
		Intervenções aplicáveis ao Plano de Ação	Objetivo específico
	E.10.7 - Compensações a Zonas Agrícolas - Incluídas nos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas		
	F.1.4 - Investimento em regadios coletivos		
	F.2.1 - Investimento na florestação e arborização		
	F.2.2 - Investimento na Criação e Regeneração de sistemas agroflorestais		
	F.2.4 - Investimento no restabelecimento da floresta		
	F.2.5 - Investimento na melhoria da resiliência e valor ambiental das florestas		
SO6 Contribuir para travar e inverter a perda de biodiversidade, melhorar os serviços ecossistémicos e preservar os habitats e as paisagens	B.3.3 - Reestruturação e conversão de vinhas (Biológica)	1 337 M€	1 473 M€ (22% do PEPAC)
	A.3.1 – Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)		
	A.3.2 – Produção Integrada (PRODI) – Culturas Agrícolas		
	A.3.3.1 - Gestão do solo - Maneio da Pastagem permanente Orgânica		
	A.3.6 – Práticas promotoras da biodiversidade		
	C.1.1.1.1.1 - Conservação do solo – Sementeira direta		
	C.1.1.1.1.2 - Conservação do solo - Enrelvamento		
	C.1.1.1.1.3 - Conservação do solo – Pastagens Biodiversas		
	C.1.1.1.2 – Uso eficiente da água		
	C.1.1.2.1 - Montados e Lameiros		
	C.1.1.2.2 – Culturas Permanentes e Paisagens Tradicionais		
	C.1.1.3 – Mosaico Agroflorestal		
	D.2.1 – Planos Zonais Agroambientais		
	D.2.2 - Gestão do Montado por Resultados		
	D.2.3 – Gestão Integrada em Zonas Críticas		
	D.2.4 - Proteção de espécies com estatuto em superfície agrícola		
	D.2.5 - Proteção de espécies com Estatuto e Silvoambientais		
	C.2.1.2 – Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental		
	C.2.1.3 - Investimentos Não Produtivos		
	C.3.2.5 – Promoção dos serviços de ecossistema		
E.8.2 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental dos Ecossistemas Florestais – NÃO PRODUTIVO			

### Beneficiários

Os beneficiários elegíveis são definidos no anúncio da candidatura, podendo abranger:

- Entidades com responsabilidades na gestão da água e infraestruturas hidroagrícolas;
- Organismos da administração pública regional;
- Autarquias locais;
- Agências de desenvolvimento;

- Associações de agricultores e de regantes;
- Associações de proprietários florestais;
- Proprietários de terrenos agrícolas e florestais.

#### Governança e monitorização

Para operacionalizar os objetivos do PEPAC será criada a Rede Nacional da PAC que deverá integrar a seguinte estrutura de governação:

- Coordenador Nacional da Rede Nacional da PAC (Coordenador);
- Equipa de Apoio Técnico (Equipa), que envolve a DGADR e a DRAP;
- Grupo de Coordenação (GC), que envolve a Autoridade de Gestão do Plano Estratégico da PAC (PEPAC), Autoridades de Gestão Regionais, DGADR e IFAP;
- Conselho Consultivo (CC), que agrega entidades públicas e privadas setoriais.

## **PROGRAMA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2021-2027 (POCTEP)**

#### Âmbito do documento

O POCTEP (apresentado em março de 2021) constitui uma estratégia conjunta de cooperação transfronteiriça entre os Estados-Membros de Espanha e Portugal, que deverá orientar a execução do FEDER durante o período 2021-2027, tendo em vista contribuir para a melhoria da EuroRegião Alentejo-Algarve-Andaluzia (AAA), procurando esbater as desigualdades transfronteiriças, reforçando o trabalho e os bons resultados de anteriores Programas, com impacto relevante no Algarve.

O Plano de Ação deve ser integrado:

- no Objetivo Político (OP) 2 *Uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, através da promoção de uma transição energética limpa e equitativa, de investimentos verdes e azuis, da economia circular, da atenuação das alterações climáticas e da adaptação às mesmas, da prevenção e gestão dos riscos e da mobilidade urbana sustentável;*
- na Prioridade 4. *Proteger e conservar a biodiversidade em áreas naturais e rurais e melhorar os ecossistemas naturais e o ambiente urbano no espaço transfronteiriço, através da cooperação;*
- Objetivo Específico (OE) 2.7 *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas ecológicas, inclusive nas zonas urbanas e reduzir todas as formas de poluição.*

#### Áreas temáticas relacionadas

- Paisagem e biodiversidade - Qualidade da paisagem, infraestruturas verdes, conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Floresta - Valorização ambiental das florestas e gestão polivalente da floresta mediterrânica

#### Ações

Lista não exaustiva de ações que podem ser financiadas pelo OE 2.7:



- Ações para a proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios Natura 2000 e quaisquer outras áreas legalmente protegidas, incluindo áreas protegidas por instrumentos internacionais. O desenho e implementação destas ações terá em conta o Quadro de Ação Prioritária (2021-2027) da Rede Natura de ambos os países;
- Ações que envolvem o desenvolvimento de planos de gestão conjunta de espaços protegidos fronteiriços (Rede Natura 2000 e outras), incluindo medidas de adaptação às alterações climáticas, medidas para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas, incorporando nelas o fator das alterações climáticas, e medidas para a prevenção e controlo na gestão de espécies exóticas invasoras presentes no espaço transfronteiriço, entre outras medidas possíveis;
- Ações para a proteção e conservação da biodiversidade em áreas naturais de interesse na zona transfronteiriça que não estejam protegidas por qualquer figura jurídica, tais como algumas áreas marinhas ou terrestres, onde podem ser desenvolvidas medidas ligadas à proteção de espécies autóctones; medidas para controlar poluentes, medidas para reparar derrames, medidas para recuperar condições hidromorfológicas ótimas, etc;
- Ações que impliquem o desenvolvimento de instrumentos de planeamento conjunto, ações de conservação da natureza, proteção da biodiversidade (incluindo a gestão de espécies exóticas) e recuperação, tanto de espécies como de espaços transfronteiriços, dando prioridade à sua ligação através dos rios, da sua foz e das zonas húmidas, no âmbito da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2030;
- Ações para promover infraestruturas ecológicas de apoio às atividades agrícolas, florestais, pecuárias e pesqueiras; infraestruturas ecológicas que contribuam para a conservação do ambiente natural, águas interiores e marinhas; e infraestruturas ecológicas urbanas ou ligadas aos transportes, energia, prevenção de catástrofes e ordenamento do território, de acordo com as estratégias nacionais de infraestruturas ecológicas.

### Indicadores

Indicadores de realização do OE 2.7.

Prioridade	Objetivo específico	Indicador	Unidade de medida	Meta intercalar (2024)	Meta final (2029)
4	2.7	Infraestruturas ecológicas construídas ou melhoradas para adaptação às alterações climáticas.	Hectares	3	18
4	2.7	Infraestruturas ecológicas apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas.	Hectares	3	18
4	2.7	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração. Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração.	Hectares	43.654	255.588
4	2.7	Estratégias e planos de ação desenvolvidos em conjunto.	Estratégias	11	67

Indicadores de resultado do OE 2.7.

Prioridade	Objetivo específico	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de referência	Meta final (2029)	Fonte dos dados
4	2.7	Estratégias e planos de ação conjuntos adotados por organizações.	Estratégias	0	2021	50	Sistema de Monitorização do Programa
4	2.7	População com acesso a infraestruturas ecológicas novas ou melhoradas.	Pessoas	0	2021	1.661.787	Sistema de Monitorização do Programa

Beneficiários

- Administrações Públicas (locais, regionais e nacionais);
- Agências de Desenvolvimento Regional (Setoriais ou transversais);
- Universidades e Centros de Investigação;
- Confederações Hidrográficas;
- Associações para a defesa e gestão do Património Natural;
- Grupos de interesse, incluindo ONG e organizações da sociedade civil;
- Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT).

Fonte de Financiamento e Montante de Investimento

Prioridade	Fundo	Objetivo específico	Montante
4	FEDER	2.7	23.971.793,00 €